

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**AS ELEIÇÕES DE 1982 PARA GOVERNADOR
EM SANTA CATARINA - TÁTICAS E ESTRATÉGIAS
DAS ELITES NO CONFRONTO COM AS OPOSIÇÕES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do grau de Mestre
em Sociologia Política.

ITAMAR AGUIAR

FLORIANÓPOLIS - SC

1991

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em

SOCIOLOGIA POLÍTICA

e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

Dr. Paulo Freire Vieira
Coordenador do Curso

Ary Cesar Minella

Dr. Ary Cesar Minella
Orientador

BANCA EXAMINADORA:

Ary Cesar Minella

Dr. Ary Cesar Minella
Presidente

Hélgio Trindade

Dr. Hélgio Trindade

Paulo José Krischke

Dr. Paulo José Krischke

Ao meu pai, Walmor, que me possibilitou a chance de estudar, e a minha mãe, Risoleta, que me ensinou o sentido da palavra "justiça", in memoriam.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram com dados importantes sobre diferentes aspectos deste trabalho, às vezes, anonimamente. Como entendo que um estudo científico é fruto do trabalho coletivo, espero não cometer qualquer injustiça, deixando de citar os nomes daqueles que ajudaram com afinco a levar esta tarefa até o fim.

Por isso, registro os meus agradecimentos à CAPES, pela concessão de bolsa de Pós-Graduação, e aos professores do programa de pós-graduação em Sociologia Política: Paulo J. Krischke, Ilse Scherer-Warren, Neide Fiori e Eduardo Viola. E também aos companheiros de turma: Ana, Jacir, Sandra, Bárbara, Iara, Maysa, Hélio (amigo de tantas batalhas), a Noeli (que me cedeu bibliografia histórica catarinense) e a secretária Albertina, pela palavra de otimismo e competência. Registro com prazer igualmente a ajuda recebida do amigo e também companheiro de turma, professor Nilton Ramos, pelas muitas vezes que conversamos em sua casa (em Tubarão), com o objetivo de dirimir dúvidas sobre método de pesquisa. E também o incentivo da Professora Zenir Kock.

Contribuição das mais valiosas recebi dos professores de comunicação Daniel Herz, Carmen Rial, Aglair Bernardo. Além da atenção especial do professor e educador competente, Carlos Alberto Adi Vieira, que dedicou momentos de suas férias, em 1989, para discutir comigo questões ligadas ao jornalismo e também por ter fornecido imprescindível material de sua biblioteca particular.

Também foram significativas as contribuições dos jornalistas Nelson Rolin e Eloy Peixoto, que forneceram exemplares valiosos dos jornais alternativos de suas coleções. E registro a minha gratidão ao presidente do Sindicato dos Jornalistas Catarinenses, Celso Vicenzi, que possibilitou ampla consulta aos documentos e arquivos da entidade. Ao professor Jacó Anderle, que abriu as portas dos arquivos do Diretório Regional do PMDB, e aos funcionários Aroldo e Luíza, pela prontidão no atendimento.

Esse trabalho ficaria incompleto se não fosse a colaboração do deputado Neuto de Conto (e de sua secretária Maria Luíza) e do ex-deputado Roberto Motta, que possibilitaram amplo acesso aos documen-

tos das CPIs da Assembléia Legislativa catarinense. Recebi, também apoio valioso do senador Nelson Wedekin, em meio ao calor das eleições municipais de 1988, e que forneceu importantes subsídios para a análise e material documental de campanha.

Também sou grato ao diretor do TRE-SC, Márcio Collaço; e ao delegado da ADESG-SC, Ney Hübner, que possibilitou ter acesso à biblioteca da entidade em Florianópolis, e a Procuradora do Estado, Assi Schifter, que pela sua coragem e dedicação as causas da Justiça, possibilitou acesso a fontes de pesquisa. E ainda sou grato ao ex-governador Henrique Córdova, que recebeu-me gentilmente em sua residência, e que pela sua firmeza de posições políticas, possibilitou entender melhor o seu comportamento e de seus colegas de convicções democráticas.

Meu reconhecimento às bibliotecárias Cida Sell, Célia e Maria Natália, que compilaram dados e ajudaram na organização de meu banco de dados, e aos demais profissionais da área que de uma forma ou de outra deram à sua contribuição; ao funcionário Valadares, da Biblioteca Central da UFSC, com quem pude debater algumas das questões objeto de meu estudo. Foi importante em determinado momento de minha pesquisa a troca de idéias com Yan Carreirão, que cedeu importante material bibliográfico, e também agradeço especialmente, a confiança depositada ainda no início da caminhada pela professora Maria Inez S. Paulilo, cujos ensinamentos tornaram meu trabalho menos árduo. Além do carinho, e apoio material recebido em vários momentos de parte da Salvina Favarin (minha segunda mãe) e da amiga e enfermeira dedicada, Luzani Rocha. E também agradeço ao esforço e demonstração do trabalho incansável de João Inácio Müller, na digitação dos originais, e a Ieda pela datilografia de meus trabalhos de aula.

E, finalmente, registro agradecimento especial ao meu orientador e amigo, professor Ary Cesar Minella, pela orientação segura e pela palavra de estímulo para que meu trabalho fosse desenvolvido com tranquilidade. E o meu eterno reconhecimento a minha esposa Glicelda, pela paciência demonstrada ao longo desta trajetória, assumindo com coragem e determinação o nosso lar, enquanto me dedicava a pesquisa, com seu canto e sua voz sublime.

RESUMO

A presente dissertação é um estudo sobre as eleições para Governador em Santa Catarina a partir da ação da elite dominante, articulada com o regime autoritário, no confronto com as oposições em 1982. Tem como objetivo fundamental analisar, portanto, a forma e os contornos desta ação política no processo histórico catarinense recente. O estudo destaca a importância do retorno das eleições diretas para Governador no País, após jejum de 17 anos, embora ainda sob o comando do governo militar. Os capítulos apresentam o resultado da pesquisa empírica, com ênfase para os aspectos conjunturais e políticos da eleição, analisando o lançamento das candidaturas, a campanha eleitoral e as tendências e os resultados das urnas. Procurou-se dar grande destaque à ação política do empresariado catarinense, em virtude do seu importante trabalho tático e estratégico durante as eleições, bem como analisou-se a cobertura dos meios de comunicação em favor da candidatura situacionista. E, por último, o autor faz algumas observações, de forma sumária do ponto-de-vista teórico e político, ressaltando a necessidade de maiores estudos acadêmicos sobre a participação política da elite empresarial catarinense.

ABSTRACT

The dissertation here presented is a study of the elections to appoint the Governor of the Province of Santa Catarina, having as a starting point the action of the dominant elite as articulated with the authoritarian regimen, in vying with the Opposition forces in 1982. The basic objective of the study was, thus, to make an analysis of the shape and lineament of this political action within the recent historical process in Santa Catarina. The study emphasizes the importance of the restoration of the direct ballot to elect Province Governors in the country, following a 17-year political abstinence span, in spite of a still ruling armed-forces government. The chapters offer results of empirical research accentuating circumstantial and political aspects of the ballot, analyzing the nomination of candidates, the electoral campaign, as well as the trends and results at the polls. Greater import was given to the political action of entrepreneurs in Santa Catarina, on account of the influence exerted by their tactical and strategical patronage during the elections. The coverage offered by the media, favoring the candidate sponsored by the forces in power, has also been analyzed. Last, the author developed a few brief considerations from a theoretical and political point of view, stressing the need for greater academic studies on the political participation of the empresarial elite in Santa Catarina.

LISTA DE SIGLAS

ABI	- Associação Brasileira de Imprensa.
ABERT	- Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.
ACISO	- Ação Cívico Social.
ACM	- Associação Catarinense de Medicina.
ADEP	- Ação Democrática Popular.
ADESG	- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.
ALISC	- Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina.
AN	- A Notícia.
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional.
BADESC	- Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
BESC	- Banco do Estado de Santa Catarina.
BESCRI	- BESC S/A - Crédito Imobiliário.
BESCAM	- BESC S/A Corretora de Títulos e Valores de Câmbio.
BID	- Banco Internamericano de Desenvolvimento Econômico.
CASAN	- Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.
CELESC	- Centrais Elétricas de Santa Catarina.
CIC	- Centro Integrado de Cultura.
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CODESC	- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito.
CSU	- Centro Social Urbano.
DAE	- Departamento Autônomo de Edificações.
DC	- Jornal Diário Catarinense.
DER	- Departamento de Estradas de Rodagem.
DICESC	- Companhia de Divulgação e Comunicação do Estado de Santa Catarina.

DOE - Diário Oficial do Estado.

DRT - Delegacia Regional do Trabalho.

EBN - Empresa Brasileira de Notícias.

EMCATER - Empresa Catarinense de Terminais Rodoviários.

ESG - Escola Superior de Guerra.

FEAR - Fundo Estadual de Assistência Rodoviária.

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas.

FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

FUCADESC - Fundação Catarinense de Desenvolvimento da Comunidade.

GAPLAN - Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado de Santa Catarina.

GEAP - Grupo Executivo de Ação Política.

ICC - Indústria Carboquímica Catarinense.

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

IPESC - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

JSC - Jornal de Santa Catarina.

LSN - Lei de Segurança Nacional.

MTC - Movimento Trabalhista Catarinense

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

OE - O Estado.

PCB - Partido Comunista Brasileiro.

PC do B - Partido Comunista do Brasil.

PCR - Paulo da Costa Ramos.

PDS - Partido Democrático Social.

PDT - Partido Democrático Trabalhista.

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis.

PP - Partido Popular.

PROCAPE - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas.

PSB - Partido Socialista Brasileiro.

PSD - Partido Social Democrático.

PSP - Partido Social Progressista.

PT - Partido dos Trabalhadores.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

RCE - Rede de Comunicações Eldorado.

RBS - Rede Brasil Sul de Comunicações.

SECOM¹ - Secretaria Extraordinária de Comunicação do Estado de Santa Catarina.

SECOM² - Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral.

SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados.

SNI - Serviço Nacional de Informações

SSI - Secretaria de Segurança e Informações do Estado de Santa Catarina.

STO - Secretaria dos Transportes e Obras.

TC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

TRE - Tribunal Regional Eleitoral.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

UDN - União Democrática Nacional.

UDESC - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

USP - Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	1
1. O tema da investigação	1
2. Noções Teóricas e Metodológicas	10
2.1. Contexto de 82	13
2.2. Polarização	15
3. O Significado das Eleições Diretas Durante o Regime Militar	24
3.1. A Instituição Partidária e a Busca de Legitimidade via Eleições	24
3.2. A "Abertura" de Figueiredo	28
3.2.1. O Retorno das Eleições Diretas para Governador	29
3.2.2. A Crise Política e a Reforma Partidária de 1979	31
 CAPÍTULO I - AS ELEIÇÕES DE 82 EM SC: ASPECTOS CONJUNTURAIS E POLÍTICOS	 44
1. Introdução	44
2. Os Partidos em Disputa e o Bipartidarismo	50
3. A Candidatura das Elites e da Oposição	54
3.1. A Escolha de Amin	55
3.2. A Vitória dos Progressistas	57
4. O Projeto de Sociedade dos Candidatos	61
4.1. A "Renovação" com Amin	61
4.2. O "Radicalismo" de Jaison	69

4.2.1. A Derrubada da Usina de Gás do Vale S.A. (USIVAL)	72
5. Os Grandes Comícios e o Temor da Fraude	76
CAPÍTULO II - A ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS E RESULTADOS	
ELEITORAIS	90
1. A Tendência do Voto	90
2. A Letimidade da "Vitória" Pedessita Questionada ...	95
3. Críticas as Ações da Justiça Eleitoral	111
4. O Processo de Apuração Expõe Antiga "Fraturas" do PMDB	115
5. Conclusão	120
CAPÍTULO III - A ESTRATÉGIA DO GOVERNO FEDERAL E	
ESTADUAL NA CAMPANHA DO PDS	128
1. Introdução	128
2. Irregularidades nas Contas do Governo Bornhausen/ Córdova	130
3. Figueiredo e Córdova na Campanha	134
4. órgãos Estatais sob Suspeita	140
4.1. A Ação da SECOM	140
4.2. O ^o Besc e o Procape	144
5. A Importância da Secretaria dos Transportes e Obras	146
6. Mecanismo de Cooptação das Elites	159
7. A Supervisão Regional: Governo "Paralelo" do PDS nos Redutos de Oposição	162
7.1. O Artificio Legal para a Criação da Supervisão Regional	163
7.2. A Ação "Comunitária" da Supervisão Regional ...	165

7.3. O Esvaziamento do Poder Municipal: A Vitória da Ação Coordenada das Elites	167
8. Conclusão	170
CAPÍTULO IV - OS EMPRESÁRIOS E OS ORGANISMOS DE AÇÃO DAS ELITES NAS ELEIÇÕES	184
1. Introdução	184
2. Os Grandes Empresários na Formação do PDS em Santa Catarina	185
3. O "Boreau" Formal e Informal da Elite: A Fundação Nereu Ramos	192
3.1. Histórico	193
3.2. A Ação Política e Partidária da Fundação	194
4. Uma "Central de Inteligência" das Elites: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra de SC ..	199
4.1. A Doutrina da Segurança Nacional e Desenvol- vimento e a Ameaçado "Inimigo Interno".....	203
4.2. Central Dinâmica da Elite	207
5. Conclusão	211
CAPÍTULO V - A MÍDIA, O GOVERNO E A CAMPANHA DO PDS	217
1. Introdução	217
2. O Controle da Mídia pela Elite Dominante	220
2.1. O Apoio Decisivo da Mídia Impressa	222
*3. O "Controle" de uma Categoria: O Caso do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina	224
3.1. O SJPSC e os Militares	229
3.2. A Relação "Cordial" de Amin com a Imprensa: Uma Via de Mão-Dupla	230

4. A "Construção" da Imagem Positiva do Candidato do PDS	232
4.1. O Reforço de uma Sigla	234
4.2. Uma Via "Indireta" de Apoio	242
5. Conclusão	248
CAPÍTULO VI - MECANISMOS DE PERSUASÃO E MANIPULAÇÃO	
DO ELEITOR	256
1. Introdução	256
2. Notas Teóricas: Sobre a Problemática das Sondagens ...	257
3. O Contraste entre os Resultados das Pesquisas e os	
Números do TRE	261
4. O Protesto do PMDB	268
5. A Indução do Eleitorado e a Presença de Distorções nas	
Enquetes	270
6. O Trabalho da Mídia Eletrônica no Processo de Apuração	275
7. Conclusão	278
CONCLUSÃO	285
BIBLIOGRAFIA	292
APÊNDICE	308
ANEXOS	313

LISTA DE QUADROS

	Página
1. Fatores que poderiam influir na tendência dos votos do eleitorado antes das eleições de 82 em comparação com o resultado do pleito em SC.	94
2. Resumo das formas irregulares de votação durante as eleições de 82 e métodos usados na coação dos eleitores.....	97
3. Evolução do crescimento da dívida do estado durante o governo Bornhausen/Córdova em comparação com o último ano do governo anterior	137
4. Integrantes da diretoria do sindicato de jornalistas nas gestões de 1975/87 e veículos de comunicação a que pertencem e respectivo vínculo com o governo do estado.	226
5. Presidentes do sindicato dos jornalistas que ocuparam simultaneamente cargos na diretoria do sindicato dos radialistas.....	228
6. Presidentes do sindicato dos jornalistas e dos radialistas de SC	228
7. Distribuição das principais orientações temáticas mais frequentes nos editoriais dos jornais em 82.....	235

LISTA DE TABELAS

	Página
1. Votação para Governador em Santa Catarina em 82, segundo resultado oficial do TRE.....	100
2. Votação para o Senado em Santa Catarina em 82, segundo resultado oficial do TRE.....	101
3. Votação de Jaison e Amin nos maiores colégios eleitorais de Santa Catarina em 82.....	104
4. Votação do PMDB na microrregião colonial do Oeste Catarinense.....	105
5. Resultado da votação relativo a microrregião de Campos de Lages.....	106
6. Votação do PDS para o governo nos menores colégios eleitorais catarinenses em 82.....	107
7. Votação para governador na microrregião do Litoral de Laguna.....	108
8. Resultado da votação na microrregião de Florianópolis..	109
9. Orçamento do Estado - Gastos segundo sua função	131
10. Comportamento da dívida em relação a receita, nos quatro anos anteriores a 1982	138
11. Gastos da Secom em publicidade durante o ano eleitoral de 82 em comparação com os demais setores que também apresentaram índices elevados de custeio.....	143
12. Evolução da dotação orçamentária da STO durante o período de governo Bonhausen/Córdova.....	148
13. Total orçado e executado pela STO em comparação com as demais funções governamentais em 82.....	149
14. STO: Atividades com grandes variações entre o orçado e o	

empenhado.....	151
15. Departamento de Estradas de Rosagem - Síntese das Reações físicas por período de Governo ..	152
16. SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. Posição do Jornal "O Estado" (Editorial).....	237
17. SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. Posição do Jornal "A Notícia" (Editorial).....	238
18. SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. Posição do "Jornal de Santa Catarina" (Editorial)...	239
19. SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. Posição dos jornais "DE", "AN" e "JSC". Tabela síntese (Editoriais).....	241
20. SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. Jornal "O Estado" - Posição sobre temas selecionados.	244
21. SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. Jornal "A Notícia" - Posição sobre temas selecionados.....	244
22. SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. "Jornal de Santa Catarina" - Posição sobre temas selecionados	245
23. Total de referências favoráveis e desfavoráveis ao partido do Governo e da Oposição.....	246
24. Resultados das pesquisas eleitorais para governador em SC nas eleições de 82, realizadas por Veja-Gallup.....	262
25. Resultados das pesquisas eleitorais para Senador em SC nas eleições de 82, realizadas por Veja-Gallup.....	263
26. Resultado das últimas pesquisas eleitorais para o Governo do Estado de Santa Catarina.....	264

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
1.GASTOS SEGUNDO AS FUNÇÕES - 1982	150
2.REALIZAÇÕES DO DER/SC	153
3.REALIZAÇÕES DO DER/SC	154
4.REALIZAÇÕES DO DER/SC	155
5.REALIZAÇÕES DO DER/SC	156
6.REALIZAÇÕES FÍSICAS DO DER/SC.....	157
7.REALIZAÇÕES FÍSICAS DO DER/SC	158

INTRODUÇÃO

1. O tema da investigação

O tema central da presente dissertação é a análise das eleições para Governador sob a ótica da ação da "elite" empresarial, bem como sua articulação com o regime autoritário implantado no país pós-64 e a administração estadual no confronto com as forças de oposições no processo eleitoral de 1982. Ou seja, objetiva analisar essa ação política da elite dominante catarinense com o intuito de derrotar as oposições (no caso específico, representado pelo partido mais forte eleitoralmente, no período, o PMDB).

No que diz respeito a análise da participação dos setores empresariais desde a perspectiva das eleições para Governador de Estado em 1982, podemos enfatizar que esta participação pôde se expressar da forma mais variada e até mesmo de maneira encoberta. Desse modo, a avaliação crítica deste papel, desde vários ângulos, ainda carece de estudo acadêmico satisfatório em Santa Catarina.

De nossa parte, podemos ressaltar que a relevância econômica e principalmente política deste ator social permite considerar, em

termos bem gerais, que ele exerce forte pressão sobre o processo eleitoral, quer canalizando suas demandas através de candidaturas impulsionadas por este setor importante das elites, quer participando diretamente do processo político-eleitoral. É relevante destacar, contudo, que o empresariado de Santa Catarina, além de seu expressivo poderio econômico local, desfruta de projeção no plano nacional e internacional. Ou seja, integra o "ranking" dos maiores grupos privados industriais do país, sendo que nos últimos anos, ocorreu o fortalecimento e diferenciação dos grupos empresariais locais, seja via expansão para outros ramos, seja pelo surgimento de novos grupos. Por outro lado, sabemos que a atuação desses grupos privados ocorre tanto em termos de mercado nacional quanto internacional.

Ao mesmo tempo, podemos ressaltar que a política regional catarinense tem sido influenciada pela ação direta ou "indireta" dos grupos econômicos privados. A forma como se expressa essa ação política, bem como as características desta influência, particularmente no que se refere as eleições para Governador, necessita de amplo estudo, com ênfase na tentativa de se procurar identificar a estrutura e a dinâmica de expressões diretamente políticas que essa participação implica. (As expressões de natureza formal corporativa, que envolve o estudo das demandas dos organismos de ação empresarial, a exemplo dos sindicatos e associações patronais, foge a natureza deste trabalho, embora ocorra carência de estudos nesta área).

Vários estudos, muitos deles que podemos caracterizar como "clássicos", procuram enfatizar a presença econômica e política do empresariado no processo histórico brasileiro. Podemos citar como exemplos, as obras de CARDOSO (1972); MARTINS (1968); FERNANDES (1976); QUEIROZ (1965). E mais recentemente, conjunto de estudos com enfoques diversos tem procurado reavaliar a participação política do

empresariado, bem como procurado analisar as características e a dinâmica de sua representação corporativa. Dentre tantos representantes dessa "corrente", podemos citar entre outros: BOSCHI (1979); DINIZ (1978); DREIFUSS (1981); CAILLAUX e DINIZ (1979); MINELLA (1986); CARDOSO (1983).

Assim, não obstante, a gama variada de enfoques, podemos ressaltar que os mesmos confluem para um mesmo ponto: ou seja, a constatação da força política e econômica do empresariado, cuja organização (e contradições internas) assume diferentes modalidades, e por isso constitui-se de fundamental importância para o conhecimento do processo político e social brasileiro.

Dentro deste contexto, podemos perceber a existência de verdadeira lacuna quanto a estudos desta natureza a nível do conhecimento regional catarinense. Dado ainda mais significativo se pensarmos em termos da ação empresarial no quadro político-eleitoral mais recente. Os estudos de autores catarinenses enfatizam, por um lado, a análise da especificidade do processo de industrialização no Estado, a exemplo dos trabalhos de CUNHA (1982); HERING (1987); BOSSLE (1988). De outro lado, há uma vertente que pesquisa a expansão e diversidade dos grupos industriais locais, a exemplo de BENAKOUCHE (1983); VIEIRA FILHO (1986); e ainda as obras de TERNES (1986) e (1988); além do estudo de ALMEIDA (1984).

Em relação aos estudos acadêmicos sobre as eleições de 1982 em Santa Catarina dentro do enfoque que procuramos desenvolver, constatamos certa carência, em parte sanada pelo estudo pioneiro do professor Remy FONTANA, cujo artigo intitulado "Governo Amin - um Voto de Desconfiança", elaborado em 1983, que contém vários elementos que inspiraram nossa pesquisa. Ou seja, procuramos, dentro do possível, aprofundar algumas hipóteses explicativas suscitadas pelo autor que

tem relação direta com o nosso objeto de estudo, e que fornecem excelentes pistas para se pensar a questão da vinculação partidária da elite econômica e dominante em Santa Catarina.

Em seu trabalho, FONTANA fornece indicações acerca da possível aliança dos grupos empresariais catarinenses com a candidatura oficial, chegando inclusive a associar os veículos de comunicação com o PDS, bem como sua atuação a favor da situação antes e durante a campanha eleitoral de 82. Ou seja, se insere na problemática específica de nosso objeto de estudo, embora privilegie outros enfoques, contudo, não deixa de fornecer indícios importantes para a análise.

Por outro lado, relacionamos também o estudo de Yan de Souza CARREIRÃO, denominado "Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)", por apresentar em suas conclusões alguns pressupostos teóricos que se constituem em ponto de partida de nossas reflexões.¹ Estamos falando da idéia que alude o autor em suas conclusões acerca do poder político desfrutado pelos grandes grupos econômicos catarinenses, que se reflete facilmente a nível regional. Pois, segundo o autor, "praticamente todo o empresariado catarinense parece ter se acomodado nas relações com o partido do governo".

Contudo, chamamos atenção para o fato de que CARREIRÃO trabalha dentro do contexto de quadro teórico-metodológico bastante diverso do nosso², pois seu estudo privilegia mais a função representativa dos partidos em detrimento do estudo de dados atinentes à sua função governativa.³ Ou seja, não está preocupado com a análise do conteúdo concreto das ações políticas dos partidos, que ganham certa relevância sob nossa ótica. Procuramos desenvolver a análise no sentido de olhar para além dos resultados eleitorais e do aspecto representativo dos partidos, levando-se em conta as amplas modificações ocorridas no seio da própria estrutura de poder em Santa Catarina, se ti-

vermos como marco o período que vai do golpe de 64 até os nossos dias.

O que torna fundamental o estudo da relação entre o Estado e a Sociedade, a interpenetração do poderio econômico e o poder político, além do estudo de toda a complexa rede de mecanismos criados pelas elites no seu confronto quase que cotidiano com as forças populares dentro de perspectiva dialética. No caso específico catarinense isto é particularmente relevante, se pensarmos na força que assumiu o regime autoritário, com as novas correlações de forças estabelecidas no plano regional, o que certamente terá influenciado sobremaneira na esfera política, econômica e social.

Desse modo, procuramos desvendar a forma como se manifesta no bojo do processo eleitoral, especificamente no caso das eleições diretas para Governador de Estado em 82, a ação de parcela importante da burguesia no sentido de derrotar as Oposições. Assim, entendemos como nossa hipótese central o fato de que a ação "coordenada" dos setores da elite dominante estadual, foi responsável pela derrota das Oposições nas eleições de 1982, então representada pelo partido considerado como maior adversário político, o PMDB. Ação levada a efeito pelos representantes dessas mesmas elites inseridas no interior do aparelho de Estado no plano regional, pelas entidades e associações que eram seus porta-vozes, bem como pelos veículos de difusão de opiniões de sua propriedade ou a seu serviço.

No obstante, entendemos que a candidatura Amin se insere no contexto desta estratégia mais global das elites, ou seja, a continuidade do modelo sócio-econômico engendrado pelo Estado autoritário a partir de 1964, modelo este reforçado a nível local pelas forças que sempre estiveram no comando da política estadual e a frente do governo estadual. Portanto, ao contrário de Amin, a candidatura de

Jaison representou a ameaça de "quebra" da estrutura dominante local, principalmente em virtude da sua estreita vinculação com as causas dos movimentos populares e sua postura ideológica sabidamente anti-oligárquica, de corte socializante. Pois Jaison mantinha-se na defesa das propostas de "mudança", consubstanciadas no programa de governo do PMDB no plano nacional, conclamando por mudanças e transformações profundas no seio da sociedade brasileira.

Os estudos mencionados anteriormente, se, por um lado, não conseguem dar conta totalmente do fenômeno objeto de nosso estudo, por outro lado, fornecem importantes subsídios para análise que, somados a outros trabalhos que irão aparecer ao longo de nossa exposição, nos permitirão alcançar os objetivos desejados. O presente estudo pretende, portanto, além de buscar a visão mais geral acerca da ação política e partidária da elite dominante catarinense em oposição as forças populares em 82, aprofundar igualmente os seguintes pontos: a) analisar o "sucesso" da ação da elite empresarial, visando derrotar o "inimigo" comum, utilizando-se de todos os meios de que dispõe a seu favor: seu poderio econômico, seus organismos de representação, seus representantes no aparelho de Estado a nível regional e seus principais "intelectuais orgânicos"; b) avaliar a dinâmica interna dos partidos políticos quanto as candidaturas, estrutura, programas e estratégias de campanha, particularmente no que se refere aos dois maiores partidos em disputa, o PDS e o PMDB; c) discutir os aspectos vinculados as tendências do voto, os resultados eleitorais, bem como as denúncias de fraude (que pode ter sido parte da mesma estratégia estabelecida pelas elites para derrotar o PMDB), bem como o comportamento da Justiça Eleitoral e do próprio PMDB nos momentos cruciais das eleições; e, d) caracterizar o apoio dado pelos meios de comunicação de massa, de uma forma bastante contundente, ao par-

tido da situação, assim como discutir a vinculação direta desses veículos de divulgação com a candidatura oficial.

A análise se desenvolve ao longo de seis capítulos, estruturados da seguinte forma: no primeiro capítulo (I) analisamos os aspectos conjunturais e políticos da eleição de 82 em Santa Catarina, destacando principalmente tratar-se de pleito bipartidário, apesar da reforma de 79 que propiciou o retorno do multipartidarismo, confirmando, assim, a tendência verificada em quase todo o país.

O seu principal aspecto político residiu no fato de que pela primeira vez na história recente do Estado, vislumbrou-se a real possibilidade de "ruptura" no sistema de dominação política até então vigente, devido ao surgimento de candidatura oposicionista independente das elites. O que implicou em uma eleição bastante disputada, cuja "vitória" da candidatura oficial deu-se por margem de votos apertada.

A seguir, em complemento as questões suscitadas no primeiro capítulo, procedemos a análise (capítulo II) do performance dos partidos nas eleições considerando-se, por um lado, a literatura existente, e por outro, os fatos ocorridos no transcorrer da campanha e apuração dos resultados. Procuramos dar ênfase a ação das elites dominantes catarinenses no sentido de garantir a todo custo derrotar as Oposições, cuja utilização inclusive da fraude parece ter sido o caminho encontrado para conseguir-se tal intento, revelando assim a outra face de sua ação política nestas eleições.

Tal estratégia, apontou na direção de possível atuação mais global das elites, denunciada através de documento oficial do PMDB, com possível envolvimento da Justiça Eleitoral. Além do apoio da mídia no tabalho de divulgação dos resultados oficiais, numa clara alusão a tenativa, ao que tudo indica vitoriosa, de prejudicar a

candidatura peemedebista.

Em seguida, apresentamos vários indícios da participação direta do governo estadual (capítulo III) na campanha de seu candidato, mediante o suporte financeiro do governo do general Figueiredo. Ou seja, procedemos o cruzamento de dados em várias fontes que confirmam a utilização partidária de toda a máquina governamental, bem como o envolvimento direto de vários órgãos públicos (que ocupavam posição estatégica) e dos principais intelectuais orgânicos das elites na campanha do PDS. E que fornecem evidências concretas para se pensar a existência de ação coordenada das elites dominantes em Santa Catarina, de acordo com a hipótese mais geral defendida neste trabalho, visando o controle do poder executivo estadual.

No capítulo IV, tratou-se de demonstrar a vinculação partidária dos segmentos das elites dominantes com o partido do governo, particularmente da elite empresarial, que teve no período não somente participação ativa na criação do sucedâneo da ARENA, como também garantiu espaço de manobra para a união de esforços deste importante ator social na campanha do PDS em 82. E também participando da criação de importante o organismo de assessoramento do PDS a nível regional, que reuniria ampla gama de representantes do mundo político e social em torno do partido oficial.

Embora não fizesse parte, inicialmente, do roteiro de pesquisa, acabamos também dentro deste contexto da participação mais geral das elites, privilegiando o estudo de outro importante organismo dos setores sociais dominantes, a ADESG de Santa Catarina. O que contribuiu sensivelmente para explicar a existência de unidade de interesses entre seus membros com a estrutura de dominação estadual e com o partido do governo, pois havia ampla coincidência de nomes que integravam seus quadros com o PDS e organismos oficiais do Estado.

O capítulo V, é praticamente a continuidade da temática esboçada no capítulo anterior, com a diferença que procura enfatizar a vinculação dos principais veículos de comunicação com o PDS catariense, uma vez que os principais donos de grupos privados do setor eram pertencentes aos quadros do PDS (ou de maneira geral a ele ligado). Deste modo, procurou-se analisar (num primeiro momento), de que forma contribuíram para a criação de imagem favorável ao candidato oficial junto ao eleitorado. Por isso, analisamos as páginas editoriais da mídia impressa (total de 825 editoriais) e que confirmam o apoio ao PDS. Destacando também a relação dos principais profissionais da mídia com a campanha pedessista (muitos deles eram, na verdade, intelectuais orgânicos das elites), e devido ao controle que exerciam junto a categoria dos jornalistas em Santa Catarina.

E, por último, em conclusão ao estudo acerca do comportamento da mídia em 82, analisamos (Capítulo VI) a divulgação das chamadas pesquisas eleitorais via Imprensa, que ao que tudo indica serviu para manter em evidência a candidatura oficial junto ao eleitorado, bem como "alimentar" a tendência antecipada da "vitória" pedessista.

O capítulo culmina com a análise da ação da mídia eletrônica durante a apuração dos resultados oficiais do TRE, que guardou forte semelhança com a maneira com que foram divulgados os resultados em outros estados, numa estratégia declaradamente favorável a situação. O que conflui, tanto num caso (das enquetes de opinião) como no outro (divulgação dos números oficiais), para a consecussão do mesmo objetivo estratégico das elites, ou seja, a "vitória" do PDS nas urnas.

2. Noções Teóricas e Metodológicas

As teorias científicas não são produtos acabados, e portanto estão abertas e críticas e novas indagações.⁴ Por isso, introduzimos algumas noções e conceitos (que permeiam a análise ao longo da exposição), que de forma sumária contribuirão para o melhor entendimento da problemática ora em estudo.

Desse modo, seria importante observar que a eleição direta para Governador em 82 teve enorme importância para o processo político brasileiro, apesar de ainda vivermos sob a vigência do regime autoritário. Assim, podemos caracterizar a sociedade brasileira no período como uma sociedade capitalista e dependente.⁵ Ou seja, funcionando na "periferia" do sistema mundial e afastada dos marcos de concentração de riqueza para a busca de crescimento autogerado.

Tal situação, impunha uma rede de dependência entre o desenvolvimento capitalista local e a expansão do sistema capitalista mundial. Disto resultando, que o controle sobre o processo permanecia (como ainda hoje ocorre) nas mãos de atores e organismos internos e externos à Nação. De acordo com POULANTZAS⁶, uma formação social é dominada e dependente quando a articulação de sua própria estrutura econômica, política e ideológica exprime relações constitutivas e assimétricas, com uma ou várias formações sociais que ocupam, em relação à primeira, uma situação de poder. Desse modo, segundo o mesmo autor, a "organização das relações de classe e dos aparelhos de Estado na formação dominada e dependente reproduz em seu seio a estrutura da relação de dominação".⁷ O que significa dizer que "exprime de maneira específica as formas de dominação que caracterizam a(s) classe(s) no poder na(s) formação(ões) social dominante".⁸

A partir deste quadro vamos encontrar o Estado que consagra e legitima a dominação de classe, constituindo-se, portanto, como fator de "coesão" do conjunto da formação social.⁹ E que reproduzindo as relações sociais dessa formação, vai representar a condensação de suas contradições. Desempenhando, por conseguinte, o papel de "unificador" político do bloco no poder e de "organizador" político de hegemonia do capital monopolista no seio do bloco no poder, composto por várias frações de classe burguesas e atravessado por contradições internas.¹⁰

O que significa afirmar em conclusão a este ponto, que o Estado assume na fase atual do capitalismo contemporâneo a função de cuidar dos interesses da fração hegemônica do capital monopolista, pois tal fração é detentora da direção do bloco no poder.¹¹ O que quer dizer em outras palavras que seus interesses se transformam em interesse do conjunto do capital em relação as classes dominadas. Em reforço a este ponto, podemos afirmar, de acordo com MINELLA¹², que devemos ter em conta que as classes e suas frações não são "monolíticas", mas que existem diferenças em seu interior, que guarda relação com o próprio desenvolvimento das contradições da formação social capitalista. E que, por outro lado, se manifestam em concepções e táticas diferenciadas em relação a manifestação e defesa dos interesses de classe dentro da formação social. Contudo, o mesmo autor vai destacar (como veremos mais adiante) que a organização dos interesses de classe exige a formação de órgãos, instituições e mecanismos próprios capazes de garantirem tanto a representatividade e a legitimidade, bem como consenso mínimo (real ou formal), acerca dos interesses classistas que pretendem alcançar em diferentes conjunturas. Pois tais interesses de classe se expressam e se organizam de diferentes maneiras: através dos partidos políticos, associações civis,

congressos patronais, sindicatos patronais, e outros órgãos ou instâncias de articulação, a exemplo também das instâncias do aparato estatal, vinculado ao poder do Estado burguês.¹³

Diante do exposto, retomando a ênfase pertinente ao objeto de estudo, podemos ressaltar que os interesses sociais, políticos e econômicos da burguesia prevalecem no Brasil, como sendo a marca registrada de sociedade exclusivista e excludente.¹⁴ Segundo DREIFUSS, o empresariado industrial e as classes comerciantes e agrárias visaram, para si mesmas, uma organização política, mas a negaram às outras forças sociais, impedindo-as de se constituírem em classes predispostas, política, legal e legitimamente, a lutar por seus próprios interesses. Ou seja, "a intervenção sindical, o controle estatal dos sindicatos, a intervenção das suas atividades, a repressão partidária e de movimentos sociais são aspectos visíveis do veto organizado". (Acrescenta que outras formas mais sutis de desarticulação foram empregadas no campo cultural ou da identidade étnica).

Deste modo, as camadas dirigentes e dominantes (tanto política como economicamente), cujas ações excludentes e exclusivistas, em constante realinhamento "conservador" e em sua cotidiana convergência de interesses eletista, foram incapazes de forjar a ilusão de defensores do "interesse geral" da sociedade. Assim sendo, o Estado, para perpetuar-se teve de "ser paternalista e autoritário, não cívico". Então, adotou-se como norma o tratamento coercitivo da questão social através do Estado, percebido e justificado, como associação política que reclama o monopólio legítimo da força, tendo como objetivo primordial: "o de salvaguardar, e em certos casos mudar, a distribuição de poder".¹⁵

Ainda em reforço ao argumento anterior, poderíamos ressaltar que foram as "elites", não as camadas populares, geralmente reprimi-

das e golpeadas por intervenções "cirúrgicas" (administrativas e militares), que tornaram as instituições políticas uma rede de "aparatos e conglomerados de privilégios" a serem compartilhados.¹⁶ Deste modo, a administração "regional e nacional" tornou-se "patrimônio" de setores econômicos, profissionais, político-partidários, burocráticos e militares, como se fossem pertencentes ao mesmo "clube": ou seja, ao "particular" e "excludente" clube "civil dominante", encastelado na "Associação Política de elites", e formando a "Sociedade Política Dominante", que se considera única "organizadora" e como "dirigente das coisas públicas".

2.1. Contexto de 82

Os setores empresariais das elites irão protestar durante o período de "abertura" contra a "ordem" estabelecida, mas não a ponto de defender qualquer tipo de ruptura com o regime autoritário. Durante o período da chamada "distensão" (Geisel) e depois na fase de "abertura" (Figueiredo), vão reforçar o novo "pacto político" dentro da ordem, buscando sobretudo a concretização de seus interesses burgueses.

Por isso, concordamos com DINIZ¹⁷, quando afirma que o setor empresarial tem "revelado" capacidade de "ação" na defesa de seus interesses econômicos, formulando táticas alternativas para fortalecer suas posições. Assim, ressalta a mesma autora, que em certas conjunturas "críticas", os diversos segmentos empresariais são capazes de uma ação comum, visando alcançar os fins últimos, relacionados à "preservação" de seus interesses de classe. Ou seja, "longe de retrair-se, em momentos definidos como decisivos pela elite empresaria-

rial, o grupo assumiria seu papel, mobilizando o apoio de outros segmentos sociais". E dessa maneira, "integrando-se a um esquema de alianças comprometido com um dado projeto de reordenação econômica e política da sociedade".¹⁸

A autora vai apresentar alguns argumentos que só reforçam essa posição, ao afirmar, por exemplo, que "mudanças" são somente aceitas nos estritos limites impostos pelo sistema dominante; pois o empresariado jamais situou-se claramente no campo da oposição, procurando, ao contrário, preservar seus "vínculos" com o esquema estabelecido. O que significa dizer, que "jamais quis ser visto ou identificado como um adversário do regime".¹⁹ Segundo DINIZ, tal setor, sempre procurou "preservar" sua posição de "aliado potencial" (reivindicando, contudo, "maior espaço" para a ação política de seus interesses).²⁰ Então, com a ascensão de Figueiredo ao poder, emprestou-lhe apoio, sem qualquer sintoma de "cisão" radical com o sistema. Ou seja, vai procurar o "entendimento" em novas bases, sob a liderança dos segmentos mais dinâmicos (modernizantes) da economia.

Outro aspecto importante ressaltado pela mesma autora, refere-se ao fato de que no decorrer de 82, em razão do clima propício ao debate criado pelas eleições, o "tom" dos empresários permanecia, de modo geral "fiel" à linha da crítica aliada ao respeito aos parâmetros definidos pelo sistema.²¹ Ou seja, "tal atitude estaria simbolizada no apoio ao chefe do Executivo, representante máximo das tendências reformistas do regime".

Deste modo, a procura da recomposição da aliança entre elites empresariais e Estado tem constituído, por outro lado, um dos elementos da "tática do empresariado em sua busca de reconquista de espaço". (O que revela a preferência em torno do gradualismo" na condução do processo de "abertura"). O que significaria na prática no

reforço a "legitimidade da ação tutelar do Estado".

Conclui DINIZ a este respeito, afirmando que "as declarações favoráveis ao retorno à normalidade democrática representaram antes a adesão do empresariado à estratégia governamental da liberalização controlada do que uma ação autônoma calcada num projeto alternativo de transição".²²

2.2. Polarização

Assim, podemos afirmar que em momentos de grande polarização social (a exemplo das eleições de 82), quando as elites dominantes e empresariais sentiram-se mais uma vez ameaçadas em seu projeto de dominação (tanto no plano nacional como regional), procuraram estabelecer bases sólidas, visando a todo custo através de ações táticas e estratégicas, preservar a unidade de seus interesses de classe. Através de uma "minoridade" atuante ("elite"), sem oposição em seu interior, lutam para pôr em ordem as classes produtoras e procuram de todas as formas derrubar as divergências (que dificultam a sua unidade) para garantir a manutenção do status quo. Ou seja, a classe empresarial da linha de frente procura se organizar para a conquista do poder, pois tem como meta principal permanecer como classe dominante, e não abrir mão para reformas profundas.

O que torna fundamental indagar, de acordo com DREIFUSS²³, de que forma os indivíduos dominantes numa sociedade se organizam e desenvolvem a luta política, destinada a perpetuar seus privilégios ou conquistar novas posições? Ou, acrescente-se a isto mais o seguinte: como desarmam, e cooptam, anulam e liquidam seus adversários ou neutralizam e desviam as questões em pauta? Ou ainda, como que uma

classe traduz suas capacidades estruturais (o predomínio econômico na esfera da produção, sua formação intelectual, suas ligações pessoais e vínculos familiares ampliados) em capacidade político-organizacionais?

Segundo DREIFUSS, estas questões só serão respondidas, mediante a análise de como é a atuação política e ideológica destes grupos, discernindo e evidenciando o seu arsenal de recursos, a sua predisposição e preparo institucional, organizacional e pessoal para a intervenção eficaz e efetiva.

O que podemos resumir em poucas palavras, dizendo que trata-se de perceber como uma classe economicamente dominante se organiza estrategicamente e tacitamente para desenvolver a ação política necessária e assegurar a consecução dos seus objetivos. Ou seja, ressalta DREIFUSS, a direção política e ideológica da sociedade no duplo exercício gramsciano de força e autoridade, de dominação e de hegemonia, de violência e civilização. O que pode implicar em desarticular, conter e esvaziar o adversário, utilizando para tal mecanismos de autoridade e de força, por meios legais e legítimos ou mesmo pela ruptura institucional, isto é, dentro das regras do jogo, ou até quebrando todas as normas, se for indispensável e possível.

Antes de prosseguir em nossa argumentação, cabe abrir um parêntese para definir o que entendemos por ação política, e igualmente estratégica e tática políticas.

Nos apoiamos mais uma vez em DREIFUSS, que define **AÇÃO POLÍTICA**.²⁴ é o esforço de intervenção abrangente ao nível de campanha, através do qual se deflagram um número de operações e manobras táticas projetadas para apoiar-se e complementar-se umas às outras, obtendo um efeito cumulativamente significativo, espelhando e construindo o poder de uma classe. O autor explica que ela é realizada

por mecanismos repressivos, coercitivos e recursos ideológico-propagandísticos, de pressão política e coação econômica além de mobilização ou do uso de força. Ou seja, como se criam relações de poder radicalmente novas numa ação não oposto ao real, mas extraído dele. Para o autor, "a grande política" (como entende Gramsci) integra os vários níveis de reflexão: estratégia e tática, campanha, manobra e batalha, conjuntura e processo, circunstância e traço dominante, conservação de estrutura e transformação; política parlamentar, do cotidiano e política de Estado, entre outras.

Estratégia Política:²⁵ é a arte/ciência do planejamento e condução da ação política de conjunto para a conquista, consolidação ou preservação e manutenção de posições e relações de poder (em relação a outras classes ou grupos). Esta arte/ciência se aplica às grandes operações da política - a grande política -, isto é, ao cálculo e a coordenação a médio e longo prazo do conjunto de recursos, disposições e medidas, cuja aplicação é estimada como necessária para chegar a um resultado final almejado no contexto da oposição de forças adversas, e que podem redundar, se bem sucedidas, na direção da sociedade e na orientação política das instâncias estatais. O que significa dizer em outras palavras, é arte/ciência de fazer confluir todos os meios de que se dispõe para garantir o triunfo de uma política passível de questionamento ativo ou passivo, e portanto de assegurar consenso (ativo ou passivo), consentimento ou mera resignação.

Tática Política:²⁶ é a arte/ciência da detalhada direção e controle do movimento ou manobra através do emprego dissimulado de recursos especiais e variados para conseguir um fim ou realizar uma ou

mais operações que visa, por ou se interligadas, a um objetivo ou seqüência de objetivos para alcançar um fim. Segundo o autor, é a organização do conjunto de meios imediatos e a sua operacionalização cumulativa para obter o resultado almejado. Ou seja, se considerar no plano das relações de força entre adversários ou no plano das relações políticas (posição e situação de poder) entre os conjuntos que compõem a estrutura social, a tática é a organização dos diversos meios para desenvolver ações de teor defensivo, defensivo-ofensivo (defesa dinâmica) e ofensivo.

Voltamos, então, a questão da tese principal de nosso estudo, ou seja, quando falamos de estratégia e tática política, relações de força e poder (correlação de força entre adversários sociais), temos em mente dois elementos inerentes à ação política: seu caráter premeditado e a sua intencionalidade planejada. Como ressalta DREIFUSS numa frase "a consciência da ação e a ação política consciente".²⁷

Desse modo, para que essa intencionalidade e premeditação seja eficaz e efetiva, é necessário dotá-la de organização, análise e operacionalização, o que no dizer de Gramsci significa que só a política cria a possibilidade de manobra e movimento.

O que o autor quer chamar a atenção ao se referir às noções salientadas acima, é que devemos estar atentos a dois aspectos importantes: 1) A capacidade de certos agentes coletivos de visualizar objetivos globais e de operacionalizar a condição das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas, face à resistência de forças sociais e políticas adversas; 2) Atentar para o que representa o esforço de apreensão da textura intelegível do todo político, o que implica numa proposta de interpretação das relações de força, isto é, uma proposta de ação, prescrição, construção modelar e explicação normativa, no qual ideologia e racionalidade de ação

fundem-se "miticamente".

No obstante, ao tratarmos sobre o caráter deliberado e planejado da ação política, torna-se fundamental introduzir, de acordo com DREIFUSS, as noções de "córteix político" e "estado maior". Ao referir-se a córteix político, o autor quer dizer a existência de um órgão capaz de visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis. Estado-maior, significa um órgão capaz de operacionalizar-los, modificando com sua ação as relações de forças.

O que isto representa? O autor esclarece: "Trata-se, por conseguinte, de um núcleo de vanguarda político-intelectual e de um braço operacional, organicamente vinculado a uma classe, bloco ou fração". Utiliza-se de Gramsci, para enfatizar que "pelo menos uma elite entre eles" deverá ter a capacidade de articular e organizar os seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade. E isto será feito, com a consciência de que seus "próprios interesses corporativos, no seu presente e no seu futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos de classe puramente econômica" e tanto podem como devem "transformar-se em interesses de outros grupos subordinados".

Com isto chegamos ao principal conceito do autor, que se constitui em noção chave de nosso estudo, o de "elites orgânicas".

Assim define Elites Orgânicas:²⁸ agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe. Este o principal eixo de sua análise, ou seja, de como uma classe ou parte dela exerce o seu poder.

E aponta algumas características essenciais: ao se constituir ela se diferencia do conjunto das classes dominantes e mesmo dos interesses representados no bloco de poder do qual faz parte, lidera e

viabiliza, operando assim como fator de poder num nível especificamente político; agem, na realidade, como mediadores na formação de blocos de poder ou de frentes móveis de ação, isto é, predis põem a classe dominante para a luta política. "É através das elites orgânicas que se dá a unidade real da classe (em si) - (...) a articulação do momento corporativo - solidário dos interesses materiais com o momento político-ideológico-coercitivo - e a sua expressão na ação de classe (para si), visando a dimensão estatal e a sua intervenção no conflito social, com senso de Estado".

De outro lado, é pensadora de uma classe - a "parcela esclarecida da burguesia" -, funcionando como "auto-consciência cultural e política" e núcleo de autocrítica da classe dominante. Através desta função ideológica "a elite orgânica contribui para a homogeneidade requerida, procurando transformar as contradições e antagonismo em simples diferenças", passíveis de (re)conciliação, assim como estabelecer a unicidade organizacional e política na diversidade ideológica classista interna, incorporada e interiorizada em seu programa de ação e em seu projeto de Estado.

Assim, para o autor, o poder de classe estaria estruturado em três níveis de organização, complexidade, capacidade, área de atuação, base social e objetivos: primeiro, as elites orgânicas propriamente ditas; segundo, as centrais de idéias e de pesquisa²⁹; e, por último, as unidades de ação.

No entretanto, é bom lembrar (conforme chama atenção o autor) que esta classificação analítica tem apenas valor heurístico, já que estas manifestações institucionalizadas do poder de classe podem aparecer de forma superposta, integrada, etc. Ou seja, o importante é ter em conta que para se compreender o processo, pode-se esboçá-lo em estágios que, embora não estritamente separados na realidade po-

lítico-ideológica, correspondem aos vários momentos de consciência política coletiva de uma classe.³⁰ Concretamente o que DREIFUSS quer enfatizar, é a influência que as elites orgânicas exercem na sociedade e a sua penetração na esfera de poder, tornando o Estado a expressão dessas mesmas classes dominantes. Ou seja, o Estado passa a se expressar através das elites orgânicas (na definição gramsciana).

Em conclusão a este ponto, podemos ressaltar, de acordo com o mesmo autor, que as elites orgânicas conseguiram impor seus valores na esfera dos aparelhos de Estado (Brasil, 1964), o que nos leva a perceber que a luta de classe não é processo "unilateral" (levado a efeito pelos grupos dominados contra as classes dominantes). Mas ao contrário, representa a luta que as classes dominantes "travam ativamente", e de forma consciente, contra os segmentos sociais subalternos. Destaca, que devemos atentar para este dado, pois agora lidamos com elites orgânicas articuladas em escala regional e mundial, entrelaçadas com seus aparelhos de Estado nacionais (e regionais).

O instrumental teórico aqui apresentado, portanto, serviu de pano de fundo para orientar nossa pesquisa. Ou seja, constituiu-se em importante guia para a análise.

Essas conclusões teóricas serviram para embasar nossa hipótese mais geral acerca da provável articulação das elites catarinenses, em sua ação política contra as forças de oposição durante o processo eleitoral de 1982.

Muito embora qualquer conceito científico não possibilite a compreensão da totalidade do real, entendemos que os conceitos e as noções teóricas debatidas anteriormente, possam fornecer pistas e servirem como indicadores para a percepção em Santa Catarina de uma ação "minimamente" coordenada das elites.

O que pode nos revelar, não obstante, tratar-se de elites orgânicas, colocando a mostra uma provável ação coordenada (nos seus aspectos táticos e estratégicos) nesta eleição em particular, tal a coincidência de ações e objetivos desencadeados e pessoas envolvidas.

Finalmente, para analisar a ação política da elite dominante e empresarial no confronto com as oposições em 82 desde esta perspectiva teórica e metodológica, procuramos desenvolver série de técnicas de investigação, considerando-se, por seu turno, os limites materiais e pessoais do estudo. De forma suscinta, destacamos as principais técnicas utilizadas, que corresponderam:

a) Análise bibliográfica, que serviu para orientar e que procurou acompanhar praticamente toda a extensão da pesquisa, na tentativa da construção do referencial teórico e metodológico.

b) Análise de material jornalístico, que serviu para complementar, em alguns casos (embora confrontados com outras fontes), a análise bibliográfica. Além de possibilitar a análise do comportamento da imprensa durante o período pré-eleitoral e durante toda a campanha de 82.

c) Análise documental escrita, que possibilitou analisar a documentação pertinente aos partidos políticos, instituições governamentais, cadastros e legislações específicas do TRE de Santa Catarina, além dos recursos impetrados na Justiça Eleitoral, relatórios oficiais, Diários Oficiais, publicações de organismos como a Associação dos Diplomatas Superior de Guerra de Santa Catarina (ADESG-SC) e do Sindicato dos Jornalistas, também em complementação a análise bibliográfica.

d) Análise de conteúdo, utilizando por conseguinte técnica simples de investigação quantitativa e qualitativa de conteúdo, aplica-

das na análise do comportamento da mídia impressa em um aspecto bastante particular: os editoriais dos três principais jornais da "grande imprensa" no período, para aquilatar-se de que forma tratavam a questão da "imagem" dos candidatos e/ou partidos em 82.

e) Entrevista aberta (não-estruturada), de forma a complementar as informações obtidas com a análise do material jornalístico, bibliográfico e demais fontes de consulta, a fim de proporcionar embasamento à análise. Foram realizadas entrevistas (formais e informais) com informantes chaves (contudo, é importante destacar que somente tiveram valor documental e histórico, quando igualmente confrontadas, na medida do possível, com outras fontes).

f) Organização de banco de dados relativo a informações e documentos pertinentes as eleições (em todos os seus aspectos), com pastas individuais de cada candidato e partido (os dois maiores em disputa), além das empresas e empresários, dos profissionais de imprensa e do sindicato dos jornalistas e radialistas, da ADESG-SC e personalidades políticas (principais intelectuais orgânicos) catarinenses. Através deste banco de dados foi possível verificar conexões, inter-relações entre os partidos e candidatos e a elite empresarial. (Permitindo inclusive acompanhar, em alguns aspectos, a evolução do processo político de maneira geral, extrapolando os objetivos deste estudo em particular).

3. O Significado das Eleições Diretas Durante o Regime Militar

3.1. A Instituição Partidária e a Busca de Legitimidade via Eleições

O que pretendemos focar nesta parte a título de notas teóricas é a importância que a instituição partido assume na sociedade, e mostrar ao mesmo tempo como o regime militar influenciou sobremaneira na vida partidária brasileira.

Assim, no que diz respeito ao regime autoritário, precisamos atentar para suas peculiaridades, e a primeira constatação que nos ocorre, diz respeito ao seguinte: a intervenção dos governos militares no campo político-partidário atingiu níveis jamais vistos em nossa história. Regras eleitorais foram constantemente manipuladas, assim como partidos foram extintos para dar lugar a novas agremiações. Mas muitas destas "cirurgias" operadas no processo político brasileiro acabaram virando-se contra seus próprios idealizadores.

Tal fato, nos obriga a procurar entender o peso condicionante do Estado sobre o sistema partidário. A obra de Maria do Carmo Campello de SOUZA foi a pioneira no estudo desta problemática. Em "Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)" a autora debate a pouca atenção dispensada às relações entre o sistema partidário e o Estado, afirmando que

(...) entendido este ... em sua qualidade de locus para a tomada e implementação de decisões. Assim é que os estudos existentes sobre as bases sociais ou sobre as bases sociais ou sobre a mecânica eleitoral e institucional dos partidos desconsidera por completo a burocracia estatal e o processo de policy-making; da mesma forma que os estudos sobre policy-making, objeto que foram de notável impulso nos últimos anos, raramente fazem qualquer referência aos partidos políticos, e se abstem inteiramente de investigar as estruturas e pro-

cessos decisórios como um possível condicionante da institucionalização do sistema partidário.³¹

Para a autora, portanto, nos defrontamos com a existência do descompasso entre os partidos e a articulação de alternativas quanto aos problemas reais, e que tal descompasso seria decorrente da própria organização do Estado³² - envolvendo, assim, todo o problema das relações entre o sistema partidário e a estrutura estatal que lhe era preexistente.

Deste modo, sem adentrar no estudo da evolução de nosso sistema partidário, podemos indagar de acordo com BDLIVAR LAMDUNIER, como o regime militar conviveu com a competição eleitoral, ele que foi altamente desagregador para as instituições, principalmente devido à sua longevidade. A resposta é dada pelo próprio Lamounier, quando afirma que partidos fortes são indispensáveis e quem sabe até inevitáveis em sistemas políticos complexos, mas o poder central procurou de todos os meios conviver com partidos fracos, ou esvaliá-los enquanto instituições.³³

Assim, diante do exposto acima, podemos tirar algumas lições importantes para nosso estudo. Segundo SOUZA, mesmo reconhecendo que vivemos um período de carência de canais regulares de participação política, a instituição partido é um instrumento dificilmente "substituível" em sociedades como a nossa. De acordo com sua ótica tanto podemos estar diante do fortalecimento quanto da desagregação do sistema partidário. Deste modo, não se deve privilegiar uma e outra dessas vias, o que no seu modo de entender seria algo mais como "miopia" ideológica. Tal fato, revelaria "incapacidade" de "apreender os processos de transformação do sistema partidário como processos objetivos, produzidos pela vigência efetiva de um sistema de representação eleitoral e partidário".³⁴

É o que parece concordar Lamounier, ao dizer que um dos "paradoxos" da política de abertura é que a estratégia bipartidária acabou servindo de arcabouço que poderá redundar em mudanças para o avanço partidário:

atenuou os componentes anti-autoritários da cultura política; facilitou uma maior aproximação da sociedade civil e em particular dos meios intelectuais e profissionais com a política partidária militante; enfim, criou condições para uma mudança de fundamental importância, a médio prazo.³⁵

Contudo, podemos observar que houve clara a manipulação das regras eleitorais no Brasil no período pós-64. Mas, paradoxalmente, foram através de eleições periódicas que o regime militar pôde conquistar um mínimo de legitimidade para o seu continuismo.

De acordo com David FLEISCHER, o país possui longa trajetória no campo da "engenharia política", embora a manipulação de normas constitucionais e leis eleitorais no Brasil tenha sido mais intensa no período de regimes militares. Contudo, vai enfatizar que nem sempre se conseguiu o resultado esperado, obrigando a constantes "correções de rumo".³⁶

Segundo o autor, a ação visando "arrebentar" o que qualifica de "camisa-de-força" do bipartidarismo para permitir um pluripartidarismo moderado era coerente em 1979/81, mas não levou em conta as dissidências no interior do partido governista, as clivagens inerentes a política de âmbito regional, bem como as reações no seio da linha dura militar, que na sua política de abertura "lenta, gradual e segura", visava entregar o poder aos civis em 1985. (Vamos retomar este ponto no item 3.2).

Portanto, o que queremos que fique claro neste ponto, é que para manter as aparências do que se poderia chamar de regime democrá-

tico, significando segundo o autor acima, Congresso e partidos funcionando com eleições periódicas, os golpistas de 64

embarcaram numa seqüência sem fim de "engenharia político e eleitoral" para tentar atenuar a erosão continuada de legitimidade dos sucessivos governos autoritários. As várias "cirurgias" feitas na classe política foram em vão, pois em 1982 muitos dos cassados voltaram ao poder, vindicados pelo voto popular direto.³⁷

Outros autores também chegam a esta mesma conclusão, apesar de colocarem novos aspectos do problema. É o caso de Gláucio Ary Dillon Soares, que mesmo concordando com FLEISCHER, destaca que as "cirurgias" são feitas para impedir uma vinculação classista da política:

o grande medo das classes dominantes é que as classes trabalhadoras adquiram poder através de quaisquer meios, eleitorais ou não. Assim, quando a base classista da política brasileira se afirma e há uma ameaça à hegemonia das classes dominantes, há um coup d'état ou, como se tornou mais comum recentemente, as regras eleitorais são mudadas.³⁸

Embora adote uma postura metodológica um pouco distinta em relação aos demais autores citados anteriormente, Maria Helena Moreira ALVES³⁹ entende que, por um lado, o Estado era obrigado a "invocar" aquilo que denomina função legitimadora das eleições, acoplada à promessa de volta da democracia, afinal esta fora a justificativa original para o golpe. Ao mesmo tempo, não podia perder toda e qualquer eleição, uma vez que a sua política repressiva tornara as eleições verdadeiro plebiscito. Teve, então, que reformular constantemente a lei eleitoral, eliminando os candidatos "indesejáveis" da oposição, garantindo sempre a vitória de seus aliados. Mas "ao fazê-lo, entretanto, o Estado subverteu a função legitimadora das eleições, diminuindo assim a cada enfrentamento eleitoral sua própria

legitimidade".⁴⁰

3.2. A "Abertura" de Figueiredo

A política de "abertura" do general Figueiredo dava prosseguimento a nova etapa de institucionalização do Estado autoritário iniciada em 1974 com a política da "distensão" do Presidente Geisel.⁴¹

De acordo com ALVES, Figueiredo "ampliou" a política de liberalização, mas permaneceu, contudo, fiel aos parâmetros da "democracia forte" fixados por Geisel. Assim, abriu-se um espaço à participação da chamada "oposição de elite", capaz de garantir certa estabilidade para o regime. Do mesmo modo, seria restringida a participação de parcelas da população até então excluídas da atividade política, possibilitando ao Estado determinar qual a oposição mais favorável a seus propósitos.⁴²

ALVES sustenta que os grupos de elite da oposição, tais como a CNBB, a OAB, a ABI, e organismos do MDB, desenvolveram trabalho decisivo visando a ampliação do "espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado tentava assumir". E também ao nível da política formal lutando em favor do desmantelamento do aparato repressivo, a elaboração de uma nova Constituição e a modificação do modelo econômico. Por fim, setores da burguesia nacional aderiram aos setores da oposição de elite, "reivindicando maior participação na formulação da política econômica". É importante observar-se, por outro lado, que data do período a eclosão do movimento popular representado na associação das "comunidades de base ligadas à

Igreja, os grupos associativos seculares e o novo movimento sindical, tanto do campo quanto das áreas urbanas.⁴³

Em resumo, de acordo com o exposto acima, podemos concluir que

as atividades de política formal acima analisadas ampliaram a margem de manobra para todos os grupos de oposição. A revogação do Ato Institucional nº 5 abriu novas possibilidades legais para a organização de bases, e o movimento popular viria a desempenhar papel decisivo no processo político.⁴⁴

3.2.1. O Retorno das Eleições Diretas para Governador

Neste contexto, é que podemos considerar o retorno das eleições diretas para governador, após dezessete anos. A última eleição para os executivos estaduais ocorrera em 1965.

Para LAMDUNIER, este processo de abertura pela "via eleitoral" é algo singular em nossa história política e

uma análise aprofundada dos fatores que o tornaram viável deveria começar pelo legado ideológico e institucional brasileiro, cujo caráter autoritário tem sido freqüentemente ressaltado, mas que também abriga importantes componentes liberais, não sendo concebível, entre nós, a legitimação de um sistema autoritário, muito menos de uma autocracia repressiva como a que se configurou na era Médici.⁴⁵

Segundo o autor, a complexidade de nossa estrutura social, o grau de urbanização e a importância de nossa história político-eleitoral colaboraram para isso. Desde, é claro, sejam asseguradas "certas condições mínimas de liberdade para a disputa", de um lado. E, por outro, a condução do processo de distensão pela cúpula do poder dominante "permitiu-lhe monopolizar praticamente a iniciativa /grifo do autor/ das mudanças político-institucionais a serem implanta-

das".⁴⁶ O que significa dizer que "a estratificação do poder pôde ser projetada no tempo", mesmo que isto implicasse na adoção de "pequenos golpes brancos" e de fórmulas de "duvidosa moralidade", capaz de minimizar o impacto de derrotas eleitorais em escala crescente. Assim,

entre a impossibilidade de uma "mexicanização" duradoura e o simples imobilismo ditatorial, o Governo Geisel optou por uma terceira via, que seria a da distensão "gradual e segura". Esta, ... tinha como condição básica a possibilidade de projetar no tempo a então vigente estratificação do poder político-institucional. Ou seja, a abertura via eleições foi possível em grande parte porque as forças político-partidárias "reativadas" em 1974 estavam na realidade disputando o controle de um poder legislativo enormemente esvaziando em suas funções prerrogativas.⁴⁷

De acordo com LAMOUNIER, o processo eleitoral, "foi o campo de ação 'distendido' pelo sistema autoritário, permitindo o crescimento da oposição", a qual procurava se organizar em razão da conquista de espaços, uma vez que lutava, "na melhor das hipóteses, pelo controle de um legislativo enfraquecido e sobre o qual pairavam os instrumentos legais /grifo do autor/ da tutela militar".⁴⁸

Ou seja, o que o autor quer ressaltar, é que "os níveis de poder mais decisivos para a questão democrática não se achavam realmente em jogo, de 1974 até 1982". Estamos falando do

acesso ao poder executivo federal, através da disputa da Presidência da República; a orientação da política econômica, obviamente dependente do poder executivo; as expressões legais /grifo do autor/ da tutela militar sobre o processo político, corporificadas no Ato nº 5 até o final de 1978, e que sobreviveram indiretamente, por exemplo através do dispositivo constitucional referente ao "estado de emergência".⁴⁹

Neste sentido puramente institucional, as eleições de 1982 representam marco significativo. Ou seja, se desfez o monopólio governamental da iniciativa político-institucional. A oposição consegue eleger dez governadores e impor uma derrota ao governo com a conquista da maioria parlamentar na Câmara dos Deputados.

Tal fato, teve forte repercussão política, uma vez que o Congresso passou a reconquistar parte de sua importância, elevando assim, "substancialmente o nível do confronto no que diz respeito a própria sucessão presidencial".⁵⁰

3.2.2. A Crise Política e a Reforma Partidária de 1979⁵¹

O "pacote" de abril de 1977 reforçou as chances do Poder Central para as eleições de 1978. Ele suspendeu mais uma vez as eleições diretas para governador e criou o mecanismo do senador "biônico".⁵² Tal fato, possibilitou a adoção de várias outras medidas liberalizantes em razão da maioria no Congresso Nacional, a exemplo da revogação do AI-5, em dezembro de 1978.⁵³

Mesmo assim, viam-se reduzidas as chances eleitorais do governo, principalmente em função de seu desgaste e o crescimento "notório" do MDB. Certamente, poderiam ocorrer derrotas "mais graves nas eleições seguintes (municipais em 1980 e gerais para governadores, em 1982)". É dentro deste contexto que podemos vislumbrar a reforma partidária de 1979.⁵⁴

A par da concordância em muitos aspectos, a literatura apresenta muitos pontos divergentes no trato da questão. Ao mesmo tempo, é possível encontrar-se importantes contribuições para nosso entendimento daquele período. Podemos mesmo afirmar que algumas contribui-

ções comportam interpretações absolutamente enriquecedoras para a análise, como veremos a seguir.

Um primeiro aspecto, refere-se a afirmação de FLEISCHER, segundo a qual o sistema partidário encontrava-se "maduro" para o que chama de uma "implosão" deste tipo. Afirma o autor que

ainda em 1979, ambos os partidos sofriam clivagens do pluripartidarismo anterior a 1965. Por outro lado, no MDB existiam pelo menos três correntes ideológicas (moderados, neoutênticos e autênticos), e nos dois partidos havia ambições políticas irreconciliáveis a nível estadual para as eleições de senador e governador em 1982.⁵⁵

De acordo com seu ponto de vista, as lideranças emedebistas foram incapazes de "contornar ou sublimar estes conflitos em nome da unidade oposicionista", perdendo parte de seus quadros para o PP e o PTB, e mesmo para o sucedâneo da ARENA.⁵⁶ (Apesar de, mais tarde, com a incorporação PP/PMDB, este último ter recuperado grande número de dissidentes e recomposto sua força eleitoral na maioria dos estados brasileiros).

No entanto, coube a LAMOUNIER o mérito de enxergar que, além do objetivo explícito da reforma em pretender fragmentar as oposições, havia também um desejo "oculto", "o de criar condições para adiar as eleições municipais previstas para novembro de 1980". Eis aí um argumento chave para nosso entendimento, e que não aparece em outros autores. A seguir, o autor trata de apresentar as razões que nos levam a esta conclusão.

Ele começa dizendo que, além das dificuldades que os partidos encontrariam para se organizar, sabia-se de antemão que somente o PDS, o PMDB e o PP teriam maiores facilidades para constituírem diretórios municipais, podendo, assim, responder aos requisitos le-

gais. Portanto, entende que o adiamento das eleições de 1980 (para prefeitos e vereadores) estava "embutida" na reforma de 1979.⁵⁷ (Apesar da maioria governista, o autor em questão afirma que a oposição se curvou a sua aprovação, não fugindo de uma ação "mais do que retórica" no Congresso).

LAMOUNIER aponta três "desdobramentos graves" em razão do adiamento: abriu um "vácuo político" que trouxe repercussões desagradáveis, "criando condições favoráveis ao avanço do terrorismo de direita", que culminou com o atentado a bomba do Rio Centro; estabeleceu a coincidência de eleições executivas e legislativas em todos os níveis e em todo o país em novembro de 1982 (exceto para a Presidência da República), tornando-as quase inviáveis - o que só reforçou o argumento de novos adiamentos, como também forneceu pretexto para se "questionar a validade e representatividade dos resultados". Por último, trouxe grande desgaste para os partidos envolvidos durante mais de dois anos na difícil tarefa de organização e de adaptação a nova legislação partidária e eleitoral, em muitos aspectos ainda "indefinida", como no caso da legislação da propaganda gratuita no rádio e na TV.⁵⁸

O quadro de grave crise política ocorrido durante o ano de 1981 acabou marcando a trajetória do governo na condução da transição - "forçando-o, de fato, a uma extensão ainda maior de seu já exagerado gradualismo".⁵⁹

No mês de setembro (1981), em função da ausência do Presidente Figueiredo (em tratamento médico nos Estados Unidos devido a complicações cardíacas), a oposição, apoiada pela dissidência do PDS no Congresso, consegue derrotar o governo na questão da sublegenda nas eleições diretas para governador em 1982.⁶⁰

A resposta do regime viria com o retorno do General Figueiredo ao país, através do envio ao Congresso, do chamado "Pacote" de 25 de novembro de 1981, que obrigou a bancada pedessista a "fechar questão", visando "restabelecer o equilíbrio" entre o governo e a oposição.⁶¹ O chamado "Pacote de Novembro" foi aprovado por decurso de prazo em 9 de janeiro de 1982.

O plano dos estrategistas palacianos era fortalecer o desempenho eleitoral do PDS a nível estadual que (auxiliado pelo rolo compressor da utilização clientelística da máquina estatal), pretendia reforçar as bases pedessistas nos pequenos municípios. Ou seja, em poucas palavras, garantir a maioria governista no Colégio Eleitoral que elegeria o sucessor de Figueiredo.

O pacote de novembro frustrou as expectativas do Partido Popular (que almejava-se tornar o "partido fiador" da transição conservadora) e, chefiado pelo então senador Tancredo Neves, tratou logo de incorporar-se ao PMDB, o que reduziu sobremaneira "a excessiva vantagem que o pacote inicialmente conferia ao governo".⁶²

LAMOUNIER entende esse "ganho", ou "redução da desvantagem", como nova oportunidade perdida: "é como se o gradualismo excessivo houvesse caído em sua própria armadilha". O que o autor quer dizer, é que acabou-se por transformar a eleição num pleito pouco mais que bipartidário.⁶³

Segundo ALVES, "os resultados preliminares das eleições gerais de 15 de novembro de 1982 demonstraram a eficácia dos controles impostos pelos militares, com a limitação das perspectivas da oposição". Ou seja, principalmente em função do pacote de Abril de 1977, "que deu maior peso à representação do Nordeste", assim, o regime pôde conquistar maior número de cadeiras na Câmara dos Deputados do que conseguiria sem as modificações de 1977. Mas alerta que, apesar

das mexidas na legislação eleitoral, a oposição obteve no geral maioria na Câmara. E de uma maneira geral, as eleições de novembro não deixaram de representar "na realidade um grande avanço para as oposições".⁶⁴

Do mesmo modo, os resultados eleitorais apresentaram algumas surpresas. A autora aponta "as inesperadas" vitórias do PDS nos estados importantes de Pernambuco e Rio Grande do Sul. E também destaca a importante vitória de Brizola, no Rio de Janeiro. (Dentro do contexto da política nacional, podemos destacar igualmente a importância que assumiu a disputa eleitoral também em Santa Catarina, não somente por tratar-se de pleito acirrado, mas sobretudo devido aos interesses em jogo e as forças em conflito).

E, por último, de acordo com a mesma autora, em que pese todas as medidas adotadas pelo governo para tentar derrotar as oposições (Lei Falcão, "casuísmos" eleitorais, etc.), muitos resultados das eleições para governador em 82 foram questionados em vários estados brasileiros, devido as ações que procuraram impedir a fraude nas eleições⁶⁵, também denunciada em Santa Catarina.

Notas

¹Cf. YAN de Souza CARREIRÃO, Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979), Florianópolis, Editora da UFSC, 1990, p.126-45. Vide também o estudo de Léo Rosa de ANDRADE, intitulado "A Estrutura Coronelista de Dominação: Análise de um caso", Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Direito), UFSC, 1984, p.113-15, que apresenta em várias passagens dados sobre ocorrência de fraude em 82, no município de Imaruí (dominado pela oligarquia dos Bittencourt) no Sul do Estado, que reforça as hipóteses que levantamos no Capítulo II.

²Em seu excelente estudo, CARREIRÃO defende a tese da existência de forte predomínio dos partidos conservadores no plano eleitoral, principalmente no período bipartidário (1965-1979), que é o que nos interessa mais de perto, e conclui pela vinculação do eleitorado a um perfil conservador. Ao final, defende outras hipóteses explicativas que estão imbricadas ao fenômeno, destacando, contudo, que o "forte predomínio conservador no plano estadual relaciona-se com o fenômeno da dominação oligárquica, que vigorou em Santa Catarina em praticamente todo o período". Embora observe que pretenda analisar as relações entre esses dois padrões, ressaltando, com o que concordamos, acerca da ausência de estudo convincente sobre a questão da dominação oligárquica em Santa Catarina. Por isso, segue a linha de análise que vai por vezes estar referida tanto a um como a outro desses dois fenômenos, uma vez que considera inviável explicar o forte padrão de predomínio eleitoral conservador sem abordar a questão da oligarquia no Estado, a este respeito vide p.131.

³Cf. CARREIRÃO, vide especialmente cap. 1, que trata das questões teóricas e metodológicas, p.29-30.

⁴Cf. Pedro DEMO, "Elementos da metodologia dialética", p.98, da sua obra Introdução à metodologia da ciência. E também Ary Cesar MINELLA, item que trata dos "Fundamentos teóricos e metodológicos", p.11-22, de seu trabalho Los Banqueros y su organizacion de clase en Brasil (1960-1980), (Dissertação de Doutorado), México, Unam, 1986.

⁵Cf. M.H. Moreira ALVES, Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), especialmente "Introdução", p.19-30. Vide também a este respeito Reinz Rodolf SONNTAG, "Hacia una teoria política del capitalismo periférico". In: SONNTAG, H.R. e VALECILLOS, H. El Estado en el capitalismo contemporâneo, p.134-83.

⁶Cf. Nicom POULANTZAS, As classes sociais no capitalismo de hoje, p.46.

⁷Cf. POULANTZAS, ibidem.

⁸Cf. POULANTZAS, op.cit., p.46-7.

⁹Cf. POULANTZAS, op.cit., p.169.

¹⁰Cf. POULANTZAS, op.cit., p.170.

¹¹Cf. POULANTZAS, ibidem.

12Cf. MINELLA, op.cit., p.14.

13Cf. MINELLA, op.cit., p.15.

14Cf. René Armand DREIFUSS, O jogo da direita - na Nova República, p.11.

15Cf. DREIFUSS, ibidem.

16Cf. DREIFUSS, op.cit., p.16.

17Cf. Eli DINIZ, Empresariado e transição política no Brasil: problemas e perspectivas", In: FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982, p.165. interessante observar a este respeito que vários empresários de peso de Santa Catarina, bem como alguns de seus representantes no Congresso Nacional, a exemplo de Antônio Carlos Konder Reis, Laerte Vieira, Irineu Bornhausen, além dos industriais Álvaro Catão, Diomício Freitas, e muitos outros, faziam parte da conexão IPES e ADEP, que derrubou o governo de João Goulart, em 64, de acordo com a citação de DREIFUSS em várias passagens de sua obra, "1964: a conquista do Estado", vide páginas 271 (nota 118), p.330, 353, 388-9, 433 e 435.

18Cf. DINIZ, op.cit., p.165-66.

19Cf. DINIZ, op.cit., p.169. Podemos relacionar também o controle exercido socialmente pela mídia no período, que atuavam em consonância com o regime autoritário, segundo ressaltam alguns trabalhos acadêmicos importantes, como os de: Sérgio MICELI, O papel político dos meios de comunicação de massa no Brasil. São Paulo, USP/IDESP, 1989; José Nilo TAVARES, "Estado e meios de comunicação no Brasil". In: MELO, J. Marques de (org.). Comunicação e transição democrática. Porto Alegre, Mercado Aberto/Intercom, 1985, p.47-54; Sérgio MATTOS, "O controle econômico". In: MELO, J. Marques de (org.). op.cit., p.62-70; além do trabalho de Murilo C. RAMOS, "O papel dos meios de comunicação de massa na abertura política brasileira: da sístole à diástole, os limites da democracia". In: MELO, J. Marques de (org.), op.cit., p.246-63, e muitos outros.

20Cf. DINIZ, op.cit., p.172.

21Cf. DINIZ, op.cit., p.175.

22Cf. DINIZ, ibidem. Importante observar que no plano regional, os governos nomeados estavam perfeitamente afinados com o projeto de distensão e abertura política, a exemplo do governo catarinense, que trouxe vários grandes industriais para a administração estadual e empresas estatais. Sobre a participação empresarial nos governos catarinenses foi possível observar-se que esta era prática bastante rotineira, de acordo com nosso banco de dados sobre os grupos industriais privados de Santa Catarina, organizado para a cadeira "Burguesia no Brasil: organização e atuação político-corporativa", ministrada pelo professor Ary C. Minella, em 1988, no curso de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Sobre a preferência empresarial em torno da candidatura do PDS ao governo catarinense, vide pesquisa exclusiva feita pela Revista Exame, junto a 520 empresários, de 25/8/1982, p.18-26.

²³As passagens a seguir, baseiam-se nas "Brevíssimas anotações conceituais sobre 'elites orgânicas'", p.21-31, que aparecem na obra de DREIFUSS, *A Internacional Capitalista: estratégia e tática do empresariado transnacional (1918-1986)*. Muitos dos conceitos ali emitidos pelo autor, também são trabalhados em seu mais recente livro, "O Jogo da Direita", especialmente p.9-23.

²⁴Cf. DREIFUSS, *Brevíssimas anotações conceituais sobre 'elites orgânicas'*, op.cit., p.22 e nota 3, da p.29.

²⁵Cf. DREIFUSS, op.cit., p.29-30, nota 4.

²⁶Cf. DREIFUSS, op.cit., p.30, nota 5.

²⁷O destaque tem como objetivo principal chamar a atenção do leitor para a importância de expressões chaves no contexto do parágrafo.

²⁸Cf. DREIFUSS, op.cit., p.23. Interessante observar que o autor também utiliza o conceito "intelectual orgânico" (que vamos explorar bastante ao longo de nossa exposição). Ele baseia-se também em Gramsci, afirmando que este último estabeleceu princípios teóricos apropriados para a percepção do processo através do qual se formaram os agentes do capitalismo modernizante brasileiro. Para Gramsci, "todo grupo social que passa a existir no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica traz consigo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que proporcionam homogeneidade ao grupo, bem como a conscientização de sua própria função, não somente no campo econômico mas também nos campos social e político. O empresário capitalista cria consigo o técnico industrial, o especialista em economia política, os organizadores de uma nova cultura, de um sistema legal, etc.", vide em DREIFUSS, "1964: a conquista do Estado", p.107-8, nota 3.

Desse modo, vai enfatizar que "(...) se não todos os tecno-empresários, empresários e militares, pelo menos uma elite entre eles tinha a capacidade de ser os organizadores de seus interesses de classes e da sociedade". E reforça: "Essa elite dos intelectuais orgânicos (doravante denominada elite orgânica do bloco econômico multinacional e associado) passou a constituir uma força social, cônica de que seus próprios interesses corporativos, no seu presente e futuro, transcendem os limites corporativos da classe puramente econômica e podem e devem também se tornar interesses de outros grupos subordinados", op.cit., p.161.

²⁹As centrais de idéias e pesquisas, fundações e agências de planejamento e consultoria servem à classe dominante (sem serem necessariamente partes dela ou participantes da ação política direta). Ou seja, funcionam como segmentos auxiliares e de assessoria num leque limitado de questões, geralmente circunscritos à dimensão da formulação de políticas públicas; como celeiro de recrutamento de quadros (para preencher as vagas da administração do Estado) e como lobbies frente ao executivo e o legislativo, vide DREIFUSS, *Brevíssimas anotações conceituais sobre 'elites orgânicas'*, op.cit., p.28.

³⁰Cf. DREIFUSS, op.cit., p.28-9. Ele acrescenta que esses estágios principiam com "a tomada da consciência negativa", sendo que nesses momentos iniciais as elites orgânicas do emergente bloco econômico se tornam conscientes de sua diferenciação com respeito as

forças sociais anteriores e visualizam a necessidade de mudança, embora ainda no interior dos parâmetros do regime existente. Nos estágios seguintes, chegando à "tomada de consciência positiva", se estruturaram em uma organização à procura do comando político da sociedade, então, concebem modelo sócio-econômico e político diferente daquele já existente e agem adequadamente para implantá-lo.

³¹Cf. SOUZA, Maria do Carmo Campello de, op.cit., p.28. Autora sustenta que em virtude de faltar à literatura corrente "um foco ao mesmo tempo estrutural e político", ela trata o clientelismo, por exemplo, como "sobrevivência tradicionalista", ao contrário de "procurar esclarecer as relações entre o Estado e o sistema partidário", e, dentro deste contexto, "entender as funções objetivas (estruturais) do clientelismo". O que a autora quer dizer, é o seguinte: "visto apenas como expressão de uma estrutura social atrasada, o clientelismo escapa à análise propriamente política, cedendo lugar à exortação normativa que almeja a 'política ideológica'", vide p. 34.

³²Embora não tenha a mesma preocupação que Campello de SOUZA, pois seu objeto de estudo é diverso daquela, Maria Helena Moreira ALVES acaba servindo aos nossos propósitos neste ponto, já que em sua obra "Estado e oposição no Brasil (1964-1984)", vamos encontrar elementos suficientes que justificam plenamente o argumento anteriormente esboçado por nós.

³³Ver Bolivar Lamounier, "Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro, São Paulo, IDESP, nº 14, 1986, p.7. Ainda segundo o mesmo autor, a partir de 64 até 1979, a formação ocorreu dentro de limites estreitos, ou seja, concebidos enquanto "organizações provisórias". Eram permitidos unicamente por serem "indispensáveis" à operação do mecanismo representativo, "cuja ruptura completa o novo regime pretendia evitar". São criados a ARENA e o MDB, sintetizando uma "oposição consentida". A reforma partidária de 1979 fixou os limites para a criação de novos partidos, p.8-9.

³⁴Ver Maria do Carmo Campello de Souza, op.cit., 1983, p.162.

³⁵Ver Bolivar Lamounier, op.cit., p.58. Acrescenta o mesmo autor a este respeito na mesma página, que estes "avanços" decorreram da perda da legitimidade do regime, a partir da vitória eleitoral do MDB em 1974, somado ao desgaste provocado pelo "milagre econômico"; além, é claro, da conquista dos espaços de atuação oposicionista, em parte propiciado pela política de distensão do governo Geisel.

³⁶Ver David FLEISCHER, em artigo intitulado "As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário", in) FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília, UnB, 1988. p.68.

³⁷Ver David FLEISCHER, op.cit., 1988, p.84.

³⁸Ver Gláucio Ary Dillon Soares, "A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos", In: FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília, UnB, 1988, p.93.

³⁹A noção exata acerca do método utilizado pela autora aparece explicitado em sua obra denominada "Estado e oposição no Brasil (1964-1984)", Petrópolis, Vozes, 1985. Ela examina a influência da

Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento na formulação das estruturas de Estado, capaz de "impor" o controle da sociedade e Moldar um "projeto" de governo. Vai chamar este mesmo Estado, de Estado de Segurança Nacional. E sua natureza "só pode ser avaliada em relação ao processo dinâmico de sua interação com as formas e estruturas dos movimentos de oposição gerados na sociedade civil", diz a autora. Maria Helena completa: "Tanto as estruturas do Estado quanto as formas de oposição vão-se permanentemente transformando à mercê das tentativas de cada parte de controlar, conter e modificar a outra. O relacionamento mútuo é portanto essencialmente dialético. O conceito de dialética será empregado para designar este conflito dinâmico pelo qual cada parte da totalidade vê-se transformar e reconstituída pela outra", p.27-28.

40Ver M. Helena Moreira Alves, op.cit., p.87.

41Ver M. Helena Moreira Alves, op.cit., p.225.

42ALVES, *ibidem*. Pode-se acrescentar que a política de "mão estendida" de Figueiredo significava, segundo a mesma autora, de um lado, que os grupos vinculados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses fossem seculares - relativo as associações cívicas, independentes do Estado e administração, a exemplo das sociedades ou associações de bairros, associações de moradores de favelas, etc. -, ou ligadas à Igreja, enfrentaram violenta repressão; por outro lado, outros setores que não eram considerados suficientemente fortes para gerar "antagonismo" ou "pressão", de acordo com os ditames da Doutrina de Segurança Nacional, transformaram-se em fortes parceiros do regime.

43ALVES, op.cit., p.225-26.

44ALVES, op.cit., p.226.

45Esta passagem aparece em Bolívar LAMOUNIER, Authoritarian Brazil revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira/1974-1982, São Paulo, IDESP, nº 11, 1985, p.46. Este mesmo texto foi posteriormente publicado sob o título "O'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura", na coletânea organizada por Alfred STEPAN, denominada "Democratizando o Brasil", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

46LAMOUNIER, *ibidem*.

47LAMOUNIER, op.cit., p.47.

48LAMOUNIER, *ibidem*.

49LAMOUNIER, op.cit., p.48.

50LAMOUNIER, *ibidem*.

51A discussão que enfocaremos a seguir, se baseou fundamentalmente nas obras de ALVES (1985:269-78), LAMOUNIER (1986:50-4) e FLEISCHER (1988:121-36).

52Através deste mecanismo, os senadores seriam eleitos indiretamente, sendo que o partido do governo passaria a contar com 21 se-

nadores contra apenas um da oposição, já que o MDB detinha somente a maioria em uma Assembléia estadual, a do Rio de Janeiro, LAMOUNIER, op.cit., p.50. Ainda sobre o Pacote de Abril, vide ALVES, op.cit., p.192-96. Ela também chama atenção para outra cláusula importante do pacote, referente ao aumento das restrições da Lei Falcão que disciplinava a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão no âmbito das eleições municipais às estaduais e federais. Segundo ALVES, "o silêncio seria imposto em todas as eleições, negando-se à oposição a oportunidade de debater e criticar as políticas do Estado", op.cit., p.195.

53 LAMOUNIER, *ibidem*.

54 LAMOUNIER, *ibidem*. De acordo com FLEISCHER: "as últimas eleições (1974, 1976 e 1978) foram como plebiscitos, tipo 'sim ou não', onde toda espécie de descontentamento político e sócio-econômico contra o governo era canalizada em votos para o único partido de oposição, o MDB". O governo promoveu, então, a volta ao que chama de "pluripartidarismo moderado" composto por um punhado de partidos de oposição, para ao mesmo tempo dividi-la "em várias correntes, e também ampliar o espaço de manobra do governo para articular combinações com algumas destas", op.cit., p.121.

Os novos partidos formados foram: o PDS - Partido Democrático Social, sucedeu a extinta ARENA, formava a base de sustentação do regime; o PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sucedeu o antigo MDB, que de acordo com LAMOUNIER, conseguiu reter a sigla, acrescentando de maneira inteligente o "P", uma vez que pela legislação partidária então aprovada todos os partidos eram obrigados a "ter a palavra partido em sua designação"; o PP - Partido Popular, comandado por Tancredo Neves, idealizado para ser o interlocutor "confiável" do governo, capaz de se tornar uma opção de governo de transição conservador; PT - Partido dos Trabalhadores, fortemente ancorado no novo movimento sindical que eclodira na região paulista do ABC, centrado na liderança de Lula. Foi idealizado com o objetivo de unificar a luta dos operários com a luta dos movimentos de base, dando maior ênfase as lutas sociais; finalmente, o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro e o PDT - Partido Democrático Trabalhista, que reivindicavam para si a herança do trabalhismo de Getúlio Vargas. Como se sabe a sigla PTB fora disputada por Leonel Brizola e Ivete Vargas, sendo que esta última acabou tendo sucesso, ao que tudo indica devido ao apoio palaciano, com quem viria a negociar após as eleições de 1982. Assim Brizola partiu para a criação de seu partido de corte ideológico socialista-democrático, evitando negociar com o grupo de Ivete, nitidamente "fisiológico", de acordo com Lamounier.

55 FLEISCHER, op.cit., p.122-23.

56 FLESICHER, op.cit., p.134.

57 FLEISCHER é mais contundente, ao afirmar que o adiamento deveu-se ao fato de que os partidos não teriam tempo para se organizar. Ou seja, era preciso esperar mais um pouco para que a estratégia de dividir para conquistar desse certo. Ele sustenta que a idéia dos "estrategistas palacianos" era fazer com que os prefeitos (eleitos em 1976 pela ARENA agora com mandatos de seis anos), "teriam mais força para 'puxar a legenda por baixo' (reverse coattails effect) e ajudar a eleger os colegas de chapa", é o que expressa em

seu artigo "As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário", op.cit., p.87.

⁵⁸ALVES concorda com parte com o desgaste das oposições, por entender que os partidos oposicionistas se defrontaram com um duplo dilema: manter a frente das oposições, ou se organizar individualmente enquanto partido, atendendo aos reclamos do amplo espectro ideológico que representava, mesmo podendo perder eleições para o PDS em muitos estados. Por outro lado, entende que ao lançar-se na difícil tarefa de organização partidária, tanto os partidos quanto os movimentos de base politizaram-se, unindo a política formal a política informal das lutas sociais. Apesar de ALVES ver a crise de 1981 como resultado da ação de setores do Executivo de linha-dura, contrários a liberalização (que no Brasil era presa ao calendário eleitoral) e não como reflexo imediato do adiamento das eleições municipais de 80. Aqui faz-se um registro acerca da passagem sobre o adiamento das eleições atribuídas a Lamounier, que foi extraído de um texto um pouco mais antigo do autor, publicado na coletânea organizada por Hégio Trindade, denominada "Brazil em perspectiva: dilema da abertura política", Porto Alegre: Editora Sulina, 1982. p.127-30. Entendemos que o autor foi mais feliz ao tratar da questão naquele texto, apesar de também tocar neste aspecto na sua publicação de 86, já anteriormente citada por nós.

⁵⁹LAMOUNIER, op.cit., p.52.

⁶⁰Através deste mecanismo cada partido poderia lançar até três candidatos para um mesmo cargo, nas eleições para prefeito e senador. É eleito o candidato individualmente mais votado, considerando-se as três sublegendas. Tinha como objetivo principal "acomodar" as facções arenistas anteriormente vinculadas aos partidos do período pré-64, mas foi intelegentemente utilizado pelo MDB e depois pelo PMDB, inclusive em 1982. A explicação mais detalhada aparece na nota 38 (LAMOUNIER, 1986).

⁶¹Ou seja, foi evocado o princípio da "fidelidade partidária", que implica na perda do mandato de todo parlamentar que votar contra as decisões e diretrizes fixada pelo partido ao qual pertence. Quanto ao projeto, teve como objetivo principal impor a vinculação total de votos, em todos os níveis e tornava nulos os votos dados a candidatos de partidos diferentes. Isto obrigou a todos os partidos a apresentar candidatos a todos os cargos, implicando: 1) na conseqüente "fragmentação" de uma possível frente oposicionista; 2) tornou-se impossível as alianças, pois elas implicariam, no caso dos partidos menores, por exemplo, no apoio tácito às candidaturas "do PMDB (ou do PP), ao executivo, no plano estadual, em troca do apoio a candidatos desses partidos aos demais cargos", Lamounier, op.cit., p.54.

⁶²De acordo com ALVES, o PP sentiu a perda de seu peso eleitoral, capaz, inclusive, até de impedir sua sobrevivência, com a incorporação pôde ver aumentado as chances de recuperação do poder político; quanto aos partidos menores, decidem manter "seu potencial de iniciativas independentes", apesar de somente o PT ter conseguido lançar candidatos em número suficiente de municípios, para concorrer em todos os estados, op.cit., p.282. Já FLEISCHER fala do objetivo estratégico de Petrônio Portela em relação ao PP, tido como parceiro e fiel da balança no Congresso na questão do processo sucessório,

caso o governo perdesse a maioria na Câmara e Senado, op.cit., p.123. Em razão do prejuízo provocado pelo "Pacote" as suas pretensões político-eleitorais, o PP optou pela reincorporação ao PMDB numa convenção nacional do partido em 20 de dezembro de 81, e confirmadas numa convenção conjunta em fevereiro de 1982.

63 Segundo o autor, o "fantasma plebiscitário" não fora exorcizado com a reforma partidária de 1979, e retornava num contexto de agravamento das tensões sociais: "o coroamento do processo de transição teria de esperar mais dois anos e arriscar-se a novos acidentes de percurso", op.cit., p.54. De acordo com ALVES, os partidos menores perderam grande parte de seu potencial e ganhou peso o chamado "voto útil", que no seu entender foi dado não ao melhor partido nem ao melhor candidato da oposição, "mas ao partido que mais provavelmente seria capaz de fazer frente ao PDS e conquistar o poder", op.cit., p.283.

64 Alguns números importantes sobre o comparecimento as urnas em 82, são apresentados por FLEISCHER, op.cit., p.136. Ele lembra que as oposições conseguiram eleger dez governadores, passando em 83 a governar aproximadamente 60% da população brasileira em Estados responsáveis por 72% da arrecadação do ICM. Acrescenta que a par das derrotas nos Estados de Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o "PDS concentrou-se mais no Nordeste, sendo alcunhado de 'partido dos nordestinos' por Tancredo Neves, recém-eleito governador de Minas". Sobre o desempenho individual dos partidos nas eleições o autor fala nas p.138 a 139. Também sobre as eleições de 82, vide ALVES, op.cit., p.278-89.

65 O caso mais gritante ocorreu no Rio de Janeiro, com a tentativa de impedir-se a vitória de Brizola, que acabou derrotando seu adversário por uma margem de 200 mil votos. Brizola conseguiu agir prontamente na desmontagem da grande manobra que envolveu membros do SNI e militares de linha-dura e a empresa de computação Proconsult. Em razão do fracasso da operação houve uma tentativa de sublevação militar para cancelar as eleições e impedir que os governadores tomassem posse. Segundo ALVES, "a conspiração foi frustrada pela pronta e decisiva intervenção do Presidente João Figueiredo e do Ministro do Exército Walter Pires", op.cit., p.288-89.

Tanto no Rio Grande do Sul quanto em Pernambuco o PMDB denunciou a ocorrência de fraude na contagem dos votos. No Rio Grande do Sul, o PMDB moveu ação contra o PDS por fraude e requereu ao TRE a recontagem dos votos. Muitos detalhes a esse respeito aparecem em ALVES, op.cit., p.287-89. Outros trabalhos também tratam da questão da fraude e corrupção eleitoral em períodos diferentes de nossa história, mas particularmente em relação a 1982.

CAPÍTULO I

AS ELEIÇÕES DE 82 EM SC: ASPECTOS CONJUNTURAIS E POLÍTICOS

1. Introdução

As eleições de novembro de 82 propiciaram a possibilidade de "ruptura"¹ no sistema político até então dominante em Santa Catarina, principalmente se levarmos em conta o surgimento de candidatura independente das forças tradicionais que sempre dominaram o Estado, representada neste pleito pela candidatura peemedebista.

Tal possibilidade, obrigara a união de forças das elites (seus blocos mais tradicionais e mais modernizantes) em torno de projeto capaz de impedir a vitória das Oposições cujas chances de êxito alcançavam níveis elevados. Dessa forma, as elites tiveram que se apegar com todas as armas (algumas delas bastantes questionáveis, como vamos procurar demonstrar neste capítulo, como de resto tentaremos comprovar ao longo da tese) em torno da candidatura de Amin cuja vitória em 82 é até hoje questionada.²

Durante o autoritarismo, o PMDB constituía-se também em Santa Catarina em importante pólo de aglutinação da insatisfação popular, não só contra o regime mas também contra a estrutura de dominação estadual. Assim, podemos verificar mesmo antes da reformulação partidária de 79, o declínio arenista e o conseqüente crescimento partidário do então MDB³, alcançando importantes vitórias no plano eleitoral em quase toda a década de 70⁴. O partido havia vencido a disputa para o Senado em 74, bem como aumentado o número de prefeituras, conquistando importantes redutos em cidades-pólos de forte vigor econômico, a exemplo de Blumenau, Joinville e Lages.⁵ E nas eleições de 78, o partido oposicionista acabaria obtendo novo êxito para o Senado, a exemplo do que ocorrera em 74, com a vitória de Jaison Barreto, reforçando o crescimento no plano partidário. Chegamos, então, ao final do período revelando a possibilidade de "duros embates" nas próximas eleições⁶, que apesar da reformulação partidária, não conseguiu afastar a polarização entre os dois maiores partidos antes existentes, conforme acabaria mostrando o pleito de 82. A fusão do PP com o PMDB tornaria ainda mais acirrada as eleições em Santa Catarina, confirmando o temor das elites quanto ao possível malogro eleitoral do partido situacionista.

Aliado a todos esses aspectos, podemos salientar também o aumento vertiginoso da impopularidade do regime⁸, bem como dos governos catarinenses nomeados pelos militares no período. Ao contrário do que costumeiramente afirmam certas fontes, como por exemplo, a chamada "grande imprensa" a propalar a popularidade dos governos nomeados (vide sobre a vinculação dos jornais catarinenses com o partido do governo no cap. V), assistimos durante o governo de Jorge Bornhausen a comprovação de vários atos de corrupção e desvios administrativos, sendo responsável entre tantos atos pelo enquadramento

de estudantes e jornalistas na Lei de Segurança Nacional.⁹

Ao mesmo tempo em que começam a surgir vários movimentos reivindicatórios tanto no campo como na cidade, principalmente se levarmos em conta as transformações ocorridas no país, e porque não dizer em Santa Catarina, a partir da década de 70.

Vários estudos recentes tem procurado demonstrar não-somente o vigor das forças populares em Santa Catarina, principalmente no que diz respeito a formação de nova cultura política, também com reflexos sobre a vida partidária. Eles apontam na direção da organização de certos setores da classe trabalhadora que passam a reivindicar e lutar por seus direitos, assim como na organização de vários movimentos reivindicatórios no meio rural e urbano. São exemplos bastante significativos deste fato, as lutas sociais que eclodem no Estado em meados da década de 1970 e início dos anos 80, conforme mostram entre outros, os estudos de: Teresa Kleba LISBOA, "O movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Oeste Catarinense", Dissertação de Mestrado, 1987; Ilse SCHERER-WARREN, "Movimentos populares em Santa Catarina: notas para um mapeamento", 1987 (Mimeo); José de Souza DIAS (org.), "Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe", 1989; Ilse SCHERER-WARREN e Maria José REIS, "O movimento dos atingidos pelas barragens do Uruguai: unidade e diversidade", (versão preliminar), 1988; além do estudo de Valmor SCHIOCHET, "Esta terra é minha terra: movimento dos desapropriados de Papanduva"; UFSC, Dissertação de Mestrado, 1988.

Além destes trabalhos, podemos citar ainda o importante estudo de Robert Henry SROUR, intitulado "A política dos anos 70 no Brasil: a lição de Florianópolis", 1982, que retrata a nova dinâmica que assumem os movimentos sociais em Florianópolis, e porque não dizer em Santa Catarina, em virtude do episódio do confronto entre o presi-

dente Figueiredo e populares em 1979: e que resultou em sete estudantes universitários enquadrados na Lei de Segurança Nacional e também no fim das campanhas populistas federais engendradas pela SECOM¹⁰, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, dirigida por Said Farah, além do desgaste provocado na cúpula dirigente estadual, capitaneada pelo então governador Jorge Konder Bornhausen.

Do mesmo modo, podemos destacar que, certamente, o debate nacional propiciado pela reformulação partidária em 1979, também obrigou aos vários segmentos sociais catarinenses¹¹, como sindicatos, meio estudantil e associações classistas as mais diversas a discutirem qual a melhor proposta a seguir em função da criação dos novos partidos políticos. Tanto que vários representantes destes mesmos segmentos sociais irão engrossar as fileiras dos novos partidos.

Como exemplo, podemos citar o apoio emprestado ao PMDB por membros de entidades como a ALISC, Associação dos Professores Licenciados de Florianópolis (que mais tarde ganha status de organismo estadual); ACM, Associação Catarinense de Medicina; OAB-SC, e tantas outras entidades de nível federal com forte articulação no período. E também a formação de Núcleos expressivos de apoio ao maior partido de oposição em Santa Catarina junto ao meio estudantil universitário, constituídos em torno do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, cujas principais lideranças ingressariam no PMDB. (Inclusive muitas daquelas que haviam comandado os protestos contra o general Figueiredo).¹² Assim, de acordo com nossa pesquisa, é fácil constatar-se que membros destas entidades fizeram parte não só do diretório regional do PMDB como também dos diretórios municipais do partido (que abrigavam no seu seio líderes vinculados aos "partidos clandestinos" no período). Inclusive, an-

tigos emedebistas sairão destas mesmas entidades e também do próprio PMDB para formar em Santa Catarina o PT e o PDT.¹³

Também as dificuldades sentidas na esfera econômica, irão obrigar as diferentes categorias profissionais a se organizarem em torno de suas principais bandeiras de luta, bem como incluir em sua agenda política a defesa da redemocratização do país. Não seria por acaso que no Estado, certos segmentos da classe trabalhadora do campo e da cidade, se colocassem em 82 ao lado do PMDB, capaz naquele momento de canalizar a insatisfação popular contra o regime militar, e igualmente contra a estrutura de dominação estadual.

O que ocorreu com maior força nos principais centros urbanos catarinenses, tanto que o PMDB lograria êxito nos maiores colégios eleitorais constituído em sua maioria por cidades de porte médio (Santa Catarina não possui grandes aglomerados urbanos a exemplo de outras metrópoles brasileiras). O mesmo aconteceria em relação ao meio rural, como no Extremo-Oeste catarinense, onde pontificava a ação do clero progressista¹⁴, centrado na arquidiocese de Chapecó, que irá emprestar todo apoio as mudanças sociais e à luta contra o regime militar. O que constituiu-se num dos fatores de importante derrota pedessista naquela região. Por último, é importante lembrar também as alterações processadas no meio rural no período, cujos indicadores sociais apontavam o declínio da população rural (para um Estado de economia fortemente agrícola). E o aumento da tensão no campo em virtude do empobrecimento deste mesmo contingente populacional, que provocara já em 1980 as primeiras invasões de trabalhadores sem-terra, com a ocupação por mais de 300 famílias da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê também no Oeste do Estado.¹⁵

Dentro deste contexto, é possível, então, supor que os representantes tradicionais das elites no poder (que eram identificados

por parcela significativa da população como legítimos representantes do regime autoritário¹⁶ no plano estadual) sofreram forte desgaste e perda razoável de espaço de manobra política. De frente com, assim, de forma crescente, com a falta de legitimidade e identidade popular. Portanto, a candidatura de Amin adequava-se a este perfil conservador estabelecido no Estado em termos políticos pela estrutura dominante. Ou seja, uma dominação que pretendia-se revigorada, mas que não implicasse uma ruptura com o "antigo", o que significava no dizer de seus adversários, "o velho travestido de novo"¹⁷. Pois, ao mesmo tempo em que garantiria o respaldo necessário à candidatura das elites em uma difícil disputa eleitoral (desfrutando de simpatia popular em várias faixas, principalmente em redutos como da Capital catarinense, na região da periferia, tendo sido o deputado federal mais votado em 78), afinava-se ideologicamente com estes setores dominantes. Todos estes atributos acabaram credenciando-o a posição de candidato do PDS (não seria por acaso que a candidatura de Konder Reis não se concretizaria, ele que havia sido governador nomeado e representante direto das oligarquias, o que tornaria praticamente impossível sua pretensão naquele momento, não somente aos olhos do seu partido como de resto do eleitorado.

Deste modo, vamos procurar observar neste capítulo que as eleições de 82, apesar de já estarmos vivendo o período multipartidário de nossa história política, acabaria resumindo-se a disputa entre os dois partidos com mais chances de vitória, representado pelo sucedâneo da antiga Arena e do MDB.

A seguir, vamos procurar focar de que forma foram definidas as duas candidaturas, que constituiu-se numa articulação marcada por alguma dissensão interna, tanto num como no outro partido, embora as peças fossem se ajustando após a deflagração da campanha eleitoral.

Após, vamos estabelecer rápido perfil político de Jaison e Amin, na tentativa de estabelecer a ponte entre o discurso e a prática dos candidatos, pois como sabemos ambos representavam demandas sociais importantes no período.

E, por último, no capítulo II, mais adiante, vamos trabalhar os aspectos da própria campanha eleitoral: a análise de casos de fraude denunciados em Santa Catarina em 82; a ação da Justiça Eleitoral, cujo trabalho fora bastante criticado de maneira geral pelas oposições; e o processo de apuração em Santa Catarina.

2. Os Partidos em Disputa e o Bipartidarismo

A disputa eleitoral de 82 sintetizou na prática o confronto entre as forças das elites vinculadas ao regime autoritário e os grupos oposicionistas que tenderam a manter uma "frente" que possibilitasse uma ruptura com a situação histórica. Tal embate caracterizou e reforçou a tendência bipartidária do pleito (reforçado pela questão do voto vinculado), mas independente disto, "o caráter bipartidário estava inscrito na história recente" de Santa Catarina. Ou seja, "em 82 o sistema partidário catarinense era definitivamente bipartidário"¹⁸. De acordo com Viola, "dos outros três partidos existentes somente o PT tinha uma estrutura de militantes significativa para dar-lhe presença estadual, porém incapaz de transformá-lo num efetivo concorrente eleitoral", como acabaria demonstrando o pleito.

Para o mesmo autor, as eleições de 1974 e 1978 tinham demonstrado ou comprovado de maneira clara as dificuldades que teriam as "oligarquias" para se manter no poder pela via da eleição direta para governador. Ele acrescenta que o ano de 82 certamente poderia

significar outro ano de "ruptura" na história de Santa Catarina com a derrota das "oligarquias", principalmente devido a ascensão da candidatura de Jaison Barreto¹⁹, de forte apelo popular.

Antes, porém, seria importante relembrar embora de maneira sintética, as forças partidárias em disputa, em função da reformulação partidária. Também neste ponto, concordamos com Viola quando afirma que chegamos a 82, com apenas três estruturas partidárias existentes em Santa Catarina no período²⁰. De um lado, "a poderosa máquina pe-dessista totalmente imbricada com o aparelho estatal federal e estadual"; de outro o PMDB praticamente estruturado em quase todo o Estado e "desfrutando do prestígio oposicionista"; e, por fim, "a modesta estrutura petista". De acordo com o mesmo autor, "o PDT não chegou a construir uma estrutura partidária estadual, embora tivesse potencialidade para realizá-lo", enquanto que o PTB "ficou como resíduo artificial e inexpressivo".

Os três partidos novos, os menores em Santa Catarina, PT, PDT e PTB lançam candidatos próprios em todos os níveis, seguindo a mesma orientação partidária a nível nacional. O PT centrou sua campanha na palavra de ordem "Trabalho-Terra-Liberdade", tendo como candidato ao governo o ex-operário, ex-coordenador da Pastoral Operária catarinense e líder comunitário Eurides Mescolotto (o seu vice era Vitório Sистерenn, agricultor do Oeste catarinense e vinculado a igreja progressista). Já o PDT teve como candidata a ex-deputada cassada e esposa de Doutel de Andrade, Lígia Doutel de Andrade, que defendia como proposta o "Socialismo Democrático", centrada na defesa dos direitos dos setores marginalizados da sociedades (mulher, índios, minorias étnicas, etc.). Finalmente, o PTB tivera como candidato o ex-prefeito de Florianópolis e parlamentar cassado, Osmar Cunha. Este perdera a indicação do PP, para compor chapa com Jaison, na disputa

com João Linhares (e adotara posição ambígua na campanha eleitoral de 82, fato que geraria duros protestos por parte de setores da Oposição, na sua maioria liderado pelo PMDB).

Pelo fato de terem concorrido com candidatos próprios ao governo em 82, os chamados partidos pequenos seriam acusados por alguns setores peemedebistas de enfraquecerem o PMDB, único capaz de derrotar o PDS. Logicamente, que há exagero em tal afirmação em se tratando sobretudo do PT e PDT, mas ganha certa consistência no que tange ao PTB, pois Osmar Cunha seria acusado durante a campanha de ter recebido recurso financeiro em caso de apoio ao PDS, que consistia em sua estratégia de atacar sistematicamente a candidatura de Jaison através da mídia²¹. (Anos mais tarde seria confirmado a vinculação de Osmar Cunha com o governo federal, tanto que o partido era peça chave do esquema de Ivete Vargas - Planalto em Santa Catarina, via direção da Cobal no Estado; e também nas eleições municipais de 1988, quando Cunha declararia seu voto a favor de Amin, que seria o prefeito eleito da capital catarinense).

Mas nem por isso os pequenos partidos se intimidaram e responderam através da ação das respectivas militâncias no esforço de organização partidária dos diretórios municipais em todo o Estado. E enquanto partidos de oposição adotaram postura de ataque frontal quanto a candidatura de Amin e também de independência em relação a chamada "frente" representada pelo PMDB²².

No obstante, os novos partidos de oposição em Santa Catarina, não puderam fugir das armadilhas impostas pela bipolarização do pleito. Ou seja, os pequenos partidos acabaram tornando-se "presa" fácil do chamado "voto útil", fortalecendo o PMDB eleitoralmente. Assim sendo, o PT em menor escala e o PDT em maior grau sofreriam as conseqüências danosas às suas pretensões partidárias no Estado devi-

do ao bipartidarismo. O primeiro, teve alguns de seus candidatos a prefeito e vereador em 82 abandonando a disputa em favor dos candidatos do PMDB, como por exemplo, em alguns municípios no sul catarinense e em outros menores. Contudo, o PDT sofreria forte defeção em seus quadros, devido a ação desencadeada pelo então único parlamentar pedetista na Assembléia Legislativa catarinense, Murilo Canto, que acabaria expulso do partido e viria a assumir praticamente a coordenação do comitê eleitoral de Jaison.

Para se ter idéia da extensão do que afirmamos acima, no que tange ao PDT é importante lembrar que o próprio deputado Murilo Canto chegou a propor a incorporação do PDT ao PMDB, sugerindo inclusive na época a convocação de encontro estadual para estudar a fusão, conseguindo inclusive mobilizar alguns diretórios municipais do partido. Chegou a ser descoberto em Itajaí (região do Foz do Rio Itajaí, litoral norte catarinense) movimento que reuniria 11 diretórios pró-dissolução do partido, o que obrigou na ocasião a pronta intervenção do então presidente nacional do PDT, Leonel Brizola. Em Chapecó (Extremo_oeste) e Lages (Planalto Serrano) também ocorreram importantes defecções: no caso do primeiro, o ex-deputado e forte candidato à prefeitura, Genir Destri, desistiria de sua candidatura. Em Florianópolis, o presidente da comissão executiva deixaria o partido, culminando com a desistência do candidato a vice-governador, Sílvio Rangel, passando a integrar a "frente" oposicionista, o mesmo acontecendo com as demais lideranças pedetistas.

Deste modo, o resultado das eleições de 82 acabaria confirmando as previsões, ou seja, com os três novos partidos menores alcançando votação pouco representativa em 15 de novembro²³.

3. A Candidatura das Elites e da Oposição

A campanha eleitoral acabaria, então, bipolarizando em torno do PDS e do PMDB, partidos estes que tinham sua estrutura montada nas antigas estruturas do período anterior, ou seja, a fase bipartidária de nossa história. Vamos perceber que tanto o PDS como o PMDB mantinham em seus quadros não só antigas lideranças²⁴ oriundas da Arena e MDB, como também abrigavam antigas siglas que constituíam aqueles dois velhos partidos: no caso do PDS vamos encontrar praticamente intactos os dois pilares básicos da Arena, o PSD e a UDN, além do PSP e outros; já o PMDB, além de representantes também da UDN e PSD, encontramos lideranças de esquerda oriundas do PTB antigo, PCB, PC do B, MR-8, PSB e esquerda independente, entre outros²⁵ (sobre a participação empresarial nos partidos políticos em 82, vide cap. IV).

Assim, desde a fase de formação dos novos partidos até o ano pré-eleitoral de 81, já era possível identificar a movimentação dos diferentes partidos em torno de lançamento de candidaturas visando as eleições. Alguns dos nomes ventilados inclusive já estavam em campanha, como era o caso do ex-governador Konder Reis através da dobradinha com o deputado federal Ademar Ghisi. Além destes nomes, despontavam com grande chances de saírem candidatos pelo PDS, o vice-governador Henrique Córdova e o secretário dos Transportes, Esperidião Amin. Também era possível identificar o movimento de candidatos no sul e oeste do Estado, com o lançamento das candidaturas respectivamente de Epitácio Bittencourt e Victor Fontana, Milton Sander e Ivan Bonato, além de outros nomes com menor expressão partidária. Enquanto que dentro do PMDB, três nomes eram os mais citados dentro e fora do partido: o senador Jaison Barreto, o deputado federal Pe-

dro Ivo Campos, além do deputado federal e ex-prefeito de Lages, Juarez Furtado. (Outros nomes expressivos do partido eram também apontados para o cargo a vice, a exemplo dos prefeitos Renato Viana e Dirceu Carneiro, deputado federal Ernesto José de Marco e líder partidário Paulo Macarini). Enquanto que o PP (em função da incorporação com o PMDB) despontava com as candidaturas de Evelásio Vieira, João Linhares e Osmar Cunha, como candidatos prováveis a vice, ou ao Senado.

3.1. A Escolha de Amin

No que tange a escolha de Amin, primeiramente, podemos observar que ela ocorrera muito antes do ano pré-eleitoral. Tal colocação é defendida pelo ex-governador Henrique Córdova²⁶ em depoimento ao autor, e que de certo modo concorda com a opinião de outros estudiosos em cuja posição também nos incluímos. De acordo com o ex-governador, ao nomear Amin para o cargo de Secretário dos Transportes, o então governador Jorge Bornhausen já havia "optado" pelo seu sucessor. Por várias razões: Amin reunia todas as qualidades para a disputa, devido a certa popularidade conseguida junto a Prefeitura da Capital e ter sido o deputado federal mais votado nas eleições de 78. Além do mais desfrutava de grande prestígio junto ao governador Bornhausen, ganhando enorme autonomia frente a secretaria, a ponto de se tornar em determinado momento "mais forte que o próprio Bornhausen". (Vide sobre a importância da pasta para as pretensões de Amin no Cap. III).

Deste modo, tratou-se desde o início de afastar o principal obstáculo a candidatura de Amin, que era sintetizado na postulação

de Konder Reis²⁷, então fortemente articulado com figuras expressivas do partido, a exemplo do deputado Ademar Ghisi, do então secretário Ivan Bonato, dos deputados Victor Fontana e Nelson Morro. Assim, as correntes partidárias lideradas por Bornhausen/Córdova que tinham o controle do diretório regional do PDS, além do apoio do Planalto, conseguem convencer Victor Fontana a sair como vice de Amin e com isso "minar" as bases da candidatura Konder Reis, cujas chances de vitória era avaliada pela cúpula pedessista catarinense como "impossível"²⁸. Com isto consegue-se obter o consenso em torno da chapa do partido, com a indicação de Fontana, além de Ivan Bonato para suplente de senador e Ademar Ghisi para à Câmara Federal, enquanto isso o deputado Epitácio Bittencourt articularia junto a bancada estadual e federal a indicação do próprio Jorge Bornhausen para a disputa para o Senado.

é importante lembrar que, se a indicação de Victor Fontana servira para apaziguar o partido (buscar-se a unidade indispensável para enfrentar eleição difícil), do ponto de vista eleitoral chegou a quase "comprometer" o resultado das eleições²⁹. Pois a sua derrota na região do Oeste catarinense, de acordo com as previsões das lideranças pedessistas não era esperada, embora previsível segundo nossa análise, principalmente em função dos aspectos suscitados anteriormente (vide início deste capítulo) e devido ao apoio do empresário Plínio De Nês ao PMDB na região, em 82³⁰.

Completamente isolado em seu pleito, Konder Reis retira-se da disputa e denuncia através de nota à imprensa, o que qualificaria de processo "antidemocrático" de escolha dos candidatos do PDS ao governo³¹. Apesar de se afastar da campanha de Amin, tal decisão em nada afetaria a unidade do partido³², sendo que a chapa completa visando as eleições seria lançada em clima de festa durante as comemo-

rações alusivas ao terceiro ano de governo Bornhausen, ocorrida durante concentração no município de Palhoça (Grande Florianópolis), em 16 de março de 82. Assim, Amin seria homologado candidato ao governo pela unanimidade de votos dos convencionais pedessistas, junto com Fontana e Bornhausen, durante ato oficial na capital, em 5 de junho de 82.

3.2. A Vitória dos Progressistas

A candidatura de Jaison Barreto, por outro lado, constituiu-se numa vitória dos chamados grupos autênticos e progressistas dentro do PMDB, cujo trabalho já vinha sendo organizado há alguns anos³³. Ou seja, seria o coroamento de luta que procurou reunir as principais lideranças progressistas, tendo sua expressão máxima na candidatura de um de seus principais representantes, o então senador Jaison Barreto. Ela nasce, então, a partir da reunião de intelectuais, jornalistas e políticos em torno do chamado Instituto Sócio-Econômico do antigo MDB, que seria mais tarde transformado na Fundação Pedroso Horta em Santa Catarina. Através deste organismo, se desenvolveu todo o trabalho de articulação entre as lideranças progressistas espalhadas por todo o território catarinense, com a realização de seminários e palestras. Servia deste modo, como espécie de "cunha" da esquerda no Estado, ou seja, deste modo é que se formaria e ampliaria o grupo progressista dentro do PMDB.

Apesar de constituir grupo "minoritário" dentro do partido, o grupo progressista conseguiria articular fortes lideranças municipais, só para exemplificar, podemos citar: o grupo de Lages, representado pelo deputado Francisco Küster, ¹prefeito Dirceu Carneiro e

Maria Shirley Donato (que viria a se tornar principal articuladora da candidatura de Jaison, ela que era então sua suplente no Senado); em Joaçaba, Iraí Zílio (eleito deputado estadual em 82, seu irmão, Normélio Zílio seria eleito prefeito do município), sindicalistas no Extremo-Oeste e Joinville; e expressivas lideranças envolvidas no movimento social, a exemplo de Nelson Wedekin e Remy Fontana, ambos membros da Comissão de Justiça e Paz, que participaram dos protestos e defesa dos estudantes que organizaram a manifestação contra Figueiredo em 79, além do advogado Roberto Motta, preso político recém-anistiado (eleito deputado estadual também em 82), e muitos outros. Responsáveis pelos pronunciamentos dos parlamentares na Assembléia Legislativa, bem como no trabalho de organização e ampliação das bases do partido, o grupo foi se fortalecendo e conquistando espaço dentro do PMDB.

Assim, a eleição de 82 representou o confronto destas forças com os setores "moderados" e conservadores do partido, que tinham na figura do deputado federal Pedro Ivo Campos seu principal representante. Além deste, também faziam parte desta corrente o então prefeito de Joinville, principal base de sustentação da candidatura de Pedro Ivo, Luiz Henrique da Silveira (eleito deputado federal em 82); Saulo Vieira (principal articulador da corrente moderada e delegado do partido junto ao TRE nas eleições), além do vereador da capital, Edison Andrino (também eleito deputado em 82) e muitos outros. Ou seja, confronto este que começara muito antes (1977)³⁴, quando da disputa pelo controle do Instituto Sócio-Econômico, e que alcançaria seu ponto máximo com a escolha do candidato do partido ao governo do Estado.

Portanto, no confronto direto entre as duas forças peemedebistas a balança penderia para o lado dos progressistas, que consegui-

ram "controlar"³⁵ o processo de escolha dos candidatos ao governo. Ou seja, através de proposta defendida pelos simpatizantes da candidatura de Jaison Barreto, referente a decisão de escolha via prévias eleitorais (até então novidade na história política de Santa Catarina), foram abertos os caminhos para seu projeto. Uma vez aceita de forma unânime por todo o partido³⁶, coube a militância aguerrida consolidar a candidatura Barreto junto as bases partidárias.

A pré-convenção fora aprovada ainda em 1981, e consistia numa consulta a todos os diretórios municipais do partido³⁷, que procederam a escolha do candidato peemedebista em 28 de fevereiro de 82, em ato realizado na Capital catarinense, reunindo milhares de pessoas. Foram lançadas duas chapas, uma encabeçada por Pedro Ivo e a outra por Jaison Barreto, em que não faltaram inclusive acusações de compra de voto e pressão sobre os "eleitores", verificadas no sul do Estado³⁸. Contudo, serviu para mobilizar bastante o partido, uma vez que ambos os candidatos apresentaram plataforma de governo, que foram amplamente debatidas durante a pré-convenção. (Não havia discordância entre as duas propostas, que se somariam para formar posteriormente a plataforma de Jaison ao Governo).

Enquanto isso, Jaison sairia vencedor para o governo, derrotando Pedro Ivo por 120 votos contra 94. Com a derrota, Pedro Ivo deu sinais de abandonar a disputa para o Senado³⁹, o que poderia implicar em forte perda de quadros partidários, inclusive daqueles setores recém-incorporados ao partido oriundos do ex-PP. Coube, então, ao presidente do partido, Dejandir Dalpasqualle intervir e demovê-lo desta intenção, tarefa satisfatoriamente cumprida em fins de março, pois em seguida Pedro Ivo viajaria para tratamento médico nos Estados Unidos. Assim, o partido pôde marchar unido para a campanha eleitoral, sendo a candidatura de Jaison finalmente homologada du-

rante a convenção regional realizada em Florianópolis, em 19 de julho de 82, apesar de o PMDB já se encontrar em campanha pelo Estado.

Importante, ressaltar, contudo, que a decisão em torno da prévia fora anterior a formalização oficial a nível regional da fusão do PP ao PMDB, cuja decisão nacional também ocorreu através de convenção dos dois partidos em Brasília, no mês de fevereiro de 82, embora um pouco antes da prévia em SC. Ou seja, o PP não participara da decisão, que fora tomada ainda em 81 somente pelos peemedebistas. Deste modo, com a fusão, ficou acertado entre as lideranças dos dois partidos, que o candidato a vice nas eleições também sairia de prévia do PP no mesmo dia a do PMDB na capital catarinense. A disputa dentro do PP ocorreu entre dois candidatos, sendo o escolhido o deputado João Linhares⁴⁰ por maioria de 140 votos sobre 26 dados ao outro postulante, Osmar Cunha. A candidatura de Pedro Ivo ao Senado seria homologada quase de formas unânime através de consenso dos membros das duas organizações partidárias.

Outro dado importante, ainda sobre as prévias, diz respeito ao fato de que alguns partidários de Pedro Ivo, caso do ex-senador Evelásio Vieira, ainda defendiam após a escolha que Jaison não era o melhor candidato para a disputa de 15 de novembro. Advogando a tese de que se a decisão em torno das prévias fosse posterior a incorporação PP/PMDB em SC, o vencedor teria sido Pedro Ivo. Contudo, é importante lembrar que o próprio João Linhares, quando da prévia, torcia para que Jaison fosse o vencedor, pois entendia, a exemplo do pensamento geral da época, que Jaison era o melhor candidato da Oposição em 82.

Além disso, é fundamental que se frise, porém, que a par de ter ao seu lado forte militância, Jaison contava com o apoio dos preferidos do partido⁴¹, possuir forte penetração nos setores trabalhistas,

feminino e jovem peemedebista, como também parlamentar, era dono de vigoroso discurso, conseguindo, por isso, igualmente grande penetração junto ao eleitorado, principalmente devido a firmeza de suas posições políticas. Pedro Ivo tinha contra si o fato de não contar com base estadual consolidada⁴², ao contrário de Jaison, que ampliara sua base de sustentação junto ao eleitorado com sua vitória ao Senado em 78.

4. O Projeto de Sociedade dos Candidatos

A seguir, tentaremos esboçar o perfil dos dois candidatos do ponto de vista político e ideológico, o que significa dizer em outras palavras quais as demandas que eram representadas por cada um dos dois candidatos. Ou seja, qual o projeto de sociedade implícito no programa de governo dos candidatos e a quem visavam beneficiar. Feito este pequeno intróito, é preciso, contudo, se ter em mente que não queremos com isso passar a idéia de visão dualística. Pelo contrário, nossa intenção é tão-somente procurar entender o que estava por trás do discurso e das intenções de ambos os postulantes, considerando-se a conjuntura da época: plena vigência do autoritarismo, de formas excludentes de participação popular e de dificuldades de acesso aos benefícios públicos. Entendido isto, fica mais fácil penetrarmos na dinâmica do discurso e das propostas contidas nos programas dos candidatos.

4.1. A "Renovação" com Amin

De antemão, podemos lembrar que Jaison se diferenciava bastante

de Amin pelo fato de este último, além de ser claro representante das elites, jamais tivera no período forte vinculação e postura concreta de defesa das principais lutas populares inscritas na agenda política. Muito pelo contrário, mas mesmo assim, defendia-se durante a campanha eleitoral de 82 a "vantagem" de Amin sobre Jaison em razão de sua experiência administrativa. FONTANA contesta tal superioridade, ao discutir que "competência técnica" não é sinônimo de governo participativo e democrático, pois Amin estava comprometido com o regime militar e com as estruturas dominantes estaduais. (O autor cita várias passagens em seu estudo que ilustram bem isto, ao reproduzir a opinião de antigos membros da elite dominante catarinense)⁴³. Ou seja, Amin "sempre foi um homem do aparelho administrativo de Estado, onde ocupou posições relevantes em cargos, via de regra, de confiança", de onde seria "catapultado" à posição de mando político⁴⁴.

Portanto, sua carreira política, vista pelos meios de comunicação de massa como "brilhante"⁴⁵ de acordo com o mesmo autor, "coincidiu com o auge do regime burocrático-autoritário, no qual o prestígio dos tecnocratas era assegurado na medida da impotência do parlamento". Período no qual a "prepotência dos gestores públicos e a impunidade de seus atos são marca registrada"⁴⁶. (Como veremos mais adiante, apesar de todas as "amarras" de que o parlamento brasileiro era vítima, justamente neste pequeno "espaço" que Jaison construiria sólida carreira política).

Aliado a todos estes aspectos, podemos citar ainda que Amin era favorecido pela sua postura populista, herança que recebera de Jorge Bornhausen, e sólida base clientelística, consolidada a partir de sua principal base eleitoral, a capital catarinense, onde exercera

mandato de prefeito "biônico". A respeito da base clientelística de Amin é importante lembrar que durante o governo Bornhausen assistimos a implantação de vários programas de cunho eleitoreiro como, por exemplo, os chamados "Comandos Sociais", que se utilizava de jovens universitários para saber acerca das carências da população pobre dos morros e periferia de Florianópolis. Além de outros projetos estimulados pela política assistencial do governo federal, relativo a criação dos chamados centros comunitários, vinculados ao gabinete do governador (como vamos nos referir no cap. III).

Além de saber se aproveitar de toda esta infra-estrutura montada durante vários governos sucessivos, contanto também com o apoio da mídia (Amin mantinha programa semanal na RCE-TV, na época a TV Cultura, quando era prefeito)⁴⁷, pôde contar também com todo aparato da máquina do governo em 82. Com isso, iria garantir a sua "vitória" em Florianópolis, e pôde contar também com a máquina da prefeitura nas mãos do PDS, uma vez que neste pleito não houve eleição para prefeito das capitais.

A seguir, vamos analisar a proposta de governo do candidato do PDS, intitulada "Carta dos Catarinenses", que resultou, primeiro, da divulgação em fevereiro de 82, da chamada "Carta aos Catarinenses", que depois de "debatida" com a "comunidade", redundou no documento definitivo de 20 páginas, lançado em outubro⁴⁸.

O programa está dividido em vinte tópicos, que abrangem as diferentes áreas, como educação, saúde etc., apresentando logo no início as realizações de Amin quando de sua passagem pela prefeitura da Capital e Secretaria dos Transportes e Obras. Interessante observar a este respeito a forma como tais "obras" foram exploradas no documento, utilizando-se inclusive o depoimento de pessoas "beneficiadas" pelos programas, o que demonstra o seu caráter puramente elei-

toral⁴⁹.

Em seguida, são apresentados os postulados básicos da "Carta", centrados no tripé "inovação/renovação", prioridade para o "pequeno" e, por último, "participação comunitária" (que vamos analisar mais a frente). Os postulados são acompanhados de pequeno intróito no qual se introduz a noção liberal de Estado, destacando que o "ser humano procede de Deus e não do Estado", e "em consequência, sobre os interesses do Estado se sobrepõem os interesses da pessoa humana". E conclui a este respeito, afirmando que "a sociedade catarinense quer que a ação do Estado se volte, pois, mais à DISTRIBUIÇÃO e menos ao crescimento". Ou seja, "voltado preferencialmente àqueles segmentos sociais que dispõem de menores recursos"⁵⁰

As propostas de governo estão espalhadas ao longo de nove páginas, estruturadas por áreas, abrangendo itens como "família", "trabalhador", "participação jovem", "idoso", "saúde", "educação", "ensino superior", "empresa catarinense", "economia dos pequenos", "desenvolvimento urbano" etc. São tópicos bastante resumidos do que se pretende fazer no governo estadual, articulados através de três postulados básicos: a) "compromisso" de campanha, enunciado de intenção de governo em tom afirmativo; b) a partir daí desenvolve no "o que fazer", as principais metas de governo consoantes com o enunciado básico do programa; c) finalizando no item "como fazer", relativo aos caminhos e métodos para cumprir o objetivo básico apresentado no enunciado. Contudo, o mais importante a ser enfatizado em relação as propostas, refere-se ao fato de que o programa é claro quanto ao aspecto da garantia de recursos financeiros para obras no campo social - habitação, saneamento básico, infra-estrutura, apoio aos pequenos em todos os níveis etc. -, ao mesmo tempo em que propõe que tais recursos sejam geridos e administrados pela própria comunidade. Prin-

principalmente, os setores organizados da sociedade, a exemplo das associações de bairro, cooperativas e sindicatos. Ao mesmo tempo em que é enfatizado a posição de vanguarda do governo estadual na criação de condições objetivas para o fortalecimento e organização da coletividade de forma ampla e irrestrita. Como se pode perceber, a "Carta" não é apenas avançada neste aspecto, como realmente "inovadora" em muitos pontos. (Ao mesmo tempo em que não faz nenhuma referência quanto a possível dificuldade econômica que o Estado poderia encontrar na consecução destes objetivos).

Assim, retomando os postulados básicos inseridos na "Carta", queremos chamar atenção de dois deles: prioridade aos pequenos e a questão da participação comunitária ou gestão democrática do Estado. Em relação a política em favor dos "pequenos", concordamos com FONTANA quando destaca que a "opção pelos pequenos" se constitui tão-somente, durante a campanha eleitoral, "uma boa peça de propaganda política"⁵¹. Lembra que "pequenos" não formam uma categoria social, nem muito menos, um conceito sociológico. Por isso, enfatiza que o que estaria subjacente a fórmula "opção pelos pequenos" é a tentativa de homogeneização de segmentos distintos da população, que tem posição estrutural diversa na sociedade. Ou seja, "é bem uma ficção sociológica-política, com o fim de escamotear a questão social, com seus atores sociais com características próprias, necessidades, demandas, e expectativas específicas"⁵².

Por outro lado, participação verdadeira, também de acordo com FONTANA, implica apoiar a organização independente dos trabalhadores e produtores diretos, garantindo sua livre manifestação, através de seus legítimos órgãos de classe; reconhecer seu direito de influir nos centros de decisão do poder de Estado e na formulação das políticas públicas. Pressupostos estes que o passado de Amin desautori-

za, segundo FONTANA, o que nos leva a concluir que seu postulado pode significar na prática, "tratar-se, antes, do processo de incorporação e de integração pelo consenso ou pela intimidação"⁵³. Considerando-se, naquele momento, lícito indagar sobre os mecanismos que tornam a participação popular como pressuposto democrático possível, "ao invés de tornar-se argumento estritamente retórico de qualquer político na busca do voto", conclui o mesmo autor.

O discurso populista de Amin aparece bastante evidenciado na sua plataforma, que parece ter também incorporado algumas propostas de governo de Jorge Bornhausen, defendidas em outubro de 1978, pelo então governador nomeado, durante palestra a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG-SC)⁵⁴. A essência teórica da "Carta", principalmente na sua introdução, fora retirada da obra do intelectual das elites, professor Alcides Abreu, denominada "O caminho do homem - proposta para uma proposta para Santa Catarina", elaborada antes das eleições. O documento incorpora, de outro lado, algumas palavras-de-ordem das oposições e procura mascarar a questão de classe, minizando o seu conteúdo político-ideológico, usando expressões como "ação conjunta", "consulta", "delegar", "descentralização", "inovar", "integrar", "distribuição", "participação", "organização" etc., até bem pouco tempo excluídas da cartilha do esquema dominante e do regime autoritário. E que de certo modo contradizia as posições de Amin e dos setores que representava, e que aparecem explícitas em algumas de suas entrevistas e publicações oficiais relativo ao período em que governou o Estado.

A este respeito, é bastante ilustrativo posição defendida pela ADESG-SC, que resultou de seminário realizado em dezembro de 1983, denominado "A economia dos pequenos - a estratégia para a manutenção e o aperfeiçoamento do modelo catarinense de desenvolvimento", ba-

seado no programa econômico defendido por Amin na Carta dos Catari-
nenses, que deixa claro que falar-se em defesa do "pequeno" signifi-
cava na prática jamais abandonar "os grandes". Assim, os membros da
ADESG afirmariam que "é o apoio e suporte financeiro ao empresário
que irá materializar os sonhos do Estado de continuar a ter crescen-
te arrecadação de impostos", e de "ter solução para o problema so-
cial do desemprego, da calma social a mais longa possível, de po-
der materializar promessas eleitorais de saúde, educação, estradas,
... para o povo". O documento conclui, apontando série de medidas
visando a adoção de políticas que procurassem favorecer o meio em-
presarial por parte do sistema financeiro estadual, bem como a ação
do governo estadual junto a esfera federal em apoio e estímulo a in-
dústria⁵⁵.

Tal preocupação é manifestada pelo próprio Amin em sua mensagem
de março de 1987, em seu relatório dos quatro anos de governo, deno-
minado "Resposta à Carta dos Catarinenses", quando afirma que "valo-
rizamos a iniciativa privada, especialmente porque, em Santa Catari-
na, ela significa - a par de competência e bons resultados - preocu-
pação social real". No mesmo documento, Amin explicita algumas de
suas políticas de favorecimento aos grandes grupos econômicos, como
ampliação de prazo para recolhimento de ICM, incentivos à exportação
etc. Assim, muitas das propostas contidas em vários documentos da
classe empresarial (vide cap.IV item 4, quando falamos da defesa de
programas de governo pela ADESG) encontrarão respaldo na política
econômica do então governo Amin, através do financiamento de novas
indústrias, de construtoras⁵⁶ e grandes conglomerados industriais e
comerciais.

Deste modo, Amin vai enfatizar que "o brasileiro é antes de tu-
do, exclusivista e privativista"⁵⁷, sendo assim, "todas as teses so-

cializantes esbarram nesse fator, simplesmente, vem de baixo para cima". Ou seja, destaca que "socializar os meios de produção não é nunca, para o brasileiro, estatizar a produção ou retirar seu direito à propriedade". Por outro lado, vai deixar claro que "o povo que perde sua capacidade de iniciativa, para se apoiar na bengala do governo (grifo de nossa autoria), está com o destino complicado"⁵⁸.

Assim, Amin define-se como "Social-Democrata", contra qualquer forma de estatização, e diz não acreditar no capitalismo de estado e acha que a intervenção do Estado na economia é "sempre danosa quando se dispõe a fazer as coisas"⁵⁹. Por isso, acredita na ação da iniciativa privada em sua "parceria" com o governo ajudando inclusive a resolver problemas que antes eram da competência exclusiva do Estado, como "saneamento básico", "rodovias" etc. "Este o nosso projeto: desenvolvimento econômico pela utilização de nossa inteligência, pelo estímulo à competição e à livre empresa"⁶⁰, e portanto, "onde a competência seja premiada, onde a iniciativa com frutos econômicos seja estimulada". Capaz de assegurar a liberdade de trabalho e a liberdade de iniciativa, inclusive, e sobretudo, para os pequenos e médios empresários, garantindo, pois, o funcionamento de uma economia social de mercado fundada tanto na eficiência econômica como na justiça social e na solidariedade humana⁶¹, segundo pregava o seu partido a nível de Santa Catarina. Ou seja, significando na prática "reforma social com ordem"⁶², dentro do espírito das melhores tradições liberais do País".

Pois segundo Amin, "os homens são desiguais entre si", sendo que "os mais desafortunados, também desiguais entre si, são a maioria", mas "a paz social é o ambiente em que os mais fracos, embora sabendo-se desiguais, convivem harmônica, solidária e respeitosa-mente entre si e com os grandes"⁶³. Logo, conclui Amin, "a função do

Estado é o de assegurar a pequenos e grandes a oportunidade de sentar-se à mesma mesa, para, negociando, construir a paz. Esta a atitude do Estado que persegue o Bem Comum autêntico⁶⁴.

4.2. O "Radicalismo" de Jaison

Jaison Barreto⁶⁵ era espécie de contraponto ao projeto político das elites, pois baseava seu comportamento e prática política de acordo com os ideais de visão de sociedade socialista⁶⁶. E, portanto, adotara comportamento de ataque a política econômica e social engendrada pelo regime autoritário (mais adiante vamos relatar de que forma conseguira derrubar projeto catarinense que visava beneficiar conglomerado de fortes empresas). Consegue, por essa razão forte penetração popular, cujo prestígio nascera no interior do próprio Congresso Nacional, ao desencadear a campanha no país contra as empresas multinacionais do setor de medicamentos⁶⁷. Na ocasião, ele presidia a Comissão de Saúde da Câmara, promovendo, então, encontros da classe médica, que passaram, em função do fechamento do regime, a constituir-se em pólo de aglutinação e irradiação dos estudiosos dos problemas da área no Brasil.

Além disso, constituiu-se em um dos primeiros parlamentares catarinenses a participar ativamente das lutas populares no Estado⁶⁸, defendendo junto as classes trabalhadoras do campo e da cidade, a anistia ampla, geral e irrestrita, a instalação da Constituinte, a abertura partidária, o direito de greve, união de estudantes e trabalhadores, ampla liberdade de reunião e expressão de pensamento sem censura etc.⁶⁹ Foi um dos principais defensores dos estudantes e jornalistas presos e enquadrados na LSN, durante o período do gover-

no Bornhausen⁷⁰, inclusive participando das manifestações de protestode rua⁷¹. Mas o que mais chamava a atenção das elites eram as suas idéias nacionalistas⁷², que apontavam para o seu perfil de defensor do socialismo (encontrava inclusive restrição dentro do seu próprio partido)⁷³. Entre outras propostas, defendia a nacionalização do setor financeiro (que incluía a nacionalização dos bancos nacionais e estrangeiros particulares), reforma agrária, a nacionalização da petroquímica e a expropriação das multinacionais da distribuição do petróleo e seus derivados, além da intervenção na indústria automobilística por parte do Estado⁷⁴.

Em discurso histórico feito na ADESG-SC, em agosto de 82, ocasião em que apresentara seu programa de governo, Jaison não se sentiria intimidado em tecer duras críticas não só contra a instituição como ao próprio regime militar. Apesar de sua fala cortês e polida, Jaison acusaria a ESG de, através de sua ideologia, ser a responsável pela cassação de mandatos, banimento e perseguição de lideranças nacionais. Ressaltaria que tais atos, acabaram servindo de mola propulsora para a união dos setores populares na luta pela democracia no país, ao contrário do que pretendia a ideologia de Segurança Nacional.

Portanto, em documento de mais de 50 Páginas, adota postura crítica tanto em relação a conjuntura nacional como a catarinense, radicalmente oposta a posição assumida por Amin na "Carta" (que omite qualquer tipo de avaliação política mais cuidadosa ou mesmo superficial acerca da realidade concreta). Deste modo, Jaison enfatiza a necessidade de se romper com a visão ufanista e apologética de "nossas potencialidades", incentivadas pelas elites tradicionais, ao longo de décadas, "no interesse de uma dominação excludente, de extração oligárquica"⁷⁵. E propõe explicações "estruturais" sobre a

realidade catarinense, que desfaça a imagem de um Estado como se fosse uma "ilha de prosperidade", ou seja, Estado cujo "equilíbrio econômico" e a "harmonia social" se insere subordinadamente na "divisão regional do trabalho", numa economia que se rege pela "lógica da acumulação forçada do capital oligopólico"⁷⁶. (Devido a crescente concentração de terras, a expansão dos grandes empreendimentos industriais concentrando e centralizando capitais, e a conseqüente concentração de renda, que convive lado-a-lado com a generalização das carências sociais em áreas prioritárias, como habitação, saúde, abastecimento etc.).

A seguir, destaca a importância da candidatura do PMDB ao governo do Estado, e reforça o principal postulado de sua plataforma de governo, ao dizer que a "democracia liberal" tem sido projetada tipicamente para "ajustar-se a um esquema de governo democrático numa sociedade dividida em classes"⁷⁷. E afirma que a "superação do Impasse em que se encontra hoje, demanda, pois, um empenho na incorporação dos movimentos sociais de democracia direta, combinando-a com as instituições democráticas-representativas"⁷⁸. Ou seja, "na busca difícil do equacionamento entre representação e participação, no quadro das exigências do nosso tempo"⁷⁹. é com base nestes princípios que vai apresentar as suas diretrizes setoriais de governo que ocupam mais de trinta páginas (sempre seguidas de um diagnóstico a respeito de cada tópico), divididos em treze áreas: "política agrícola", "política industrial", "política energética", "política de educação" etc. Para não se tornar a exposição longa, podemos sintetizar a diretrizes de governo de Jaison, da seguinte forma: a) democratização do poder e controle social sobre o Estado; b) estímulo à auto-organização social e comunitária; c) definição das políticas públicas no interesse das prioridades sociais da maioria (contra a

especulação imobiliária e pela regulação dos loteamentos clandestinos, apoio à pequena e média empresas, para garantir a geração de empregos, descentralização dos serviços de saúde e ênfase a medicina preventiva; preocupação com o bem-estar social, a distribuição de renda, o crescimento econômico com a concomitante melhoria da qualidade de vida).

4.2.1. A Derrubada da Usina de Gás do Vale S.A. (USIVAL)

Por último, convém relatar que a ação de Jaison transcendia a simples retórica, principalmente no que diz respeito as lutas locais, e que por certo contribuíra para a união das forças de elite nesta eleição em particular. (Sem pretendermos nos estender muito neste ponto, seria importante conhecer em detalhes a ação de Jaison contra o empresariado catarinense antes do período eleitoral).

Ainda no Congresso Nacional, ele desencadearia uma luta aberta contra a elite empresarial catarinense, ao denunciar a construção de uma usina de gás⁸⁰ a ser gerida pela iniciativa privada, mas totalmente financiada pelo Estado⁸¹. Tal postura, serviria de alerta para certos setores empresariais acerca do perigo que Jaison poderia representar para as suas pretensões em SC, caso viesse a ser eleito governador nas eleições de 82.

Essa preocupação ficaria mais evidente, principalmente em virtude do sucesso alcançado por Jaison, pois tais denúncias não só encontrariam eco na opinião pública nacional⁸², como seriam responsáveis pela derrubada do projeto.

De acordo com Jaison, um grupo fechado de membros da elite empresarial catarinense, dentre os quais representantes notórias de

multinacionais, associados com uma pequena parcela do empresariado local com livre trânsito no poder, capitaneados pelo governo catarinense via secretário do Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral (GAPLAN), Noberto Ingo Zadrozny, se reuniram em abril de 1980, na cidade de Blumenau, para a constituição de uma sociedade por ações, Usival - Usina de Gás do Vale S.A. Ela aconteceu na sede da Associação Comercial e Industrial de Blumenau⁸³, da qual participaram os seguintes empresários: Haddock Richardson, inglês, representante da Albany Indústria e Comércio Ltda.; Fugen Alan Rostov, norte-americano, representante da Albany Internacional Corporation; Luiz Staedele Bernardes e Brigitte Staedele Bernardes, representantes da Arno Bernardes Indústria e Comércio Ltda.; Carlos Curt Zadrozny, brasileiro, representante da ARTEX S.A., Fábrica de Artefatos Têxteis (irmão do secretário do Gaplan); Martins Karsten, brasileiro, representante de Bebidas Thomsen Ltda.; Rubens Krepsky, brasileiro, representante da Catarinense de Refrigerantes Ltda.; Paulo Afonso de Freitas Melro, brasileiro, representante da Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.; Luiz Gomes, também representante da Celesc (portanto, os dois únicos que não eram empresários); Nelson Behnemann, representante da Cia. Souza Cruz, Indústria e Comércio; Heinz Schrader e Alfredo Zinkaln, representantes da Cremer S.A., Produtos Têxteis e Cirúrgicos; Adolfo Fae e José Marinho Barbieri, representantes da Electro Aço Altons S.A.; João Bauer e Niels Deeke, pela Fábrica de Chocolates Saturno S.A.; Gerd Júlio Graebe Holffmann e Edmundo Wehmuth, representantes da Indústria e Comércio Vale do Itajaí S.A.; Leopoldo Adolfo Schmalz e Roy Edwin Schmalz, representantes da Indústria de Linhas Leopoldo Schmalz S.A.; Dither Hering e Hans Prayon, representantes da Indústria Têxtil Companhia Hering; Carlos Pedro Koerich e João Telles, representantes da Sul Fabril S.A.; Rolf

Kuehnrich representante da Tecelagem Kuehnrich S.A.; além de Gerd Júlio Graebe Hoffmann e Edmundo Welmuth (já citados antes), que representavam, também, a Tabacos Brasileiros Ltda.

Em contundente discurso proferido no Congresso Nacional, Jaison assim se manifestaria contrário a iniciativa

(...) Srs. Senadores, sob os suspícios do Estado e o patrocínio do Secretário do Planejamento, algumas notórias multinacionais, acumpliciadas com uma pequena parcela do empresariado ligado às tetas do Poder e o financiamento do Governo e das empresas estatais - sempre injustamente acusadas de predatórias da renda nacional - faz-se de uma necessidade estratégica do País um sinistro leilão entre amigos.

Não posso, neste momento, furtar-me a uma profissão de fé nacionalista e democrática sobre as linhas em que deve desenvolver-se as potencialidades de nosso País e de nosso Estado⁸⁴.

E completa:

Somos, abertamente, favoráveis a que o setor de energia seja precipuamente gerido, financiado e planejado pelo Estado. Entendemos que, ... uma heresia econômica pudesse, eventualmente, tolerar-se, seja sob a forma de economia mista ou mesmo de sociedade anônima de capital aberto, tendo em vista, principalmente, a emergência de solução do problema energético⁸⁵.

Jaison ainda apresentaria outros argumentos que justificariam sua postura, naquilo que qualificava de "contravenção" jurídico e político-social, denunciando inclusive o favorecimento de grupo estrangeiro que ficaria encarregado da construção da usina⁸⁶, que encontrou o apoio da imprensa nacional. Somado a tudo isso, a população de Blumenau sairia às ruas para protestar contra a instalação da Usival, denunciando o caráter elitista do empreendimento, bem como o risco de poluição no Vale do Itajaí, hipótese que não estava afastada.

A esse respeito declararia Jaison, na ocasião,

Para servir à meia-dúzia de barões, tradicionalmente presa ao umbigo do Poder, o crime ecológico e social contra a população de Santa Catarina é ainda mais desumano. (...) Por isso mesmo causa espécie que, no momento em que a Nação toda procura soluções globais que interessem à toda a comunidade, meia-dúzia de empresários protegidos pelo Secretário de Planejamento, procurem soluções declaradamente setoriais, que protegem meia-dúzia de empresas em Blumenau, com oposição, inclusive, da comunidade⁸⁷.

Diante do exposto, cremos que fica claro porque Jaison não seria visto como "confiável" pela elite industrial de SC, ao contrário de Amin, como já tivemos oportunidade de demonstrar em outras passagens de nosso texto. Inclusive o próprio Jaison recusara o apoio explícito de certas parcelas empresariais, que em troca de favores de um então provável futuro governo de oposição - vislumbrava-se em determinado momento de campanha a vitória de Jaison -, queriam se engajar em sua campanha eleitoral.

Jaison chegou a receber certa pressão do próprio partido para que oferecesse algumas vantagens no sistema financeiro, em troca de doação financeira de algumas empresas, inclusive algumas de fora de SC, mas se manteve irredutível, o que levaria Jaison a declarar na ocasião que

(...) Continuo a entender que se alguém estava se propondo junto ao povo, a um processo novo valeu a pena ... Essas coisas são de autonomia do candidato. Achei que não devia aceitar ... Pode ter custado muito, mas valeu o preço⁸⁸.

Assim, o que queremos enfatizar é que tanto seu discurso como sua prática política, um e outro intercambiavam-se mutuamente, teriam enormes reflexos no campo social, como procuramos exemplificar

com o caso da Usival.

Tal postura, seria expressa nitidamente em seu programa de governo, que vinha permeado não só pelos ideais socialistas que defendia, como por uma nova prática de governo, sintetizada nos ideais de participação e combate a corrupção na administração pública.

5. Os Grandes Comícios e o Temor da Fraude

Ambos os partidos desenvolveram intensa mobilização por todo o Estado durante o período que fora destinado a campanha eleitoral, sendo que o ritmo de trabalho junto ao eleitorado seria bastante intensificado principalmente nos últimos meses de campanha. Praticamente o primeiro semestre seria dedicado aos rearranjos partidários em função da constituição de chapas e lançamentos de candidaturas no âmbito municipal, tarefa a qual se entregaram os candidatos majoritários. No caso do PMDB, este esforço teve que ser redobrado, o que implicou em maior gasto de energias, devido ao difícil trabalho de composição de chapas em razão da incorporação com o Partido Popular⁸⁹.

O que não quer dizer que os partidos e candidatos não estivessem em campanha, muito pelo contrário⁹⁰. Obviamente, o esquema montado em torno da candidatura oficial detinha mais recursos para desenvolver sua campanha, centrada em torno do GEAP, Grupo Executivo de Ação Política, na capital, dirigido pelo Superintendente do BRDE, João Adalberto Silveira⁹¹.

Contudo, é possível observar-se certa semelhança em termos de estrutura organizacional entre o comitê eleitoral do PDS e o de Jai-son, pois tanto em um como no outro a estratégia de campanha era

formulada por um "conselho político". Talvez, a diferença fundamental entre os dois partidos, refere-se ao fato de que o GEAP tinha em seu conselho político a presença de secretários de Estado do governo Córdova, que chama a atenção em função do trabalho estratégico que desempenhava no governo estadual, no caso a Secretaria Extraordinária de Comunicação Social (SECOM). Assim, além dos candidatos aos cargos majoritários, presidente regional do partido, governador Henrique Córdova, o próprio secretário da SECOM, Paulo da Costa Ramos, também integrava o comitê. (Esse dado reforça ainda mais o argumento da utilização partidária do aparato estatal em favor da candidatura oficial.

Por outro lado, admitimos também diferenças significativas no que tange a arregimentação de pessoal para a constituição de comissões de trabalho dentro do comitê por parte do PDS, bem como a garantia de condições materiais de ação⁹², principalmente se levarmos em conta dois aspectos fundamentais: primeiro, em razão da posição assumida em 82 pelo então governador Henrique Córdova durante a campanha eleitoral, e, segundo, devido ao grande engajamento dos grandes donos de grupos empresariais na campanha do PDS.

Através da ação governamental, o PDS ocupava largo espaço na mídia, através da propaganda institucional paga na TV, expediente utilizado pelo governo Bornhausen/Córdova para mostrar as realizações de governo mediante propaganda subliminar. Ao mesmo tempo em que espalhava enorme quantidade de out-doors pelo Estado com o mesmo objetivo. O PMDB tentava neutralizar este ataque através da ação de sua militância e de formas criativas, inclusive admitida pelos seus próprios adversários, de fazer campanha⁹³. Exemplo disso, fora a chamada "TV do Povo", criação da militância da capital, espécie de caricatura televisiva, que ocupava o calçadão principal de Florianópolis.

polis, reduto tradicional de manifestações políticas, para denunciar atos administrativos do governo, fazer campanha partidária, e, sobretudo chamar atenção para a censura imposta aos partidos em razão da Lei Falcão.

Contudo, a campanha eleitoral seria marcada pelas grandes concentrações populares realizadas em todo o Estado, em que não faltaram a apresentação de shows musicais, principalmente nos últimos dias de campanha. A exemplo do que fizera com a introdução das prévias para escolha de seu candidato ao governo, coube mais uma vez ao PMDB inovar também no que tange aos comícios partidários: era a chamada "Jornada da Mudança", que consistia na realização de comícios "relâmpagos" em vários municípios de uma só vez ou em municípios-sede de microrregiões⁹⁴, na maioria das vezes conseguindo reunir grandes contingentes por onde passava, congregando não só os candidatos e militantes peemedebistas, mas simpatizantes de outras agremiações partidárias. Também denominada "Chama da Mudança" ou "Chama da Vitória", a "Jornada" estava associada a idéia de mudança, simbolizada na imagem do relógio (despertador) e do slogan de campanha "Tá na Hora de Mudar". Ela consistia na realização de caravanas lideradas pelos candidatos majoritários do partido que saíram de três pontos do Estado (regiões Norte, Sul e Oeste catarinense), que conduziam através de atletas (nos moldes dos jogos olímpicos) o "fogo" da vitória. Com isso, o partido percorreria mais de 3 mil km, realizando aproximadamente 250 comícios, culminando com a chegada da jornada a capital catarinense em 3 de outubro, com a realização da maior concentração popular da campanha eleitoral de 82⁹⁵.

O PDS, por seu turno, concentraria na reta final da campanha seus esforços na realização de comícios-shows nos maiores colégios eleitorais do Estado, a exemplo de Joinville, Blumenau, Lages, ter-

minando com grande concentração popular também na capital.

Para finalizar este ponto, seria importante observar outro aspecto que também monopolizaria a atenção dos partidos, mais propriamente os de oposição, que dizia respeito a suspeita de ocorrência de casos de fraude durante a eleição.

Mesmo antes de 15 de novembro, o presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães⁹⁶, já advertia o partido em Santa Catarina sobre a tentativa de fraude por parte dos militares. O argumento da direção nacional dava conta que a vinculação total de votos e a coincidência de eleições ensejavam oportunidades "extremamente perigosas de fraudes e abusos notadamente em virtude do elevado número /provável/ de votos em branco, com conseqüências danosas ao PMDB". A principal preocupação do partido estava centrada no processo de apuração do pleito. Inclusive vários profissionais da área de computação ligados ao PMDB publicariam vários artigos na imprensa, alertando para o perigo de fraude durante a apuração.

Dentro deste mesmo espírito, o jornal de campanha peemedebista, o jornal "Mudança" destacaria que

será fácil que, onde o PMDB não estiver fiscalizando, o PDS obrigue os mesários a preencherem as cédulas em branco com candidatos /votos no partido/ do governo. O partido /PMDB/ está atento e vai formar um corpo de fiscalizadores forte, capaz de evitar que a vontade do povo seja fraudada⁹⁷.

Desse modo, a Fundação Pedroso Horta, comandada pelo professor Jacó Anderle, iniciara enorme esforço no sentido de preparar através da realização de seminários e palestras em todas as microrregiões do Estado seus fiscais. Assim, o partido desencadearia a operação denominada "Olho neles", visando impedir atos de fraude, cujos indícios já começariam a aparecer antes do pleito que iremos ver no capítulo

a seguir. Por ora é importante destacar que, apesar de toda esta mobilização, o que parecia à primeira vista simples temor, na verdade, tornar-se-ia fato real, em razão do grande número de casos de fraudes comprovados durante as eleições de 82 em Santa Catarina.

Notas

¹Cf. Viola, "As eleições de 1985 e a Dinâmica do Sistema Partidário de Santa Catarina", Cadernos de Ciências Sociais, UFSC, 1986, p.3. De acordo com VIOLA, o sistema partidário catarinense mostrou no período 1945-65 um predomínio absoluto da dupla PSD-UDN. Estes partidos eram dominados patrimonialisticamente pelas três grandes famílias políticas catarinenses: Ramos no PSD, Konder e Bornhausen na UDN, p.1. Deste modo, completa LENZI: "alterando-se, algumas vezes, sem que fosse modificada a estrutura de estamento dominante, já que a velha disputa, por exemplo, entre conservadores e liberais (republicanos), nas Repúblicas Velha e Nova, e entre pessedistas e udenistas, posteriormente, nada mais sugeria do que a luta hegemônica entre grupos oligárquicos-burgueses, pelo controle do poder, através de sua máquina projecional, os negócios do Estado". Ressalta ainda que "as chamadas elites dirigentes (formada pela parentela, pelo clientelismo e pelo cartorialismo) cômicas e atalaiadas, de que se qualquer maior adversário (coligado ou não) se lhes viesse antepor, a união mandonística já estava ontologicamente legitimada, como ocorreu depois de 1964, mais precisamente em 1968, na reformulação partidária imposta pelo sistema revolucionário", p.218.

Este último vai afirmar, também, que "em Santa Catarina a Arena foi constituída, basicamente, pelas lideranças tradicionais da ex-UDN e do ex-PSD, que de adversários radicais, tornaram-se praticamente sócios do espólio do poder criado pelo Movimento de 1964, aceitando completamente a dominação técnico-militar do sistema de segurança, (Secretaria de Segurança, Polícia Militar e Serviço de Segurança dentro dos órgãos da administração), em nome da defesa dos objetivos nacionais permanentes", p.356.

Deste modo, em termos de retrospectiva histórica tivemos no período compreendido entre 1964 até 82, Santa Catarina governada pelos membros das elites dominantes: Ivo Silveira, pela coligação PSD-PTB (último eleito pelo voto direto no quadriênio 1966-1971, cujo vice, o brizolista Francisco Dall'Igna, do PTB, teve seu mandato cassado em 16 de julho de 1966 por decreto presidencial, sendo nomeado por Silveira mediante manobra constitucional, o advogado Jorge Konder Bornhausen, na ocasião sem idade mínima para exercer o cargo; Colombo Machado Salles, Arena, 1971-1975; Antônio Carlos Konder Reis, Arena, 1975-1979 e, por último, Jorge K. Bornhausen, Arena (PDS), 1979-1983. Os três últimos governadores foram eleitos pela via indireta, de acordo com as diretrizes do regime militar.

²Cf. Viola, op.cit., p.6. O autor destaca ainda o uso da máquina estadual por parte do PDS. E também o ensaio do professor REEMY FONTANA, "Governo Amin - um voto de Desconfiança", em cujo texto nos baseamos para aprofundar nossas hipóteses, especialmente p.28-40.

³Cf. CARREIRÃO, "Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979)", p.116-25.

⁴Cf. CARREIRÃO, op.cit., p.118.

⁵Cf. CARREIRÃO, ibidem.

⁶Cf. CARREIRÃO, op.cit., p.120-21.

⁷Entrevista do ex-governador Henrique Córdova ao autor, realizada em 22 set. 90. A mesma tese é defendida por várias lideranças peemedebistas também entrevistadas por nós.

⁸Cf. CARREIRÃO, op.cit., p.121. O autor ainda enfatiza a importância do processo de urbanização que se "efetua na década de 70 em SC", que deve ter contribuído para aumentar ainda mais a insatisfação popular contra o regime militar. Aspecto também enfatizado por nossos entrevistados.

⁹Particularmente a este respeito analisamos vários exemplares da chamada imprensa "nanica", a exemplo do jornal "Afinal", bastante combativo no período. Vide matérias que falam de nomeações de "funcionários fantasmas" no governo Bornhausen, má aplicação de verba pública, vinculação de parentes de lideranças políticas do PDS com o governo estadual, forte vínculo dos "jornalões" também com o governo, além do relato acerca do enquadramento de estudantes e jornalistas na LSN, especialmente edições: Afinal, maio de 1980, p.8-9, p.11, p.12-3; Afinal, setembro de 1980, p.13; Afinal, outubro de 1980, p.8-9, p.10-2, p.13; Afinal, novembro de 1980, p.7-8, p.14-22; e ainda Afinal, de abril de 1982, p.5, p.6, p.8-10.

¹⁰Cf. SEDUR, "A política dos anos 70 no Brasil - a lição de Florianópolis", especialmente, p.133-36. No caso da SECOM estadual, a denominação correta era Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, criada pelo governo Bornhausen.

¹¹Cf. ALVES, "Estudo e Oposição no Brasil (1964-1984)", p.272-73, que destaca toda esta discussão no plano nacional, fato que por certo também repercutira em SC.

¹²Entrevista concedida ao autor, em 26/10/1989, pelo ex-presidente do DCE da UFSC, Adolfo Luiz Dias, que comandou a revolta contra Figueiredo em 79. Ele foi o primeiro líder estudantil a assinar ficha de filiação partidária no então recém-criado PMDB da Capital.

¹³Pesquisa realizada na sede do Diretório Regional do PMDB, através da consulta dos processos de composição dos integrantes dos diretórios municipais do partido.

¹⁴Acrescente-se que o clero chegou a elaborar e distribuir nas paróquias "Cartilha" que ensinava os fiéis a votar. Pelo texto fica claro a defesa dos ideais de liberdade e justiça, além de crítica ao uso do poder econômico para corromper o eleitor, aproximando-se portanto bastante do discurso de esquerda.

¹⁵Cf. CARREIRÃO, op.cit., p.121, além do excelente estudo de LISBOA, Tereza K. "O movimento dos Trabalhadores rurais sem terra do oeste catarinense - um novo movimento social" Florianópolis, UFSC (Dissertação de Mestrado), especialmente, p.58-73; p.94-103.

¹⁶Entrevista do ex-governador Henrique Córdova ao autor.

¹⁷Expressão extraída de matéria publicada no jornal alternativo "Lutas da Maioria", de abril de 1984, p.3, que fala da "queda" da popularidade do então governador Esperidião Amin.

¹⁸Cf. Viola, op.cit., p.21-22.

¹⁹Cf. Viola, op.cit., p.3.

²⁰Cf. Viola, op.cit., p.5.

²¹Cf. Revista Quem-SC, setembro de 82, nº 20, p.5. Quase na reta final da campanha Osmar Cunha retirou-se da disputa, alegando distúrbios cardíacos, posteriormente não confirmados pelo próprio Cunha.

²²Cf. Revista Quem-SC, edição especial em comemoração ao seu primeiro aniversário de circulação em Santa Catarina, nº 16, p.6, entrevista com o então candidato Eurides Mescolotto; e também Quem-SC, abril de 82, nº 12, p.8, que traz entrevista com Doutel de Andrade.

²³Acrescente-se a este fato, que os três menores partidos tiveram votos anulados em 55 municípios catarinenses, por não atenderem o disposto no Código Eleitoral, que previa a anulação dos votos para os cargos de Governador, Senador e deputados estaduais e federais naqueles municípios em que os partidos possuíam diretórios constituídos, mas não apresentaram candidatos a prefeito e vereador.

Assim, o PDT teve seus votos anulados em 25 municípios, o PTB em 16 e o PT em 14 municípios, perfazendo o total de 55 municípios. A esse respeito, vide declaração do presidente do TRE, além das críticas de lideranças partidárias em matéria publicada pelo jornal DE, de 16/11/82, p.5.

²⁴Cf. CARREIRÃO, op.cit., p.93-103, sobre a formação da antiga ARENA e MDB, durante o período bipartidário.

²⁵Cf. FLEISCHER, em seu artigo "O novo pluripartidarismo: perfil sócio-econômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983", p.119-55. E também resumo que aparece em PEREIRA, "Eleições no Brasil pós-64", p.25.

²⁶Entrevista do ex-governador Henrique Córdova, idem.

²⁷Córdova, idem.

²⁸Córdova, idem.

²⁹Dórdova, idem.

³⁰Sobre a posição de De Nês, vide DE, de 14/09/82, p.3. Ele critica o governo estadual por não ter recebido recursos para obras de infra-estrutura no município de Chapecó, além de denunciar que o grupo Chapecó foi o único de SC a não receber ajuda do Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE). Afirmou que apoiaria o PMDB, para permitir o "equilíbrio" de forças no Oeste catarinense. Sabe-se que teria ajudado a eleição de seu "afilhado" político, Ledônio Migliorini (membro da diretoria das Organizações Chapecó), que acabaria elegendo-se prefeito daquele município em 82.

³¹Cf. Jornal DE, de 24/03/82, p.3, que traz a íntegra da nota de Konder Reis.

³²Apenas seu irmão, então dirigente do BESC deixaria o governo em solidariedade a sua decisão de abandonar a campanha do PDS, pois

seus correligionários estavam perfeitamente afinados com o projeto de Bornhausen.

³³Entrevista do professor Remy Fontana ao autor concedida em 8 de março de 1990. Cf. CARREIRÃO, p.184-89. O autor confirma em seu estudo a existência de dois grupos internos distintos dentro do PMDB (MDB). E apesar de apontar as dificuldades em se trabalhar com essas duas noções, autênticos (progressistas) e moderados (conservadores), afirma que "existem certas características básicas (do ponto de vista da prática e do discurso políticos) de cada uma das alas, que justificam trabalhar com essa distinção". Segundo o autor, essa polarização, pelo menos em certos momentos da história política recente, teve contornos reais, fazendo parte do imaginário e mesmo das estratégias concretas dos atores políticos. Em seu trabalho, o autor faz todo um "mapeamento" das principais lideranças políticas do partido ao longo de sua história e nas diferentes regiões do Estado, apresentando os contornos que esta polarização adquiriu. É só para citar um exemplo, lembra a distância ideológica que separava Jaison Barreto e Evelásio Vieira, lideranças que além de disputarem o mesmo espaço político (Vale do Itajaí), tinham projeção estadual (foram os dois únicos senadores eleitos pelo MDB). Deste modo, enquanto Barreto era dono de um discurso que o colocava entre as figuras mais à esquerda do MDB a nível nacional, Evelásio Vieira era um político tradicional, oriundo do PSD.

³⁴Entrevista de R. Fontana, idem. Carreirão destaca esta polarização em tempos mais recentes, principalmente no ano eleitoral de 82, em função da definição da candidatura ao governo, op.cit., p.100.

³⁵Termo aqui utilizado mais no sentido de destacar a luta política interna ao partido, ao contrário do que poderia representar uma manobra por parte dos partidários de Jaison, uma vez que a decisão da prévia nascera através de moção apresentada durante reunião oficial do partido. E, depois, muitos partidários de Pedro Ivo, a exemplo do presidente do partido, Dejandir Dalpasqualle, votariam em Jaison na prévia.

³⁶Embora ocorresse a necessidade de muitas conversas dentro do partido, principalmente a certa resistência levantada por Pedro Ivo, mas que acabaria cedendo ante o argumento de que a prévia seria olhada de forma positiva pelo eleitorado, além de colocar o partido mais cedo em campanha.

³⁷Além de votarem a favor ou contra um dos dois candidatos, cada diretório também escolheu o seu delegado que levaria a posição do diretório para ser defendida na prévia na capital.

³⁸Entrevista do ex-presidente da F. Pedroso Horta, Jacó Anderle, concedida em 04 jan. 90.

³⁹Entrevista do ex-presidente do PMDB, Dejandir Dalpasqualle, em 16 de janeiro de 1990. A mesma posição é defendida por outros de nossos entrevistados.

⁴⁰João Linhares era ex-membro da Arena (deputado bem votado em 78, pela região do Oeste catarinense) e líder do governo no Congresso Nacional, tendo apoiado muitas iniciativas do regime militar. A

escolha de seu nome serviu de certa forma de contraponto a candidatura de Victor Fontana (vice de Amin), empresário também da mesma região, embora não fosse somente este o fator determinante para o excelente performance do PMDB em 82 na região.

⁴¹Entrevista de Dalpasqualle, *idem*.

⁴²Desfrutava de grande prestígio no maior colégio eleitoral do Estado, Joinville, município do qual fora prefeito durante o período 74-78.

⁴³Cf. FONTANA, "Governo Amin - um voto de desconfiança", *op. cit.*, p.8-13.

⁴⁴Cf. FONTANA, *op.cit.*, p.8.

⁴⁵Vide Cap. V, sobre a análise dos meios de comunicação de massa no período, que nos ajuda a entender espécie de fomento a imagem positiva de Amin.

⁴⁶Cf. FONTANA, *ibidem*.

⁴⁷Cf. Revista Quem-SC, entrevista do próprio Amin, publicada na edição de 3 a 10 de fevereiro de 1979, p.7.

⁴⁸Ela seria debatida pelos candidatos ao governo em reuniões realizadas no Estado com entidades e associações de classe. Antes do documento definitivo, foram publicadas na imprensa em torno de 20 "cartas setoriais", que apresentavam as propostas de governo por áreas, resultando na "carta". Serviu para ocupar precioso espaço na imprensa e colocar a candidatura de Amin em evidência. Contudo, é preciso fazer a ressalva quanto a importância dos chamados programas de governo nesta eleição em particular, pois de acordo com o ex-governador Henrique Córdova em entrevista ao autor, "o programa de governo tivera pouca influência nesta eleição". E, depois, o próprio Amin é da opinião de que "os partidos, especialmente no Brasil, não têm compromissos rígidos com programas", afirmando que "tivemos raríssimos exemplos disso", vide entrevista concedida ao jornal Pasquim, nº 764, de 16/2 a 22/2 de 1984.

⁴⁹Sob o título "quem fez, vai fazer", a "Carta" arrola série de "obras" realizadas pelo candidato do PDS após sua passagem pela prefeitura da Capital e STO. O que chama atenção é a atribuição de feitos a Amin de obras nas mais díspares atividades, como por exemplo: quando era prefeito executou projeto de cooperativa de pesca, usina de beneficiamento de leite em municípios da região da Grande Florianópolis. E na STO atuou no trabalho de concessão de título de posse de terras para trabalhadores sem-terra do Oeste catarinense, bem como participou de programas do menor. Outro dado que mostra a sua ação eleitoreira, refere-se ao aterro e drenagem de banhado à beira mar onde viviam famílias em palafitas, cujos títulos de posse dessas terras de marinha "estão sendo entregues ainda este ano"/ano eleitoral de 82/, segundo informa a "Carta".

⁵⁰Cf. Carta dos Catarinenses, *op.cit.*, p.9-10. De acordo com FONTANA e jornais da época, a "opção pelos pequenos" embutida na Carta baseou-se na igreja progressista, embora o jornal de campanha de Jaison, afirme que a escolha foi feita com base numa pesquisa de

opinião.

⁵¹Contudo, temos claro também que além do apelo eleitoral, a mensagem de Amin identifica-se com aqueles setores marginalizados socialmente, pois anos depois, o próprio Amin conceituaria os pequenos na figura dos pescadores artesanais, pequenos produtores rurais, agricultores sem-terra etc., a esse respeito vide Santa Catarina: A vez do pequeno: uma experiência de governo/Esperidião Amin, Florianópolis: Casa Civil, 1985, p.17-9.

⁵²Cf. FONTANA, op.cit., p.17.

⁵³Cf. FONTANA, op.cit., p.21.

⁵⁴Cf. Jorge K. BORNHAUSEN, "Intenções de Plano de Governo", outubro de 1978, p.5-17. Por outro lado, é preciso ter em mente também que o programa de Amin está perfeitamente afinado, tanto em termos de forma como no que diz respeito ao discurso, com o programa nacional do PDS. Para comparação, vide Vamireh CHACON, História dos Partidos Brasileiros, 2.ed. Brasília, Editora da UnB, p.557-58.

⁵⁵Vide Cap. IV, em vários textos da ADESG durante o período. O estudo intitulado "Grupos industriais da região Sul do Brasil", realizado pela UFSC, sob a coordenação do professor Rabah Benakouche, especialmente no capítulo que trata das estratégias de crescimento dos grupos, só vem a confirmar esta tese.

⁵⁶Cf. Documentos que comprovam a efetuação de concorrência ilícita relativo as obras do porto catarinense de São Francisco, denunciada durante a campanha eleitoral de 1988, pelo então candidato a vice-prefeito pelo PMDB da capital, o senador Nelson Wedekin.

⁵⁷Cf. Entrevista concedida por Amin à revista Playboy (ao que tudo indica seja edição de 1983, temos certeza tratar-se de publicação quando ainda era governador do Estado), p.20-1.

⁵⁸Cf. Amin, idem.

⁵⁹Cf. Entrevista de Amin ao jornal O Estado, de 27/11/1988, p.18, por ocasião da disputa para prefeito de Florianópolis.

⁶⁰Cf. Entrevista de Amin a OE, de 13/11/88, p.2.

⁶¹Cf. Jornal "Democracia Social", editado pelo diretório regional do PDS catarinense, de setembro de 1983, nº 1, p.10.

⁶²Cf. Jornal Democracia Social, ibidem.

⁶³Cf. Santa Catarina: A vez do pequeno: uma experiência de governo/Esperidião Amin, op.cit., p.108.

⁶⁴Cf. Santa Catarina: A vez do pequeno, ibidem.

⁶⁵Cf. Jornal Afinal, de fevereiro de 1981, nº 9, p.9, que traça a trajetória política de Jaison.

⁶⁶Cf. Afinal, op.cit., p.10, e também pronunciamento feito pelo senador Jaison Barreto durante sua filiação ao PDT, s.d.

⁶⁷Cf. Jaison BARRETO, "Estratégias da oposição na excepcionalidade". In: _____. O significado do pensar, Brasília, 1981, p.129-38.

⁶⁸Resumo sobre a vida parlamentar de Jaison podemos anotar junto ao banco de dados do Prodasen (DF), através do setor de computação da Assembléia Legislativa do Estado, em pesquisa efetuada em 27 de julho de 1989.

⁶⁹Cf. Jaison BARRETO, "Transformações sociais - a saída para a crise", Brasília, 1979, p.5-53.

⁷⁰Cf. Afinal, ibidem.

⁷¹Presenciado pelo autor durante o cerco policial aos manifestantes na Catedral Metropolitana de Florianópolis, em protesto contra os estudantes presos e enquadrados na LSN, em função do confronto com o presidente Figueiredo em 79.

⁷²Cf. Jaison BARRETO, "Transformações sociais - a saída para a crise", op.cit., p.5-33.

⁷³Membros do comitê eleitoral do PMDB procuravam a todo instante minimizar o conteúdo do discurso de Jaison, procurando acalmar aqueles setores mais recalcitrantes à sua candidatura.

⁷⁴Cf. Jaison BARRETO, "Transformações sociais - a saída para a crise", ibidem.

⁷⁵Cf. Jaison BARRETO, "Diretrizes de um governo popular e democrático para Santa Catarina", plataforma de governo apresentada durante palestra proferida na ADESG-SC, em Blumenau, durante ciclo de debates sobre os programas dos candidatos a disputa ao governo em 82, 6 de agosto de 82, p.12.

⁷⁶Cf. Jaison BARRETO, op.cit., p.12-13.

⁷⁷Cf. Jaison BARRETO, op.cit., p.15.

⁷⁸Cf. Jaison BARRETO, op.cit., p.15-16.

⁷⁹Cf. Jaison BARRETO, op.cit., p.16.

⁸⁰USIVAL - Usina de Gás do Vale S.A. pretendia utilizar o carvão para a produção de gás para alimentar as indústrias da região do Vale do Itajaí, onde se concentram grandes indústrias, pertencentes a grandes grupos empresariais, sediados e Blumenau, Brusque etc. Além da ação parlamentar de Jaison, encontraria reação popular devido aos problemas ecológicos que tal empreendimento acarretaria, e também devido aos custos do projeto que seria quase todo ele financiado pelo poder público, conforme veremos em mais detalhes adiante.

⁸¹Cf. BARRETO, Jaison, "Empresa privada com recursos públicos". In: _____. O significado do pensar, Brasília, 1981, p.13-34.

⁸²Cf. BARRETO, op.cit., p.22-3.

⁸³Cf. BARRETO, op.cit., p.15-6, sobre a Ata da reunião.

84Cf. BARRETO, op.cit., p.17.

85Cf. BARRETO, ibidem.

86Cf. BARRETO, op.cit., p.22-4.

87Cf. BARRETO, op.cit., p.21.

88Cf. Jaison BARRETO, Brasília, 1983. Separata a entrevista publicada pelo Jornal de Santa Catarina, de 27/28 de março de 1983.

89Cf. Jaison BARRETO, Brasília, separata à entrevista concedida ao JSC e publicada na edição de 27/28 de março de 1983, p.21.

90Detalhe importante refere-se ao fato de que Pedro Ivo havia se ausentado do Estado para tratamento médico nos Estados Unidos no início de 82, ao contrário de Jorge Bornhausen que deixara a campanha eleitoral do partido em pleno calor dos comícios, ou seja, início de setembro e início da segunda quinzena do mês de outubro, conforme jornal OE, edições de 3/9 e 17/10.

91Atualmente, integra o diretório regional do PFL (tendo sido indicado para cargo de consultor no governo Vilson Kleinubing e atua também no meio empresarial, sendo dono de uma gráfica.

92Relato fornecido por importante ex-integrante do GEAP, que confirma o apoio financeiro dado ao GEAP por grandes empresários catarinenses, que também integravam os diretórios do PDS. O mesmo informante relata a compra de pesquisas eleitorais ao Instituto Gallup, além da contratação de gráficas particulares no interior do Estado para a confecção de material de campanha, uso de computador para controle de ficha de filiação, mala direta com os diretórios do interior via correio, uso de telex e de toda infra-estrutura para o perfeito funcionamento do comitê. A respeito da arregimentação de pessoal, informa que o comitê era constituído por uma plêiade de profissionais de instituições privadas e da Universidade, inclusive pesquisadores da área de Ciências Humanas, que integravam os chamados "grupos avançados", que agiam no interior do Estado, realizando trabalho de "infiltração" e "subterrâneo" junto aos movimentos sociais.

93Cf. Revista Quem-SC, entrevista de Amin, nov. 82, nº 25, p.6.

94Cf. Jaison BARRETO, Brasília, op.cit., p.21. que afirma que a "jornada" serviu também para "cobrir" os municípios não visitados por ele.

95Foi acesa uma pira olímpica na sede do partido na capital, que ardeu até as eleições.

96Publicado no jornal "Mudança", órgão do comitê eleitoral do partido.

97Jornal "Mudança", idem.

CAPÍTULO II

A ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS E RESULTADOS ELEITORAIS

1. A Tendência do Voto

Antes de passar para a análise dos resultados das eleições, devemos chamar atenção para alguns aspectos importantes, a começar pelo fato de que nas eleições de 1978 para o Senado, o então MDB venceria a antiga ARENA em municípios onde sequer estava estruturado. Na ocasião possuía número insuficiente de diretórios constituídos. O que não ocorrera em 82, pois o partido conseguira estruturar-se na quase totalidade dos municípios do Estado, sendo auxiliado nesta tarefa pelo Partido Popular, que possuía também mais de uma centena de diretórios espalhados pelo interior do Estado¹. Além do mais, em comparação ao último pleito municipal, o PMDB quase que triplicou o número de candidatos, por exemplo, à Câmara de Vereadores, passando em 82 a concorrer com cerca de 4 mil candidatos. O que demonstra o claro avanço do partido nesta última eleição².

Ainda dentro desta perspectiva, outro dado relevante refere-se ao fato de que Jaison vencera em 78 seus adversários da ARENA não só na região da Grande Florianópolis, em municípios expressivos como Florianópolis, São José e Palhoça, como também na maioria dos outros grandes colégios eleitorais do Estado, a exemplo de Joinville, Blumenau, Lages e Criciúma. Em ambos, com boa margem de diferença sobre os candidatos arenistas. Como iremos analisar mais adiante, Jaison não conseguiria manter este mesmo performance em 82, tendo concorrido para isto entre outros fatores a ação conjunta desencadeada pela elite dominante catarinense, a ação da máquina governamental em favor do PDS, além dos casos de fraude comprovados, como procuraremos mostrar no item 2.

Além destes aspectos levantados anteriormente, outros fatores devem ser considerados, em função do peso eleitoral que desempenharam em 82, em que pese os resultados das eleições terem apresentado algumas "surpresas" a este respeito (vide resumo do que estamos nos referindo no quadro 1, mais adiante).

Assim, primeiro aspecto a ser considerado relaciona-se a correlação entre a questão da urbanização e o voto oposicionista, seguindo a tendência verificada principalmente na eleição para o Senado em 78. A este respeito encontramos concordância em vários estudos acadêmicos, caso de FLEISCHER e SOARES, embora este último destaque que esta tendência favorável ao PMDB ocorrera de forma "moderada" em 82³. Ele chama a atenção para o "crescimento da rede organizacional" do então MDB e a sua conseqüente penetração em maior número de municípios rurais (ocorrida, ao nosso ver, principalmente depois da reformulação partidária, com a fusão com o PP, já destacado em outra passagem do texto. E também devido a forte "competição" com os pequenos partidos nas grandes cidades⁴, mas enfatiza, que o "PMDB con-

tinua a ser o maior partido no conjunto das áreas metropolitanas do país" no período.

O que ficaria comprovado pelos resultados das urnas em 82 em Santa Catarina, pois o PMDB venceria as eleições nos maiores colégios eleitorais, que coincidem naturalmente com os maiores centros urbanos do Estado (a exceção ficou por conta de Lages e Florianópolis), que analisaremos em separado. (Sobre a votação em Lages, vide Tabela 5). Mas o detalhe importante que gostaria de chamar a atenção refere-se ao fato de que o PDS considerava praticamente tranqüila as eleições nestes centros urbanos⁵, estimulado ao que tudo indica pelas pesquisas de opinião eleitoral do Instituto Gallup. A preocupação maior da cúpula pedessista dizia respeito aos resultados "adversos" que poderiam advir da chamada "área rural", segundo inclusive chegou a admitir Amin logo após o pleito⁶.

Tal declaração, contudo, reveste-se de duplo significado para o entendimento real de nosso objeto de estudo quanto a este aspecto: ou seja, de um lado, revela que o Gallup cumprira plenamente seu papel de indutor do eleitor, uma vez que suas amostras davam ampla margem de vantagem ao PDS no meio urbano, onde o partido oposicionista colheria seus melhores resultados (o que comprova a manipulação levado a efeito, pois sabia-se que justamente aí o PMDB levava nítida vantagem)⁷. De outro lado, revela também que o PDS, geralmente tido como o partido dos "coronéis" e dos esquemas cientísticos levado a efeito nos rincões do interior do Brasil, favorecido que era pela municipalização do pleito e do voto vinculado, vislumbrava também como extremamente difícil a eleição no interior do Estado, mais propriamente nos municípios de economia rural. Não fora à-toa, igualmente, que todo o discurso do candidato oficial fora dirigido para os "pequenos" e principalmente para o setor Rural⁸, e, também,

não fora por acaso que o partido governista colheria estupenda derrota naquelas regiões de corte claramente rural, como no caso do Oeste catarinense, chegando inclusive a quase perder as eleições por isso (como admitiu em depoimento ao autor o ex-governador Henrique Córdova).

Por último, ainda acerca da questão do voto vinculado e da municipalização do pleito, podemos observar com FLEISCHER que o voto vinculado "favoreceu o PMDB no Centro-Sul"⁹, a exemplo do que ocorreu também em Santa Catarina, embora possa ter favorecido ao PDS nos pequenos municípios, apesar de que os casos de fraude comprovados tornar frágil este argumento. E de acordo com Soares, o voto vinculado tornou mais difícil que os pequenos partidos recebessem votos nas eleições estaduais e federais, porque "não estavam organizados nos inúmeros municípios em que os eleitores perderiam os seus votos nas eleições locais"¹⁰. (Fato verificado em Santa Catarina, em 55 municípios, conforme já ressaltamos no Cap. I, item 2). Além do mais, continua SOARES, ocorreu o fato de que muitos adeptos de partidos pequenos, "cujos candidatos às eleições majoritárias tinham poucas chances, que votaram integralmente no PMDB para não perder o seu voto" (também já enfatizado anteriormente no início deste capítulo). Conclui SOARES a este respeito que "sem voto vinculado, teriam votado no candidato do PMDB nas eleições majoritárias e nos candidatos do partido preferido nas demais eleições".

E, depois, de acordo com FLEISCHER, apesar de o voto oposicionista ser dividido entre quatro partidos de oposição, "o PMDB acumulou mais votos que o PDS nos dois pleitos majoritários"¹¹ (Governador e Senado); o mesmo não ocorrendo nos pleitos proporcionais (registrando-se resultado parecido aos ocorrido nas eleições de 74 e 78). Mas o mais importante que o autor quer assinalar, refere-se ao

fato de que, pelos dados lembrados acima, tudo indica que os eleitores peemedebistas "praticaram um 'voto camarão às avessas' - votar na cabeça de chapa e esquecer o resto". Ressaltando que isto tem muito a ver com a estrutura do PMDB em cada Estado e com a consciência dos eleitores em relação aos candidatos do partido nos pleitos proporcionais. E conclui, afirmando que "os altos índices configuram mais um voto de protesto (quase um 'voto de legenda'), onde apenas votaram na cabeça de chapa". O significado disto para a análise demonstra que, ao contrário do que pretendiam os "estrategistas palacianos" com a municipalização do pleito, tal acabaria não se configurando na prática. Ou seja, os candidatos majoritários é que acabariam realmente "puxando" o voto do eleitorado, deslocando, assim, o eixo da tendência favorável ao voto do âmbito dos embates e querelas locais (municipais) para a arena de uma disputa estadualizada, na qual geralmente prevalecem temas mais gerais que diz respeito a uma gama muito maior de eleitores, que tanto o esquema dominante quisera exorcizar. Contudo, é preciso frisar, que em Santa Catarina tal estratégia ainda pode ter funcionado em alguns pequenos municípios (no caso da região da Grande Florianópolis, por exemplo), ou ainda naqueles do interior do Estado onde prevalecem antigos "currais eleitorais" e os braços clientelísticos do Estado.

QUADRO 1

Fatores que poderiam influir na tendência dos votos do eleitorado antes das eleições de 82 em comparação com o resultado do pleito em SC.

FATORES QUE INFLUEM NO VOTO	CENÁRIO PROVÁVEL ANTES DAS ELEIÇÕES PDS	CENÁRIO VERIFICADO EM 82 PMDB	
VOTO VINCULADO	SIM	NÃO	. Favorável ao PMDB: pode ter ajudado ao PDS nos pequenos municípios
MUNICIPALIZAÇÃO DO PLEITO	SIM	NÃO	. Pode ter ajudado ao PDS nos pequenos municípios.
URBANIZAÇÃO/INDUSTRIALIZAÇÃO*	NÃO	SIM	. Favorável ao PMDB, com a manutenção de tendência verificada nas eleições de 1978; em raras exceções pode ter ajudado ao PDS.
VOTO RURAL**	SIM	NÃO	. Favorável ao PMDB, que consegue estupenda vitória.
PARTICIPAÇÃO DE FIGUEIREDO NA CAMPANHA***	SIM	NÃO	. Pode ter ajudado ao PMDB porque tornava a eleição estadual, com a prevalência de temas nacionais; pode ter favorecido ao PDS na capital e municípios vizinhos.

Obs.: Obviamente estes "sinalizadores" do voto não devem ser vistos isoladamente, mas articulados entre si;

- * Agrupamos urbanização e industrialização, embora nem sempre este último seja sinônimo do primeiro e vice-versa, mesmo considerados de forma isolada, em todos os estudos em que nos baseamos a vantagem do PMDB seja aí evidente;
- ** Referem-se aos municípios de economia predominantemente agrícola, como por exemplo, as regiões bastante marcadas do Oeste e Extremo Oeste catarinense; embora muitas vezes os candidatos ao governo, caso do PDS, generalize em suas análises o voto rural como sendo daqueles municípios pequenos do interior onde concentram seus esforços de campanha.
- *** De importância mais local nesta eleição devido o envolvimento direto do presidente Figueiredo na campanha, quer participando de comícios na capital catarinense, quer influenciando diretamente nos negócios da campanha através da ajuda financeira e de seus comandados diretos.

FONTE: Organizado pelo autor.

2. A Letimidade da "Vitória" Pedessista Questionada

Em que pese todas as medidas adotadas pelo governo para tentar derrotar as Oposições (Lei Falcão, toda espécie de "casuísmos" eleitorais etc.), muitos resultados das eleições para governador em vários estados brasileiros em 82 podem ainda hoje ser questionados. Vários autores chegam inclusive a destacar a falta de legitimidade¹² da "vitória" pedessista, por exemplo, em Santa Catarina devido sobretudo a ação da elite dominante que tudo fizera com o intuito de favorecer o candidato oficial, utilizando-se também da fraude eleitoral para conseguir o seu intento: calcado numa verdadeira estratégia de guerra para garantir a vitória de Amin, cujas irregularidades assumiriam aspecto gritante em alguns casos.

Assim, "situações que o código eleitoral caracteriza como fraude, ocorreram em todas as latitudes"¹³: ou seja, folhas de votação falsas, votantes com falsa identidade, eleitores com menos de 18 anos, duplicidade de voto por um mesmo eleitor, eleitores já falecidos que "votaram", cédulas distribuídas aos eleitores um dia antes do pleito, transferência irregular de eleitores (fora do período previsto em lei) para outros domicílios eleitorais etc. Além disso, somaram-se outras "práticas tradicionais da clientela, do trabalho de boca de urna, do voto formiguinha", e "as práticas novas do voto carbonado" (vide no quadro 2, resumo de tais práticas irregulares de coação e captação de sufrágios contrários a legislação então vigente, que aparece mais adiante).

Tais fatos, obrigaram ao PMDB durante o processo de apuração dos votos a divulgar documento contundente através do qual apresenta análise do que chamaria de "quadro generalizado de fraude", datado de 18 de novembro de 82. Culminando com a divulgação de manifesto

pelo partido em que convoca população de Florianópolis para passeata "contra a fraude eleitoral", no dia 25 de novembro, que leva as ruas centrais da cidade mais de cinco mil pessoas. Ela ganharia também a adesão dos demais partidos de esquerda, portanto faixas e cartazes, denunciando as irregularidades ocorridas também durante o processo eleitoral, gritando palavras de ordem contra a falta de ação do TRE para coibir muitos atos de irregularidades durante o pleito. (A passeata marcaria, de outra parte, mais uma vez a falta de unidade e iniciativa dos principais líderes do PMDB, principalmente por parte dos candidatos majoritários Jaison Barreto e Pedro Ivo Campos, conforme analisamos no item pertinente a análise acerca das apurações das urnas).

E, finalmente, o PMDB tentaria sem sucesso anular o resultado das eleições, recorrendo da decisão por ocasião do ato de diplomação dos candidatos vitoriosos do PDS junto ao Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília. Através de volumoso documento elaborado pelo diretório regional do partido, datado de 24 de dezembro de 1982, o PMDB tentaria a anulação do pleito para os cargos majoritários (Governador, vice-Governador, Senador e suplentes de senador). O documento, contém grande quantidade de material relativo a votação ilegal de menores de idade, títulos falsos e votação exercida por uma mesma pessoa em urnas de seções diferentes. Pelo teor do documento, percebe-se claramente que tais irregularidades aconteceram em quase todo o Estado, não em uma única cidade ou região em particular. Tal fato, também pode ser confirmado pelo relatório final do TRE, ao informar sobre os recursos impetrados pela oposição e os pedidos de urnas impugnadas¹⁴.

QUADRO 2

Resumo das formas irregulares de votação durante as eleições de 82 e métodos usados na coação dos eleitores.

-
- . Voto Formiguinha . O primeiro eleitor da fila recebia uma cópia exata da cédula oficial já preenchida com os nomes dos candidatos do PDS. Esta cédula não tinha, assim, qualquer assinatura no verso, e seria naturalmente invalidada. O eleitor depositava-a na urna e devolvia ao "cabo eleitoral" a cédula oficial assinada, que acabara de receber do juiz ao entrar na seção eleitoral. Embora com sacrifício do primeiro voto, a técnica funciona para todos os demais eleitores, que também recebiam cédulas já preenchidas, mas com a assinatura do juiz. Ou seja, o "cabo eleitoral" preenchia a cédula oficial e entregava ao eleitor seguinte, que a depositava na urna e trazia mais uma cédula em branco. A mesma operação era repetida até o final da votação.

 - . Voto Carbonado . Sistema quase idêntico ao caderno de notas fiscais, normalmente emitidos pelo comércio tradicional. Ou seja, o eleitor recebia das mãos do "cabo eleitoral" cópia de cédula oficial preenchida e passava para a cédula oficial na cabine de votação. A saída, entregava a guia que comprovava a operação ao mesmo "cabo eleitoral" em troca de pagamento em dinheiro. Caso único no país, pelo menos que se tenha notícia no período, bastante utilizado no Sul do Estado.

 - . Duplicidade de título eleitoral . Eleitor que exerceu o direito de votar duas ou mais vezes em 15 de novembro de 82, em razão de possuir dois ou mais títulos eleitorais devidamente autorizados pela justiça eleitoral. E o fez em seções diferentes de um mesmo município ou em seções diferentes, em municípios igualmente distintos. Ocorreu de forma generalizada em quase todo o Estado.

 - . Eleitor com menos de 18 anos . Prática igualmente comum nas eleições de 82, e que ocorreu também em vários municípios do Estado. Neste pleito, só se encontravam habilitados a votar os eleitores maiores de 18 anos e todos aqueles que, até 6 de agosto de 82, tivessem se alistado, de acordo com o disposto no código eleitoral. Ou seja, os eleitores que em 6 de agosto daquele ano tivessem completado 18 anos. Assim, muitos títulos eleitorais foram concedidos a menores de 18 anos ao arrepio da lei e puderam votar sem problemas.

 - . Mudança ilegal de domicílio eleitoral . Muitos eleitores foram transferidos de domicílio eleitoral fora do prazo previsto em lei, objetivando assim "engrossar" a votação em determinado colégio eleitoral. Tal prática ocorreu na Capital catarinense e em grandes colégios eleitorais, como por exemplo, São José, Blumenau, Brusque, Itajaí etc.

- . Cédula de identidade falsa . Maneira que consistia na utilização de cédula de identidade falsa por determinado eleitor, objetivando que o mesmo votasse duplamente, num mesmo município ou mesmo em municípios diferentes. Espécie de eleitor de "aluguel", denominação apropriada tanto para o eleitor que emprestava a carteira de identidade como o que votava em seu lugar, geralmente em troca de pagamento. Ocorrido bastante em Balneário Camboriú.

- . Voto "camaleão" . Voto que "mudava de cor" ao passar pelas mãos dos escrutinadores. Ou seja, a transformação do voto em branco em voto válido, na hora da contagem. Prática geralmente levada a efeito pelos escrutinadores do partido da situação, colocados em seções estratégicas para este fim.

- . Ausência de fiscalização . Colocação irregular de mesas de apuração, colocando a certa distância os fiscais dos partidos, impedindo assim o trabalho de fiscalização durante o processo da contagem dos votos. Prática levada a efeito sobretudo no município de Laguna, no sul catarinense, que obrigou inclusive o emprego de força policial devido aos protestos do PMDB, embora nenhuma urna tenha sido impugnada. Acredita-se na utilização de toda sorte de fraude por essa razão, principalmente na prática do chamado "voto camaleão" ou mesmo simples anulação de votos opositoristas.

 FONTE: Organizado pelo autor.

Contudo, os resultados eleitorais apontariam nova realidade para Santa Catarina (vamos fazer análise mais pormenorizada dos resultados mais adiante). O PMDB passaria a administrar 62 prefeituras dentre aquelas cidades mais importantes do Estado, sendo por essa razão, segundo estimativas, responsáveis pela geração de 70% do ICM estadual¹⁵. Ao mesmo tempo em que se igualara em termos de cadeiras conquistadas na Câmara Federal ao PDS, total de oito. Perfazendo bancada estadual de 19 parlamentares contra 21 do PDS, diminuindo significativamente a maioria situacionista que sempre fora folgada no legislativo catarinense.

Por outro lado, a diferença pró-Amin nas eleições fora mínima (conforme demonstra a Tabela 1), apenas 12.650 (0,69%) sobre o seu oponente Jaison. O que atesta a disputa acirrada, ao contrário do que indicavam as enquetes eleitorais.

Essa diferença cai ainda mais no caso da vaga para o Senado (vide também Tabela 2), ou seja, 1.439 votos separariam Bornhausen de Pedro Ivo, o que evidencia "a forte polarização das eleições de 82 em Santa Catarina"¹⁶, seguindo, assim, a mesma previsão para o resto do país.

De nossa parte, é fácil concluir que, caso o recurso do PMDB em que pedia a anulação do pleito fosse acolhido pela justiça, levando-se em conta somente as urnas passíveis de anulação, o resultado da eleição poderia ser alterado. E, mesmo quem sabe, revertido em favor do próprio PMDB. Aliás, é bom lembrar que o PDS catarinense foi o primeiro partido durante o processo de votação e apuração (conforme destaca passagem de documento que aparece em anexo 1) a impetrar recurso apontando irregularidades e casos de corrupção eleitoral. Portanto, a anulação de umas poucas urnas poderiam alterar o resultado para o Senado, devido a pequeníssima diferença entre os dois candidatos adversários, cuja "virada" de Pedro Ivo, por exemplo, chegara a ser inclusive admitida em manchetes dos principais jornais catarinenses durante a apuração.

TABELA 1

Votação para Governador em Santa Catarina em 82, segundo resultado oficial do TRE.

PARTIDO	NOME DO CANDIDATO	VOTOS	% ESTADO
PDS	ESPERIDIÃO AMIN	838.150	45,75
PMDB	JAISON TUPY BARRETO	825.500	45,06
PT	EURIDES L. MESCOLOTTO	6.803	0,37
PDT	LÍGIA DOUTEL DE ANDRADE	4.572	0,24
PTB	OSMAR CUNHA	2.281	0,12
<hr/>			
ELEITORADO		2.107.512	100%
TOTAL DE VOTOS NOMINAIS		1.677.306	---
VOTOS EM BRANCO		121.927	6,65%
SUBTOTAL (VOTOS VÁLIDOS)		1.799.233	---
VOTOS NULOS		32.578	1,77%
COMPARECIMENTO		1.831.811	84,93%
ABSTENÇÃO (ABSOLUTA)		275.701	13,08%

FONTE: TRE-SC.

TABELA 2

Votação para o Senado em Santa Catarina em 82, segundo resultado oficial do TRE.

PARTIDO	NOME DO CANDIDATO	VOTOS	% ESTADO
PDS	JORGE KONDER BORNHAUSEN	816.386	44,56
PMDB	PEDRO IVO F. DE CAMPOS	814.947	44,48
PT	VALMIR MARTINS	6.719	0,36
PDT	ACÁCIO BERNARDES	4.346	0,23
PTB	JOÃO CAZNOK FILHO	2.156	0,11

BRANCOS		148.943	8,18
NULOS		37.314	2,03
COMPARECIMENTO		1.831.811	-----

FONTE: TRE-SC.

De acordo com os cálculos do PMDB¹⁷, caso o recurso acerca da anulação e possível recontagem dos votos fosse acolhido pelo judiciário, em torno de 6.626 votos teriam que ser "renovados" (procedida nova votação). Ainda de acordo com o mesmo raciocínio, a vantagem de Amin sobre Jaison não seria mais de 12.650 votos, mas tão-somente 6.024 votos. Portanto, caso houvesse nova votação, em razão dos novos sufrágios em disputa, o resultado das eleições poderia se alterar e até inverter a classificação. (Tese que ganha ainda mais con-

sistência se pensarmos na pequena margem de diferença de votos a favor do candidato ao Senado, Jorge Bornhausen, em relação ao seu adversário Pedro Ivo).

Contudo, é importante lembrar que o próprio PDS deixara-se trair ao apresentar as contra-razões ao recurso oposicionista, alegando que, na hipótese de haver nova recontagem de votos, o número de votos a serem renovados, não passariam de 5.755 votos¹⁸.

Tal afirmação, inserida em documento de caráter oficial dá margem a muitas análises, como por exemplo, o fato de que o partido poderia estar admitindo a hipótese de perder a vaga para o Senado, já que a idéia básica era garantir a todo custo o poder executivo estadual. (À seguir, vamos debater em detalhes alguns dados pertinentes aos resultados da eleição propriamente dita, levando-se em conta as inúmeras irregularidades detectadas neste pleito em particular, que só reforça o que foi até aqui exposto).

Embora tivesse adotado algumas medidas na tentativa de reverter o quadro desfavorável criado em razão das muitas denúncias de irregularidades¹⁹, o PMDB catarinense não teve o mesmo sucesso que Briozola no Rio, no que se refere ao trabalho de coibir o que qualificou em seu recurso ao TRE de "vícios insanáveis" havidos nas eleições. Talvez, a estratégia de somente adotar uma ação mais drástica após a diplomação²⁰ dos eleitos, inclusive anunciada pela imprensa, não tenha sido uma boa medida.

Ou seja, o partido não conseguiria transformar as denúncias de irregularidades durante o pleito e provas cabais da existência de fraude num fato político de ampla repercussão social, capaz de sensibilizar o eleitorado e os demais partidos. Segundo alguns de seus principais líderes, o erro principal estaria no fato de se ter optado por uma ação puramente "cartorial", que somado a uma certa inde-

cisão a nível de comitê eleitoral levaria o partido a retumbante fracasso. De acordo com Fontana,

em vez de o partido fazer uma denúncia política, com a possibilidade de um ato público de protesto durante o processo de apuração para denunciar toda a "armação", o partido optaria em provar em cartório, através de provas conseguidas aqui e ali, em uns poucos municípios para depois tentar ganhar no TRE, o que perdeu bastante a sua eficácia²¹.

Contudo, é bom lembrar que, ao contrário da vitória peemedebista - verificada em quase todos os maiores colégios eleitorais do Estado (vide Tabela 3) que coincide com as regiões mais industrializadas e maiores centros urbanos -, a "vitória" pedessista aconteceria, na verdade, naqueles pequenos redutos eleitorais, onde a falta de fiscalização e mesmo a sua total inexistência poderiam ter facilitado atos de fraude.

Embora o PMDB tenha treinado fiscais nas diferentes microrregiões catarinenses, ao que tudo indica este trabalho não seria desempenhado a contento. Mas outros partidos de esquerda²² também denunciariam a ação dos escrutinadores em favor do PDS, devido a presumível ligação com o partido do governo: eram acusados de pertencerem aos quadros do PDS e as secretarias estaduais e a outros órgãos governamentais. Entretanto, houve casos de municípios do interior, onde a estrutura de fiscalização montada simplesmente ruiu, pois o candidato a prefeito passara para o lado do adversário. (A seguir apresentamos os resultados favoráveis ao PMDB nos maiores colégios do estado, bem como os números relativos ao bom desempenho na microrregião do Oeste catarinense, conforme as tabelas 3 e 4).

TABELA 3

Votação de Jaison e Amin nos maiores colégios eleitorais de Santa Catarina em 82.

MUNICÍPIO	ELEITORADO	COMPARECIMENTO	ABSTENÇÃO	VOTAÇÃO	
				JAISON	AMIN
JOINVILLE	134.649	89,28	10,72	58.548	49.262
FLORIANÓPOLIS	119.874	85,44	14,56	39.833	<u>52.353</u>
BLUMENAU	93.677	90,23	9,77	45.193	33.011
LAGES	76.355	79,75	20,25	28.267	<u>29.578</u>
CRICIÚMA	64.551	90,10	9,90	26.805	23.976
ITAJAÍ	53.281	81,42	18,58	20.977	17.996
TUBARÃO	50.003	79,95	20,05	19.196	17.199
CHAPECÓ	43.562	88,78	11,22	19.575	16.141
SÃO JOSÉ	38.700	89,44	10,56	14.830	<u>16.292</u>
CONCÓRDIA	35.506	87,66	12,34	14.859	14.089
JARAGUÁ DO SUL	30.633	91,39	8,61	13.897	12.123
BRUSQUE	28.030	91,05	8,95	13.362	9.551
LAGUNA	26.711	80,08	19,92	5.881	<u>11.583</u>
CANDINHAS	23.382	89,04	10,96	10.268	8.687
RIO DO SUL	23.210	88,16	11,84	10.556	8.467
CAÇADOR	22.731	82,26	17,74	10.786	6.614
CAMPOS NOVOS	22.051	86,51	13,49	9.185	8.587
MAFRA	21.443	88,22	11,78	6.992	<u>10.238</u>
CURITIBANOS	21.173	80,45	19,55	9.550	6.404
SÃO MIGUEL DO OESTE	20.941	84,82	15,18	9.483	6.475

Obs.: Como se pode ver, dos vinte maiores colégios eleitorais do Estado, o PMDB venceria as eleições em 15, perdendo em Florianópolis, São José (município pertencente a região da Grande Florianópolis), Lages, Laguna e Mafra.

FONTE: TRE, Resultados Oficiais e Pesquisa do Autor.

TABELA 4

Votação do PMDB na microrregião colonial do Oeste Catarinense.

MUNICÍPIO	PARTIDOS	
	PMDB/JAISON	PDS/AMIN
Abelardo Luz	2.987	2.758
Águas de Chapecó	1.571	1.464
Anchieta	2.746	1.112
Caibi	2.037	1.269
Campo Erê	4.933	4.262
Caxambu do Sul	2.505	2.048
Chapecó	19.575	16.141
Coronel Freitas	3.783	<u>3.970</u>
Cunha Porã	3.905	3.524
Descanso	3.754	1.985
Dionísio Cerqueira	3.027	2.896
Faxinal dos Guedes	1.631	<u>1.912</u>
Galvão	1.640	<u>1.768</u>
Guaraciaba	3.274	1.784
Guarajá do Sul	1.065	<u>1.194</u>
Itapiranga	6.100	4.751
Maravilha	5.849	4.209
Modelo	3.341	2.938
Mondaí	5.267	4.557
Nova Erechim	773	<u>829</u>
Palma Sola	1.657	1.159
Palmitos	4.207	<u>4.306</u>
Pinhalzinho	2.482	<u>2.553</u>
Quilombo	4.968	3.751
Romelândia	2.219	1.371
São Carlos	2.828	<u>2.913</u>
São Domingos	2.602	<u>3.026</u>
São José do Cedro	2.957	<u>3.642</u>
São Lourenço D'Oeste	4.128	<u>5.079</u>
São Miguel D'Oeste	9.483	6.475
Saudades	1.976	<u>2.097</u>
Vargeão	391	<u>670</u>
Xanxerê	6.066	<u>6.197</u>
Xaxim	5.695	4.939

FONTE: TRE-SC, eleições de 15 nov. 82 e Pesquisa do Autor.

TABELA 5

Resultado da votação relativo a microrregião de Campos de Lages.

MUNICÍPIO	AMIN	JAISON
Bom Jardim da Serra	1.456	1.248
Bom Retiro	3.494	336
Lages	29.578	28.267
São Joaquim	6.541	5.494
Urubici	3.679	1.768

Obs.: Nos dois novos municípios recém-criados, a votação foi a seguinte: Correia Pinto (Amin: 2.139, Jaison: 2.763); Octacílio Costa (Amin: 3.588, Jaison: 3.033).

FONTE: TRE-SC, eleições de 15 nov. 82 e Pesquisa do Autor.

Ainda no que tange ao que enfatizamos acima quanto ao desempenho eleitoral pedessista nos "pequenos" redutos eleitorais, alguns números do pleito são bastante ilustrativos a este respeito (conforme mostramos na Tabela 6). Analisando os resultados município por município, verificamos diferenças pró-PDS situada na faixa relativamente expressiva de 500 a mais de três mil votos. Podemos citar como exemplo, no conjunto dos municípios nos quais a diferença girou entre 2 mil e mais de 3 mil, os casos de Bom Retiro e Governador Celso Ramos, além do município de Garopaba (no qual se registraram muitos casos caracterizados pelo PMDB em seu recurso junto ao TSE como "fraudes").

TABELA 6

Votação do PDS para o governo nos menores colégios eleitorais catarinenses em 82.

VOTAÇÃO ALCANÇADA NO	MUNICÍPIO	PARTIDOS	
		PDS	PMDB
I. Entre 2 mil e mais de 3 mil*			
	Angelina	2.398	227
	Bom Retiro	3.494	<u>336</u>
	Garopaba	3.012	912
	Governador Celso Ramos	3.700	<u>210</u>
	Nova Veneza	2.940	869
	Paulo Lopes	2.955	391
II. Acima de mil votos			
	Armazém	2.182	746
	Canelinha	1.959	919
	Grão Pará	1.566	452
	Major Gercino	1.388	239
	Maracajá	1.652	183
	Matos Costa	1.542	491
	Presidente Nereu	1.208	<u>14</u>
	Rio Fortuna	1.730	<u>117</u>
	São Bonifácio	1.525	<u>118</u>
	São Martinho	1.798	<u>67</u>
	Treze de Maio	2.439	679
	Vidal Ramos	2.150	252
III. Acima de 500 votos			
	Aurora	1.584	774
	Imbuia	1.028	483
	Leoberto Leal	1.226	425
	Peritiba	923	<u>137</u>
	Presidente Castelo Branco	672	<u>88</u>
	Rancho Queimado	937	<u>156</u>
	Schroeder	1.608	633
	Treze Tílias	1.112	560

*Estes valores referem-se a diferença de votos conseguidos pelo PDS em comparação com a votação alcançada pelo partido de oposição.

FONTE: TRE-SC e Pesquisa do Autor.

Houve casos de municípios em que a diferença em favor de Amin alcançou a faixa acima de mil votos: município de Presidente Nereu, 1.194 votos contra apenas 14 dados a Jaison; São Martinho, Amin 1.798 contra 67 dados a Jaison, e assim em mais de uma dezena de pequenos municípios que se situaram na faixa de 500 votos de diferença em prol da situação.

De outro lado, houve o caso de municípios de relativa importância no Sul do Estado, caso do município de Laguna devido a sua tradição cultural e histórica, onde a diferença pró-Amin superou a casa dos cinco mil votos, conforme podemos comprovar pela Tabela 7, sobre os números da eleição naquela microrregião catarinense.

TABELA 7

Votação para governador na microrregião do Litoral de Laguna.

MUNICÍPIO	VOTAÇÃO	
	JAISON	AMIN
Imaruí	1.499	5.917
Imbituba	4.539	5.910
Laguna	5.881	11.583

FONTES: TRE-SC, eleições de 15 nov. 82 e Pesquisa do Autor.

Não foi por acaso que neste município o PMDB pediria a impugnação de grande número de urnas (retomaremos a esta questão mais a frente). Laguna somente seria igualada como "campeã" de votos pedestres no sul do Estado pelo município de Imaruí, aliás seu vizinho

geográfico e histórico, tradicional reduto eleitoral da família Bitencourt, onde Amin alcançaria uma diferença a seu favor, de 4.418 votos.

O fato se repeteria nos municípios da Microrregião de Florianópolis, pelo menos em sete deles (excetuando-se Florianópolis e São José, os dois maiores da região), com destaque para o município de Governador Celso Ramos, onde a diferença pró-Amin foi de 3.490 votos (eleitorado de 4.015 eleitores). Registrando-se também grandes diferenças, acima da casa dos dois mil votos, respectivamente nos municípios de Paulo Lopes e Garopaba. Muitos destes municípios seriam arrolados pelo PMDB no recurso enviado ao TSE, nos quais houve a comprovação de casos de fraude (confira os números na Tabela abaixo).

TABELA 8

Resultado da votação na microrregião de Florianópolis.

MUNICÍPIO	AMIN	JAISON
Biguaçu	5.312	3.922
Florianópolis	52.353	39.833
Garopaba	3.012	912
Governador Celso Ramos	3.700	210
Palhoça	8.597	7.400
Paulo Lopes	2.955	391
Porto Belo	2.389	1.300
Santo Amaro da Imperatriz	3.193	2.717
São José	16.299	14.830
Tijucas	3.677	4.092

FONTE: TRE-SC, eleições de 15 nov. 82 e Pesquisa do Autor.

A respeito dos resultados adversos colhidos pelo PMDB nos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça, os mais expressivos da microrregião, podemos destacar todo o vigor da ação levada a efeito pela elite dominante, que teve no braço forte da máquina estatal grande reflexo nos resultados obtidos. Além disso, houve a tentativa do PMDB em anular várias seções nos dois primeiros, cujas denúncias de irregularidades durante o pleito também foram arroladas no documento encaminhado ao TSE. E, depois há que se destacar ser a capital catarinense o principal reduto eleitoral do candidato oficial, e ainda o fato de neste pleito não ter ocorrido eleições nas capitais, cuja prefeitura era comandada em 82 pelo PDS.

Em seu estudo sobre as eleições, Fontana ainda agrega outros fatores. Segundo ele, "quanto a Florianópolis, basta destacar a hegemonia inducida do PDS nos morros, favelas e comunidades pesqueiras em processo de desagregação e miséria", formando o que denomina de "espécie de 'lumpen-elektorat', inteiramente a mercê dos tentáculos do oficialismo governamental"²³. O que concorda com a análise de outras lideranças partidárias de oposição²⁴, ao enfatizarem no "que tange igualmente aos pequenos municípios da microrregião de Florianópolis, a influência do poder governamental: "tendo em seu poder o controle do Governo Estadual e os governos municipais, pode o PDS lançar uma numerosa chapa de candidatos a vereador, na sua maioria empregados públicos". Ou seja, nestas eleições, o "clientelismo, como forma de distribuição de favores imediatos, continua sendo a principal forma de fazer e dominar politicamente estas comunidades".

Diante do exposto até aqui, queremos concluir este ponto, assinalando que a diferença de votos em favor do PDS conseguida nos pequenos redutos eleitorais (acrescidos daqueles pertencentes a microrregião de Florianópolis) mais a vantagem alcançada em Laguna e

Imaruí no sul do Estado: ou seja, "exatamente regiões de maiores insuficiências econômicas e sociais de toda Santa Catarina conferiram uma vantagem decisiva" ao candidato oficial, segundo refgorça FONTANA.

3. Críticas as Ações da Justiça Eleitoral

De outra parte, retomando o debate antes iniciado sobre a ação do PMDB ante os inúmeros casos de irregularidades constatados durante o pleito, desejamos concluir nosso raciocínio, levantando outro dado fundamental até então desconhecido. Refere-se a primeira tentativa de alerta sobre possíveis fraudes, a primeira ação efetiva nesta direção, que ao que tudo indica seria "desestimulada" com rigor, ainda durante o início do processo de apuração.

Tal fato, levanta a suspeita de envolvimento federal nas eleições em Santa Catarina associada a Justiça Eleitoral, pois a iniciativa seria levada a efeito pela Polícia Federal sob a orientação do TRE catarinense. A revelação é do ex-presidente da Fundação Pedroso Horta, Jacó Anderle, que relata que

no processo de apuração soubemos de alguns fatos... Entrevistado pela RBS-TV, disse que nós estávamos preocupados com a lisura do processo de apuração. Fui, então, chamado pela Polícia Federal através de uma denúncia do TRE. Um juiz eleitoral pegou a entrevista, jogou à PF que abriu inquérito.

Eu me apertei um pouco ... Depois que o Esperidião /Amin/ ganhou, então, não teve mais problema, claro. Até encerraram o inquérito. Agora, enquanto se fazia a apuração... Pôxa! sofri uma pressão muito forte.²⁵

Jaison refere-se a suposto esquema montado pelo SNI em quatro estados brasileiros²⁶, nos quais poderiam ganhar a Oposição, que incluía Santa Catarina. Membros do comitê de campanha de Jaison testemunharam durante o processo de apuração a reunião ocorrida na capital catarinense, reunindo um juiz do próprio TRE, os candidatos ao governo e Senado, Amin e Jorge K. Bornhausen e demais integrantes da cúpula partidária do PDS. Esta reunião teve como objetivo principal traçar-se estratégia no sentido de reverter prováveis vitórias oposicionista nos principais municípios, capaz de provocar reviravolta nos resultados eleitorais.

Nesta ocasião, ante a expectativa de que a vaga para o Senado poderia ir para o PMDB, Bornhausen teria reagido duramente para que se garantisse a todo custo a sua vitória. Assim, a posição da Justiça eleitoral catarinense seria questionada em vários outros momentos importantes das eleições, devido principalmente ao alto grau das denúncias e irregularidades que se tem notícia.

Por ora, cabe ressaltar que jamais na história política catarinense se inovou tanto nos métodos para fraudar o voto. Dentre eles, podemos citar o aparecimento do voto carbonado. Tal método, só é comparado em importância aos episódios verificados no município de Laguna, aliás único município de relativa importância na região Sul do Estado, onde o PMDB perderia a eleição. Neste município houve inclusive a prisão dos fiscais do PMDB. Contudo, este não é o fator mais importante. Cabe destacar a maneira como fora procedida a apuração dos votos naquele município: ou seja, os fiscais eram colocados a uma distância tal da mesa de apuração onde se encontravam os escrutinadores, que era praticamente impossível alguém fiscalizar o que quer que seja. Os fiscais dos partidos eram separados por uma espécie de balcão, colocado a certa distância da mesa de apuração,

portanto longe dos escrutinadores²⁷.

O que só vem a corroborar com o que afirmamos anteriormente a respeito do trabalho da Justiça Eleitoral na ocasião. Pois o próprio PMDB já havia denunciado mesmo antes do pleito a ocorrência de fraude em alguns municípios, caso de Sombrio no Sul do Estado, onde descobriu-se a existência de mais de 200 pessoas que possuíam mais de um título eleitoral (constatou-se inclusive o caso de eleitora com até seis títulos em seu nome)²⁸. Contudo, a ação do TRE para averiguação do fato, somente ocorreria através da Corregedoria do Tribunal, cinco dias após, constatando-se apenas a existência de 18 casos. Ou seja, o TRE deveria no mínimo ter aumentado a fiscalização no resto do Estado para evitar tal manobra.

Por outro lado, tanto os casos de duplicidade de títulos eleitorais como os casos de menores que puderam votar nesta eleição, demonstram no mínimo o desaparelhamento²⁹ do TRE. Ocorrendo, por sua vez, a omissão do juiz eleitoral de Laguna, pois simples medida sua poderia ter evitado a ocorrência de qualquer possível irregularidade naquele município. Fato que não aconteceu, obrigando o deslocamento de comissão da sede central do TRE na capital até o município, além dos atos condenáveis de ação policial, o que concorreu para tirar um pouco o brilho do processo eleitoral na região. Além destes fatores, parlamentares peemedebistas ainda denunciariam a omissão³⁰ de mais um juiz eleitoral também no município de Criciúma, onde ocorreu a prática do voto carbonado, que nada fizera para punir os responsáveis.

O mais grave, no entanto, seria denunciado pelo delegado do PMDB junto ao TRE, ao afirmar que muitas urnas impugnadas acabaram sendo computadas, devido a "omissão" de alguns juízes eleitorais, que "não procederam a devida anotação nos mapas de urnas"³¹. Como os

mapas não continham a advertência dos juizes acerca do recurso dos partidos, eram considerados válidos e portanto computados sem maiores problemas. Ficando assim sem validade os recursos impetrados.

Não obstante, entendemos que o clima de tensão vividos entre o PMDB e o TRE catarinense, atingiria seu clímax por ocasião do ato oficial de diplomação dos eleitos. O presidente do TRE, desembargador Ayres Gama Ferreira de Mello, ao proferir discurso durante a solenidade, acabaria respondendo indiretamente muitas críticas feitas pelo PMDB tanto antes como durante o processo de apuração, muitas delas que contavam com a simpatia dos demais partidos de oposição. De acordo com o presidente do TRE,

manifestações hostis, assacadihas contra os órgãos do Poder Judiciário, alguns inconformados ofenderam a majestade do Direito, exatamente quando o momento recomendava que se recolhem ao silêncio e à meditação, em respeito ao resultado da democrática manifestação das urnas.

Essa conduta precipitada, colima, na verdade, atingir às próprias instituições democráticas, das quais se destaca, sobremaneira, a Justiça, como fundamento da sociedade politicamente organizada, no clássico conceito de Aristóteles.

E prossegue o mesmo autor, afirmando que

arautos do Estado de direito, os pregoeiros da democracia buscaram, contudo, na agressão verbal e na agitação, conforto para a expressão das suas inconfessáveis convicções.

A despeito desse comportamento estamos certos contudo, de que a Justiça, tal como o rochedo açoitado pelas ondas revoltas do mar, resistirá incólume a todas essas tempestuosas investidas, a esse desmensurado acôdamento...³²

Tal gesto do presidente do TRE, acabaria se configurando na gota d'água que faltava no já difícil relacionamento entre o partido de oposição e a instituição. Tanto que o PMDB marcaria seu protesto

contra o discurso do presidente do Tribunal, abandonando o local da diplomação. Assim, Ayres de Mello tentaria amenizar o teor de seu pronunciamento um dia após o incidente, embora viesse a público reafirmar mais uma vez que o TRE catarinense não havia constado qualquer ato de fraude nas eleições³³. E igualmente no mesmo dia, a direção estadual do PMDB voltaria a questionar a atitude do presidente do TRE, reafirmando as denúncias de "fraude e corrupção eleitoral, abuso do poder econômico e violação grosseiras da lei"³⁴. O presidente do PMDB, Dejandir Dalpasqualle, afirmaria ainda que "a atitude do presidente /do TRE/ provou que o Tribunal é faccioso, que o Tribunal está comprometido e que naquele instante /ato de diplomação/ ele atacou Um partido político e se posicionou ao lado de outro partido".

4. O Processo de Apuração Expõe Antiga "Fraturas" do PMDB

Através de documento bastante contundente³⁵, o comitê central da candidatura de Jaison Barreto denunciara através da imprensa o que qualificava na ocasião "como estratégia nacional para fraudar as eleições", tendo como base fatos transcorridos principalmente durante o processo de apuração. (Além de ressaltar de passagem fatos igualmente ocorridos também no decorrer da campanha eleitoral, como já foi frisado anteriormente). O documento, datado de 18 de novembro de 82, tomava como base os acontecimentos verificados em Santa Catarina³⁶, que guardava semelhança com os fatos transcorridos no Estado vizinho do RS, e sobretudo os fatos acontecidos no RJ, (quando na mesma ocasião o virtual governador eleito naquele Estado, Leonel Brizola, denunciava toda a armação visando derrotá-lo nas urnas).

Embora não tivesse obtido o apoio unânime do partido, pois fora elaborado pelos progressistas que faziam parte do comitê, liderados pelo professor Remy Fontana, que fora auxiliado por especialistas em comunicação (estes últimos chefiados pelo então jornalista e também professor, Daniel Herz), o documento não conseguiu resultado político desejado. Ou seja, provocar fato político capaz de obrigar tanto a Justiça Eleitoral como os demais partidos no sentido de coibirem abusos durante o processo de apuração, bem como intervirem nos meios de comunicação que adotaram procedimento irregular (como veremos no Cap. 6), no que tange a divulgação dos resultados das urnas, principalmente no caso da mídia eletrônica³⁷.

O documento baseava-se na constatação de que grande parte dos escrutinadores pertenciam aos quadros do governo estadual, "quando não do próprio PDS"³⁸. De outro lado, enfatizava que o trabalho dos fiscais dos diferentes partidos era "extremamente penoso", e muitas vezes foi "dificultado até mesmo por juizes que acompanham a apuração"³⁹. O mais grave, contudo, segundo o mesmo documento, consistia no fato de que muitos escrutinadores adotavam procedimento irregular: "em cada urna, sonegam votos ao PMDB e computam individualmente votos para o PDS". Na opinião dos peemedebistas, tal procedimento, significava na prática a criação do chamado "voto camaleão", isto é, "o voto que muda de cor ao passar pelas mãos dos escrutinadores"⁴⁰.

Além disso, denunciavam ainda a "morosidade" verificada no processo de apuração, que segundo as lideranças de Oposição, se sobrepujava a qualquer dificuldade técnica coerente; apontando também a ação da mídia, que efetuara o trabalho de veicular, principalmente via televisão, somente o resultado das urnas favoráveis ao PDS⁴¹ (idêntico procedimento adotado pela Rede Globo, no RJ, mas que fora desmascarado por Brizola a tempo)⁴².

O documento do PMDB, conclui, afirmando que toda esta estratégia concorrera para "alimentar tendência derrotista"⁴³ junto ao partido, criando-se assim clima favorável ao sucesso pedessista, refletindo-se sobretudo sobre a ação fiscalizadora partidária. Pois, com a divulgação das urnas acusando sempre a vantagem do partido do governo, a desmotivação no que tange à fiscalização tornar-se-ia, alegavam os peemedebistas, inevitável. Argumentavam que isto ocorria com mais freqüência "nos municípios onde candidatos a prefeito e a vereador se sentem desmotivados para a fiscalização"⁴⁴. Ou ainda "nos municípios onde não há disputas por prefeituras - como as capitais - e nas cidades onde as possibilidades de eleição para prefeitos já foram eliminadas ou asseguradas".

Além do mais, esta tendência de alimentar-se a "derrota" antecipada do PMDB antes do término oficial da apuração, não se coadunava com o clima de pessimismo que tomou conta do PDS em determinado momento também da apuração. O que fora provocado ante a possibilidade iminente de uma virada, principalmente na disputa para o Senado (como chegara a ser admitido pelos jornais⁴⁵. Não fora por acaso, que o PDS chegara a adiar a festa em comemoração a vitória de Amin, naquela altura dada como certa⁴⁶. Some-se a este fato, que o PDS tratara logo em admitir sua derrota naqueles Estados onde sabia-se de antemão que isto iria ocorrer. O que, de certa forma, contrastava com as declarações do partido governista naqueles Estados onde tinha-se como certo que as disputas seriam bastante acirradas, como no caso de Santa Catarina. Estado este, onde procurou-se adotar uma atitude de "ceticismo" e de "desmoralização" quanto as reais possibilidades" do maior partido de Oposição.

Esta ação desencadeada por parte dos integrantes do comitê de Jaison, ao lançar documento de tal teor, acabou não só refletindo o

enorme imobilismo do partido em um momento tão crucial das eleições, como também colocando a mostra antigo problema existente dentro do partido, e que até aquele momento parecia não ter prejudicado seu performance eleitoral: ou seja, a divisão entre as correntes progressistas e moderada.

O imobilismo ficou por conta do candidato ao governo, Jaison Barreto⁴⁷, que uma vez comunicado dos fatos, preferiu isolar-se em sua residência particular em Balneário Camboriú, distante alguns poucos quilômetros da Capital, ao invés de tomar a liderança das ações no sentido de adotar qualquer tipo de estratégia para se contrapor as manobras que estavam em andamento. Por outro lado, e talvez o fato mais relevante quanto a isto, tenha sido a falta de unidade do próprio comitê eleitoral, principalmente em função da postura política adotada pelo candidato ao Senado, Pedro Ivo Campos, principal líder dos moderados do partido. Pois, uma vez notificado pelo comitê a respeito das denúncias, Pedro Ivo demonstrara completa irritação e descrédito⁴⁸, passando em seguida para a ofensiva, que pode ter sido não somente fatal para suas pretensões, como pode ter impedido o partido de agir de maneira eficaz no episódio.

O que queremos enfatizar é que como os partidários de sua candidatura tinham quase a certeza da sua vitória, que chegou inclusive a ser alimentada pela apuração paralela⁴⁹ que mantinham dentro do próprio comitê de Jaison, e mesmo sabendo de prováveis manobras no processo de apuração, Pedro Ivo acabaria rendendo-se a tática das elites. Ou seja, no mesmo dia em que fora comunicado pelo comitê da existência de um provável "esquema" para derrotar Jaison, ele correu à imprensa, concedendo entrevista as emissoras de televisão, na qual destacaria não apenas a "lisura" do processo de apuração como também afirmaria que aceitava plenamente o resultado das apurações

feitas pelo TRE⁵⁰. Tanto isto é verdade que os jornais datados de 21 de novembro de 82, portanto, um dia após divulgarem o documento contendo as denúncias do PMDB, traziam estampado na capa a declaração de Pedro Ivo admitindo a "derrota" de Jaison⁵¹. Apesar, de manifestar o seu otimismo quanto as suas reais chances de vitória. A partir daí, os seus assessores, capitaneados pelo amigo Luiz Fernando Gallotti, trataram logo de esvaziar o comitê eleitoral de Jaison, apesar dos protestos contra tal atitude, confiantes na vitória de Pedro Ivo⁵².

Contudo, somente após sentir junto ao TRE que poderia perder as eleições, apesar de os jornais ainda continuarem alimentando suas esperanças, é que Pedro Ivo tomara a dianteira no sentido de denunciar possíveis manobras⁵³ durante a fase final das eleições, como também os atos de corrupção eleitoral detectados pelo partido durante toda a campanha eleitoral. Como se sabe, tais ações acabaram sendo infrutíferas e não provocaram a reação esperada, sendo mais tarde combatidas pelo TRE (e também pela grande imprensa).

O PMDB ainda tentaria em vão durante o mês de dezembro, portanto antes do prazo estipulado para a diplomação dos eleitos, reverter o quadro desfavorável. Assim, através de novos recursos tenta anular dezenas de urnas, ao mesmo tempo em que empenha-se em dura "batalha" judicial, mas longe dos olhos do eleitor. O que obriga inclusive o PDS a ter que contratar ex-procurador da República, Henrique Fonseca de Araújo, pra comandar a contra-ofensiva dos adversários no Tribunal, o que só demonstra a importância da vitória ao governo para as pretensões das elites. Ao mesmo tempo, Pedro Ivo reitera através de declarações à imprensa a ocorrência de "fraude em Santa Catarina" e solicita a "recontagem de votos".

Importante observar que, levando-se em conta somente os recursos do PMDB envolvendo cinco urnas relativas aos municípios de Laguna e Imaruí (total de 1.800 votos), já seriam suficientes para alterar a disputa para o Senado, em caso de nova votação. Mas que não tiveram qualquer acolhida por parte do TRE, que manteve o resultado da votação.

Assim sendo, no dia 9 de dezembro, o TRE encerraria a fase de julgamentos dos recursos, pronunciando-se contrário aos recursos do PMDB. Além disso o presidente do TRE faria declaração pública, afirmando que "o Tribunal tem sido vítima de acusações caluniosas e maldosas por parte de muitos". E conclui, dizendo que "mas a verdade é que não chegou ao Tribunal nada que sugira a existência de fraudes". Portanto, um dia após, o TRE-SC divulgaria o relatório oficial, declarando a "vitória" de Amin e Bornhausen.

5. Conclusão

Como conclusão (levando-se em conta também as principais questões suscitadas no capítulo anterior), seria importante alinhar alguns aspectos que pretendemos retomar nos próximos capítulos, a fim de conseguir almejar os resultados esperados com este trabalho.

Assim, destacamos inicialmente o caráter bipartidário do pleito de 82, com o PMDB canalizando o descontentamento de parcela significativa do eleitorado, no período, não só contra o regime autoritário, mas também contra a estrutura dominante estadual. Vimos, então, que as eleições significaram a possibilidade real de "ruptura" no sistema de dominação política até então vigente, o que obrigou a união de esforços das elites em Santa Catarina (cujas diferentes fa-

estas que tal união representou, procuramos debater ao longo deste estudo).

Deste modo, podemos constatar que a vitória de Jaison nas prévias, significou o avanço dos setores progressistas dentro do PMDB, cuja candidatura detinha forte identidade popular, sobretudo devido a sua atuação parlamentar e engajamento nas principais lutas sociais em Santa Catarina. De outro lado, a incorporação do partido com o PP, tornaria a eleição muito mais difícil para as pretensões dos adversários, fato este confirmado pelos resultados das urnas (questionando os números das sondagens eleitorais, como veremos em outro capítulo, questionando igualmente a legitimidade da "vitória" pedesista em virtude das inúmeras irregularidades ocorridas durante as eleições).

Aliás, tais fatos acabariam apontando também na direção de outra ponta do iceberg: a suspeita da montagem de grande "esquema" visando derrotar a todo custo as Oposições em Santa Catarina. E que contou, ao que tudo indica, com o beneplácito de uma Justiça Eleitoral, no mínimo, "desaparelhada", tamanho as denúncias de casos de fraude e abusos cometidos. Acrescente-se a isto a ação da mídia (e seu papel durante as apurações dos resultados oficiais) que também vamos debater mais adiante em outra passagem da pesquisa, sem contar outros fatores que também discutiremos nos demais capítulos. E também apontaria na direção da falta de ação mais enérgica e eficaz por parte do PMDB junto ao Poder Judiciário, com o apoio dos mais diferentes segmentos populares e partidos de oposição, na tentativa de reverter o quadro adverso em função das várias denúncias de fraude (embora iniciativa neste sentido tenham sido "desencorajadas" pela própria Justiça com o auxílio das forças policiais). Estes episódios trouxeram à tona antigas "feridas" ainda latentes dentro do PMDB ca-

tarinense, pois o partido não conseguia tornar as provas de fraude num instrumento capaz de provocar a paralisação da contagem dos votos e a possível realização de nova eleição. Some-se a isto o fato de que os setores conservadores do partido, "alimentados" pelo noticiário da imprensa (e informações de órgãos de pesquisa), ainda depositassem esperanças de uma vitória de sua principal liderança ao Senado, somente engrossando o coro partidário contra o suposto "esquema" das elites quando já era praticamente impossível reverter o resultado desfavorável.

Notas

¹Cf. Dicionário Político Catarinense, p.417, e também entrevista do ex-candidato a vice de Jaison, João Linhares, revista Quem-SC, março de 83, nº 30, 1983, p.7.

²Apesar de o PMDB ter passado de 29 prefeituras para apenas 19 em 1982, desde a última eleição para prefeitos corrida em 1976.

³Cf. SOARES, em seu artigo intitulado "A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos", in: FLEISCHER, op.cit., p.113.

⁴O que não aconteceu em SC, e depois, os pequenos partidos além de outras prováveis deficiências, tiveram seus votos anulados em 55 municípios catarinenses (Conforme já destacamos na nota 23, do Capítulo I).

⁵Cf. Entrevista de Amin, revista Quem-SC, Nov./82, nº 25, p.6.

⁶Cf. Entrevista de Amin, ibidem.

⁷Analisamos mais detidamente as pesquisas eleitorais, no cap. VI.

⁸Cf. Carta dos Catarinenses. Também em sua entrevista à Quem-SC, op.cit., página 5, que comenta sobre a insatisfação do homem do campo.

⁹Cf. FLEISCHER, no artigo denominado "O novo pluripartidarismo: perfil sócio-econômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1983)", in Fleischer, op.cit., p.139.

¹⁰Cf. SOARES, op.cit., p.114.

¹¹Cf. FLEISCHER, op.cit., p.136.

¹²Cf. FONTANA, op.cit., p.29.

¹³Cf. FONTANA, op.cit., p.29-30.

¹⁴Cf. Relatório Final apresentado ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina pela comissão apuradora, datado de 10 de dezembro de 1982, documento de seis páginas, e também o Aditamento ao Relatório Final apresentado ao TRE pela mesma comissão, de 16 de dezembro de 82.

¹⁵Cf. Relatório do programa de Coordenação de Acompanhamento e Avaliação Municipal elaborado pelo GAPLAN, Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Estado (organismo estadual atualmente denominado SEPLAN, Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral), cujos dados foram publicados na edição de OE, de 28/11/82, p.3. De acordo ainda com o documento, "o PMDB conquistou 70% dos municípios de médio para grande porte e os municípios pólos, enquanto o PDS alcançou apenas os pequenos e alguns médios, reconquistando o município de Lages". Ressalta a vantagem do PMDB, que saiu na frente na região do Oeste catarinense, em municípios como Chapecó, Concórdia, Caçador e Videira, conquistando a maioria deles. E venceu ainda no Norte, Sul e Vale do Itajaí, "fazendo o prefeito das principais

idades, como Joinville, São Bento e Canoinhas, Criciúma, Tubarão e Araranguá, e Blumenau, Itajaí e Rio do Sul". Diz ainda que sob o ponto de vista econômico, o Norte, o Sul e o Vale têm suas potencialidades voltadas para o setor industrial, enquanto o Oeste catarinense para a agricultura e agroindústria.

Ainda chama a atenção para o fato de que "Lages, um dos grandes municípios de SC", apresenta "economia problemática, com características agropecuárias e de extração de madeira (pinho), em fase de decadência". Afirma também que o "PDS concentrou sua vitória no Planalto Serrano" e "na Grande Florianópolis", onde prevaleceu municípios "com predominância da agricultura de subsistência e prestação de serviços, e os pequenos municípios, com tendências agropecuárias".

E, conclui sua análise, afirmando que "no geral, houve um equilíbrio na influência junto ao eleitorado, equilíbrio este que não se verificou quanto à situação econômica do Estado, no qual o PMDB exercera predominância".

16Cf. FONTANA, op.cit., p.32.

17Cf. Documento do PMDB pedindo a anulação das eleições, item referente ao "Resultado Aritmético Justificador do Recurso", p.23-24.

18Cf. Documento do PDS catarinense em que apresenta as "contra-razões" ao documento do PMDB junto ao TSE, datado de 29 dez. 82, p.10.

19Entrevista de Dalpasqualle, idem. Ele sustenta que todo o "esquema", que incluía os meios de comunicação de massa, governo e inclusive "Justiça Eleitoral" "estava contra nós". O comitê eleitoral do PMDB apresentara na ocasião várias denúncias à imprensa, em coletiva da qual participaram, além de Dalpasqualle, Pedro Ivo e João Linhares, vide JSC, de 24/11/82, p.2.

20O PDS contra-argumentou junto ao TRE-SC, alegando "preclusão" do recurso peemedebista, vide contra-razões, op.cit., p.11. Quanto aos reclames do PMDB, em aditamento ao relatório final da Comissão Apuradora do TRE, em documento de três páginas responderia pela "improcedência" integral da reclamatória, vide Aditamento ao Relatório Final, op.cit., p.3.

21Entrevista do Professor Remy Fontana, idem.

22Cf. Declaração do então presidente do diretório municipal do PT da Capital, Valmir Martins, publicado em OE, de 16/11/88, p.5.

23Cf. FONTANA, op.cit., p.37.

24Documento elaborado pelo então candidato eleito pelo PMDB em 82, Roberto Mota, que analisa o performance do partido sobretudo na região da Grande Florianópolis, p.3-4. interessante observar, contudo, que o parlamentar debate também a fragilidade partidária na região, apesar de que pela nossa pesquisa o PMDB possuir diretório organizados em todos esses municípios.

25Entrevista do professor Jacó Anderle, idem.

26Cf. Jaison Barreto, Brasília, separata à entrevista dado ao JSC, op.cit., p.15.

27Fato presenciado pelo autor 'in loco' na ocasião.

28Cf. Declaração do coordenador da Campanha de Jaison, Murilo Canto, dado ao jornal OE, de 07/11/82, p.3. Sobre a fiscalização do TRE no caso, vide Jornal de SC, de 13/11/81, p.2.

29Cf. Conclusão a que chega em seu trabalho de dissertação apresentado ao programa de pós-graduação em Direito, da UFSC, Albertina da Rosa, ao estudar acerca das "Distorções na aplicação do sistema representativo proporcional em Santa Catarina", datado de 1984. Ou seja, a questão do fraco aparelhamento do TRE ocupa lugar de destaque em seu trabalho.

30Vide declaração do então deputado federal Walmor De Lucca, jornal OE, de 16/11/82, p.7.

31Declaração do Delegado do PMDB junto ao TRE-SC, Saulo Vieira, JSC, de 24/11/82, p.2.

32Cf. O Estado, 23/12/82.

33Cf. O Estado, ibidem.

34Cf. Dalpasqualle, OE, 24/12/82, p.3.

35Vide íntegra do documento do PMDB, JSC, de 20/11/82, p.3.

36Entrevista do professor Remy Fontana ao autor, 8 de março de 1990.

37Remy Fontana, idem. E também entrevista ao autor do professor Daniel Herz, em 19 de agosto de 1988.

38Documento do PMDB, JSC, ibidem.

39Documento do PMDB, JSC, ibidem.

40Documento do PMDB, JSC, ibidem.

41Documento do PMDB, JSC, ibidem. Embora o documento refira-se de forma genérica a imprensa de maneira geral, de acordo com os nossos entrevistados citados anteriormente, a crítica principal era endereçada à análise eletrônica, mais especialmente à RBS-TV (falaremos melhor sobre isso no cap. VI, item 6).

42Sobre a ação da Rede Globo de Televisão acusada em 82, de envolvimento no caso de fraude das eleições no Rio de Janeiro, juntamente com a empresa particular de computação Proconsult e SNI, vide a obra do professor Daniel Herz, "A história secreta da Rede Globo", p.13-6 (especialmente as notas de rodapé de n.ºs 1 a 3). E também a obra de LEITE FILHO (Francisco das Chagas), "Brizola Tinha Razão", p.153-4 e p.173-84. Para entender o caso Proconsult, vide edições da revista Veja, de 1º de dezembro de 82, p.38-9, e de 8/11/82, p.40-1.

É importante lembrar que, em SC, o serviço de totalização de votos fora realizado pelo SERPRO, Serviço Federal de Processamento

de Dados, contra o qual não se lançara qualquer dúvida. Nas eleições de 78, o SERPRO também realizara o mesmo trabalho. Para se conhecer como o SERPRO procedeu em 82, vide principalmente o jornal OE, de 19/11/82, p.6. E ainda as edições de 19/11/82, p.2, do JSC; e OE, de 25/11/82, p.3.

43Cf. Documento do PMDB, idem.

44Cf. Documento do PMDB.

45Cf. JSC, 20/11/82 e também edição de 21/22 de novembro de 82; além de OE, de 23/11/82.

46Cf. JSC, 21/22 de novembro de 82.

47Vide entrevistas dos professores Remy Fontana e D. Herz, idem.

48Entrevistas de Fontana e Herz.

49Embora não tivessem qualquer compromisso com o PMDB, a FURB, Fundação Universidade da Região de Blumenau, fazia apuração paralela que apontava nesta direção. Segundo Herz, os números de apuração paralela dos partidários de Pedro Ivo eram mantidos no mais absoluto sigilo, ou seja, ninguém além dos conservadores sabiam dos resultados.

50Ao tomar conhecimento das informações do comitê, por volta das 7 horas da manhã, Pedro Ivo dirigiria-se a seguir, às emissoras, concedendo entrevista neste sentido no horário do meio-dia e novamente às 7 horas da noite, segundo Herz.

51Cf. JSC, de 21 e 22 de novembro de 82. O jornal destacaria em manchete: "Oposição admite vitória de Amin". Enquanto isso, Pedro Ivo afirmaria que "só a fraude poderá alterar a tendência da votação ao Senado e impedir a minha eleição". Em relação a "derrota" de Jaison, disse ser extremamente difícil uma virada de Jaison sobre Amin, afirmando somente se ocorresse um milagre.

52De acordo com o depoimento do professor Daniel Herz, os partidários de Pedro Ivo "fecharam" o setor de computação do comitê de Jaison e abandonaram a sede; deixaram todas as gavetas abertas e vazias, e um detalhe: carregaram todos os telefones do comitê, "numa demonstração clara de que estavam satisfeitos com o resultado e que não valia a pena lutar por mais nada, deixando o restante do grupo a ver navios". Ainda segundo nosso entrevistado, chega a ser hilária a atitude do então coordenador da campanha de Jaison, Murilo Canto, que praticamente fugira do assédio dos militantes do partido durante a reunião que debatia uma forma de se tentar coibir o esquema colocado em prática para derrotar Jaison.

53Cf. Jornais OE e JSC, respectivamente de 24/11/82. Entrevista concedida por Pedro Ivo Campos, acompanhado do vice de Jaison, João Linhares e pelo presidente do partido, Dejandir Dalpasqualle. O PMDB ainda tentara a impugnação de 18 urnas, conseguindo adiar temporariamente a proclamação dos eleitos pelo TRE. Até o dia 23 de novembro, Jorge Bornhausen ainda mantinha uma vantagem sobre Pedro Ivo por apenas 622 votos. Mas neste mesmo dia, o TRE julgaria os recur-

sos envolvendo as 18 urnas, ratificando os números que garantiriam a vitória de Amin ao governo e Bornhausen para o Senado, ou seja, não acolhendo nenhum recurso do PMDB, conforme matéria de capa de OE, de 24/11/82.

CAPÍTULO III

A ESTRATÉGIA DO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL NA CAMPANHA DO PDS

1. Introdução

A eleição de 82 também deu margem a muitas suspeitas acerca do possível envolvimento direto do governo Bornhausen/Córdova na campanha de Amin, pelo menos, é que se pode notar através do cruzamento de dados em várias fontes, bem como depoimentos. Através da análise dos relatórios do Tribunal de Contas do Estado, por exemplo, percebemos a anotação de série de distorções na aplicação do orçamento governamental, que ao que tudo indica, também podem estar relacionadas com o período eleitoral: contratação de servidores sem concurso, verbas em grande número para divulgação de atos do governo acima dos limites permitidos por lei, como subvenção para a manutenção de empresas privadas etc. Some-se a isto, e talvez o fato que deixe mais claro este sintoma, a declaração do então governador Henrique Córdova

va ao assumir o governo catarinense, que não se "portaria no governo como magistrado" no que se referia ao pleito. Tal fato, é ainda mais relevante em função de suas posteriores declarações sobre o uso de dinheiro público para favorecer "indiretamente" a candidatura oficial.

Além disso, é provável ter havido igualmente a utilização para fins eleitorais de três importantes organismos estatais: Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, Secom; Banco do Estado de Santa Catarina, BESC; e Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas, Procape. No que tange a Secom, ocorreu em 82, de acordo também com os dados do TC, aumento exorbitante nos gastos com publicidade do governo, além de outros gastos estranhos a função do órgão. De outro lado, é bom lembrar que a Secom era dirigida pelo intelectual orgânico, Paulo da Costa Ramos (PCR), amigo pessoal do empresário Victor Civita, dono da Editora Abril, que publicava as pesquisas eleitorais do Gallup, sendo que este último também prestava serviços ao PDS catarinense.

Quanto aos dois outros órgãos estatais, lembramos que ambos tiveram suas contas devassadas pela Assembléia Legislativa, através da realização de duas comissões de inquérito (CPIs) logo após o pleito, levantando também alguns dados que parecem ter nítida ligação com a vitória pedessista, como por exemplo: contratação irregular de pessoal, aumento desordenado de agências do BESC pelo interior do Estado, fornecimento de empréstimos com possível caráter partidário etc. No caso do Procape, houve o agravante de se emprestar dinheiro a empresas concordatárias e em completo estado falimentar, e, portanto devedores ao Estado. Registre-se ainda dentro desse contexto, que o maior orçamento do governo Bornhausen/Córdova durante toda a gestão, e o ano de 82 não fugira a regra, era destinado à secretaria dos

Transportes e Obras (STO), cujo secretário era Esperidião Amin. (Inclusive, vários órgãos vinculado a esta secretaria, apresentariam "déficits" em seus orçamentos, contribuindo também para o endividamento do Estado).

Ainda reforçando mais nosso argumento inicial, destacamos a maneira encontrada pela administração Bornhausen/Córdova no sentido de formar "quadros especiais", visando as eleições de 82. Ou seja, através da cooptação de lideranças políticas expressivas, bem como através da garantia de "vantagens" econômicas a seus principais intelectuais orgânicos, que desempenhariam papel chave na estratégia montada para derrotar as oposições. E, por último destacamos a implantação de verdadeiro "governo paralelo" nos municípios governados pelo PMDB, as chamadas Supervisões Regionais, que tiveram importante papel no sentido de enfraquecer as bases eleitorais de oposição em regiões importantes do Estado, principalmente na região de Lages, no Planalto Serrano.

2. Irregularidades nas Contas do Governo Bornhausen/Córdova

Deste modo, podemos observar inicialmente que o próprio relatório do Tribunal de Contas relativo ao último ano de governo Bornhausen/Córdova¹, que coincide com as eleições para o governo, revelaria a existência de série de distorções. De acordo com o TC, elas teriam duas origens, ou seja, "deficiência na elaboração do orçamento", e o que mais nos interessa de perto, o "cometimento de atos administrativos falhos".² O relatório acusa ainda que "na execução desse orçamento proposto, as deficiências não foram isoladas", ressaltando que as "irregularidades foram apontadas à medida da análise das Notas de

Empenhos, apresentadas a este Tribunal". (Cita também o que qualifica de "impropriedades" de classificação, seja de ordem institucional, funcional-programática e econômica, que já havia chamado a atenção em exercícios anteriores).³

No item pertinente aos "Gastos segundo a sua Natureza"⁴, observa-se, de acordo com o mesmo relatório (conforme a Tabela 9), que "o maior volume de dispêndio dos recursos do Tesouro Estadual, com a concessão de Subvenções Sociais e Transferências a Municípios".⁵ Detalhe importante: "ou seja, para a manutenção e atendimento de despesas de custeio de entidades privadas e Prefeituras Municipais, cuja incidência, observe-se, "ocorreu no último quadrimestre do exercício /do ano de 1982/".

TABELA 9

ORÇAMENTO DO ESTADO - GASTOS SEGUNDO SUA FUNÇÃO

SUBELEMENTO	ORÇADO (A)	EMPENHADO (B)	DIFERENÇA (B - A)	(%)
Subvenções Sociais	575.287.000,00	1.774.490.332,00	1.199.203.332,00	+ 208,45
Juros da Dívida Contratada Int.	601.960.000,00	3.352.652.775,00	2.750.692.775,00	+ 456,95
Outros Encargos da Div. Int. Cont.	41.460.000,00	1.227.721.281,00	1.186.261.281,00	+ 2.861,21
Transf. a Municípios*	825.150.000,00	5.246.995.152,00	4.421.855.150,00	+ 535,88

*Excluídas as cotas-partes de tributos.

FONTE: TC, 1982, p.28.

A esse respeito o relatório informa que os montantes das transferências feitas aos municípios, a título de "Despesas Correntes e de Capital", atingiram a soma de Cr\$ 7 bilhões e 39 milhões, equivalente ao acréscimo, em relação ao originalmente orçado (Cr\$ 1 bilhão e 839 milhões), de 382,70%. (Ou seja, mesmo deixando-se de computar os repasses feitos pelas dotações de "Investimentos em Regime de Execução Especial", em sua maioria, pelo Gaplan, e de "Serviços de Terceiros e Encargos/Acordos e Convênios"). Esse dado é importante, como veremos mais adiante, em função da discriminação sofrida por parte das prefeituras de oposição ao governo.

O relatório chama a atenção para outro dado importante no que diz respeito a classificação funcional-programática, que segundo seu parecer, sofreu algumas "distorções" também em 82, "levando os seus resultados a não espelhar os gastos efetivos com o desenvolvimento das 'Atividades' e 'Projetos' do Orçamento aprovado".⁶ O relatório cita vários exemplos a este respeito: a construção do Centro Integrado de Cultura (CIC), construção de todos os Hospitais Regionais; construção de escolas estaduais etc.⁷ Ou seja, construção ou a realização de obras, incorporáveis a patrimônio público ou administrativo do Estado, deu-se a "classificação da despesa como sendo 'Transferência de Capital'", quando o certo deveria ser "Investimentos" sob o código "Obras e Instalações".⁸

Para o TC, "tal situação origina-se de 'Transferências' impróprias feitas ao Departamento Autônomo de Edificações/órgão ligado a STO/ - DAE, como se a obra fosse se incorporar ao seu patrimônio administrativo".⁹ Acusa ainda que para a construção ou a realização de obras, incorporáveis ao patrimônio público ou administrativo das entidades beneficiadas (Prefeituras, Fundações etc.), "houve a classificação de despesa como se fossem 'Investimentos', quando o apro-

priado seria 'Transferência de Capital'".¹⁰ Apresenta então o que qualifica "dessas impropriedades": convênios ou protocolos de cooperação financeira, firmados geralmente com as prefeituras para a construção de obras municipais, como calçamentos de ruas, abertura de avenidas - pertencentes aos planos rodoviários e diretor dos municípios etc.¹¹

Por último, o TC enumera série de observações contundentes sobre a gestão de 82 de Bornhausen/Córdova, que só reforçam nosso argumento inicial. Ao tocar no item referente aos "Outros Aspectos da Despesa"¹², o relatório aponta:

a) Pagamento a pessoas estranhas, ou mesmo vinculadas ao governo (técnicos em datilografia, contabilidade etc.), como sendo de "natureza eventual", para os quais a respectiva unidade administrativa dispunha de quadro de pessoal próprio, e "limites de remuneração" fixados em lei, "para regularmente atendê-los", ou "executar essas tarefas e atribuições pertinentes à sua estrutura organizacional";

b) Concessão de "ajuda financeira", a qualquer título, "a empresas de fins lucrativos", sob a figura jurídica de "acordos e convênios" em desacordo com a lei, "sem atentar que estas somente poderão ser concedidas ajudas quando se tratar de 'Subvenções Econômicas', expressamente autorizadas em lei especial";

c) Utilização, mediante retribuição pecuniária, de veículos particulares pertencentes a servidores, sob o regime de quilômetro percorrido ou o de taxa fixa, para atender, em caráter permanente, "funções meramente burocráticas e que não exigem transporte rápido, contrariamente ao que dispõe a lei";

d) Antecipação de "recursos do Tesouro para pagamentos de despesas futuras (e desconhecidas, às vezes), "constituindo-se em prá-

tica incompatível" com o disposto em lei;

e) Despesas que, "embora ilegítimas e não encontrando amparo legal para a sua realização, foram efetuadas pela Administração Pública Estadual, fundamentando-se somente na tradição, uso e costume";

f) "Contratação de pessoal não habilitado e sem processo seletivo";

g) "Não observância das normas vigentes sobre licitação".

Ou seja, são observações que só vem a comprovar a possível utilização da máquina governamental com fins eleitorais, como procuramos comprovar em várias passagens deste capítulo.

3. Figueiredo e Córdova na Campanha

Além do engajamento direto do presidente Figueiredo¹³ na campanha eleitoral em Santa Catarina (veremos mais adiante como contribuiu financeiramente em prol do PDS catarinense), houve também por parte do governo estadual nomeado por Brasília ação decisiva no sentido de garantir a vitória de Amin. O próprio vice-governador Henrique Córdova, ao assumir o governo¹⁴ afirmaria com vigor que

a minha meta como governador é vencer o pleito democrático de 15 de novembro. E para isto evidarei todos os meus esforços, não me portarei no governo do estado como magistrado no que diz respeito às eleições. (...) Estarei no governo como integrante do PDS e como seu instrumento.¹⁵

Assim, desencadearia série de ações com este objetivo, como por exemplo, a obrigatoriedade de os servidores em cargo de comissão trabalharem em prol da campanha Amin, sob pena de serem "demitidos".

dos".¹⁶ Ou ainda os inúmeros encontros promovidos as expensas do Estado, reunindo milhares de servidores públicos, ocasião em que estes últimos eram "solicitados" a "vestir a camisa" do PDS.¹⁷ Além disso, a Prodasc, Companhia de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina, mantinha ficha atualizada sobre a situação de eleitor de cada servidor, além de nomes de pessoas de seu relacionamento.¹⁸ Sem contar o fato de que os funcionários públicos, indistintamente, eram obrigados a contribuir financeiramente para o partido do governo, através de desconto automático em suas folhas de pagamento, considerado "normal" pelos dirigentes partidários do governo.¹⁹

No entanto, somente oito anos após o pleito, é que se saberia através das palavras do próprio ex-governador Henrique Córdova²⁰, alguns elementos importantes a respeito da estratégia montada para derrotar as oposições. Segundo ele, foi apresentado ao presidente Figueiredo a estratégia de campanha, apesar de o governador federal não acreditar na vitória do seu partido²¹ também em Santa Catarina. Mas seu plano recebeu o aval de Brasília.

Outro dado de suma importância até então desconhecido, e somente revelado ao autor pelo ex-governador Córdova, refere-se as dificuldades financeiras a que chegou o governo estadual quando este último assumiu o Estado em 82. O Estado de Santa Catarina encontrava-se naquele momento com os fundos federais bloqueados junto ao Banco do Brasil, em razão do não pagamento de parcela "de nossa dívida externa", afirma o ex-governador. Tal informação jamais viera a público, apesar das constantes denúncias sobre a difícil situação financeira feitas pelo PMDB²² durante a campanha eleitoral, pois este fato poderia alterar o resultado das eleições (veremos mais a frente como o PDS conseguiu contornar o problema).

Pelos relatórios do Tc sobre o crescimento da dívida do Estado no período²³, que era de Cr\$ 5 bilhões em 1978 e saltara para Cr\$ 159,4 bilhões em 1982, conforme quadro que mostraremos a seguir, é bem provável que a notícia do bloqueio dos fundos catarinenses teria grande impacto no campo eleitoral, como faz crer o ex-governador.

Alguns dados a respeito do endividamento do Estado de Santa Catarina são particularmente importantes, tomando-se em conta sobretudo o ano eleitoral. Pois, apesar de nosso entrevistado afirmar que não houve "malversação" no uso do dinheiro público, que teria sido "bem empregado" na realização de obras de infra-estrutura, de acordo com o relatório do TC, "a taxa de endividamento cresceu em termos bem superiores a qualquer crescimento das receitas efetivas".²⁴ Ou seja, conclui o mesmo relatório que "não detida a atual espiral inflacionária, o Estado arrecadará apenas para manter sua máquina administrativa, devendo endividar-se cada vez mais para a realização de programas de trabalho".²⁵ (Nas gestões posteriores e de Bornhausen/Córdova a situação agravou-se de tal forma que o Estado passou a gastar o que arrecada somente com gasto com pessoal).²⁶

Contudo, devemos lembrar que grande parte do montante da dívida eram empréstimos tomados em bancos internacionais (geralmente a juros altos)²⁷, dinheiro este, em muitos casos gastos em atividades não prevista em lei, conforme acusou o TC. (Sem contar o fato de que os novos empréstimos eram usados para o pagamento de juros e correção monetária de empréstimos antigos, o que significava aumento incontável da dívida). De outro lado, destaca que "as operações de crédito retomaram seu crescimento em 1982"²⁸, o que significava na prática mais despesa no exercício para pagamento em exercícios futuros, ou o mesmo que mais um "serviço criado a ser custeado", e, portanto, que só contribuía para o endividamento.

A respeito do crescimento da dívida no governo Bornhausen/Córdova vide o quadro abaixo:

QUADRO 3

EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DA DÍVIDA DO ESTADO DURANTE O GOVERNO BOR-
NHAUSEN/CÓRDOVA EM COMPARAÇÃO COM O ÚLTIMO ANO DO GOVERNO ANTERIOR

GESTÕES	78*	79	80	81	82
Em bilhões de cruzeiros)	74,7	92,4	81,4	105,8	159,4
PARECER DO TC	---	•Totalmente sustentável •	•Dívida interna pas- sa a ter maior par- ticipação no montan- te• •A Dívida Fundada é regulamentada por vá- rias resoluções do Senado Federal, que limitam o montante de empréstimos a serem contraídos. Consid- rando-se os termos da Resolução, verifica-se que os valores não ul- trapassam os limites estabelecidos.	•Saldo da dívida . Fundada tornou-se superior ao mon- tante da receita efetiva arrecada- da•. No mês de novembro o Estado esteve suprindo um déficit de cai- xa da ordem de 700 milhões e, em de- zembro, de 1 bi- lhão e 748 mi- lhões.	•Dívida cresceu mais que a receita•. E a capacidade de resga- te ficou reduzida pela metade, além disso o pagamento dos Encargos da Dívida foi relativamente o mais baixo do quadri- ênio. Em 82 houve 13 bilhões e 139 milhões de déficit, coberto por investimentos a conta de Receitas Efetivas e de Aliena- ções de Bens.

*Refere-se ao governo do primo e antecessor de Jorge Bornhausen, An-
tônio Carlos Konder Reis.

FONTE: Dados retirados dos relatórios do TC, de acordo com os res-
pectivos anos fiscais, os valores monetários foram conside-
rados em números inflacionados.

TABELA 10

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA EM RELAÇÃO A RECEITA, NOS QUATROS ANOS ANTERIORES A 1982

Em Cr\$ 1.000,00

ANOS	31/12/78		31/12/79		31/12/80		31/12/81*	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Receita								
Efetiva	6.627.550	1,00	11.261.842	1,00	22.700.786	1,00	44.164.309	1,00
Dívida								
Fundada	5.470.205	0,82	10.550.034	0,94	17.593.462	0,77	45.359.992	1,03

*Em 1978 a arrecadação efetiva do Estado era de Cr\$ 1,00 para cada Cr\$ 0,82 de dívida fundada (valores não inflacionados). Em 81 a situação se inverte, ou seja, Cr\$ 1,03 de dívida para Cr\$ 1,00 de receita. Portanto, o saldo da Dívida Fundada do Estado em 81 tornou-se superior ao montante da receita efetiva arrecadada.

FONTE: Relatório do TC, ano fiscal de 1981, p.36.

Deste modo, retomando o fio condutor de nossa análise, reafirmamos a opção feita pelo então governador Henrique Córdova no sentido de omitir à opinião pública a difícil situação em que se encontrava as finanças catarinenses, conseguindo junto ao Presidente Figueiredo livrar o Estado da crise²⁹. Além do mais, de acordo com nosso entrevistado, acabaria conseguindo recursos suficientes para investir na campanha eleitoral do PDS. Ou seja, dentro da estratégia de garantir recursos às prefeituras de seu partido, o que representaria na prática em mais votos para Amin. Seguindo Córdova,

nós mandamos fazer um levantamento nas diversas secretarias para ver quais eram as reivindicações dos municípios...

(...) Mandamos fazer os projetos... feito isso, mandamos chamar nossos prefeitos... (...) Prefeito como vai nossa eleição? O prefeito respondia: a eleição vai bem, agora, a eleição melhoraria muito mais se eu conseguisse fazer uma sala de aula... se eu fizesse um ginásio de esportes...

E prossegue:

(...) Você vai levar o dinheiro para fazer o seu ginásio de esportes, agora vê se transforma este ginásio de esportes numa fonte de votos em prol de nosso candidato, pois nós precisamos ganhar as eleições. E assim foi feito com quase todos os municípios /de seu partido/.³⁰

O que só vem a confirmar, por sua vez, a discriminação a que foram submetidos os demais municípios, sobretudo aqueles governado pela oposição³¹, marcando assim a ação eleitoreira por parte do Estado na destinação das verbas oficiais. O que de concreto representa a utilização de recursos públicos visando, dentro de estratégia mais global, o benefício da candidatura oficial, e que teve total aprovação e envolvimento direto do governo do general Figueiredo.

Contudo, entendemos que tal fator deva ser um pouco relativizado, ou seja, esta visão da relação automática entre obras e votos. Pois o próprio ex-governador Henrique Córdova afirma em outra passagem de seu depoimento ao autor, que "obra de infra-estrutura não trazia votos", era no pleito de 82 fato "muito distante do eleitor". Segundo ele, a Oposição "ia na TV e denunciava a alta do custo de vida e a perda do poder aquisitivo do salário", e "derrubava qualquer obra". O mesmo pensamento é compartilhado pelo próprio Amin, em documento apresentado a ADESG-SC, em 1983, assinalando que "os re-

sultados eleitorais de 15 de novembro de 1982 revelam, em Santa Catarina e no país, a não correlação entre obras e voto"/grifo do autor/³². E conclui a este respeito, afirmando que "em Santa Catarina o Governo contou e demonstrou ter realizado a média de 32 obras por município" e que o "Governo Federal, de um certo modo, manteve o País como um imenso canteiro de obras", mas, conclui, "há outros dados que contam para o eleitor, além de coisas". Para o candidato vitorioso do PDS em 82, "a 'coisificação' da política não deu frutos visíveis /em 82/'.

4. Órgãos Estatais sob Suspeita

4.1. A Ação da SECOM

Assim, prosseguindo em nosso raciocínio acerca do possível apoio direto do governo Bornhausen/Córdova à candidatura de Amin, vamos analisar a ação de outros três importantes entidades públicas, a exemplo da Secom (mais adiante falaremos do comportamento do BESC e Procape no período eleitoral de 82).

Inicialmente, lembramos a ressalva feito pelo TC³³ aos gastos feitos pela Secom em 82, ou seja, gastos estes muito acima da previsão orçamentária, o que lançara muita suspeita sobre o seu envolvimento na campanha eleitoral milionária do PDS, de acordo com as lideranças oposicionistas. Mesmo durante a campanha eleitoral alguns fatos já chamavam a atenção das oposições, a exemplo do pedido de liberação de verba "suplementar"³⁴ para serem aplicados em atos de publicidade do governo durante "período especial", ou seja, nos meses de agosto a novembro, justamente os meses mais importantes da

campanha, através de documento da Secom datado de 6 de agosto de 82. O pedido seria prontamente atendido pelo governador Henrique Córdova³⁵, ao mesmo tempo em que colocaria a mostra o esquema de divulgação montado pelo governo, que consistia na destinação por parte de cada secretaria, empresas estatais e fundações de verbas visando a constituição do chamado "bolo" da publicidade do Estado.

Tal iniciativa, conforme se saberia mais tarde, estava relacionada ao convênio que era celebrado entre os vários organismos citados anteriormente, através do qual mediante cooperação mútua se procurava adequar os esforços de divulgação das ações do governo catarinense à política de comunicação social estabelecida pelo governo Bornhausen/Córdova mediante decreto³⁶. Deste modo, eram desviados recursos, em montantes consideráveis para serem aplicados em publicidade, de empresas estatais prestadoras de serviços essenciais, a exemplo da Celesc, Casan, Ipesc etc. Além de recursos provenientes do sistema financeiro estadual, de empresas como Bescri, Badesc, Bescam etc.

Desse modo, pôde a Secom, chefiada pelo ex-empresário da comunicação, jornalista e intelectual orgânico das elites catarinenses, Paulo da Costa Ramos (PCR)³⁷, agir tranquilamente no sentido de garantir a presença do governo do Estado na mídia. Assim, não fora por acaso que PCR seria convidado no início de 82 para dirigir a Secom: além de conhecer a estrutura governamental internamente, mantinha excelentes contatos com jornalistas chaves não só na imprensa catarinense como nacional.

Em relação a mídia nacional, PCR desenvolvera intenso programa de divulgação do Estado, através da campanha denominada "Identidade Catarinense", que procurava colocar Santa Catarina "no mapa do Brasil"³⁸, ou seja, divulgar suas potencialidades e belezas naturais.

Com isto, conseguira, mediante investimentos de recursos estaduais garantir durante o ano eleitoral de 82, Santa Catarina em evidência na mídia. Assim, não seria por acaso que um dos incentivadores do projeto a nível nacional tenha sido justamente o dono da revista Veja, o empresário Victor Civita, amigo pessoal de PCR e igualmente do governador Jorge Bornhausen, a quem o empresário visitava em 82.³⁹ De outro lado, entendemos que esta ligação entre o grande empresário de Veja com o governo catarinense não tenha sido apenas ocasional em 82, uma vez que a revista publicava as pesquisas eleitorais do Instituto Gallup, sendo que este último era prestador de serviço também ao PDS catarinense (conforme depoimento do ex-governador Henrique Córdova).

E, por último, a exemplo do que fizemos no início desta parte, podemos analisar os gastos excessivos com publicidade detectados pelo TC em seu relatório de 82, o que sintetizou para as oposições a provável utilização eleitoral da Secom.

De acordo com o relatório do TC, houve um "acréscimo" no que tange ao item "despesas de custeio" por parte da Secom em relação ao orçado, que ultrapassou, conforme quadro abaixo, a 1.103,62%.⁴⁰ Ou seja, de um total orçado de Cr\$ 91 milhões, a Secom gastaria em atos de divulgação do governo (portanto, puramente publicidade)⁴¹ o equivalente a Cr\$ 1 bilhão e 101 milhões. (Ou seja, a Secom gastaria Cr\$ 1 bilhão a mais ao previsto no orçamento).

TABELA 11

Gastos da Secom em publicidade durante o ano eleitoral de 82 em comparação com os demais setores que também apresentaram índices elevados de custeio.

Item/Título	ORÇADO	EMPENHADO	DIFERENÇA	%
Divulgação de Atos do Governo (Publicidade)	91.490.000,00	1.101.194.860,00	1.009.704.860,00	1.103,62
Comunicações (telefonia etc.)	198.063.000,00	382.875.514,00	184.812.514,00	93,31
Encargos Assistenciais	27.620.000,00	86.674.493,00	59.054.493,00	213,81

FONTE: TC do Estado de SC.

Além disso, confirmou-se os gastos feitos pela Secom "em publicações estranhas ao caráter público e as funções do governo", principalmente relativo a publicidade das "obras" realizadas pelo governo Bornhausen⁴². Contudo, é importante ressaltar que o maior volume de verbas com publicidade seriam aplicados nas cidades de maior porte catarinense, justamente os maiores colégios eleitoral do Estado, tais como: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Criciúma, Lages e Chapecó.⁴³ Ressalta-se o fato de que estas regiões possuíam maior número de veículos de comunicação (rádios, emissoras de televisão e jornais), portanto abrangendo grande número de municípios. A ênfase, entretanto, no que tange os espaços na mídia, eram reservados aos três maiores jornais, AN, OE e JSC, as emissoras de televisão, sobretudo a RBS-TV e rádios dos municípios pólos, cobrindo assim todo

o Estado.

4.2. O Besc e o Procape

A respeito do possível apoio de dois outros órgãos do governo, Besc e Procape, vamos encontrar alguns indícios desse suposto envolvimento na campanha de Amin nos relatórios das CPIs que investigaram e apontaram série de irregularidades no período⁴⁴, sobretudo no ano eleitoral. De acordo com o relatório da CPI do Besc (como era chamada no parlamento catarinense), "o ano de 1982 foi bastante atípico para o Banco, em seu desempenho, com reflexos negativos posteriores"⁴⁵. O relatório acusa o que qualifica de "expansão desordenada" do número de agências abertas pelo Besc, total de 31, sendo "quase todas deficitárias ainda hoje"⁴⁶. E para o qual não houve "qualquer planejamento, estudo de viabilidade ou necessidade efetiva"⁴⁷, ou seja, diz o relatório, "foram decisões eminentemente políticas, num ano marcadamente político".

Além disso, houve enorme incremento no que tange a contratação de pessoal, sem a realização de "concurso público"⁴⁸. O Besc empregara número superior a mil servidores, em 82, o que significava na prática média de 27 funcionários por agência, "sob o fundamento de que foram abertas novas agências". Podemos destacar ainda empréstimos realizados, ao que tudo indica, de cunho partidário, pois constatou-se que até o final de 1983, quase dois mil clientes deviam Cr\$ 9 bilhões, mas grande parte dos empréstimos beneficiara menos de 100 pessoas, "sobretudo ligadas ao PDS, favorecidas com altas quantias a juros baixos"⁴⁹.

Em relação ao Procape, programa este criado com o objetivo de incentivar a elaboração de projetos industriais e a implantação de novas unidades empresariais, visando o desenvolvimento econômico do Estado, mediante o apoio financeiro e incentivos fiscais, também constatou-se várias suspeitas de apoio à candidatura de Amin por parte desta empresa estatal. A CPI do Procape⁵⁰, também como era chamada, conclui em seu relatório que houve a liberação de recursos a empresas em estado de insolvência, gastos desnecessários do órgão para a divulgação⁵¹ de outros setores governamentais, o empréstimo a empresas concordatárias ou em estado falimentar e ainda grandes valores investidos em projetos que não foram sequer implantados⁵².

De acordo com o relatório da CPI, o Procape aprovou a participação acionária do órgão em 254 empresas, entre 1975 a 1983, sendo que "no exercício de 1982, foi o que teve o maior número de participações, vale destacar os meses (pré-eleitoral) que abundou as operações"⁵³. E dado mais significativo para análise refere-se ao fato de que o exame da situação econômica de cada uma das empresas beneficiadas apontaram "um quadro estarrecedor", ou seja, com o fornecimento de recursos financeiros a empresas "em carência", "inadimplentes", "concordatárias", "falidas" e "paralisadas". Em todas as situações, segundo o mesmo relatório, houve "negligência" por parte do Procape, que chegou a autorizar novas concessões (até quatro operações), para empresas sem condições de sobrevivência, algumas sem quadro de aplicação. Ou seja, dinheiro "entregue simplesmente para saneamento, conseqüentemente responsáveis pela redução do patrimônio da autarquia"⁵⁴.

5. A Importância da Secretaria dos Transportes e Obras

Ainda dentro desse contexto, outro dado importante para a análise, refere-se ao fato de que a STO detinha no governo Bornhausen/Córdova a maior dotação orçamentária, conforme podemos constatar pelos relatórios oficiais do TC. Portanto, constituía-se numa espécie de núcleo do governo. Além disso, também de acordo com dados comparativos da própria secretaria (que analisaremos ao final deste item), foi no governo Bornhausen/Córdova que a STO realizou o maior número de obras, se levarmos em conta as gestões anteriores e as que se seguiram a esta. E veremos também que o maior número de realizações ocorreram nos anos eleitorais (e mesmo pré-eleitoral), como no caso de 82.

Por isso, não fora por acaso que a pasta era dirigida pelo então postulante ao governo pelo PDS, também deputado federal mais votado em 1978 e ex-prefeito da Capital, Esperidião Amin. Ou seja, tal fato pode explicar a escolha feita pelo governador Jorge Bornhausen na época em torno de seu nome (conforme já tivemos oportunidade de ressaltar em outra parte de nosso estudo e que seria igualmente confirmado pelo ex-governador Henrique Córdova em depoimento ao autor).

De acordo com o TC, conforme podemos observar pelo gráfico⁵⁵ que mostramos mais adiante, a STO teria dotação orçamentária de Cr\$ 30 bilhões e 138 milhões⁵⁶, portanto a maior todas as funções governamentais em 82. Com isso, é preciso se ter em mente, mesmo diante da observação feita anteriormente sobre o efeito que isso possa ter em termos eleitorais. Ou seja, apesar de entendermos que não seja apenas a realização de obras por uma gestão condição suficiente para garantir a vitória de um partido no poder, pois outros fatores são condicionantes do voto, também é preciso levar-se em conta as ações

clientelísticas e coronealistas vigentes entre lideranças e partidos aonde esta prática não só é possível como bem-vinda. Ou seja, partidos que permitem a troca de favores entre os executores de políticas públicas e aonde os braços do Estado encontram solo férteis para prosperar.

Não seria errado de todo afirmar que a STO não só permitiu a consolidação definitiva da candidatura Amin dentro de seu próprio partido, como também possibilitou enorme margem de manobra por parte do candidato junto ao eleitorado e prefeituras comandadas pelo PDS (além de desfrutar de excelente espaço na mídia como nenhum outro candidato seria capaz de conseguir - pelo menos não nas mesmas condições).

Principalmente, se levarmos em conta quanto a este último aspecto que os principais veículos de comunicação do período eram de propriedade de grandes empresários filiados ao PDS e, portanto, pertencentes ao esquema dominante (conforme ressaltamos no Capítulo V).

Assim, ao analisarmos os dados do TC, a par do montante de recursos financeiros colocados por parte do Estado a serviço da STO (confira os números nas tabelas 12 e 13 e também gráfico 1), podemos notar que algumas atividades pertinentes a secretaria (cujos dados apresentamos na Tabela 14) apresentariam grande variação entre o montante orçado e os gastos efetivados. O que ocorreu no item relativo a "manutenção do gabinete do secretário"⁵⁷, que de um total orçado em Cr\$ 82 milhões, seriam gastos o montante de Cr\$ 560 milhões, o mesmo acontecendo em relação ao Departamento Autônomo de Edificações (DAE), e ao Fundo Estadual de Assistência Rodoviária (FEAR), ambos vinculados a STO, de acordo com o quadro que segue:

TABELA 12

Evolução da dotação orçamentária da STO durante o período de governo Bonhausen/Córdova.

Em Bilhões de Cruzeiros

1979		1980		1981		1982	
ORÇADO*	EXECUTADO	ORÇADO**	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO
---	3.490.807	5.763.651	6.445.700	16.305.672	13.949.370	30.138.115	29.757.456

* O relatório relativo ao exercício de 1979, não traz o montante que foi orçado, mas registra que o orçamento da STO representou 22,90% do orçamento total; somente suplantado pela função "Administração e Planejamento", que consumiu 31,14% do orçamento (que incluem aquelas atividades mais intimamente ligadas à sustentação das atividades administrativas e burocráticas); sendo que na função planejamento estão incluídos os projetos de governo a serem executados (e muitas vezes não concretizados).

**A partir do exercício de 1980, a STO teve a maior dotação dentre todos os organismos governamentais.

FONTE: Tribunal de Contas de SC.

TABELA 13

Total orçado e executado pela STO em comparação com as demais funções governamentais em 82.

(1,00)

FUNÇÕES	ORÇADO	EXECUTADO	DIFERENÇA	%
01. Legislativa	1.185.386.000	2.436.864.903	1.251.478.903	105,97
02. Judiciária	2.885.439.000	3.952.239.738	1.066.800.738	36,97
03. Administração e Planejamento	7.815.848.000	17.808.225.061	9.992.377.061	127,84
04. Agricultura	8.104.933.000	6.129.602.009	-1.975.330.991	-24,37
05. Defesa Nacional e Segurança Pública	4.821.321.000	7.266.868.250	2.445.547.250	50,72
06. Desenvolvimento Regional	4.662.800.000	8.394.584.341	3.731.784.341	80,03
07. Educação e Cultura	25.284.018.000	*29.948.477.687	4.664.459.687	18,45
08. Energia e Recursos Minerais	4.058.196.000	2.644.673.506	-1.413.522.494	-34,8
09. Habitação e Urbanismo	455.376.000	98.755.327	-356.620.673	-78,31
10. Indústria Comércio e Serviços	10.859.665.000	9.974.528.426	-885.136.584	-8,15
11. Saúde e Saneamento	11.446.756.000	10.724.426.365	-722.329.635	-6,31
12. Trabalho	532.261.000	581.409.339	49.148.339	9,23
13. Assistência e Previdência	6.956.523.000	11.887.213.210	4.930.690.210	70,83
14. Transportes	30.138.115.000	*29.757.456.852	-380.658.148	-1,26
T O T A I S	119.206.637.000	141.605.325.007	22.398.688.007	18,8
Reserva de Contingência	5.600.000.000	---	-5.600.000.000	---
T O T A I S	124.806.637.000	141.605.325.007	16.798.688.007	13,96

Observação:

*Foram excluídas as transferências a municípios relativas a cotas-partes do ICM, TRU e ITI.

*No que tange a função "Educação e Cultura", importante salientar que estão incluídas aí tanto o orçamento como os gastos de duas secretarias distintas, ou seja: a) Secretaria da Educação e b) Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo. E mais: só em "b" grande parte do montante desta pasta seria consumido com a construção do CIC, Centro Integrado de Cultura. Assim, se fossem consideradas como funções separadas, a diferença em relação ao orçamento e os gastos da STO seria ainda maior. Do modo como aparecem na tabela, mesmo assim, praticamente alcançam os mesmos números que os da STO, que ainda mantém a maior dotação no exercício.

*Ainda no que tange a função "Educação", lembramos que o "impacto" no orçamento seria fruto, em grande parte, devido ao pagamento de vantagens ao funcionalismo, principalmente o magistério, segundo leis de origem do Executivo aprovadas em anos anteriores com reflexos no orçamento de 82.

FONTE: TC, 1982.

GRÁFICO 1

GASTOS SEGUNDO AS FUNÇÕES - 1982

EDUCAÇÃO E CULTURA	*****
TRANSPORTES	*****
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	*****
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	*****
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	*****
SAÚDE E SANEAMENTO	*****
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO	*****
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	*****
DEFESA NAC E SEG PÚBLICA	*****
AGRICULTURA	*****
JUDICIÁRIA	*****
LEGISLATIVA	*****
TRABALHO	***
HABITAÇÃO E URBANISMO	*

LEGENDA: *** GASTOS
 ... ORÇADOS

TABELA 14

STO: Atividades com grandes variações entre o orçado e o empenhado.

(Cr\$ 1.000,00)

<u>Secretaria dos Transportes e Obras</u>	Dotação Inicial	Empenhado
- Manutenção do Gabinete do Secretário	82.050	560.654
- Fundo Estadual de Assistência Rodoviária (FEAR)	200.000	696.313
- Programação a cargo do Departamento Aut. de Edificações (DAE)	414.315	673.067
- Programação a cargo do Departamento de Est. e Rodagem (DER)	18.455.448	17.787.881

FONTE: TC, exercício de 1982, p.53.

Por outro lado, some-se a isto que órgãos chaves ligados a STO, a exemplo do DAE, que apresentou um "déficit" em suas contas da ordem de Cr\$ 3 bilhões⁵⁸, o que segundo o relatório do TC, "tais órgãos, via de regra, deveriam apresentar um relativo equilíbrio no final do exercício, apresentam-se deficitárias"⁵⁹. Observação semelhante é feita em relação as empresas estatais, que também segundo o relatório, "afora o exercício de 1981, nos demais os prejuízos suplantaram os lucros"⁶⁰, caso de 1982. O TC relaciona três importantes empresas estatais que deram prejuízo em 82, com destaque para a Empresa Catarinense de Terminais Rodoviários (Emcater)⁶¹, que inclusive seria denunciada pela Oposição na Assembléia Legislativa de desvio de suas funções, em 1981. Ou seja, seria confirmado o uso da Emcater no favorecimento dos empresários do setor de transportes de passageiros, através da destinação de verbas oficiais a fundo perdi-

do, com possível vinculação político-partidário⁶².

Por último, vamos destacar a provável função estratégica desempenhada pela STD para as pretensões eleitorais do então secretário Esperidião Amin, destacando a ênfase dispensada pelo governo Bornhausen/Córdova a pasta, principalmente no ano eleitoral de 82. Assim, de acordo com os relatórios do Departamento de Estradas de Rodagem, DER (órgão chave da secretaria), comparativamente aos governos de Konder Reis (75/79), governo do próprio Amin (83/87) e de Pedro Ivo/Casildo Maldaner (87/91), veremos que durante a gestão Bornhausen Córdova (79/83) é que a STD realizaria o maior número de obras. (Tal fato pode ser confirmado pela tabela(s) a seguir).

TABELA 15

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

SÍNTESE DAS REALIZAÇÕES FÍSICAS POR PERÍODOS DE GOVERNO

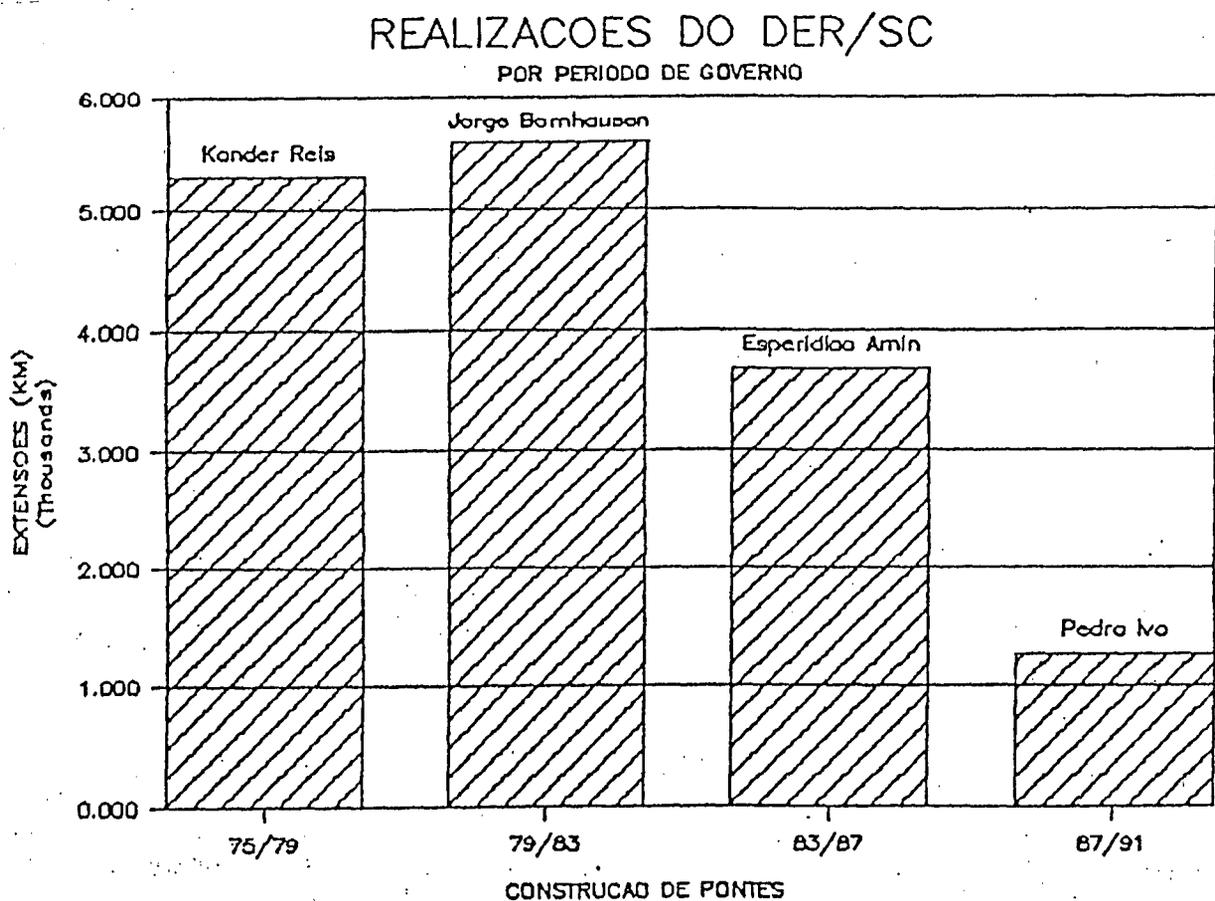
RDERSIN

OBRAS OU SERVIÇOS	UNIDADE	Até 1975	1975/1979	1979/1983	1983/1987	1987/1991
		Em Governos Anteriores	Konder Reis Marcos Buchler	Jorge Bornhausen Henrique Córdova	Esperidião Amin Victor Fontana	Pedro Ivo Casildo Maldaner
Terraplenagem Complementar	km	?	321	591	400	298
Implantação de Estradas	km	?	671	1036	608	130
Pavimentação de Estradas	km	433	608	1024	1105	356
Pontes e/ou Viadutos	m	?	5299	5577	3684	1268
Projetos Finais de Engenharia	km	?	637	2739	752	728
Reformulação de Projetos	km		?	526	107	160
Projetos de Restauração					105	154

FONTE: DER-SC.

Do seja, pela tabela fica claro que somente no item "pavimentação de estradas" (asfaltamento) a gestão Amin leva vantagem sobre o governo Bornhausen/Córdova, mesmo assim trata-se de obras iniciadas no período de governo destes últimos (vide gráficos a este respeito a seguir). Como exemplo, podemos citar inclusive a BR-282 (importante via de ligação do litoral com o Oeste catarinense, atravessando o Planalto Serrano), cujas obras tiveram bastante incremento a partir do apoio financeiro da União a partir de 79/80.

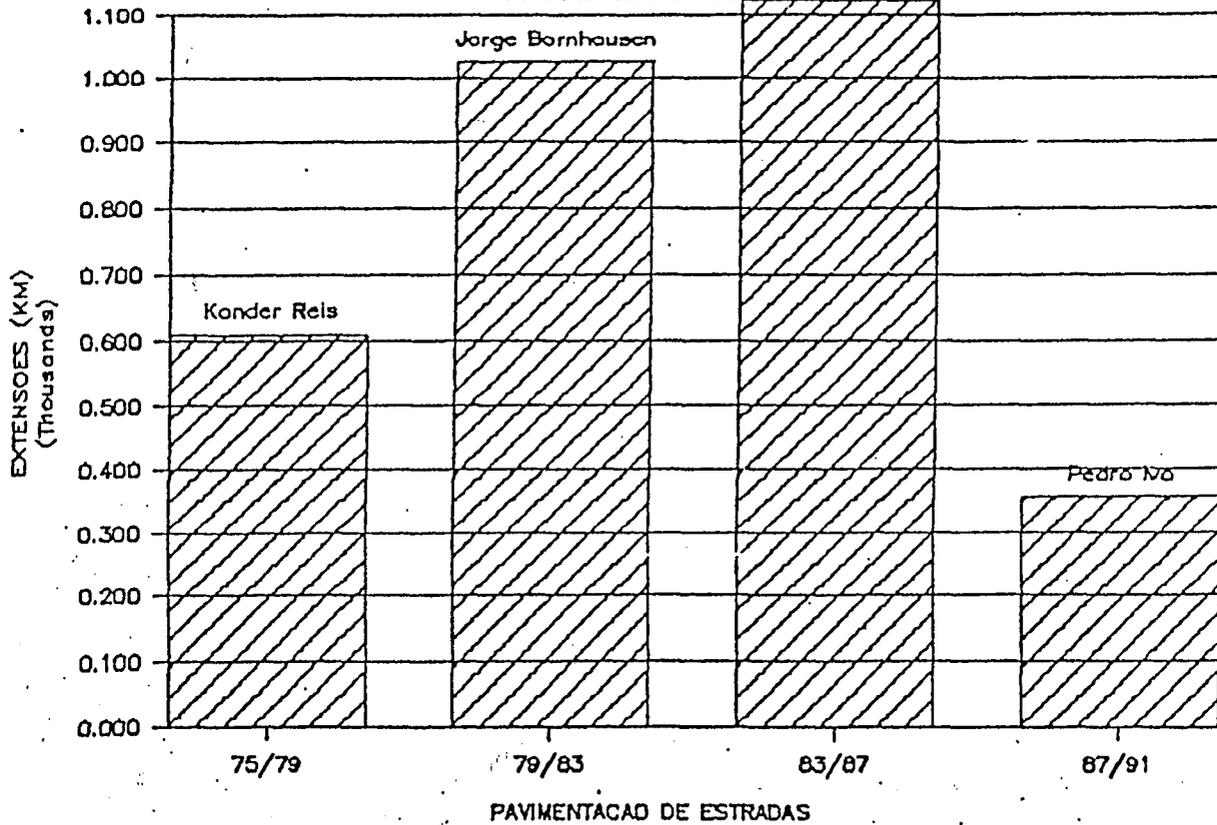
GRÁFICO 2



FONTE: DER-SC.

GRÁFICO 3

REALIZACOES DO DER/SC POR PERIODO DE GOVERNO

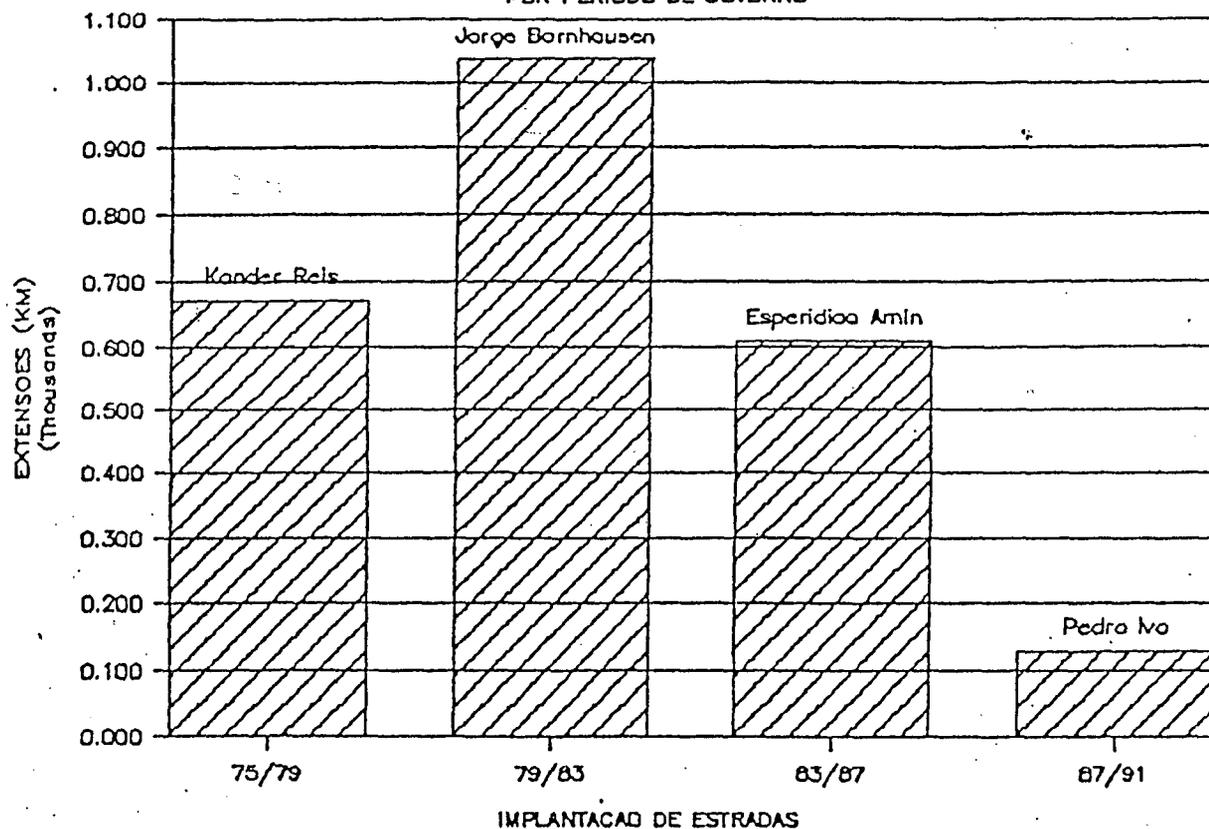


FONTE: DER-SC.

GRÁFICO 4

REALIZACOES DO DER/SC

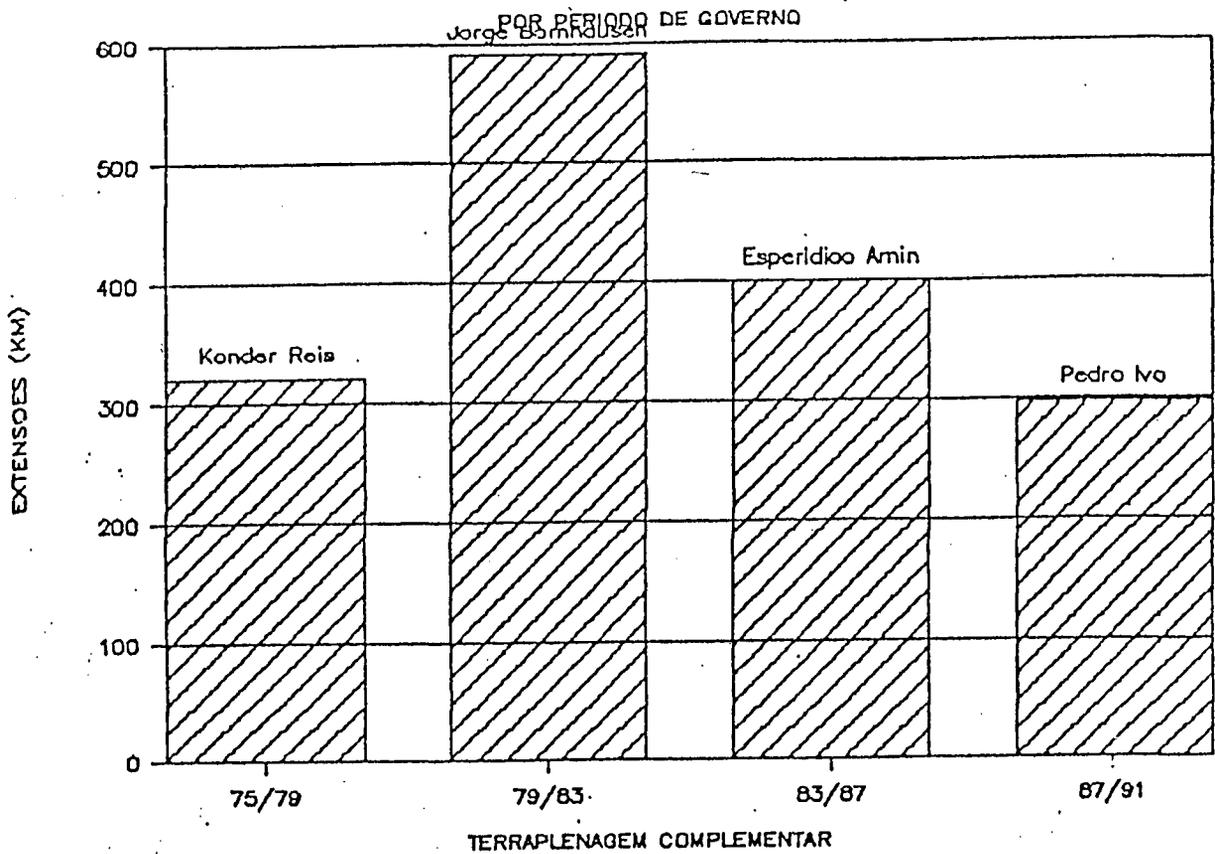
POR PERIODO DE GOVERNO



FONTE: DER-SC.

GRÁFICO 5

REALIZACOES DO DER/SC



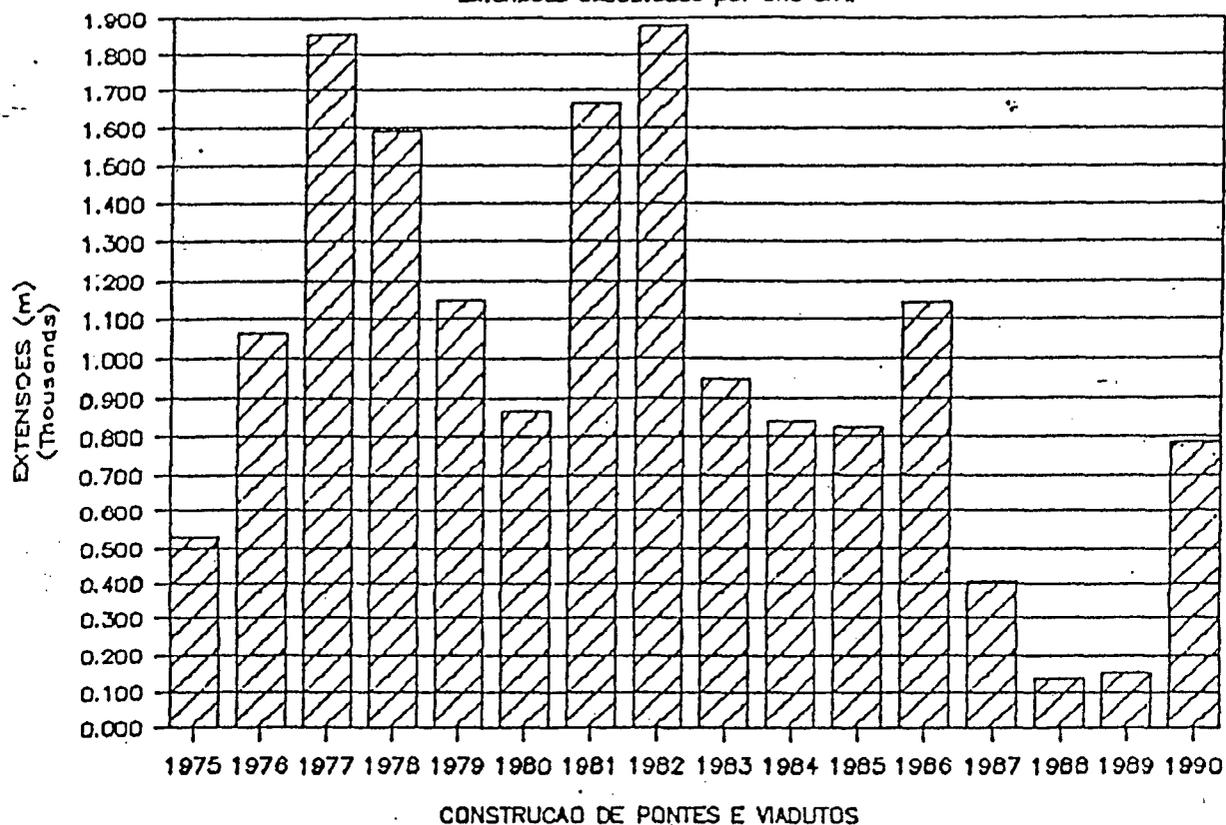
FONTE: DER-SC.

Outro dado que chama a atenção, refere-se a ênfase dada as obras durante o período eleitoral (e pré-eleitoral), conforme podemos observar pelos gráficos a seguir.

GRÁFICO 6

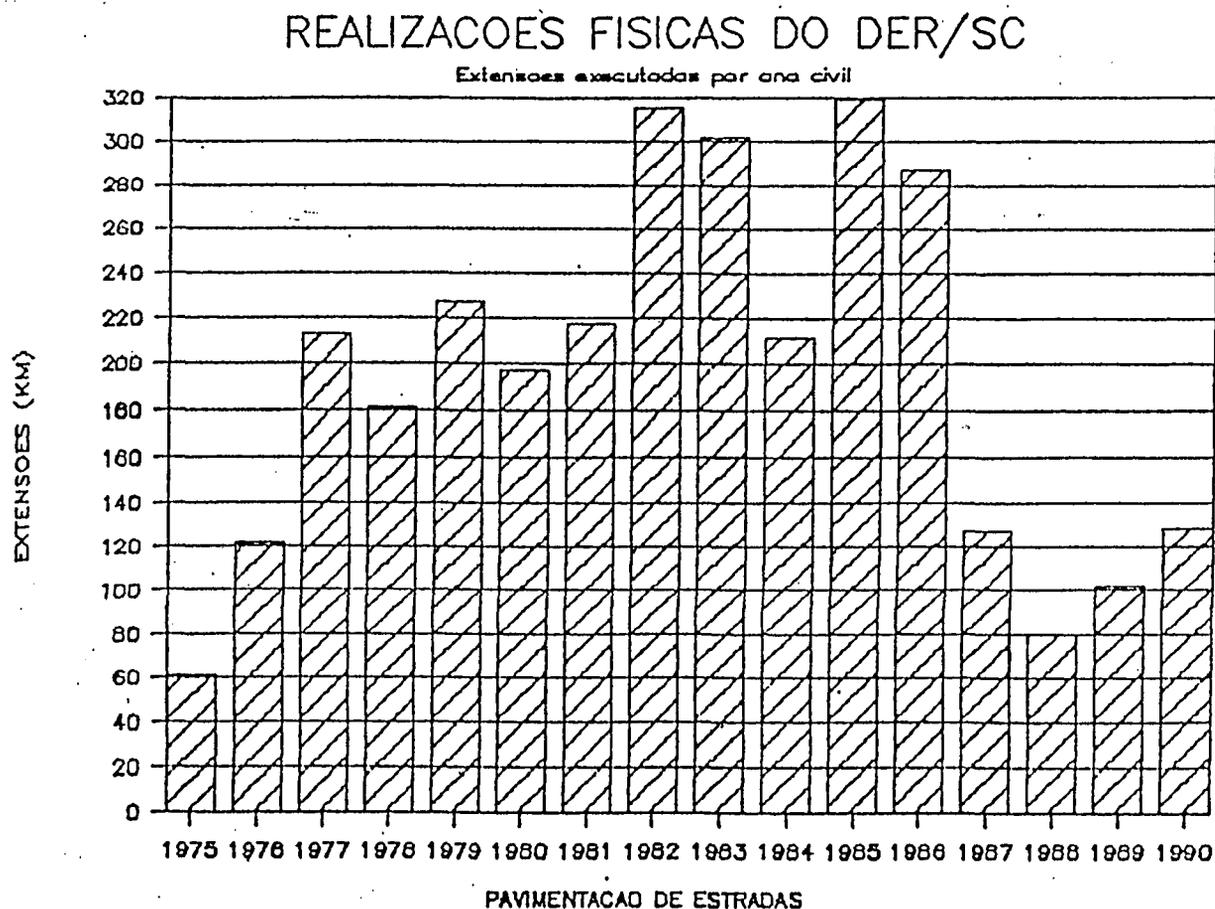
REALIZACOES FISICAS DO DER/SC

Extensões executadas por ano civil



FONTE: DER-SC.

GRÁFICO 7



FONTE: DER-SC.

Deste modo, é importante destacar que, apesar do governo Konder Reis ter dado prioridade a integração física do Estado (seu lema de governo era: governar, é encurtar distância*), seria superado facilmente a este respeito pela gestão de seu primo e sucessor. Por outro lado, também é igualmente importante entender que foi durante a gestão Bornhausen/Córdova que novos projetos de rodovias foram implantados, com recursos externos, principalmente tendo o Bid como órgão financiador. E finalmente, convém destacar que grande parte das obras eram executadas mediante recursos federais e através de um fundo estadual, o Fundo de Assistência Rodoviária, Fear, que manti-

nha o programa das Patrulhas Rodoviárias Mecanizadas. Ou seja, tudo isso garantia a STD (e principalmente ao seu titular, antes de mais nada candidato ao governo do Estado) ampla margem de manobra política e quem sabe eleitoral, devido a série de convênios e colaboração técnica com prefeituras e instituições de caráter comunitários.

6. Mecanismo de Cooptação das Elites

Mas outro mecanismo seria utilizado pelo governo do Estado visando cooptar e conseguir fortes adesões em setores chaves para a candidatura de Amin. Ou seja, o apoio de ex-governadores e seus familiares, líderes de grande influência parlamentar e eleitoral nas diferentes regiões do Estado; bem como jornalistas (sobre o apoio de profissionais da mídia ao PDS, vide Cap. V), que desfrutavam de certo prestígio na imprensa, que passariam a assumir a candidatura Amin com todo o vigor, tornando-se importantes cabos eleitoral, ocupando postos-chave no comitê eleitoral de Amin. Outros, na verdade, eram intelectuais orgânicos das elites, como veremos a seguir.

A forma utilizada seria a nomeação para postos de fiscal junto à Secretaria da Fazenda e procurador da Fazenda junto ao Tribunal de Contas do Estado. Tais nomeações, contudo, feitas em ano eleitoral, esbarrariam na repulsa de membros dos partidos de Oposição e corpo de advogados ligados em sua grande maioria à OAB-SC, alguns ocupando até cargos na direção da entidade. E ganhariam, assim, a opinião pública catarinense como mais um escândalo eleitoreiro.

Em torno de 40 advogados contestariam a legalidade dos atos de nomeação, alegando a inexistência de concurso público exigidos por lei e através do mecanismo da Ação Popular⁶³ tentariam derrubar na

Justiça os atos de nomeação.

As nomeações seriam procedidas pelo então governador Jorge Kon-der Bornhausen e depois pelo seu substituto, Henrique Córdova. Elas abrangiam os meses de fevereiro, março, maio, julho e agosto de 1982, e, exatamente neste último mês, seria impetrada a primeira Ação Popular contra as nomeações.

No dia 13 de agosto de 1982, vinte e dois advogados, aos quais se somariam mais outras vinte e uma pessoas, pediriam na Justiça a anulação de nomeações, que procuravam beneficiar: Angelino Rosa (Suplente de deputado federal do PDS), César Filomeno Fontes (Presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, do PDS), Danilo Maciel (Bacharel), Márcio de Souza Rosa (Bacharel), Moacir Pereira (Jornalista da RBS-TV) e Pedro Paulo Higns Colin (Suplente de deputado federal do PDS)⁶⁴.

Outra Ação Popular⁶⁵ seria impetrada por 14 advogados também no mesmo período da primeira, contra: Djalma Mondo, Ivo Silveira Filho (filho do ex-governador Ivo Silveira, na época então secretário da Fazenda), Tarquino Morilhas de Pádua, José Wellington Machado Cavalcanti, Luiz Henrique Tancredo⁶⁶ (editor-chefe em 82 do jornal "O Estado", e também editor da coluna muito apreciada na época chamada "Informe Geral", e que viria também a integrar o Geap - Grupo Executivo de Ação Política, como era denominado o comitê eleitoral de Amin), Wilson Cesar Floriani, João Valvite Paganella (ex/secretário dos Negócios do Oeste e candidato a deputado federal eleito em 82), Jayme Scherer vinculado ao Procape, Enir José Cessonni, Luiz Carlos Gomes e Portinho Bittencourt⁶⁷ (irmão do Presidente da Assembléia Legislativa catarinense, deputado pedessista Epitácio Bittencourt).

Interessante observar que outras nomeações com fins políticos-partidários foram realizadas, mas várias das pessoas beneficiadas,

conseguiriam escapar da Ação Popular, que incluíam também nomeações para cargos de fiscal junto à Fazenda e procuradoria da Fazenda junto ao TC. Podemos citar como exemplo as nomeações de José Nazareno Coelho (ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de SC, gestão 78/81) e os candidatos a deputados pelo PDS: Roberto Lapa Pires e Laerte Ramos Vieira⁶⁸. Além do secretário da Justiça do governo Bornhausen, Mário Cilião de Araújo, e o ex-deputado Waldemar Sales, amigo pessoal também de Bornhausen, e Aristides Bolan, deputado estadual do PDS, ambos para cargos na Procuradoria da Assembléia Legislativa de SC⁶⁹.

Em conclusão a esse respeito, podemos dizer que as ações populares obteriam ganho de causa na Justiça, através do parecer favorável do juiz Nestor José da Silveira, que decretara a nulidade dos atos de nomeação, condenando os réus, os ex-governadores Jorge Bornhausen e Henrique Córdova, bem como os beneficiários, a restituição aos cofres públicos⁷⁰.

Após os réus terem recorrido da decisão judicial, o processo fora parar no Supremo Tribunal Federal em virtude da ação obstinada da Procuradora do Estado no governo Pedro Ivo, Assi Schifter, que lutou contra o arquivamento do processo. O mais gritante de tudo isso, é que Assi Schifter seria pressionada pelo então governador Esperidião Amin para esquecer a ação⁷¹. Mas a Procuradora manteve-se irredutível, e o caso ainda aguarda uma solução definitiva por parte do Supremo.

7. A Supervisão Regional: Governo "Paralelo" do PDS nos Redutos de Oposição

A elite dominante também lançara mão de importante estratégia, para conseguir resultados favoráveis a vitória de Amin nas principais regiões catarinenses, cujos municípios pólos eram governados pelos prefeitos do PMDB. Assim, sob argumento de que não havia "colaboração" por parte dos prefeitos oposicionistas⁷² às ações do governo estadual nestas regiões, foram criadas durante o governo Bornhausen/Córdova o que denominou-se de Supervisão Regional. Através da Supervisão, se procurava dar certa "dimensão política" ao que o governo estadual realizava nos diferentes municípios do Estado⁷³. Tanto que reuniu-se vários órgãos estaduais numa espécie de colegiado, visando garantir-se perfeita unidade de ação política.

A Supervisão Regional, que abrangia os municípios pólos de Lages, Blumenau e Joinville e respectiva região, encarregava-se de acompanhar o andamento de obras e serviços executados pelo governo estadual. Possuía, portanto sede própria e pessoal habilitado, que trabalhavam na elaboração de projetos de desenvolvimento social e davam assistência técnica a entidades comunitárias. Além de servirem de elo de ligação com as várias secretarias governamentais que desenvolviam obras de infra-estrutura e saneamento, por exemplo; bem como trabalho de abertura de estradas e gerência das chamadas "patrulhas rodoviárias mecanizadas", programa este relativo principalmente a conservação de estradas vicinais nas zonas rurais através de máquinas e tratores de propriedade do Estado. E também na elaboração de projetos de eletrificação rural e construção de moradias populares etc.

Mas, na verdade, a Supervisão Regional significou a implantação de verdadeiro governo "paralelo" nas hostes oposicionistas. E o resultado desta estratégia, como podemos observar pelo nosso estudo, foi a importante vitória alcançada pela elite em 82 no planalto serrano de Lages.

Extremamente vinculada a tradição política populista, ela desempenhara crucial fator de divisão do eleitorado lageano, cujos reflexos redundaram na derrota do PMDB local, no poder há dez anos. Logicamente, outros fatores⁷⁴ contribuíram para isso, mas a ação coordenada da elite via Supervisão Regional acabou tendo papel fundamental na "vitória" do PDS.

Ao nosso ver, a ação da Supervisão representou o que entendemos verdadeiramente por uma ação consciente e coordenada das elites. Embora, tivesse "fracassado" em dois outros redutos oposicionistas também importantes, Blumenau e Joinville⁷⁵, mesmo assim, a experiência de Lages tornar-se-ia quase realidade durante o governo Amin⁷⁶, uma vez que procurou-se estender a idéia semelhante para todo o Estado, através da criação das chamadas "Coordenadorias Regionais". Tal fato, representou a consolidação definitiva dos programas assistencialistas estatais, incentivados pelo governo central e introduzidos em Santa Catarina com relativo sucesso pelos governos Antônio C. Konder Reis e Jorge Konder Bornhausen.

7.1. O Artificio Legal para a Criação da Supervisão Regional

A estratégia de implantar governo paralelo nos municípios comandados pelo PMDB, nascera juntamente com o governo Bornhausen⁷⁷, através de mecanismo legal que possibilitara a criação dos chamados

cargos de confiança. Foram, assim, criados três cargos desta natureza, com a denominação "Supervisor Regional", vinculados diretamente ao gabinete do governador. Além de contar com todo o aparato do governo para desempenhar a contento suas funções, puderam dispor de forte apoio financeiro do Estado.

Os líderes escolhidos para a tarefa possuíam extenso currículo de serviços prestados à política assistencial e "comunitária" do governo estadual. Portanto, com enorme vínculo a tradição populista de governos anteriores.

Assim, o governador Jorge Bornhausen nomeara para a Supervisão Regional de Lages, João Raimundo Colombo, que exercera no período de 1979/80 o cargo de Assessor Comunitário da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade (Fucadesc), além de ter sido um dos coordenadores em 1981, do programa Comandos Sociais, ocasião em que recebera o convite.

Os supervisores tinham a seu favor o fato de serem naturais dos municípios aonde tais organismos fincariam raízes, a exemplo de Colombo. E outro dado curioso, é que devido ao trabalho da supervisão pavimentariam terreno para suas pretensões partidárias e eleitorais futuras. (Não foi à toa que Raimundo Colombo viria a ser o substituto do prefeito Paulo Duarte, eleito em 82).⁷⁸

Após o sucesso obtido por seu trabalho a frente da Supervisão Regional de Lages, Raimundo Colombo fora premiado com a secretaria de Desenvolvimento Social no governo Amin. E não só isso, pois no nosso entender houve a intenção de consolidar este trabalho executado com sucesso em 82, criando-se programa semelhante, através do projeto denominado Coordenadoria Regionais, de iniciativa do novo governo Amin. (Pelo menos, é o que transparece ao analisar-se os objetivos deste último). (Veremos mais detalhes a seguir).

7.2. A Ação "Comunitária" da Supervisão Regional

A ação "comunitária" da Supervisão Regional em Lages estava consubstanciada na política institucional originária dos governos Konder Reis e Bornhausen. Esta, por sua vez, estava fundamentada na herança deixada pelo governo Geisel⁷⁹, quando são criados vários programas federais com o objetivo de "atenuar as enormes desigualdades existentes, assim como adiantar-se ao surgimento de tensões sociais".⁸⁰ Nesta ocasião são estimulados a partir de diretriz governamental a nível nacional a criação das associações de moradores, sendo que esta "política vem a ser implementada a nível estadual através da criação e promoção dos Conselhos Comunitários".⁸¹

Em 1977, o governador Konder Reis criou em Santa Catarina o Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e ao Funcionamento de Conselhos Comunitários. A idéia central era estimular a organização da "comunidade", considerando-se a importância do Conselho Comunitário como principal órgão representativo da comunidade, capaz de promover:

a motivação, consciência, organização e capacitação das pessoas com vistas ao fortalecimento da comunidade; união de esforços tanto institucionais como comunitários para promover o desenvolvimento integral em várias áreas: saúde e nutrição, educação, cultura e desporto, trabalho, providência e assistência social, e recreação e lazer.⁸²

Deste modo, "o Conselho Comunitário passa a ser oficializado como o órgão representativo dos interesses da população"⁸³, sendo que no governo Konder Reis, a Supervisão de Ação Comunitária, ligada ao gabinete do governador, era responsável pela implantação dos conselhos comunitários e coordenador estadual do programa CSU.⁸⁴ Este

órgão passa a se chamar Fucadesc durante o governo Bornhausen, vinculado à secretaria de Bem Estar Social, sendo que a Supervisão Regional pode ter desempenhado o papel de órgão de ação da secretaria nos municípios alvo. Ou seja, dentro de uma política de interiorização e descentralização da secretaria, visando o melhor atendimento das regiões definidos pelos programas assistenciais.

Isto é o que se pode depreender do projeto⁸⁵ de implantação das Coordenadorias Regionais elaborado pela gestão Amin, em sua versão preliminar da secretaria de Desenvolvimento Social. De acordo com o documento, as Coordenadorias executariam programas de "desenvolvimento social para atender as necessidades prioritárias dos municípios e regiões, visando a melhoria da qualidade de vida".⁸⁶ E conclui: "voltada basicamente para uma integração dos órgãos da secretaria", a Coordenadoria "é um estímulo para o ideal de PARTICIPAÇÃO e DESCENTRALIZAÇÃO".⁸⁷

Nossa afirmação ganha consistência, principalmente se levarmos em conta as funções que seriam a partir de então exercidas pelas Coordenadorias Regionais. Elas passariam não somente a representar a secretaria de Desenvolvimento Social nos municípios, como seriam responsáveis pela execução de programas e projetos incluídos no plano de ação da própria secretaria. Ou seja, o que queremos que fique claro, é que a Supervisão Regional pôde desempenhar melhor trabalho que a Fucadesc, uma vez que passara a atuar diretamente com a comunidade⁸⁸, e com certa independência, conseguindo desvincular-se da burocracia que tal órgão representava, principalmente devido à sua centralização.

A Supervisão tornara-se instituição viva no seio da comunidade, muito importante em época eleitoral, só que mais sofisticada, articulada com outros setores da elite dominante. Assim sendo, devido

aos resultados conseguidos a partir do órgão de Lages, daria consistência ao novo programa cuja implantação seria estimulada durante o novo ungido das urnas em 82.

7.3. O Esvaziamento do Poder Municipal: A Vitória da Ação Coordenada das Elites

A "derrota" do PMDB em Lages era importante para a elite dominante, uma vez que o partido de oposição tentara naquele município levar até as últimas conseqüências os ideais de um governo participativo.⁸⁹

"O sistema de forças" que Amin representava de acordo com FONTANA, "teve com um ponto de honra na campanha de 82, derrotar e desagregar a experiência de participação comunitária que a Prefeitura de Lages, gestão Dirceu Carneiro, PMDB, promovia com a simpatia de amplos setores da opinião pública nacional". Embora não seja nossa preocupação adentrar na discussão do governo "participativo" de Lages, concordamos, no entanto, com FONTANA quando afirma que tanto em termos conceituais como prática efetiva, a participação comunitária defendida por Amin é bem distinta da proposta por Dirceu. "O que o Sr. Amin propõe implica: a) na despolitização das massas e em sua integração através da concessão de benefícios sociais limitados, e b) uma participação simbólica às custas da privação da consciência de cidadania da população de nosso Estado".

Tal fato, fizera com que a administração Dirceu Carneiro ganhasse visibilidade no plano nacional, constituindo-se em importante trincheira de luta oposicionista contra o regime e contra a elite dominante estadual.

De acordo com o próprio Dirceu,

De Lages, ... travamos um combate sem trégua com o governo e com o regime. Denunciando o esbulho cotidiano, praticado pela União e pelos Estados contra os Municípios. Desmascaramos a falácia e a mistificação do regime, com relação aos problemas brasileiros de agricultura, educação, habitação, saúde, ... tudo a partir do esbulhado mas concreto Município brasileiro, nosso pequeno universo.⁹⁰

Assim, fora levado a cabo toda uma espécie de "operação de guerra" não só em Lages, mas em toda a região visando derrotar as oposições. Para Dirceu a ação política do seu partido em Lages

provocou o desempenho do Estado não só em Lages, mas na região com invulgar determinação, obras públicas, que nem cinco governos anteriores [do Estado] somados conseguiram igualar. Implantação ainda de uma verdadeira Prefeitura Regional paralela em uma brutal pressão política, coordenada de Florianópolis para Lages e região.⁹¹

Segundo o ex-prefeito de Lages, esta ação coordenada iniciara muito tempo antes das eleições de 82, através de uma rede de relações que incluíam emissoras de televisão local, cujo papel em época de eleições é sumamente importante. De acordo com ele,

durante todo o período administrativo houve uma aliança sólida entre os interesses do regime, representado pelo governo do Estado nomeado e o principal veículo local (sic), o canal de T.V. No processo eleitoral a T.V. local se transformou num mero departamento do Diretório do PDS. Influenciando inegavelmente a opinião pública com versões sempre tendenciosas e segundo os interesses do autoritarismo.⁹²

Assim, segundo a declaração do ex-prefeito Dirceu Carneiro, que só vem a corroborar o que insistimos anteriormente, foram contratadas empresas de pesquisa de opinião que passaram a trabalhar em La-

ges, procurando influenciar o eleitorado em favor de Amin. Segundo ele,

o adversário do PDS, muito tem assessorado, e com um suporte imenso da estrutura dos serviços públicos do Estado em Lages, com uma supervisão estadual, que era mais que tudo um Diretório do PDS e não uma repartição do serviço público e mais empresas especializadas de outros Estados contratadas pelo governo do Estado, com pesquisa semanal acompanhava a opinião pública....⁹³

Assim, podemos concluir que esta ação das elites em Lages também pode explicar a pequena margem de votos alcançados pelo PMDB em outros municípios nos quais tal estratégia fora levado a efeito. Ou seja, o resultado eleitoral do PMDB em Joinville⁹⁴, por exemplo, pôde ser considerado bastante abaixo das expectativas do partido oposicionista, levando-se em conta tratar-se de antigo reduto peemedebista.

Ao nosso ver, isto explica ou pelo menos fornece indícios para se pensar que não somente em Lages a Supervisão Regional fora determinante, apesar de ter conseguido seu melhor resultado naquele município. Mas a ação da elite via supervisão servira, no mínimo, para provocar enorme "confusão" nos municípios da oposição, o que só reforçara a estratégia mais global das elites visando derrotar a proposta de mudança do PMDB.

No caso de Lages, o candidato peemedebista Juarez Furtado, perdera para o candidato Paulo Duarte, do PDS, por uma diferença de apenas 1.830 votos. Mesmo assim, o ex-prefeito Dirceu Carneiro seria eleito deputado federal, tendo sido eleito também à Assembléia Legislativa, Francisco Küster, do PMDB. Ambos obtiveram boa margem de votos, sendo que o partido do governo não conseguira eleger nenhum deputado à Câmara Federal, sendo que Küster obtivera votação supe-

rior ao único deputado pedesista eleito pelo município.⁹⁵ Isto demonstra que a preocupação maior dos estrategistas do governo estava em desalojar o PMDB da prefeitura de Lages e ganhar a disputa para o Governo do Estado no município, sendo que ambas as estratégias sairiam vitoriosas, apesar da pequena margem de votos ao seu favor.

8. Conclusão

Deste modo, podemos concluir este capítulo reforçando nossa hipótese inicial, acerca da existência de fortes indicadores que demonstram a participação do governo estadual diretamente na campanha de Amin, tendo como suporte o governo do general Figueiredo. O que confirma, de outra parte, também o envolvimento direto do governo militar na campanha partidária do PDS a nível regional, na tentativa de garantir sustentação política ao regime.

Como procuramos demonstrar em várias passagens deste capítulo, há indícios claros da utilização partidária de todo o aparato governamental e seus organismos na campanha do PDS. Pelo menos, é o que podemos depreender não só da leitura de relatórios oficiais e depoimentos, bem como da ação de vários órgãos e entidades públicas. Havendo, portanto, grande coincidência nas ações e estratégias levadas a efeito, e cujas evidências apontam na direção de plano global visando garantir a todo custo a base de sustentação necessária à vitória pedessista.

Notas

¹Cf. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina relativo ao Exercício de 1982, 22/jun./1983, 93p.

²Cf. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Prestação de Contas, op.cit., p.27.

³Cf. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, ibidem.

⁴Cf. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, op.cit., p.28.

⁵Cf. TRIBUNAL DE CONTAS, ibidem.

⁶Cf. TRIBUNAL DE CONTAS, op.cit., p.29.

⁷Cf. TC, op.cit., p.32-3.

⁸Cf. TC, op.cit., p.33.

⁹Cf. TC, op.cit., p.35.

¹⁰Cf. TC, ibidem.

¹¹Cf. TC, ibidem.

¹²Cf. TC, op.cit., p.54-5.

¹³Figueiredo convocara todos os candidatos ao governo do PDS para reunião em Brasília, realizada no dia 16 de agosto de 1982, que tinha como objetivo primordial avaliar a situação eleitoral do partido em cada Estado e traçar diretrizes para a campanha, conforme publicou o jornal OE, de 15/08/82, p.2.

Além disso, o Planalto influíra em vários momentos no programa traçado pelo diretório regional do PDS catarinense durante a campanha, através do encarregado dos negócios eleitorais do Presidente Figueiredo, o presidente nacional do PDS, José Sarney, que fizera várias incursões a Santa Catarina para acompanhar de perto a campanha pedessista. E, por último, ressalta-se o fato de que o próprio Figueiredo participaria de comícios no mês de setembro na capital catarinense, cuja visita presidencial era cercada de forte aparato de segurança, pois temia-se a repetição dos acontecimentos de novembro de 79, quando Figueiredo envolveu-se num confronto contra manifestantes. Assim, sob esta justificativa a Polícia Federal invadiu a sede do PT, que ficava há algumas quadras do local do comício do Presidente, ocasião em que faixas e bandeiras foram arrancadas das janelas do prédio do partido de oposição.

¹⁴Com a desincompatibilização do então governador Jorge Konder Bornhausen, que disputaria uma cadeira para o Senado, o também vice-governador Henrique Córdova assumiria o governo do Estado, em 15 de maio de 82.

¹⁵Cf. Córdova ainda afirmaria que "terão em mim um governo que percorrerá todos os recantos do estado (sic) de Santa Catarina, de

lar em lar, de comunidade em comunidade, levando o nome dos candidatos a preferência popular (do PDS) para eles", vide OE de 15 de maio de 1982, p.3. Vide também declaração de Córdova à revista Quem - SC, de abril de 1982, nº 11, p.7-8, oportunidade em que declararia que "como partidário, eu não vou pretender transferir à opinião pública a impressão hipócrita de que me manterei equidistante (como governador). Vou me empenhar na luta como integrante do PDS. (...) Política é acima de tudo composição de interesses". E completa, afirmando que "não podemos mais esconder a realidade com palavras equívocas e ambíguas. Política é a aglutinação de interesses". Ainda ressaltaria, por outro lado, que "se o Governo /Federal/ fizesse eleição partindo do pressuposto de que deveria estabelecer regras que favorecessem a oposição, este Governo seria tudo, menos Governo. Seria um conglomerado de malucos", op.cit., p.8.

Outro aspecto importante a este respeito, refere-se a declaração de Córdova logo após a notícia da "vitória" de Amin nas urnas, quando Córdova declararia, deixando-se trair em suas afirmações que, se não ganhasse a eleição, poderia ir para a cadeia, fazendo com isso alusão ao seu comportamento como governante durante a campanha (mais adiante vamos analisar depoimento de Córdova que traz alguns elementos sobre a ação governamental em 82).

16Cf. OE, 18/05/82, p.3

17Cf. OE, 16/07/81, p.3.

18Cf. Jornal Mudança, 1982, p.5.

19Cf. Entrevista do então governador Jorge Bornhausen. OE, de 13/06/1981, p.3.

20para se entender porque o ex-governador faria tais declarações, é preciso remontar no tempo, ou seja, ao período da escolha do sucessor do então governador Esperidião Amin. O que queremos afirmar é que, tendo se empenhado na campanha de Amin, Córdova credenciara-se a sua sucessão, chegando inclusive a ser eleito presidente regional do PDS, pavimentando deste modo o caminho para à sua candidatura. Apesar de ser o escolhido ao posto em convenção para a disputa ao governo em 86, ele seria impedido pelo próprio governador Amin. Este último manobrará no sentido de, não só minar as bases de sua candidatura junto ao partido, articular outro nome de sua inteira confiança. Devemos destacar também outro fator importante da discórdia entre as duas lideranças: refere-se as acusações dirigidas contra Córdova por Amin assim que assumiu o governo do Estado em 83, qualificando-o de responsável pela deterioração financeira do Estado e de ter aumentando em demasia o número de servidores públicos, com o pagamento de funcionários "fantasmas". A partir de então, a relação dos dois aliados foram ficando cada vez mais tensa, sendo marcada por acusações e novos conflitos toda vez que surgia nova eleição em Santa Catarina. Por exemplo, durante a campanha eleitoral de 1988, houve novo confronto entre Amin e Córdova, ocasião em que Amin chegou a acusar Córdova de ter enriquecido de forma ilícita durante sua passagem pelo governo do Estado. Através de pesado manifesto, inicialmente divulgado pela rádio Difusora, de São Joaquim (município do Planalto Serrano), e após publicado pela imprensa de forma geral, Córdova daria o troco, vide OE, de 23/agosto/1989, p.3. Culminando, assim, com as declarações de Córdova nas eleições de 90, estimulado pelo adversário de Amin ao Senado, pela coligação

PMDB/PSDB, Wilson Souza (candidato derrotado), Córdova chegou a ocupar várias vezes o horário gratuito na TV para fazer suas declarações, provocando grande repercussão.

Contudo, devemos observar que a possível vinculação entre as declarações de Córdova e o processo sucessório somente seriam reveladas em depoimento ao autor. Ou seja, embora Córdova não faça qualquer ligação entre as suas declarações e o processo sucessório de Amin, consideramos de nossa parte ter sido este o principal fator de suas desavenças com Amim.

Acerca das declarações de Córdova, podemos confirmar pelas manchetes dos jornais na época: OE, de 19/09/90, afirmava que "Córdova diz que usou a máquina para eleger Amim", trazendo a seguinte chamada de capa: "o ex-governador Henrique Córdova (sem partido) confessou ter usado o dinheiro público (pelo menos 70 milhões de dólares) para ajudar a eleger o candidato do PDS ao Governo, Esperidião Amin, em 1982, seu sucessor". Enquanto o jornal Diário Catarinense, grupo RBS, também confirmava as declarações do ex-governador, através de chamada na página 12: "Ex-governador admitiu o uso de recursos do Estado, em 82, na campanha de Esperidião", também em sua edição de 19 de setembro.

²¹Em depoimento ao autor, Córdova afirmou que ao apresentar a estratégia de campanha ao Presidente Figueiredo, que ao aprová-la, teria comentado: "Se você /governador Henrique Córdova/ conseguir realizar o que está me dizendo, você vai ser um dos poucos governadores /do PDS/ que vai eleger seu sucessor". Pois de acordo com Córdova, o governo federal detinha naquela época levantamentos de opinião pública que comprovavam que "seria muito difícil o PDS vencer as eleições em Santa Catarina, também". E completa Córdova a este respeito: "Depois, o resultado /da eleição/ demonstrou que a eleição /sic/ era realmente difícil".

²²Cf. Jornal Mudança, de junho de 1982, p.5. O jornal chega a fazer um prognóstico acerca da evolução da dívida do Estado, com base em dados obtidos junto a secretaria da Fazenda do Estado, que quase se aproximava do montante a que realmente chegara a dívida em 82, além de tecer outros comentários, sem contudo poder afirmar com certeza sobre a verdadeira situação financeira do Estado. Mais tarde, o deputado federal eleito em 82 pelo PMDB, Nelson Wedekin voltaria a falar sobre a "falência econômica" do Estado, que seria "desmentida" de forma categórica pelo então governador eleito, Esperidião Amin, que naquela ocasião já batia as portas de Brasília para "rolar" a dívida do Estado, conforme informa a revista Quem - SC, de março de 1983, nº 31, p.12.

²³Cf. TC, op.cit., p.67. (Mais adiante mostraremos o quadro contendo a evolução da dívida durante toda a gestão Bornhausen/Córdova).

²⁴Cf. TC, ibidem.

²⁵Cf. TC, op.cit., p.84-5, especialmente a parte em que o relatório apresenta o parecer do relator.

²⁶Cf. Matéria especial publicada pelo jornal paulista Gazeta Mercantil, edição de 25/jan./91, trazendo balanço da administração Casildo Maldaner (PMDB), intitulada "Balanço e Perspectivas - Santa Catarina", que informa que "Maldaner repassa a Kleinübing, eleito

governador em 90/ o bastão que o PMDB recebeu, em março de 1987 /término do mandato de Esperidião Amin/. Em fevereiro e em março de 1987, para citar as estatísticas da época, a folha do funcionalismo público estadual consumiu 3% a mais do que se arrecadou em ICM. Em dezembro de 1990, a folha consumiu 14% mais do que o arrecadado em ICMS". Ainda de acordo com o balanço do governo, "até o final dos anos 70, a folha do funcionalismo comprometia pelos menos 65% das receitas líquidas", mas na última década, no entanto, por causa do aumento do quadro de servidores, a situação se agravou, sem que o atual governo conseguisse qualquer redução". O governo estadual acusa, ainda, que o "inchaço" do quadro de servidores começou na gestão de Konder Reis (1974-78), quando foram admitidos 11.381 funcionários e prosseguiriam nas duas gestões posteriores, a de Jorge Bornhausen (foram admitidos 19.699 servidores) e a de Esperidião Amin (com a admissão de 12.227), totalizando somente nestas três administrações 43.307 novos funcionários, contra somente 5.864 admissões efetuadas durante o governo Pedro Ivo/Maldaner.

27Cf. Jornal Mudança, junho de 82, p.5. Importante observar que, por essa razão, as Oposições tivessem adotado a estratégia de bloquear no Congresso Nacional o pedido de novos empréstimos externos para os governos do PDS. Por este motivo Jaison seria acusado através de jornal apócrifo, também intitulado "Mudança", de não votar favoravelmente aos pedidos de empréstimos para Santa Catarina, que segundo o jornal, serviriam para a construção de "hospitais regionais", "eletrificação rural", "estradas vicinais", etc.

28Cf. TC, op.cit., p.83.

29Depoimento de Córdova ao autor, idem. O mesmo depoimento acerca da aprovação de verbas para a campanha do PDS em Santa Catarina pelo ministro Delfim Netto, foi confirmado por Córdova no programa do horário eleitoral gratuito na TV, durante o programa da coligação PMDB/PSDB, dos dias 20 e 21 de setembro de 1990.

30Depoimento de Córdova ao autor, idem. É importante lembrar que o jornal OE chegou a informar que "os recursos federais engordaram também uma dotação orçamentária vinculada à Secretaria da Casa Civil normalmente reservada para auxílio a entidades beneficentes". Acrescentando que este dinheiro "foi repartido entre os candidatos do PDS a deputado federal e estadual" e atribui a Córdova a declaração de que "a cota de cada federal era de Cr\$ 4 milhões e de cada estadual, de Cr\$ 2 milhões", vide edição de 19/set./90, p.3. Na mesma matéria, também é atribuída a Córdova a declaração de que alugara em 82 jato da empresa Líder Táxi Aéreo para ajudar na campanha de Amin; a mesma declaração é confirmada pelo jornal Diário Catarinense, também da mesma data.

31Como há divergência entre jornal e outro sobre o montante de recursos financeiros investidos pelo governo federal na campanha eleitoral do PDS catarinense, tomamos como base o valor apresentado pelo relatório oficial elaborado pela secretaria do Planejamento do governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner, de um total de Cr\$ 3,8 bilhões; aparece publicado na edição de 18 de setembro de 1990, do jornal OE, p.3, através de denúncia do candidato ao Senado pela coligação PMDB/PSDB, Wilson Souza, que ao que tudo indica motivara o ex-governador Córdova a fazer o seu pronunciamento público, uma vez que convocara a imprensa para entrevista um dia após as denúncias de Souza.

Aliás, Vilson Souza já vinha insinuando tais declarações, com a aprovação de Córdova, há algum tempo.

Assim, de acordo com o mesmo relatório, do montante de Cr\$ 3,8 bilhões, "99,3% deste total teriam sido destinados a municípios comandados pelo PDS e apenas 0,3% àqueles administrados pelo PMDB". Ainda conforme o mesmo relatório, do total repassado às prefeituras, em torno de "75% foram repassados aos municípios nos meses que antecederam as eleições de 82", sendo que "a verba era direcionada para os municípios pequenos, todos do PDS".

E, depois, é preciso observar que o próprio Amin participava diretamente no controle e distribuição das verbas, conforme depoimento de Córdova ao autor e também publicado na imprensa, a este respeito vide jornais Diário Catarinense (DC) e OE, edição de 19/set./90, respectivamente páginas 12 e 03.

Ainda de acordo com Córdova, na condição de governador "eu tinha a obrigação de chamar os prefeitos que eram meus partidários, os outros se quisessem alguma coisa tinham que procurar o governo do Estado". Uma vez que segundo ele, "logo no início da gestão Bornhausen nós procuramos os prefeitos de oposição e nós propusemos fazer uma administração associada, o que foi recusado pelos prefeitos oposicionistas".

Segundo ele, fora justamente da recusa dos prefeitos de oposição em trabalharem juntamente com o Estado, que surgiu a idéia de se criar as chamadas Supervisões Regionais, ao citar o exemplo do prefeito de Lages, Dirceu Carneiro, em se negar a colaborar com o governo. (Sobre as Supervisões Regionais, vide item 7).

32ADESG-SC, IXº Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, Esperidião Amin, out.1983, p.19.

33TC, relativo ao exercício de Bornhausen/Córdova que veremos em mais detalhes mais adiante.

34Cf. Jornal Mudança, 1982, p.2. O jornal publica os documentos oficiais pertinentes a solicitação de PCR, bem como o parecer favorável de liberação de verba por parte do então governador Henrique Córdova. Ainda apresenta a lista dos órgãos públicos que contribuíram financeiramente.

35Cf. Mudança, ibidem.

36Cf. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Assessoria Especial para Assuntos de Divulgação, Relatório elaborado pela Assessoria de Análise e Pesquisa, 1º Trimestre de 1983, 01/04/1983. Este documento foi denunciado pelo candidato a vice-prefeito da Capital, Senador Nelson Wedekin, durante a campanha eleitoral de 1988, e trata-se de documento confidencial, que mostra como era procedida na prática a propaganda do governo, bem como arrola as empresas de comunicação beneficiadas. O que só vem a comprovar que o mesmo procedimento executado neste campo, em 82, seria mantido no governo posterior.

37PCR ocupara postos administrativos em governos passados, tendo sido Chefe da Casa Civil e secretário da Justiça no governo do primo de Jorge Bornhausen, Konder Reis. Além disso, era fiscal de tributos do Estado, ex-proprietário do extinto Jornal da Semana e editor-chefe do Jornal de Santa Catarina até fevereiro de 82, quando seria convidado por Bornhausen para assumir a Secom, cargo que tam-

bém iria exercer no governo posterior, de Esperidião Amin. Sobre os detalhes do currículo de PCR, vide, JSC, Suplemento Especial, de 15/03/83, p.13.

38Cf. Entrevista de PCR a revista Quem-SC, out./1982, p.6. O projeto "Identidade Catarinense" era muito criticado devido ao fato que pouco contribuía para o desenvolvimento regional do Estado, principalmente por defender uma visão ufanista quanto as reais potencialidades de Santa Catarina, sem a apresentação de propostas concretas de planejamento governamental. Contudo, servia, por certo, como forte marketing político para os homens do governo.

39Cf. Jornal OE, de 04/05/82, p.2. De acordo com o jornal, o diretor-presidente da Editora Abril, Victor Civita, visita "seu particular amigo", o governador Jorge Bornhausen e afirma que "Santa Catarina está ficando cada vez mais conhecido, sob o comando do governador Jorge Bornhausen". O empresário acrescenta ainda que "em decorrência do palpável volume de realizações do governo Jorge Bornhausen", o Estado "mereceria um espaço maior na imprensa nacional".

Também sobre a amizade de PCR com o dono de Veja, vide artigo escrito pelo jornalista catarinense, em sua coluna diária em OE, de 18/set./90, por ocasião da morte de Victor Civita.

40Cf. TC, op.cit., p.29. Embora o relatório não se refira diretamente a Secom, mas o que dá no mesmo, pois era esta secretaria a responsável pelos atos de publicidade do governo. O que pode ser confirmado pelo relatório mais adiante, ao falar dos órgãos governamentais nos quais ocorreram em 82 grandes diferenças nos gastos levando-se em conta o inicialmente orçado: o TC registrou a dotação inicial de Cr\$ 28 milhões com a manutenção do gabinete do secretário da Secom, com as despesas chegando a exatamente Cr\$ 1 bilhão e 102 milhões, que coincide com o montante observado pelo relatório do TC na p.29. Sobre este último dado envolvendo a Secom, vide relatório do TC, quadro que aparece na p.52.

41Cf. Importante observar, conforme chama a atenção o documento confidencial da Secom (referido por nós na nota 36), que há diferença em atos de publicidade e divulgação de atos oficiais. O primeiro diz apenas respeito a propaganda de atos do governo, enquanto o segundo, refere-se a balancetes, editais de obras públicas, normas legais, etc. A este respeito há diferenças gritante entre um e outro, com as verbas oficiais sendo praticamente consumidas somente com publicidade.

42Cf. Declaração de voto da liderança da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa do Estado, assinado pelo líder Geovah Amarante, sobre as contas do governo do Estado relativo ao ano de 82, documento de 27 páginas, datado de 30/11/83.

Outro dado importante é fornecido pelo jornal Lutas da Maioria, edição de 20 de agosto a 20 de setembro de 1983, nº 5, p.3, que enfatiza igualmente sobre a aprovação das contas de 82 pela Assembléia Legislativa, que, "na prática, seus juizes (conselheiros) são escolhidos pelo governador para aprovação. A bancada da maioria (aqui, do governo) costuma aprovar. Mais tarde, os aprovados aprovam as contas do governo que os nomeou". Ou seja, durante o período ora em estudo, verifica-se facilmente a nomeação de conselheiros para o TC, geralmente oriundos dos quadros dos governos nomeados, sejam ex-par-

lamentares ou ex-governadores e secretários de Estado. Dentre eles, podemos citar os nomes de Wilmar Dallanhol, Nelson Pedrini e Dib Cherem, ambos ligados ao partido do governo (Arena) e que exerceram mandatos na Câmara Federal e Assembléia Legislativa catarinense antes de serem nomeados conselheiros; podemos citar ainda o nome do ex-governador Colombo Salles (gestão 71-75) e conselheiro do TC em 82.

43 (Analisamos igualmente em detalhes no Cap. V), contudo, acreditamos que o relatório confidencial da Secom, (ao qual já nos referimos anteriormente), só confirma sobre os custos da mídia (jornal, rádio e TV) relativo ao ano de 82, que temos certeza no que tange a estratégia de divulgação e escolha dos veículos de comunicação não tenha mudado substancialmente de 82 para o primeiro trimestre de 83, considerando-se ainda que a Secom era dirigida pelo mesmo titular de 82, PCR.

44A Constituição de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), das cinco instaladas no início da legislatura de 1983, ganhariam notoriedade, chegando inclusive ao seu final, embora não conseguissem apontar culpados, mas que concluem em seus relatórios haver clara vinculação entre as denúncias levantadas e as eleições de 1982: foram a CPI do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e a do Programa Especial de Apoio a Capitalização de Empresas (Procape).

Embora não apontem responsabilidades, tendo em vista que a maioria governista na Assembléia Legislativa procurou a todo custo impedir os trabalhos das comissões, quer votando contra propostas que visavam esclarecer fatos, quer sonogando informações - a figura do sigilo bancário seria utilizada constantemente para impedir-se as explicações de técnicos das instituições financeiras, bem como a recusa no fornecimento de documentos contábeis, tanto do governo como de empresas privadas envolvidas nas irregularidades -, os relatórios finais das CPIs apresentam dados conclusivos sobre o que afirmamos acima. Tanto que os respectivos relatórios sugerem ao final que o poder Judiciário adote as medidas necessárias para punir os culpados.

È próprio Jaison, em entrevista à revista Quem-SC, de set. de 1981, p.10, já afirmava que se caso ganhasse as eleições, adotaria ação drástica contra aqueles que se utilizaram de recursos do BESC e do Procape de forma ilícita. E sobre as CPIs, consultar respectivamente relatório final da CPI do BESC, Diário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 26/9/1984, p.4-15, e relatório da CPI do Procape, pronunciamento do relator deputado Neuto de Conto feito na sessão da Assembléia do dia 21/de ago./1984 e também Diário da Assembléia, de 11/09/1984, p.16-18.

45Ao apagar das luzes do governo Amin, exatamente no dia 25 de fevereiro de 1987, portanto 18 dias antes de Amin transferir o cargo a Pedro Ivo, eleito em 86, o BESC viria a sofrer intervenção do Banco Central. Já no primeiro semestre de 1983, o Banco apresentaria desempenho negativo, situação que se agravaria nos anos subsequentes. Sobre os balanços negativos e as justificativas do então presidente do BESC Carlos Passoni Júnior, vide relatório da CPI do BESC, op.cit., p.13-14.

46Cf. Relatório CPI do BESC, op.cit., p.8.

47Cf. Relatório CPI-BESC, ibidem.

48Cf. Relatório CPI-BESC, op.cit., p.10.

49Cf. Jornal Lutas da Maioria, de agosto de 1984, p.10, de acordo com dados fornecidos pelo relator da CPI do BESC, deputado Roberto Motta (PMDB).

Ainda segunda as informações do relator, o BESC constituía-se no segundo maior devedor do Banco Central, dentre os bancos estaduais, apresentando "rombo" de Cr\$ 33 bilhões. Na lista dos maiores devedores figuravam, entre outros, Ivan Bertaso, ex-secretário do Oeste e Nilson Wilson Bender, candidato a prefeito derrotado em 82 por Joinville.

Ainda sobre a utilização partidária do BESC, vide denúncia do candidato a vice-prefeito do PMDB, senador Nelson Wedekin, durante o horário gratuito do TRE na TV, nas eleições municipais de 1988, cujos documentos tivemos acesso durante entrevista com o candidato, em 18/11/1988. O documento de 55 Páginas, contém telegramas, atas de reunião do BESC e peças oficiais assinadas pelo então governador Esperidião Amin. Ele se refere ao que convencionou-se chamar de "promissórias políticas" de Amin, que saldara dívidas de ex-correligionários, que participaram ativamente de sua campanha em 82, a exemplo do então candidato derrotado a prefeito do município de Xanxerê, Rui Benvegno Pimentel, que negara-se, em tom ameaçador, a pagar empréstimos contraídos junto ao BESC. Para evitar desgaste político maior, Amin autorizaria a diretoria do BESC a "zerar" a conta de seu ex-cabo eleitoral, envolvendo na operação a empresa construtora, Ceisa - Construções e Empreendimentos Imobiliários S.A., também devedora do BESC, conforme pode-se observar em mais detalhe a partir da leitura de toda a documentação.

50Cf. Relatório da CPI do Procape, 22 de agosto de 1984, especialmente p.2. E também o trabalho de Durides Sebastião Stiel, sobre a criação do Fundesc, que originou o Procape. Denominado "Contribuição ao aprimoramento da estrutura de incentivos Fiscais", UFSC, tese de dissertação, UFSC, 1975, p.8.

51Cf. Pronunciamento do relator da CPI-Procape, op.cit., p.18.

52Cf. Relatório da CPI-Procape publicado no Diário da Assembleia, op.cit., p.16. Importante observar que o Procape teve maior participação acionária (65% do total de seu capital) na empresa Santinvest (conglomerado, que reuniu os maiores donos de grupos privados catarinenses), cf. relatório da CPI-Procape, especialmente p.15-16 e 21. E também documento da Santinvest apresentado à CPI sobre a participação do Procape no capital social da Santinvest, p.4.

Deste modo, a Santinvest passou a incorporar o patrimônio da Sidersul - projeto carboquímico - siderúrgico catarinense, mas que acabaria não saindo do papel.

Segundo o relatório da CPI, do total de capital aplicado na Santinvest, em torno de 65% deste montante pertenciam ao Procape, mas mesmo assim o projeto Sidersul seria abandonado pela Santinvest. Ou seja, decorridos quatro anos desde a criação desta última, em 1980, "várias idéias sem objetividade" foram levantadas "para dar um destino à empresa /Sidersul/". O relatório acusa ainda que "os valores investidos na Santinvest S.A. até aqui não justificaram o empreendimento", pois "não atingiu /sic/ os objetivos do PROCAPE, os recursos estão há 4 anos no mercado financeiro, desvirtuando completamente a missão de criar empregos e receitas tributárias ao Estado".

Tal fato, inclusive já havia sido denunciado muito antes pelo então senador Jaison Barreto, quanto ao aspecto eletista da iniciativa, bem como os altos investimentos financeiros por parte do Estado na tentativa de implantar a Sidersul. De acordo com ele, no "caso Sidersul, a consequência foi negativa, porque acabaram criando a Santinvest, que desserve /sic/ os interesses de Santa Catarina". Por tratar-se de iniciativa que "marginaliza grandes setores da sociedade, porque ela /a Santinvest/ se apropria do interesse público /recursos financeiros/, no interesse de uma pequena minoria, quando deixou que o capital acionário fosse entregue a 16 ou 17 empresas quando essa participação deveria servir aos interesses do pequeno e do médio empresário".

E, depois, não só o projeto Sidersul seria arquivado, como surgiriam várias propostas que abrangeram desde a "dissolução" da Sidersul, passando pelo projeto de "novo negócio como de tecnologia e automação, Banco de Investimento, Banco Comercial, Carteira de Debêntures, Previdência Privada" e "novo projeto carboquímico-siderúrgico previsto para implantar em 1985/86", que também não se concretizaria, *ibidem*. Some-se a todas essas iniciativas fracassadas, segundo a CPI, o fato de os recursos investidos pelo Procape na Santinvest serem oriundos do Estado, através da arrecadação do ICM e dos investimentos próprios da autarquia, que poderiam servir para financiar outras empresas e gerar novos empregos, *ibidem*.

Interessante observar quanto a este último aspecto que houve assembléia da Santinvest cujo objetivo fora reduzir o capital da empresa, restituindo seus acionistas, vide Ata da reunião ordinária do conselho de administração da Santinvest, realizada em 12 de novembro de 1984. Tal iniciativa, significaria, de um lado, o abandono definitivo da idéia de implantar a Sidersul, conforme afirmação do próprio presidente da siderúrgica catarinense, Fernando Marcondes de Mattos, JSC, 14/nov./1984 e também DE, edição também de 14 de novembro. De outro lado, tal manobra era entendida pelos próprios acionistas como estratégia para "cobrir rombo do BESC", pois de acordo com a carta anônima enviada por um acionista ao presidente da CPI do Procape, e que aparece em anexo a documentação do relatório da CPI: "acho oportuno que V.Sa. com /sic/ os demais deputados de oposição cobre do Governmo o destino a ser dado a este dinheiro /Cr\$ 7,9 bilhões, total restituído ao Procape, em uma parcela, ao contrário das empresas, que receberam mais tarde suas cotas, e em duas parcelas/". Continua a carta: "Segundo informações que obtive este dinheiro que deveria ficar no PROCAPE para capitalizar a pequena e média Empresa será repassado ao Tesouro do Estado para efetuar o aumento do Capital do BESC (cobrir rombo - mais uma vez PRIORIDADE AOS PEQUENOS) /sic/". A carta termina, indagando porque tal soma não fora usada na compra da ICC (na ocasião discutia/se a privatização da carbonífera".

53cf. Pronunciamento do relator da CPI-Procape, Deputado Neuto de Conto, *op.cit.*, p.14-5.

54cf. Pronunciamento do relator, *op.cit.*, p.15. Vide quadro sobre a situação das empresas irregularmente beneficiadas, anexo ao relatório.

55cf. TC, Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina relativo ao exercício de 1982, p.25. (Mais adiante, quando analisarmos o gráfico propriamente dito, entraremos em mais detalhes importantes).

56Cf. TC, op.cit., p.31.

57Cf. TC, op.cit., p.53.

58Cf. TC, op.cit., p.68.

59Cf. TC, op.cit., p.89, relativo a parte do parecer do relator, que acrescenta que "em 1982, as 24 unidades que compõem as referidas categorias institucionais, arrecadaram Cr\$ 57,4 bilhões e empenharam Cr\$ 59,6 bilhões, havendo assim "DEFICIT" de cerca de Cr\$ 2,2 bilhões. (Vide mais dados a respeito na mesma página).

60Cf. TC, op.cit., p.71.

61Cf. TC, ibidem. Importante destacar que a Emcater foi criada durante a gestão de Esperidião Amin frente a STO.

62Cf. DE, de 21/abril/1981, p.3, que informa sobre a possibilidade da criação de CPI pela Assembléia Legislativa do Estado para investigar o "favorecimento" (empréstimos a fundo perdido) a empresas do setor de transportes de passageiros e nomeações de fiscais sem concurso público. A matéria diz ainda que o órgão é da responsabilidade do secretário dos Transportes, Esperidião Amin e lembra que a função da Emcater já era plenamente executada anteriormente de forma satisfatória pelo DER, e levanta a suspeita de criação de "caixa-2" visando o período eleitoral. Anteriormente, membros da direção da Emcater, a exemplo do presidente Osvaldo Martins e um de seus diretores e amigo pessoal de Amin, Luiz D'Ácâmpora, foram sabatinados pelos parlamentares a respeito do trabalho da empresa, vide jornal OE, de 16/04/1981, p.2. Nesta mesma data, o Jornal de Santa Catarina publicou carta do presidente do sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros, na qual ele afirma que a Emcater atua no repasse de verbas a fundo perdido para as empresas, JSC, 16/04/81, p.2. Mais tarde, o líder do PP, na Assembléia Legislativa, deputado Algemiro Manique Barreto, volta a fazer denúncias sobre a ação da Emcater e envolvimento de Amin (embora nada fosse apurado de concreto, a não ser a confirmação dos empresários do setor sobre as verbas), vide, OE, 21/04/81, p.3.

63 Interessante observar que o mecanismo da Ação Popular se tornaria bastante conhecido no ano de 1983, pois outra ação deste cunho seria também impetrada pelo advogado Acácio Bernardes contra aposentadorias irregulares na Assembléia Legislativa catarinense, que também tivera enorme repercussão social. A esse respeito vide Ação Popular de A. Bernardes, documento de 22 Páginas, datado de 18 de agosto de 1983. Ela tem em comum com as demais o fato de denunciar a vinculação de tais aposentadorias com o ano eleitoral de 1982, bem como a ligação dos aposentados com o presidente Epitácio Bittencourt e demais membros da mesa diretora da Assembléia, todos pertencentes ao PDS, vide p.2-3; p.16-19 e p.11. Esta ação, dirigia-se particularmente contra a Fazenda Pública do Estado, Assembléia Legislativa e mais 133 pessoas. Sobre a repercussão que obteve perante a opinião pública, vide manifestação de várias associações e sindicatos que aparece na p.10, do mesmo documento citado anteriormente.

64Cf. Parecer do Juiz de Direito, Nestor José da Silveira, datado de 16 de junho de 1983, documento de 16 páginas. Os nomes dos

ex-governadores são citados nas primeiras páginas do referido documento. Vide atos de nomeação publicados no Diário Oficial do Estado, respectivamente, de 12/02/82 e 02 e 17 de julho de 1982.

65Cf. Igualmente, segundo parecer do Juiz Nestor José da Silveira, relativo a segunda Ação Popular impetrada, datado de 12 de junho de 1984, contendo 23 páginas. Também os nomes de Jorge Bornhausen e H. Córdova aparecem logo no início do documento. os atos de nomeação aparecem no Diário Oficial de 23/03/82, 14/05/82, 07/07/82, 10/08/82 e 12/08/82, respectivamente.

66Voltaremos a falar do jornalista Luiz H. Tancredo no Cap. V.

67Cf. Jornal Mudança, 1982, que denuncia a aposentadoria irregular do Portinho Bittencourt.

68Cf. Jornal Mudança, op.cit., p.4.

69Cf. Jornal Mudança, ibidem.

70Cf. Parecer do Juiz Nestor José da Silveira, 16 de junho de 1983, op.cit., p.15-16; e igualmente parecer de 12 de junho de 1984, op.cit., p.23.

71Em entrevista ao autor concedida, em 16 de maio de 1989. Ela relatou que fora chamada pessoalmente em Palácio pelo então governador Esperidião Amin, que durante mais de uma hora de conversa tentou em vão dissuadi-la a arquivar o processo envolvendo seus correligionários.

72Entrevista do ex-governador Henrique Córdova ao autor, Florianópolis, 22 de setembro de 1990.

73Entrevista do ex-governador Henrique Córdova, idem.

74De acordo com o ex-prefeito de Lages, Dirceu Carneiro, eleito deputado federal em 82, outros fatores contribuíram para a "derrota" de seu partido. Ele cita como exemplo a "brutal corrupção" eleitoral patrocinada pelo partido governista, além da "divisão partidária" em função da escolha do nome do ex-prefeito de Lages, Juarez Furtado, para candidato a prefeito em 82, ver pronunciamento de cinco páginas feito na Câmara dos Deputados após o pleito. A professora Elizabeth Farias da SILVA, em seu trabalho intitulado "O MDB/PMDB em Lages: análise de um partido de oposição no governo (1972-1982)". Florianópolis (Dissertação de Mestrado), UFSC, 1985, parece concordar com Dirceu quanto ao último aspecto, vide p.197 e 200.

De nossa parte, podemos concluir o seguinte: primeiro, a pequena margem de votos em favor do PDS (1.830 votos) fora conseguida devido a ação coordenada da Supervisão aliada ao forte esquema de corrupção eleitoral, que não fora apenas privilégio serrano. Segundo, colaborou enormemente para a derrota o desmembramento do município de Lages com a criação de dois novos municípios, Octacílio Costa e Correia Pinto, coração industrial e reduto de forte contingente de trabalhadores, vide SILVA, p.176-77, e, por último, perde consistência a tese da divisão partidária, uma vez que o próprio Dirceu não tomara partido na escolha do candidato peemedebista, sendo que Juarez era o candidato preferido de amplo espectro do partido de oposição e da equipe de governo de Dirceu, vide SILVA, p.191 e 193.

75A Supervisão Regional de Joinville fora ocupada por Luiz Gomes, vide Diário Oficial do Estado de 09/02/1981, p.2; a de Blumenau por Helcio Reis Fausto, DOE de 15/03/1979, p.7, posteriormente falecido, sendo substituído por Horácio Santos Rebelo, DOE de 07/07/1980, p.11. O DOE, de 14/09/1983, registra a exoneração de José Gonçalves do cargo de Supervisor Regional, sem especificar o município de sua atuação, aliás como era norma em se tratando das nomeações sublinhadas acima.

76Fruto deste modelo "revigorado" do populismo difundido no Estado principalmente durante os governos Konder Reis e Bornhausen, Amin dará prosseguimento a esta tradição, como é facilmente comprovado pelo perfil de seus secretários de Estado. Dentre eles, pelo menos quatro são provenientes da gestão Bornhausen e vinculados a organismos voltados para programas assistenciais do Estado: Cláudio Ávila da Silva, ex-Superintendente da Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade (Fucadesc), prefeito da Capital catarinense nomeado por Amin em 83; Vilson Kleinübing, diretor da Celesc, responsável durante o governo Bornhausen pela implantação do Programa Comunitário de Eletrificação Rural; Paulo Gouvêa da Costa, ex-membro da Comissão Executiva do Projeto Comandos Sociais e ex-membro da Comissão Organizadora do projeto "Identidade Catarinense", além de Raimundo Colombo que trataremos mais detidamente a seguir. Sobre a vinculação dos secretários do governo Amin aos programas assistenciais, vide Suplemento Especial do Jornal de Santa Catarina, de 15/03/1983, p.8-14.

77Cf. Diário Oficial do Estado, 12/03/1979, que dispõe sobre a Lei nº 5.520, de 28/02/1979, que cria os cargos de Supervisor Regional. Durante o governo Amin o cargo de Supervisor Regional é transformado em "assessor especial", vide DOE, 26/10/83, que dispõe sobre o Regimento interno da Casa Civil, passando a integrar mais tarde os quadros da Secretaria do Desenvolvimento Social, de acordo com o Decreto nº 29.452, de 3 de julho de 1986.

78Luiz Gomes chega a prefeitura de Joinville em 1988.

79Cf. GOMES, Maria Soledad E. de A., "Coletivismo no bairro: uma análise sobre o fenômeno da participação", Florianópolis: UFSC (Dissertação de Mestrado), 1987, p.55-9.

80Cf. GOMES, Maria Soledad E. de A., op.cit., p.55.

81Cf. GOMES, op.cit., p.56.

82Cf. GOMES, op.cit., p.57.

83Cf. GOMES, op.cit., p.58.

84Cf. GOMES, op.cit., p.59.

85COORDENADORIAS REGIONAIS, Esquema de implantação, documento preliminar, Governo do Estado/Secretaria de Desenvolvimento Social, out./1983.

86COORDENADORIAS REGIONAIS, documento preliminar, op.cit., p.8.

87COORDENADORIAS REGIONAIS, *ibidem*.

88COORDENADORIAS REGIONAIS, *op.cit.*, p.4, que resume exatamente o que afirmamos.

89Para FONTANA, Remy, "Governo Amin, um voto de desconfiança", 1983, p.23.

90Cf. Pronunciamento de Dirceu Carneiro na Câmara dos Deputados, *op.cit.*, primeira página.

91Pronunciamento de Dirceu Carneiro, *ibidem*.

92Pronunciamento de Dirceu Carneiro, *op.cit.*, p.3.

93Pronunciamento de Dirceu Carneiro, *ibidem*.

94Para um eleitorado de 134.649 eleitores, o PMDB vencera a eleição para o governo do Estado por uma margem de 9.286 votos, fato que levou Jaison a argumentar que "se fizéssemos 15 mil votos ganharíamos a eleição", vide Separata a entrevista de Jaison Barreto publicada no Jornal de Santa Catarina, de 27/28 de março de 1983, p.22. O mesmo raciocínio é feito pelo candidato a vice-governador derrotado, João Linhares, mas desta feita em relação as urnas da Capital. Segundo ele, "deve ter havido algo misterioso nas urnas de Florianópolis e de municípios da microrregião", numa alusão aos fatos de corrupção eleitoral e uso da máquina do governo para favorecer Amin. Ainda segundo João Linhares, o partido esperava vencer as eleições por mais de 100 mil votos, vide entrevista à Revista Quem-SC, março de 1983, n. 30, p.5.

95Dirceu Carneiro, 64.609 votos; Francisco Küster, 31.753 votos, e Ivan Ranzolin (eleito para a Assembléia Legislativa, PDS), 26.864 votos. Para o governo do Estado, Amin, 29.578 votos; Jaison Barreto, 28.864 votos. Os números aparecem citados no trabalho de Walter F. PIAZZA, "O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834/1984)", p.485-86.

CAPÍTULO IV

OS EMPRESÁRIOS E OS ORGANISMOS DE AÇÃO DAS ELITES NAS ELEIÇÕES

1. Introdução

O objetivo central deste capítulo é demonstrar, de um lado, o vigor da ação partidária da elite empresarial catarinense, não somente emprestando apoio material de toda a ordem ao partido governista, mas sobretudo participando diretamente da criação do sucedâneo da Arena.¹ Vamos notar, que o empresário catarinense é um ator bastante ativo na cena partidária,² deixando portanto os limites fechados da empresa, e ocupando posições de destaque nos diretórios do PDS.

De outro lado, podemos observar que este mesmo segmento social também teve participação destacada na criação de importante organismo de assessoramento partidário pedessista, a Fundação Nereu Ramos para Pesquisas e Estudos Políticos. A Fundação desempenharia função

imprescindível de unificação destes setores empresariais com seus principais intelectuais orgânicos e toda plêiade de personalidades do mundo político e intelectual catarinense na campanha do candidato oficial.

Por último, outro objetivo importante deste capítulo, é analisar a ação política de uma maneira geral das elites catarinenses (e não só da elite empresarial) via organismo-chave idealizado pelos militares, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, ADESG-SC. Desse modo, pretendemos demonstrar a existência de ampla identidade de seus membros com a candidatura pedessista. O que comprova, em realidade, a existência de estreita vinculação deste organismo com os interesses da elite dominante estadual, sobretudo nas eleições de 82.

2. Os Grandes Empresários na Formação do PDS em Santa Catarina

Ao contrário do que comumente afirma o discurso jornalístico, que costumeiramente procura ressaltar a ausência da participação da elite empresarial das disputas eleitorais importantes em Santa Catarina, veremos que tal assertiva não encontra respaldo na realidade objetiva. De acordo com o nosso estudo, podemos observar que os principais executivos dos grandes grupos empresariais catarinenses demonstram enorme apetite no que diz respeito a questão partidária e eleitoral. E isto é particularmente verdade em se tratando das eleições de 1982.

Os grandes grupos econômicos irão fazer parte da formação do PDS catarinense, em dois níveis, regional e municipal. (Também tiveram participação destacada na criação de importante organismo³ de

assessoramento partidário, que estudaremos mais adiante). As lideranças empresariais mais expressivas destes grupos, principalmente no contexto da economia nacional, irão ocupar posição de destaque no Diretório Regional do PDS catarinense.

Contudo, podemos observar que nem todos os líderes empresariais do período estarão afinados aos propósitos das elites, pois houve o apoio isolado de algumas dessas lideranças ao candidato Jaison.

No Oeste do Estado ocorreu o apoio explícito do empresário Plínio A. De Nês ao PMDB (Dono do Grupo Chapecó), Ex-parlamentar do antigo PSD, secretário de Estado dos negócios do Oeste por seis anos (1969/75), durante os governos Ivo Silveira e Colombo Machado Salles, além de ex-presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc). De Nês deixara os quadros da Arena para fundar em 82 o PP, e com a incorporação passou a participar ativamente da campanha do PMDB de Chapecó. Empenhou-se, portanto, na campanha do sobrinho, membro do diretório municipal e também integrante da diretoria do grupo Chapecó, Ledônio Faustino Migliorini, eleito prefeito em 82. Fora, então, acusado por seus ex-companheiros da antiga Arena de traição.⁴

Em segundo lugar, houve o apoio do empresário Realdo Guglielmi, dono de grupo com mais de 15 empresas (dentre minas de carvão, hotéis, fazendas, loteamentos etc.) à candidatura de Jaison, que inclusive chegara a convidá-lo para ser seu vice⁵, na ocasião sem filiação partidária, ele que fora um dos fundadores do ex-MDB no Sul do Estado. Realdo pretendeu sem sucesso conseguir a adesão dos demais empresários importantes de Criciúma, que na sua grande maioria apoiavam a candidatura de Amin.⁶

Embora não esconda o apoio de Realdo à candidatura peemedebista, o ex-presidente do Diretório Regional do PMDB, Dejandir Dalpasquale

afirma que Barreto "conseguiu unir, em função até do 'radicalismo' do seu pronunciamento, todos o empresariado contra nós".⁷ Ele citou ainda o apoio de alguns empresários de Brusque e de Blumenau. No entanto, outros membros do então comitê eleitoral de Jaison afirmam que, embora o PMDB tivesse recebido o apoio empresarial de alguns, ele "jamais tergiversou, negociou os princípios contidos em nossa proposta de mudança".⁸

A seguir, vamos procurar entender de maneira concreta de que forma ocorria verdadeiramente o engajamento direto da elite empresarial no partido governista. De antemão, destacamos, a exemplo do que já havíamos chamado atenção no princípio deste capítulo, que tornar-se norma o principal executivo do grupo, que na maioria das vezes confunde-se com o proprietário ou sócio majoritário, participar do Diretório Regional. Enquanto que outras lideranças irão preferir também ocupar espaço junto aos diretórios municipais do partido do governo, principalmente, onde está concentrado a matriz do grupo.

Há casos, a exemplo dos grupos Gaidzinski e Weg⁹, em que percebe-se o ingresso não só do principal executivo, como de outros diretores do grupo no PDS. E também a ocorrência de participação simultânea tanto no Regional como no municipal.

Quanto aos diretórios municipais, é possível observar-se que a vinculação das lideranças empresariais geralmente ocorre naquele município aonde estão concentrados os maiores colégios eleitorais¹⁰ catarinenses. E que normalmente coincidem com as regiões mais importantes do Estado economicamente, e aonde estão instaladas as sedes dos grandes grupos empresariais. É também nos municípios que ocorre a maior incidência da participação de outros membros das diretorias dos grupos no partido, que não os donos e sócios majoritários.

Os principais líderes empresariais responsáveis pela criação e fortalecimento do PDS em Santa Catarina são:

1. DIRETÓRIO REGIONAL DO PDS:¹¹

- Diomício Freitas, grupo Diomício Freitas, membro fundador em 1980; o herdeiro do grupo, Manoel Dilor de Freitas, ingressara no Diretório Regional em 1983;

- Edson Gaidizinski, grupo Gaidizinski, membro fundador em 1980; outro membro da família, Jarvis Gaidizinski, ingressara no Diretório em 1983;

- Ivan Oreste Bonato, grupo Perdigão, ingressara em 1983, Secretário da Fazenda no Governo Bornhausen/Córdova;

- Atílio Francisco Xavier Fontana, grupo Sadia, membro fundador em 1980; o mesmo ocorrendo em relação a Victor Fontana;

- Nilson Wilson Bender, grupo Tupy, integrara o Diretório Regional em 1983, substituiu Dieter Schmidt na Secretaria da Indústria e Comércio com a morte deste último;

- Eggon João da Silva, grupo Weg, integrara o Diretório Regional em 1985;

- outro executivo do grupo, Marcos Henrique Buechler, Vice-Governador de Konder Reis, foi igualmente membro fundador do Diretório em 1980 e o então ex-governador Antônio C. Konder Reis, membro do Conselho Administrativo do grupo Weg, ingressara no Diretório Regional em 1983.

Outros empresários importantes que tiveram ou ainda têm participação destacada no Diretório do PDS¹² catarinense:

- Mário J.G. Petrelli, na ocasião dono do Jornal de Santa Catarina, era membro fundador do Diretório Regional em 1980 e participa-

ra do mesmo Diretório na gestão de 1983;

- Moacir Gervásio Thomazi, dono do jornal A Notícia, que ingressara no Diretório Regional em 1983, nomeado Secretário da Educação no Governo Amin;

- Arno Damiani, dono da Empresa Santo Anjo da Guarda (transporte coletivo de passageiros), membro fundador em 1980 e participara do Diretório em 1983;

- Oldemar Philippi, rede de casas comerciais na região da Grande Florianópolis, membro fundador em 1980; outro membro da família, Jair Philippi, ingressara no Diretório em 1983;

- Paulo Roberto Caseca, do ramo imobiliário de Balneário Camboriú, ingresara no Diretório em 1985 e Paulo Konder Bornhausen, irmão do ex-governador Jorge K. Bornhausen, do ramo financeiro, membro fundador em 1980 e integrara o mesmo Diretório em 1983.

2. DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PDS:13

- Blumenau, Norberto Ingo Zadrozny, grupo Artex, membro fundador em 1980, Secretário do Governo durante o Governo Bornhausen/Córdova;

- Blumenau, Ingo Wolfgang Hering, grupo Hering, membro fundador do diretório em 1980; outro executivo do grupo, Abramo Moser, também membro fundador do diretório;

- Blumenau, José érico Dalla Rosa, executivo do grupo Sulfabril, integrara o diretório em 1988;

- Blumenau, Mário John, executivo do grupo Teka, membro fundador em 1980; outro executivo do grupo, Siegfried Liesenberg, ingres-sara no diretório em 1988;

- Chapecó, Umberto de Toni, executivo do grupo Chapecó, membro fundador em 1980;
- Chapecó, Aury Luiz Bodanese, grupo Cooperalfa, membro fundador em 1980;
- Criciúma, Célio Grijó, executivo do grupo Gaidizinski, membro fundador em 1980, acompanhado de outro executivo do mesmo grupo, Aristorides V. Stadler; outro executivo do grupo Gaidizinski, Ivan W. Fernandes, ingressara no mesmo diretório em 1986;
- Joinville, Ronald Caputo, executivo do grupo Hansen, ingressara no diretório em 1985;
- Joinville, Hans Dieter Schmidt, Secretário da Indústria e Comércio no Governo Bornhausen/Córdova, grupo Tupy, membro fundador em 1980, juntamente com outro importante executivo do grupo, Nilson Wilson Bender;
- Videira, Saul Brandalise, grupo perdigão, membro fundador em 1980;
- Brusque, Carlos Cid Renaux, grupo Renaux, membro fundador em 1980;
- Concórdia, Victor Fontana, grupo Sadia, membro fundador em 1980;
- Itajaí, Antônio C. Konder Reis, membro do Conselho de Administração do grupo Weg, membro fundador em 1980;
- Jaraguá do Sul, Euclides Emmendoerfer, executivo do grupo Weg, ingressara no diretório em 1985; outro executivo do mesmo grupo, Vicente Donini, também ingressara no diretório no mesmo ano.

Também ingressariam nos quadros do diretório municipal do PDS¹⁴ os seguintes empresários: Moacir Thomazi, membro fundador do diretório de Joinville, em 1980; Altamiro Rogério Philippi, das lojas Phi-

lippi, membro fundador em 1980 do diretório de Florianópolis, sendo que outro membro da família, Manoel Philippi, ingressara no mesmo diretório em 1983.

Diante do exposto, observamos que a par da garantia de quadros e apoio econômico bastante substancial à candidatura pedessista em 82, os representantes da elite empresarial catarinense garantiriam a continuidade da sua participação no governo estadual, em caso de vitória nas urnas. Ou seja, podendo, então, dar prosseguimento à sua ação política a nível de aparelho de Estado.

Tanto isto é verdade, que percebe-se nitidamente através de rápida análise da maioria dos integrantes do governo nomeado por Amin à sua estreita vinculação com a elite dominante, a começar pelo seu vice, o empresário Victor Fontana, diretor da Sadia, ex-diretor da empresa Eucatex de propriedade do ex-governador Paulo Maluf (SP), de quem também foi assessor. Fontana ocupou ainda o cargo de secretário da agricultura durante o governo Konder Reis, elegendo-se posteriormente deputado federal em 78. Inclusive muitos secretários do governo Amin eram oriundos do governo Bornhausen/Córdova.¹⁵ Assim sendo, fica claro também que a elite empresarial se faria representar em postos-chaves do novo governo. Pelo menos, duas secretarias importantes para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado foram entregues a empresários: a secretaria da Fazenda e da Indústria e Comércio.

O novo secretário da Fazenda, Arno Batschauer, era vinculado ao pólo industrial de Joinville, ocupando a vice-presidência do grupo Hansen. Enquanto que o novo secretário da Indústria e Comércio, Etevaldo da Silva, era ligado ao importante pólo fabril de Blumenau. Ocupava o cargo de diretor da Imprensa Paranaense S.A., sócio-gerente da Ipesul e procurador da Empresa Gráfica Catarinense, tendo

ainda ocupado em 1982 o cargo de Superintendente Geral do Procape (programa esse que motivara a instalação de uma CPI pela Assembléia Legislativa catarinense.

3. O "Boreau" Formal e Informal da Elite: A Fundação Nereu Ramos

A elite empresarial catarinense também terá papel importante na criação de uma instituição legalmente constituída, e, talvez, fundamental nas eleições de 1982: a Fundação Nereu Ramos para Pesquisas e Estudos Políticos.¹⁶

Verdadeiro "boreau" formal e informal da elite, a Fundação Nereu Ramos servirá não somente aos propósitos de formulação das políticas públicas do governo nomeado de Jorge Konder Bornhausen, como também servirá essencialmente aos propósitos da candidatura de Espiridião Amin ao governo do Estado. Ou seja, transformar-se-ia em mais um órgão de assessoramento da campanha eleitoral de Amin, também servindo como pólo aglutinador de membros-chave da elite.

Além de congregar os mais importantes empresários catarinenses, a Fundação era formada pelas principais lideranças da Arena (depois pelo seu sucedâneo, o PDS), intelectuais, reitores, professores universitários, proprietários de jornais, jornalistas influentes e os principais intelectuais orgânicos da elite dominante estadual. Cumprira, assim, importante tarefa no reforço da candidatura governnista, o que pode levar a suspeita de servir de caixa-2 durante a campanha eleitoral milionária do PDS.

3.1. Histórico

O ato solene de instalação¹⁷ da Fundação Nereu Ramos, ocorrido em 28 de abril de 1979 na Assembléia Legislativa do Estado, fora bastante disputado e alcançara ampla repercussão na imprensa estadual. Contou com a participação de personalidades nacionais do partido do governo, a exemplo do presidente nacional da então Arena, senador José Sarney, acompanhado do secretário geral do partido, deputado Prisco Viana e do presidente do Diretório Regional da Arena de São Paulo, Cláudio Lembo.¹⁸

Na mesma solenidade, seriam formados os diversos conselhos do órgão e eleita sua primeira diretoria. A sessão solene fora presidida pelo presidente da Arena catarinense, o senador biônico Lenoir Vargas Ferreira, tendo sido procedido a leitura dos estatutos¹⁹ da Fundação e a nominata dos conselhos Deliberativo, Técnico, Diretor e Fiscal.

A diretoria²⁰ do órgão era assim constituída:

Presidente: Henrique Helion de Córdova, vice-governador do Estado;

1º Vice-presidente: Onacli Luiz Fabrin, técnico e administração, membro da ADESG-SC e ESG - turma 1983, e membro do Diretório Regional do PDS - 1982;

2º Vice-presidente: José Aleixo Dellagnelo, analista de sistemas;

1º Secretário: Evêncio Alyas Filho, também analistas de sistemas;

2º Secretário: Zany Stael Leite, bancário, membro do Diretório Municipal de Florianópolis do PDS - 1982;

3º Secretário: Sady C. Marinho, advogado, membro do Diretório Regional do PDS - 1983;

1º Tesoureiro: Jorge Mussi, advogado, membro do Diretório Regional do PDS - 1982;

2º Tesoureiro: Adelmo Waschenweng, advogado.

Vogais: Hércio Reis Fausto (ocupou o cargo de Supervisor Regional) e Klaus Meyer.

Ainda durante o ato solene de instalação, coube ao vice-governador Henrique Córdova apresentar os objetivos fundamentais a serem alcançados pela Fundação²¹, que incluíam: o assessoramento a Arena na formação de quadros necessários ao exercício "consciente da cidadania" e promover atividades que visem "ao estudo e a reflexão crítica da realidade catarinense e brasileira", além do assessoramento de organização partidária, bem como a realização de cursos, simpósios, seminários, palestras e ciclos de debates, "destinados ao aperfeiçoamento cultural e políticos dos cidadãos".

Assim, sob este rótulo, procurou-se atrair importantes lideranças com origem nas mais variadas atividades profissionais e intelectuais do Estado, garantindo-se desta forma o respaldo político-eleitoral à candidatura pedessista num amplo espectro da sociedade catarinense. Embora, alguns membros da Fundação fizessem parte da elite orgânica, muitas dessas personalidades podem ter sido atraídas à entidade com outros propósitos, mas na prática acabariam dando respaldo a estratégia eleitoral das lideranças partidárias governistas.

3.2. A Ação Política e Partidária da Fundação

Os representantes dos grandes grupos empresariais²² junto a Fundação Nereu Ramos era formado pelas seguintes lideranças:

- Diomício Freitas, grupo Diomício Freitas, membro do Diretório Regional do PDS - 1982;
- Edson Gaidizinski, grupo Gaidizinski, membro do Diretório Regional do PDS - 1982;
- Ingo Hering, grupo Hering, membro do Diretório Municipal de Blumenau do PDS - 1982;
- Norberto Ingo Zadrozny, grupo Artex, membro do Diretório Municipal de Blumenau do PDS - 1982 e conferencista da ADESG-SC;
- Nilson Wilson Bender, grupo Tupy, membro do Diretório Municipal de Joinville do PDS - 1982;
- Marcos Henrique Buechler, grupo Weg, membro do Diretório Regional do PDS - 1982 e conferencista da ADESG-SC;
- César Bastos Gomes, grupo Usati-Portobelo.

Além de outros empresários importantes²³: Arno Damiani, Empresa Santo Anjo da Guarda (transporte rodoviário de passageiro), Aroldo Carneiro de Carvalho, Rádio Santa Catarina (várias estações espalhadas pelo Estado, de forte apelo junto as camadas mais pobres da população) e Paulo Konder Bornhausen, empresário do ramo financeiro, irmão do governador Jorge K. Bornhausen.

As principais lideranças partidárias²⁴ era formada por ex-governadores e parlamentares pedessistas:

- Governador Jorge Konder Bornhausen e o seu vice, Henrique Córdova;
- Ivo Silveira, Celso Ramos e Colombo Machado Salles (ex-governadores, todos pertencentes a Arena e que depois integrariam os quadros do PDS);

- Esperidião Amin, então Secretário dos Transportes e obras do governo Bornhausen;
- Francisco de Assis Cordeiro, Prefeito da Capital nomeado durante a gestão Bornhausen;
- Epitácio Bittencourt, presidente da Assembléia Legislativa do Estado (1981-1982), além de dezenas de parlamentares federais e estaduais do partido governista.

Dentre os membros fundadores da Fundação destacavam-se também quase todas as lideranças que seriam mais tarde "premiadas" com nomeações²⁵ milionárias para ajudar na campanha eleitoral do PDS, a exemplo de:

- Djalma Mondo, nomeado para Procurador Fiscal do Estado e membro do Diretório Regional do PDS - 1982;
- Angelino Rosa, nomeado para o cargo de Procurador da Fazenda junto ao TC e membro do Diretório Regional do PDS - 1982;
- Mário Cilião de Araújo, nomeado para o cargo de procurador da Assembléia Legislativa do Estado e membro do Diretório Regional do PDS - 1982;
- Pedro Paulo Hings Colin, nomeado para o cargo de Procurador da Fazenda junto ao TC;
- Wilson César Floriani, nomeado para o cargo de Procurador da Fazenda junto ao TC e Waldemar Salles, nomeado para o cargo de Procurador da Assembléia Legislativa.

Integravam igualmente a Fundação donos de jornais e vários jornalistas²⁶ de renome:

- José Matusalém Comelli, proprietário do jornal O Estado;
- Marcílio Medeiros Filho, superintendente do jornal O Estado;
- Moacir Pereira, em 82 seria nomeado para o cargo de Procurador da Fazenda junto ao TC, comentarista político da RBS-TV,

conferencista e membro da diretoria da ADESG - SC.

- Elaine Borges, correspondente do jornal O Estado de São Paulo;
- Jair Francisco Hamms, ex-secretário da Comunicação Social, gestão Konder Reis, jornalista e escritor.

E finalmente professores universitários, reitores e ex-reitores e alguns intelectuais orgânicos²⁷:

- Ernani Bayer, reitor da UFSC (1980/84);
- Roberto Mündel Lacerda, ex-reitor da UFSC (1971/75);
- Alcides Abreu, delegado da ADESG-SC (1976), turma da ESG (1973);
- Carlos Alberto Silveira Lenzi, membro da Academia Catarinense de Letras, professor universitário (UFSC) e jornalista;
- Celestino Sachet, ex-secretário da Casa Civil, professor universitário e membro da ADESG-SC;
- Nereu do Vale Pereira, professor universitário (UFSC);
- Glauco Olinger, ex-secretário da Agricultura, engenheiro agrônomo e membro da ADESG-SC;
- Hoyêdo de Gouvêa Lins, membro da diretoria da ADESG-Sc (80-81);
- Martinho de Haro, artista plástico.

A Fundação Nereu Ramos exercera intensa ação política e partidária, participando, inicialmente, na definição das principais ações do governo Jorge Konder Bornhausen. Ela foi criada em 79, justamente no primeiro ano de governo Bornhausen e era responsável mais tarde pela elaboração de documentos que serviram para orientar a campanha de Amin. Reuniu em torno de 40 pessoas, distribuídas nos diversos conselhos da entidade, dentre políticos, secretários de Estado, governador e intelectuais orgânicos, a exemplo dos professores Marcon-

des de Mattos e Alcides Abreu. (Segundo ex-membros da entidade, ela chegou inclusive a assumir papel preponderante na campanha de Amin).

Outro lado importante, refere-se ao fato de que a Fundação obtivera certa importância no contexto do partido governista a nível nacional, chegando inclusive a ministrar palestras através de seus representantes em Brasília. Ou seja, era responsável pela organização de seminários, simpósios e encontros, do qual participavam secretários de Estado e até ministros. Um exemplo disso, é que em apenas um encontro da entidade, realizado em Blumenau, se conseguiu reunir dois ministros de uma só vez (fato difícil de ocorrer naquela época). Os temas dos encontros giravam em torno de formas de governo, trabalhismo, com a presença de líderes sindicais. Muitos desses encontros, eram financiados por grandes grupos empresariais, a exemplo da Artex, Hering, etc. Além do patrocínio do próprio governo do Estado.

Este último dado, é particularmente importante pois torna evidente a participação da elite empresarial no financiamento da campanha eleitoral de Amin, além de demonstrar de forma inequívoca a utilização do aparelho de Estado em benefício de um projeto político das elites.

A Fundação Nereu Ramos chegou a publicar livros e documentos, a exemplo de um trabalho sobre parlamentarismo, que seria mais tarde levado por Bornhausen para debate junto ao partido do governo. E um documento em especial merece destaque: trata-se da formulação do programa do PDS, elaborado pelo centro de pesquisas e estudo do órgão, intitulado uma "proposta de programa"²⁸, documento de 23 páginas, que defendia entre outras coisas, a escolha do presidente e vice-presidente da República via Colégio Eleitoral.

Além disso, a entidade assessorava à UDESC, influenciando inclusive àquela universidade a nível regional, ao propor a criação de várias faculdades de ensino superior até então inexistentes no Estado.

Ela recebia recursos financeiros também do exterior, através da Fundação Adenauer, de origem alemã, vinculada a social-democracia européia, como também de uma outra francesa e inglesa. Alguns conferencistas estrangeiros foram convidados pela entidade para ministrar palestras. Recebiam ainda conferencistas e publicações da UnB de Brasília, e participavam junto com aquela instituição de ensino do programa denominado "Universidade à distância".

Por último, convém sublinhar que a Fundação mantinha funcionando biblioteca e arquivo, que não só assessorava a campanha de Amin, como todo o Partido e igualmente os parlamentares pedessistas, mantendo setor específico de acompanhamento diário da imprensa nacional e local.

4. Uma "Central de Inteligência" das Elites: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra de SC

A seguir, vamos ressaltar a ação política de âmbito mais geral das elites catarinenses, que se expressa através de importante organismo criado pelos militares, e cujos reflexos na política estadual é notório. Principalmente, levando-se em conta a comunhão de interesses e pessoas nele envolvidos. Estamos falando da ação política levada a efeito pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG-SC), cuja ação política está diretamente associada aos interesses da elite dominante, e por isso mereceu nossa atenção em

se tratando das eleições de 1982.

Como poderemos perceber mais adiante, em torno da ADESG-SC estarão reunidos os principais atores que vão estar ao lado da candidatura de Esperidião Amin ao governo, bem como as principais personalidades que congregavam a ordem vigente no Estado. Isto é perfeitamente visível tanto antes como durante o período objeto de nossa análise, como procuraremos enfatizar a seguir.

Idealizada para "preservar e projetar os valores morais e espirituais da nacionalidade"²⁹, bem como "difundir conceitos doutrinários e estudos conjunturais relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento Nacionais"³⁰, a ADESG desempenhara enorme ação política em favor das elites.

Ela surgira como organismo nacional em 1951, cujo objetivo primordial era promover a "recuperação moral do país"³¹, contando no início dos anos 80 com mais de 30 mil colaboradores³² em todos os estados brasileiros. A delegacia catarinense fora criada em 1970, embora suas atividades tenham iniciado um ano após o golpe de 64, através de uma representação estadual, dando início a intensa atividade em solo catarinense³³, que perdura até os dias de hoje.

De acordo com o documento comemorativo dos 30 anos da entidade, as diversas atividades do órgão em Santa Catarina "produziram mais de uma centena de trabalhos voltados ao estudo e à pesquisa de problemas conjunturais de Santa Catarina, da Região Sul e do Brasil". Abrangendo temas das mais diversificadas áreas, que "foram colocados à disposição de órgãos privados e governamentais", inclusive assuntos de interesse da própria Escola Superior de Guerra.

A delegacia catarinense chegara a sediar em 1979, o 2º Encontro Nacional da ADESG, em Balneário Camboriú, ao qual compareceram cerca de 2 mil participantes. Segundo o documento da ADESG, fora "um even-

to de grande repercussão nacional, com excelentes resultados tanto nas atividades culturais quanto sociais".³⁴ O mesmo documento conclui, afirmando que "a ADESG orgulha-se de seu passado, erguido pelos adesguianos e colaboradores de todas as turmas" e "empenha-se em manter viva a chama de idealismo de seus fundadores". Nesse empenho, seu lema é sua bússula: "Cor unum et anima una pro Brasilia", o que quer dizer "todos unidos, de corpo e alma, pelo Brasil".³⁵

Segundo os estatutos da entidade, as delegacias da ADESG terão dois quadros, a saber: "um, composto pelos integrantes da ADESG, diplomados pela ESG, domiciliados na região; e outro, denominado Quadro Especial, composto pelos Colaboradores". Dado importante é que a presidência do órgão caberá, alternadamente, a um civil e um militar.

O primeiro titular da delegacia estadual foi o Coronel Ivan Dentice Linhares (turma da ESG-66/74), seguindo-se as gestões do empresário Carlos Kurt Zadrozny (turma da ESG-1970), do Coronel Zaldir de Lima (turma da ESG-1970), do professor Alcides Abreu (turma da ESG-1973) e do Coronel R/1 Aroldo José Machado da Veiga (turma da ESG-1974). Em 1989, a entidade era dirigida pelo economista Ney Walmor Hübener.

A seguir, relacionamos os integrantes da diretoria da ADESG-SC, particularmente no período objeto de nosso estudo, com destaque para as gestões de 1974, 1978 e ano pré-eleitoral de 1981, cujos membros estão relacionados a nossa análise. A delegacia da ADESG-SC³⁶, em 1974, era constituída pelos seguintes membros: professor Alcides Abreu (Delegado), professor Oscar Pereira e professor e jornalista Moacir Pereira (Coordenadores), professor Walmir Dias (1º Secretário), conselheiro Lecian Slovinski (2º Secretário), professor Gustavo Zimmer (1º Tesoureiro), economista Jucélio Costa (2º Tesoureiro),

professor Jair Francisco Hamms (Relações Públicas), e bacharel em direito e jornalista Moacir Pereira (Assessor de Imprensa). Em 1978, a delegacia da ADESG-SC³⁷ tinha os seguintes componentes: Coronel RI Aroldo José Machado da Veiga (Delegado), Procurador Walberto Schmidt (Coordenador), e como assessores especiais: professor Oscar Pereira, Conselheiro e professor Alcides Abreu, engenheiro José Corrêa Hülse, doutor Genovêncio de Mattos Neto, professor Oswaldo Henrique Hack; além dos demais membros: bacharel Emygdio Geraldo de Souza (1º Secretário), bacharel Paschoal Lopes Martins (2º Secretário), economista Ney Walmor Hübener (1º Tesoureiro), economista Valério José Matos (2º Tesoureiro), bacharel Ciro Barreto e jornalista Moacir Pereira (Assessores de Relações Públicas), advogado Mario Laurindo e Bacharel José Fernandes (Assessores Jurídicos), advogado Antônio Boabaid (Assessor de Assuntos Sociais), economista Antônio Vitor de Melo Lubi e advogado João Gasparino da Silva (Assessores de Assuntos Culturais), professor Orlando Ferreira de Mello (Coordenador em Blumenau), professora Iraci Schmidlin (Coordenadora em Joinville), e advogado Ermido João Lorenzi (Coordenador em Lages).

E, por último, a delegacia da ADESG-SC³⁸, em 1981, era assim constituída: Coronel RI Aroldo José Machado da Veiga (Delegado), professor Genovêncio Matos Neto (Coordenador), tendo os seguintes assessores especiais: procurador Walberto Schmidt, professor Oscar Pereira, professor Alcides Abreu, engenheiro José Corrêa Hülse, procurador Hoyêdo de Gouvêa Lins, ligado ao Procape, procurador Emigdio Geraldo Sada, professor Oswaldo Henrique Hack, ex-governador e engenheiro Colombo Machado Salles e professor Nilson Paulo. Além do economista Ney Walmor Hübener (Departamento cultural juntamente com o advogado João Gasparino da Silva, professora Terezinha Izabel Manso Muniz e professora Maria do Céu Tolentino de Souza (Departamento So-

cial), professor Ruy Born da Silva e advogado José Fernandes (Departamento de Finanças, Sumê Medeiros e médico Arthur Melo Fernandes (Departamento de Documentação), Eloy João Losso e advogado Wilmar Pacheco (Departamento de Patrimônio), advogado Mário Laurindo (Departamento Jurídico), bacharel e jornalista Ciro Barreto e Gilberto Rosa (Departamento de Comunicação), bacharel Roberto Diniz Saut (Coordenador em Blumenau), professora Iracy Schmidlin (Coordenadora em Joinville), e bioquímico Joaquim Goulart Jr. (Coordenador em Lages).

Pelos nomes que figuram nas diretorias do órgão se pode ver que tratavam-se de personalidades expressivas do campo social e político.

4.1. A Doutrina da Segurança Nacional e Desenvolvimento e a Ameaça do "Inimigo Interno"

A ESG consolida a penetração da sua doutrina, calcada no binômio Segurança e Desenvolvimento, tendo na ADESG o principal organismo de fixação em solo catarinense de seus ideais. Aliás, revigorados a partir do golpe de 64.

A ADESG-SC desenvolvera durante o período intensa ação no Estado, realizando encontros, seminários e palestras, procurando adequar nossa realidade aos propósitos dos governos militares. De acordo com o que afirmam vários trabalhos, estes ideais são plenamente exaltados, quando se enfatiza que

a revolução de março de 1964 criou uma nova direção histórica.

Deu a elite possibilidade de uma democracia com responsabilidade, deu ao povo a perspectiva de uma democracia com participação.

Nesta participação, nos engajamos...³⁹

Ao mesmo tempo, em que são exaltados igualmente a doutrina última da ESG, ou seja, ressaltando os ideais da doutrina de Segurança Nacional. Afirmam os documentos a esse respeito que

a Segurança Nacional, como fator paralelo e básico do desenvolvimento, forma, com este, o binômio original responsável pela temática deste Ciclo de Estudos...

Partindo do binômio Segurança - Desenvolvimento, chegamos a um entendimento comum, no qual o tema deste relatório, deve estabelecer ações a facilitar a Política Estadual de Desenvolvimento para que esta, estando em sintonia com as Metas e Bases para a ação do Governo Federal, possibilite atingir o ideal catarinense.⁴⁰

Assim, torna-se importante veículo de combate no campo ideológico, desenvolvendo intensa ofensiva contra o chamado "inimigo interno" comum do regime: o comunismo. Desenvolve, então, uma ideologia e ação anti-comunista. Elabora programas de combate à "subversão" e "a guerrilha revolucionária" em Santa Catarina. Procura aparelhar-se na identificação e delação de partidos e lideranças tanto do meio urbano como rural, que mesmo ainda em 1985 tentam derrubar "a ordem institucional" no país e em nosso Estado.

Segundo o Manual Básico, "Guerra Revolucionária Comunista" refere-se a todo

conflito, normalmente interno, de concepção marxista-leninista, estimulado e, até mesmo, auxiliado do exterior, que, utilizando intensivamente operações psicológicas e toda as formas de subversão e violência, visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação.⁴¹

Em seus escritos, a ADESG-SC chama atenção para a guerra revolucionária no Estado, afirmando que ela é "uma realidade entre nós". De acordo com a entidade

a Guerra Revolucionária é uma realidade no Brasil, seu objetivo é a população. Provas concretas deste tipo de ação já foram postas em prática em nosso país, tais como seqüestros, assaltos, sabotagem e doutrinação, prejudicando o desenvolvimento tão bem traçado pelos altos escalões nacionais.

(...) Esta ação imposta pelos maus brasileiros, tomou características de guerrilhas que se subdividiram em rurais e urbanas.⁴²

A seguir, ressalta a ação da guerra revolucionária em solo catarinense, dando ênfase principalmente à sua ação no meio urbano. De acordo com o documento

no nosso Estado de Santa Catarina, pacífico por excelência com seu povo muito bem humorado e cordial, não chegamos a sentir esta ação propriamente dita mas, de seus efeitos, muitos males.

(...) A guerrilha rural uma vez tentada a ser posta em prática em nosso Estado, não obteve o êxito necessário... (...) Entretanto a urbana já se faz sentir acentuadamente em todos os setores, muito em particular no meio estudantil.⁴³

Contudo, o mais impressionante é o ataque do órgão aos partidos institucionalmente legalizados em Santa Catarina, já durante o período de plena vigência da Nova República⁴⁴. é visível neste período, a manutenção do perfil reacionário e "conspiratório" da ADESG, pois continua a encarar os partidos de esquerda nos mesmos moldes dos tempos do regime militar. Assim, tanto partidos como lideranças, são vistos como "grupos contrários ao regime constitucional e suas instituições", portanto, enquadrados como entidades culturais e/ou educacionais cuja atuação atenta "contra a Segurança Nacional".

A esse respeito diz documento da ADESG que

o PCB atua nas cidades maiores através da infiltração em partidos políticos, na área estudantil e, em maior escala na área sindical, especialmente no Setor de mineração do carvão.

Nas mesmas áreas, trotskistas e PC do B procuram ganhar espaço. Atualmente, a atuação do CR/PC tem a sua maior força em FLORIANÓPOLIS, havendo, ainda, organismos em CHAPECÓ, CRICIÚMA, BLUMENAU, JOINVILLE e MARAVILHA. Entretanto, não há, até o momento, nenhum Comitê Municipal (CM) e, nenhum Comitê Distrital (CD). O Comitê Regional (CR) vem dirigindo, diretamente, as organizações de Base (CB).⁴⁵

Completa o mesmo documento, afirmando que

os grupos contrários ao Regime Constitucional e suas instituições, infiltrados nos partidos políticos, particularmente no PMDB e PT, intensificam sua atividade, valendo-se do momento político de transição para a plenitude democrática.⁴⁶

A ADESG-Sc obtivera, assim, em 1970, sua grande vitória no âmbito da esfera do combate a "guerra revolucionária", inspirada na doutrina de Segurança Nacional idealizada pela ESG com a transformação da Secretaria de Segurança Pública em Secretaria de Segurança e Informações (SSI).⁴⁷ O que legitimou no plano estadual a consecução de programas voltados para a "segurança interna". Na ocasião, chegou-se a elaborar o que denominou-se "Plano Estadual de Informações"⁴⁸, tendo como pressuposto básico o que perceituava então a ADESG-SC: "A segurança interna repousa na informação".⁴⁹

As propostas defendidas pela ADESG-SC em 70, ganhara, assim, o respaldo dos governos catarinenses durante o período militar de nossa história. Ou seja, a SSI passa a integrar os sucessivos governos catarinenses nomeados pelas Forças Armadas. E com isso a ideologia da "segurança interna" obtivera forte respaldo em função da tradição golpista dos homens que compõem estes mesmos governos. Pois muitos deles tiveram participação direta no golpe de 64 ou eram pertencentes as principais famílias envolvidas no movimento "revolucionário" em Santa Catarina.

As propostas defendidas em 70, preconizavam que a "segurança interna tem como campo de ações os antagonismos e pressões que se manifestam no âmbito interno". Assim sendo, tais "antagonismos devem ser levantados por um perfeito sistema de informações".⁵⁰ Acusava a precariedade do "sistema de informações" existentes no Estado, e propunha, como saída, além da transformação da então secretaria da Segurança Pública, a criação de "gabinete de Segurança e Informações"⁵¹ na sede do governo catarinense. Lembre-se que Santa Catarina passara a partir de então a integrar o sistema central federal de informações, coordenado pelo SNI em Brasília. E mais do que isso, todos os órgãos governamentais seriam abrangidos pelo sistema, através do gabinete de Segurança e Informações que passaram, então, a existir em todas as secretarias de Estado durante o último governo nomeado pelos militares.⁵²

4.2. Central Dinâmica da Elite

A ADESG de Santa Catarina, também considerada central dinâmica da elite, manterá no período objeto de nosso estudo a tradição de verdadeiro organismo de inteligência responsável pela elaboração de propostas e subsídios aos programas de governo da Arena e seu sucedâneo. Ao mesmo tempo fornecerá quadros para cargos executivos da administração estadual. Inclusive, ex-governadores nomeados eram membros ativos da entidade, o mesmo ocorrendo em relação a empresários de destaque na economia catarinense e intelectuais de diferentes matizes.

Assim, podemos relacionar o nome do governador Colombo Machado Salles, e os nomes de futuros secretários de Estado, caso de Celes-

tino Sachet, professor universitário e secretário da Casa Civil durante o governo Ivo Silveira, e Glauco Olinger, engenheiro agrônomo e também secretário da Agricultura no governo Ivo Silveira. Além de outros, a exemplo de Carlos Passoni Júnior, economista, contador e bancário do Banco do Brasil, que ocupará cargo de destaque no sistema financeiro estadual em duas administrações sucessivas. E ainda os nomes de Nelson Amâncio Madalena, professor universitário, futuro secretário da Fazenda na gestão Amin, e o ex-vice-governador de Konder Reis, Marcos Henrique Büechler, presidente da Codesc no governo Jorge Konder Bornhausen. Quanto aos empresários de renome, podemos citar os nomes de Norberto Ingo Zadrozny, grupo Artex, e Carlos Kurt Zadrozny (ESG - turma 1970), que ocupou o cargo de delegado da ADESG; Hans Dieter Schmidt, grupo Tupy; Charles Edgar Moritz, FIESC, e Bernardo Wolfgang Werner, Eletro Aço Altona, presidente da FIESC. Alguns intelectuais importantes que tiveram vida ativa na ADESG: Fernando Marcondes de Mattos, empresário e professor universitário; Alcides Abreu, professor universitário e delegado da ADESG (ESG - turma 1973); Oswaldo Rodrigues Cabral, médico e professor universitário; Nereu do Vale Pereira, economista e professor universitário; Pe. Francisco de Salles Bianchini, eclesiástico e Frederico Guilherme Buendgens, advogado e diretor da Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Além de jornalistas importantes, que compõem a diretoria da ADESG durante várias gestões, caso de Moacir Pereira e Ciro Barreto, ambos futuros presidentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina; Gilberto Rosa e Jair Francisco Hamms, escritor e futuro secretário da Comunicação Social no governo Konder Reis. E também donos de jornais, caso do empresário Moacir Thomazi (A Notícia, de Joinville), que ocuparia a secretaria da Educação no governo Amin.

A ADESG reúne em torno de si ampla plêiade de lideranças, capazes de formular programas de governo, constituindo-se por essa razão em importante central de inteligência das elites catarinenses. Assim, ao analisarmos suas publicações, podemos observar enorme coincidência de proposições no que tange a administração pública. Ou seja, podemos notar mesmo em períodos distintos que vários temas são recorrentes na vida do órgão, sendo que muitos deles conseguem se tornar realidade ao serem adotados como políticas públicas concretas.

É possível observar-se, por exemplo, a preocupação do órgão quanto a criação de novas secretarias de Estado, ampliação do sistema financeiro estadual, políticas de desenvolvimento industrial, bem como forte preocupação com a segurança e informações. Assim, aparecem em vários documentos da ADESG a proposta de criação das seguintes secretarias: da Cultura, do Bem Estar Social e da Segurança e Informações. Sobre a industrialização do Estado, há forte preocupação com o aproveitamento do carvão, defendendo-se a implantação de um pólo carboquímico, através do projeto da ICC - Indústria Carboquímica Catarinense. Além disso, a defesa da criação de outros mecanismos de financiamento da indústria através do sistema financeiro estadual, bem como da implantação dos chamados distritos industriais.

Como se pode ver a ADESG constitui-se em importante fórum de debates das elites, talvez, o mais importante em determinados momentos específicos de nossa história. Isto é possível comprovar-se devido aos eventos realizados pela entidade, materializado em diversas publicações de relevo. Só para exemplificar, podemos citar importante ciclo de estudo realizado em 1970, denominado "O Estado de Santa Catarina: necessidades básicas, antagonismos e política de consecução

ção", reunindo mais de uma centena de personalidades, dentre políticos, intelectuais e profissionais das mais diferentes áreas. Outro evento de magnitude idêntica, realizado em 1977, procurou diagnosticar as reais tendências do desenvolvimento industrial de Santa Catarina até o final da década de 80, além de encontros sobre aspectos setoriais e regionais de nossa economia.⁵³

Tal fato, só confirma o que procuramos ressaltar anteriormente a respeito da importância da ADESG no contexto da política catarinense, principalmente no que tange a tentativa de dar forma e direção aos governos nomeados.

A ADESG-SC constituir-se-á, portanto, num espaço importante de "integração" das elites, ou seja, verdadeiro "laboratório de idéias"⁵⁴, segundo definição da própria ESG. Uma "central de inteligência" avançada, responsável pela mobilização de grande contingente das elites, como procuramos ressaltar anteriormente.

A entidade declara em suas publicações mais expressivas a necessidade urgente da "mobilização das elites, para um trabalho comum, sério, disciplinado e impessoal em favor da comunidade".⁵⁵ Ou seja, como condição essencial "para se poder pensar e desenvolver este país"⁵⁶, sendo que

a aproximação de mentes de considerável potencialidade, antes desunidas e muitas vezes completamente afastadas de qualquer participação na complexa solução dos problemas do binômio desenvolvimento e segurança, foi por si só de grande valor.⁵⁷

E conclui, afirmando que

elites regionais motivadas para um trabalho em conjunto e que podem e devem ser aproveitadas, para uma participação efetiva no desenvolvimento integral de cada região.⁵⁸

Assim, a exemplo do que ressaltamos em outras passagens do texto, além da entidade servir de espaço de discussão e formulação de diretrizes para a esfera pública, percebe-se ter havido também certa identidade com a candidatura à sucessão de Bornhausen/Córdova, inclusive manifestada posteriormente através de seminários e documentos da delegacia regional da ADESG em Santa Catarina. Não seria por acaso que a ADESG ressaltara em 85, que "verifica-se que os princípios doutrinários que orientam a política da Administração Estadual (Governo Amin) se aproximam muito àqueles preconizados pela doutrina da ESG".⁵⁹ Ressalta que o governo estadual preocupa-se em todos os setores em atingir "o Bem-Comum da comunidade, tendo o Homem como seu ápice".⁶⁰

O documento da ADESG chega a citar o programa de campanha de Amin, a Carta dos Catarinenses, afirmando que

através desse documento, o Governo Estadual enfatiza a perseguição de um objetivo maior, qual seja, a de que "o catarinense quer uma sociedade de cunho eminentemente social, na qual as pessoas sejam consideradas pelo que elas são, e não pelo que têm". Uma sociedade que reconheça e que beneficie indistintamente a todas as pessoas, pelo fato de que todas são gente.⁶¹

Desse modo, a entidade manifestaria seu apoio aos caminhos perseguidos pela nova administração estadual.

5. Conclusão

Assim, podemos concluir neste ponto que houve em 82 uma ação articulada levado a cabo pela elite dominante, cujo objetivo maior

era a vitória nas urnas em 1982. Mesmo que entidades e organismos que dispõem a seu favor tivessem atuado isoladamente, o resultado final demonstra que houve integração de esforços e busca comum de objetivos.

O que nos leva a crer que o raio da ação política da elite dominante catarinense praticamente fechara um círculo em que as peças movimentaram-se com desenvoltura e coordenação. E o raio da ação ativa da elite dominante esteve calcado na ADESG-SC/Fundação Nereu Ramos/Governo do Estado/Grupos Empresariais.

Tal fato, permite perceber claramente a existência de ação articulada da elite, cujo objetivo primordial era a manutenção do aparelho de Estado, consubstanciado na "vitória" de 82. Além disso, trouxe à cena um importante ator social: a elite empresarial, desmistificando antigos chavões acerca do não envolvimento na vida partidária catarinense. Pelo contrário, fica claro pelo nosso estudo que ele se constitui em ator, talvez, quem sabe, muito mais ativo do que os demais atores políticos que conhecemos.

Com isso, consideramos fundamental uma mudança de postura no trato da questão teórica sobre a problemática da dominação política em Santa Catarina. Entendemos que é preciso olhar-se um pouco mais para além das aparências que tal dominação assumiu nos últimos anos: a interpretação acadêmica que privilegiou o enfoque da dominação oligárquica, embora fosse válida para determinado período de nossa história, não consegue, ao nosso ver, apreender em toda a sua essência o surgimento de um poder novo, complexo e que emana de uma sociedade também modificada, complexa e por isso mesmo de difícil compreensão. O que queremos dizer com isso, é que o que costumeiramente chamou-se de domínio oligárquico, modernamente cedeu lugar a um poder muito mais sutil, complexo, e, por isso, muito mais forte.

Notas

¹Pesquisa feita junto a Subsecretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral, em agosto de 1989. Analisamos de forma exaustiva fichário contendo o registro dos membros dos diretórios Regional e municipais do PDS.

²Realizamos idêntica pesquisa ao do TRE, só que desta feita na própria sede do Diretório Regional do PMDB, iniciada em 21 de agosto e concluída em 01/09/89, visando conhecer a composição do partido. Levamos em conta, inclusive, o processo de incorporação PP/PMDB, e podemos observar a ausência de representantes da elite empresarial catarinense no maior partido de oposição a época. É certa a presença de pequenos e médios empresários nos diretórios peemedebistas, na sua grande maioria constituído por professores universitários, profissionais liberais, estudantes, sindicalistas e militantes oriundos dos chamados partidos clandestinos, caso do PC e PC do B.

A presença de empresários de peso dentro do PMDB se constitui numa exceção, não numa regra, ao contrário do que ocorrera com o partido governista, conforme poderemos notar pela nossa pesquisa.

³A Fundação Nereu Ramos para pesquisas e estudos políticos, que trataremos no item 3.

⁴Entrevista do então secretário da Fazenda do governo Jorge Konder Bornhausen, Ivan Bonato, revista Quem-SC, setembro de 1982, nº 21, p.5, em que acusa De Nês de ter passado para a Oposição por não ter sido contemplado de pronto pelos empréstimos do Programa de Apoio Especial à Capitalização de Empresas (Procape).

⁵Cf. O Estado, de 16/10/81, p.3.

⁶Cf. Revista Veja, 03/11/82, nº 739, p.25.

⁷Entrevista ao autor concedida em 16/03/1990.

⁸Entrevista de Remy Fontana ao autor datada de 08/03/1990.

⁹Fonte TRE, 16/08/1989.

¹⁰Fonte TRE, idem.

¹¹Fonte TRE, idem.

¹²Fonte TRE, idem.

¹³Fonte TRE, idem.

¹⁴Fonte TRE, idem.

¹⁵Suplemento especial do Jornal de Santa Catarina, 15/03/1983, p.8-14, que traz currículo suscinto de cada secretário.

¹⁶Ver cópia do Diário Oficial do Estado, datado de 24 de maio de 1979, p.27. Interessante observar que o registro em cartório da Fundação fora feito pelo vice-governador do Estado, Henrique Córdo-

va, o que demonstra o grande interesse das elites em torno do órgão.

17Cf. Jornal O Estado, 29/04/79, p.3.

18Cf. Diário Oficial do Estado, ibidem. Tanto José Sarney, Prisco Viana como Cláudio Lembo são membros fundadores da entidade.

19Cf. O Estado, ibidem. Vide os estatutos da Fundação publicado no Diário Oficial do Estado, ibidem.

20Cf. Diário Oficial do Estado, ibidem.

21Cf. O Estado, ibidem. Vide igualmente os Estatutos da Fundação, Diário Oficial do Estado, ibidem.

22Cf. Diário Oficial do Estado, ibidem.

23Cf. Diário Oficial do Estado, ibidem.

24Cf. Diário Oficial do Estado, ibidem. Era membro da Fundação, o então deputado federal da Arena, João Cândido Linhares, que viria a ser o vice de Jaison, em 82.

25Cf. Diário Oficial, ibidem.

26Cf. Diário Oficial do Estado, ibidem.

27Cf. Diário Oficial do Estado, ibidem.

28Cf. PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL: proposta de programa, Fundação Nereu Ramos para Pesquisas e Estudos Políticos, Santa Catarina. Diz o documento num pequeno intróito: "O modelo proposto para a Nova Sociedade induz à explicitação do Programa do Partido. O Programa se constitui de um conjunto de posições e afirmações nucleares do Partido em relação à organização do Estado, às suas funções e à vida nacional". Além de defender a eleição indireta para a escolha do Presidente da República, o programa proposto pela Fundação defende a política de exportação do governo federal, vide p.7; afirma ser a favor da "economia de mercado" e contra a "presença agressiva do Estado na economia" e pelo estímulo "a progressiva privatização das empresas estatais", p.21, defendendo ainda na mesma Página a compatibilização dos investimentos estrangeiros no país com os interesses da indústria nacional.

29ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Florianópolis, Caderno Especial comemorativo aos 30 anos, dezembro de 1981, p.3.

30ADESG, Caderno Especial, ibidem.

31ADESG, Caderno Especial, refere-se a fatos relacionados ao ano de 1954, quando a ESG realizava via ADESG simpósio acerca do período, op.cit., p.3-4.

32ADESG, Caderno Especial, p.5.

33ADESG, Caderno Especial, p.6.

34 ADESG, Caderno Especial, p.7.

35 ADESG, Caderno Especial, p.8.

36 ADESG, Diretrizes e Bases Gerais, Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, Florianópolis, 1974, p.4.

37 ADESG, Diretrizes e Bases Gerais, Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, Florianópolis e Lages, 1978, p.4.

38 ADESG, Caderno Especial comemorativo aos 30 anos, op.cit., p.2.

39 ADESG, O Estado de Santa Catarina: Necessidades Básicas, antagonismo e política de consecução, Florianópolis, Ciclo de Estudos sobre a Segurança e Desenvolvimento, 1970, p.5.

40 Cf. ADESG, O Estado de Santa Catarina, op.cit., p.36.

41 Cf. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Manual Básico, 1977/1978, p.242.

42 Cf. ADESG, O Estado de Santa Catarina, op.cit., p.100.

43 Cf. ADESG, O Estado de Santa Catarina, ibidem. O documento ainda reproduz a declaração do Cel. Fábio de Moura e Silva Lins, que afirma que uma das táticas principais da subversão é "trabalhar estudantes secundários", porque "eles já ingressariam nas universidades convenientemente doutrinados e teriam mais tempo de trabalho pró-comunismo", op.cit., p.100-1.

44 Cf. ADESG, Atualização do Levantamento Conjuntural de Santa Catarina: expressão política, Florianópolis, ADESG-SC, 1985, 95p.

45 Cf. ADESG, Atualização do Levantamento Conjuntural de SC, op.cit., p.44.

46 Cf. ADESG, Atualização do Levantamento Conjuntural de SC, ibidem. O mesmo documento acrescenta ainda que "em fevereiro de 1985, foi criada uma entidade 'de fachada' do PC do B, funcionando no centro de Florianópolis". Segundo o mesmo documento, a entidade congrega "integrantes de um grupo teatral", que além de servir como "fachada" para encobrir as atividades do PC do B, promove encontros e debates de caráter político-cultural. Finaliza, dizendo que na área educacional o PC do B possui "OB(s) na UFSC e em entidade representativa de professores de primeiro e segundo graus", op.cit., p.46.

47 Cf. ADESG, O Estado de Santa Catarina: Necessidades básicas, antagonismos e política de consecução, op.cit., p.21, 22 e 159. A Lei que criou a SSI é de 31 de dezembro de 1970, vide Diário oficial do Estado, de 11/07/1973, que dispõe sobre a Estrutura da Secretaria de Segurança e Informações.

48 No âmbito de nossa pesquisa não foi possível saber mais detalhes acerca do referido plano, que aparece citado no DOE, de 15/03/1978, relativo ao decreto nº 4.600, de 13 de março de 1978,

que dispõe sobre a organização e implantação do Sistema de Segurança e Informações, assinado pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis.

49Cf. ADESG, o Estado de Santa Catarina, op.cit., p.157.

50Cf. ADESG, o Estado de Santa Catarina, ibidem.

51Cf. ADESG, o Estado de Santa Catarina, op.cit., p.159.

52Durante o governo Bornhausen todas as secretarias de Estado passaram a contar com o setor de Segurança e Informações, com a criação do cargo de chefe de Segurança e Informações, vide DOE, 10/05/1979.

53Cf. ADESG, a pequena e média empresa catarinense: Vulnerabilidades e Possibilidades, Florianópolis, VI Ciclo de Estudos da ADESG-SC, 1978; MATTOS, Fernando Marcondes de, O homem catarinense no processo de desenvolvimento de Santa Catarina, Florianópolis/Lages, Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, 10/11 de outubro de 1978; além dos trabalhos do então presidente da FIESC, Bernardo Wolfgang Werner, "A empresa nacional, a estrangeira e o Estado", Ciclo de Conferências da ADESG-SC sobre como reduzir o nível de estatização da economia brasileira; também do mesmo autor "Transformações e tendências do setor secundário na economia nacional e os seus reflexos em Santa Catarina", Florianópolis, Ciclo de Estudos da ADESG-SC, outubro de 1974, e por último o trabalho intitulado "Comportamento da economia industrial no mundo, no Brasil e em Santa Catarina", Blumenau, Ciclo de Estudos da ADESG-SC, abril de 1982. Lembre-se que o fórum de debates da ADESG, constitui-se em espaço privilegiado para que autoridades estaduais apresentem seus planos de governo ou façam balanço de suas ações administrativas. Ou serve para que governantes mostrem suas intenções de governo ou discutam a implementação de suas políticas públicas.

54ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, Manual Básico, 1977/1978, p.25.

55ADESG, o Estado de Santa Catarina, op.cit., p.5.

56ADESG, o Estado de Santa Catarina, ibidem.

57ADESG, o Estado de Santa Catarina, op.cit., p.73.

58Cf. ADESG, Caderno Especial comemorativo aos 30 anos, op.cit., p.5-6.

59Cf. ADESG, Atualização do Levantamento Conjuntural de Santa Catarina, op.cit., p.19.

60Cf. ADESG, Atualização do Levantamento Conjuntural de SC, ibidem.

61Cf. ADESG, Atualização do Levantamento Conjuntural de SC, ibidem.

CAPÍTULO V

A MÍDIA, O GOVERNO E A CAMPANHA DO PDS

1. Introdução

Neste capítulo, vamos procurar analisar a associação entre os meios de comunicação e o partido do governo nas eleições de 82. Partimos da constatação de que setores da elite empresarial que estavam ao lado da candidatura de Amin, também detinham o controle dos principais veículos informativos no período, o que representou em forte apoio à candidatura oficial.

Assim, vamos perceber que os donos dos principais jornais e empresas de radiodifusão eram membros do PDS catarinense. Além dos proprietários serem oriundos dos mesmos grupos econômicos que estavam ao lado de Amin, os principais jornalistas e comentaristas políticos de muitas empresas de comunicação eram atrelados ao partido oficial. Muitos deles eram assessores de comunicação social do go-

verno estadual (como veremos mais adiante, quando tratarmos do apoio de membros do sindicato dos jornalistas de Santa Catarina ao PDS).

Portanto, entendemos como ponto central de reflexão deste capítulo o uso partidário dos meios de comunicação pelas elites em favor da candidatura de Amin. Dentro deste contexto, procuramos avaliar o tratamento dispensado pelos veículos de comunicação aos partidos políticos com maiores chances de vitória em 82. Assim, foi de fundamental importância a identificação destes veículos enquanto empresa privada e sua ligação com o PDS.

E, por último, procuramos analisar também de que forma este apoio expressou-se em realidade em termos de mídia impressa, tendo como principal indicador o estudo do conteúdo dos editoriais dos jornais catarinenses no período, basicamente os veículos da chamada "grande imprensa".

Ao nos referirmos a questão da comunicação de massa no Brasil, temos presente o caráter de classe que tal conceito encerra. Ou seja, de acordo com HERZ¹, "como propriedade e instrumentos de classes determinadas, os meios de comunicação de massas tem caráter de classe". O que significa dizer em outras palavras, que "esse caráter se manifesta sobretudo no fato de que a classe que possui os meios de produção de comunicação determina também seu conteúdo ideológico".² É o que parece concordar MELO, quando afirma que

os meios de comunicação coletivo, através dos quais as mensagens... penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica são 'aparatos ideológicos'... atuando como uma 'indústria de consciência'... influenciando pessoas,... mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São portanto veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que as controlam.³

Por outro lado, é preciso ter presente também que em sociedades altamente excludente como no caso da brasileira, os meios de comunicação acabam servindo de legitimação aos núcleos de poder dominantes. O que quer dizer que geralmente "estruturam sua cobertura no sentido de legitimar os núcleos de poder".⁴ Segundo Melo, o "fluxo noticioso" e porque não dizer toda a esfera ligada a comunicação social,

rege-se pela atuação das instituições hegemônicas e marginaliza os núcleos de arregimentação e mobilização comunitárias. Tais entidades, evidentemente mais próximas da vivência dos leitores, ficam excluídas do fluxo noticioso, passando a figurar apenas quando surgem problemas de grande repercussão (greves, acidentes, catástrofes).⁵

Dentro deste contexto, é importante sublinhar o fato de que os meios de comunicação de massa fazem da sua atividade econômica um fim.⁶ As emissoras de radiodifusão, por exemplo, têm na sua programação cultural⁷ também importante meio para o aferimento de lucro. Do mesmo modo, tanto jornais como revistas, acabam subordinando toda à sua cobertura a política comercial da empresa, tendo os anunciantes peso considerável no que vai ou deixa de ser publicado.

Ainda na área da radiodifusão brasileira podemos observar grandes distorções, motivadas principalmente pela formação de verdadeiros oligopólios. Eles foram incentivados pelos sucessivos governos militares, que acabaram reduzindo a função social da radiodifusão a uma "atividade meramente privado-comercial".⁸ Sem contar as distorções pela política federal de concessões de canais, que são, segundo HERZ,

superpostas indiscriminadamente e a abrangência geográfica das emissoras é aumentada arbitrariamente, só para citarmos alguns aspectos. Enfim, impõe-se à radiodifu-

são um caráter privado-comercial mas não há sequer uma lógica comercial orientando este modelo.⁹

De acordo com o mesmo autor, dentro deste quadro, tendem a prevalecer dois tipos de emissoras:

as controladas pelas grandes redes de rádio e televisão e as obtidas pelos apadrinhados do poder. As concessões acabam servindo apenas para contemplar diretamente o poder econômico e o poder político.¹⁰

2. O Controle da Mídia pela Elite Dominante

Os principais veículos de difusão eram controlados em 82 por grupos econômicos aliados ao PDS, que detinham, na verdade, o monopólio da comunicação em Santa Catarina, exercendo poderosa influência sobre o eleitorado. Este poderio se refletia a nível regional, pois eles cobriam todo o território catarinense através de seus jornais, emissoras de rádio e televisão.¹¹

Assim, o candidato oficial desfrutava de grande visibilidade na mídia, em virtude da abertura de espaço nos noticiários e colunas dos grandes jornais. O mesmo acontecia em relação aos programas de televisão, que procuravam enaltecer as qualidades do candidato do PDS e abriam generosos espaços para a propaganda institucional do governo Bornhausen/Córdova, principalmente relativo a realização de obras estaduais. Enquanto isso, a candidatura de Jaison sofreria enorme desgaste via mídia (como veremos ao tratarmos da análise dos editoriais dos principais jornais), que limitava-se a noticiar em pequenas matérias os comícios do PMDB, quase sempre reduzindo seu impacto político e eleitoral.

Em termos de mídia eletrônica, podemos destacar a influência exercida em favor de Amin pelo grupo gaúcho pertencente a família Sirotsky, a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), conglomerado composto por dezenas de estações de rádios e vários canais de televisão.¹² Em Santa Catarina a RBS possuía três canais de televisão¹³, a TV Catarinense (Florianópolis), a TV Santa Catarina (Joinville) e a TV Coligadas (Blumenau), além de repetidoras nos demais municípios catarinenses, que transmitiam a programação da Rede Globo de Televisão, alcançando a liderança de audiência. Daí sua importância estratégica nas eleições de 82, ao divulgar as ações políticas do candidato oficial, seus comícios e plataforma de campanha. Amin ocupava quase diariamente espaço nos noticiários da RBS, recebendo tratamento especial por parte do departamento de telejornalismo da emissora, cujo diretor geral era Ariel Botaro Filho, amigo de Amin e funcionário público do Estado.¹⁴ Além disso, contava com o apoio do principal comentarista político da RBS, Moacir Pereira (nomeado Procurador da Fazenda junto ao Tribunal de Contas pelo governador Henrique Córdova em 82). Os comentários de Pereira eram veiculados na televisão em programa noticioso de grande audiência no horário do meio-dia, quase sempre endereçados ao eleitorado, quando tecia elogios a postura de Amin e criticava o "radicalismo" de Jaison. Afora isso, a RBS ainda exercera importante papel a favor do PDS durante o processo de apuração das urnas (como veremos ao final do Capítulo VI).

Além da RBS, também o grupo Diomício Freitas exercera poderosa influência eleitoral através de suas emissoras de televisão e rádio, principalmente na região da Grande Florianópolis e Sul catarinense. Dono da TV Eldorado (Criciúma) e TV Cultura (Florianópolis), o empresário Diomício Freitas (membro do Diretório Regional do PDS) possuía ainda emissoras de rádio espalhadas por vários municípios da

região Sul.¹⁵ Através da TV Eldorado era veiculado importante programa com forte apelo eleitoral, comandado pelos irmãos Ariovaldo e Aderbal Machado, que atacavam duramente o candidato Jaison Barreto, sobretudo a defesa que fazia dos ideais socialistas. E serviam de porta-vozes das propostas defendidas por Amin, destacando sua plataforma de governo através de comentários elogiosos a Carta dos Catarinenses.

Outros grandes empresários tiveram, da mesma forma, influência eleitoral via mídia eletrônica a favor do PDS, caso dos empresários Saul Brandalise (PDS, Videira), dono da Perdigão, junto com o diretor do grupo, e então secretário da Fazenda, Ivan Oreste Bonato (Diretório Regional do PDS). Em outubro de 82, a família Brandalise e Bonato colocou no ar a TV Barriga Verde (Florianópolis), cujo sinal era retransmitido principalmente para as regiões do Alto Rio do Peixe e Meio Oeste Catarinense.¹⁶ Atingiam assim importantes faixas do eleitorado, tendo como base as cidades pólos de Joaçaba e Videira, além de outras cidades importantes do Oeste catarinense. Contavam também com o apoio de várias estações de rádios, instaladas em Florianópolis, Indaial, Blumenau, Videira e Fraiburgo.

2.1. O Apoio Decisivo da Mídia Impressa

Todo este apoio e participação decisiva na campanha de Amin, era completado em 82 pelo forte engajamento da mídia impressa, cujos proprietários eram igualmente do partido governista. É isto que pode-se perceber diante da vinculação partidária dos três maiores jornais de importância no período.

A importância da mídia impressa na campanha de Amin reside no fato de que os jornais mantinham sucursais nas cidades eleitoralmente importantes do Estado. Além de manterem a cobertura de outros municípios através de correspondentes, o que possibilitava atingir uma média de público leitor.

O jornal O Estado (OE), por exemplo, era propriedade do grupo Hoepike,¹⁷ cujo sócio majoritário era o ex-governador Aderbal Ramos da Silva, então presidente do diretório municipal do PDS, enquanto seu genro, José Matusalém Comelli, dirigia o jornal. Além disso, mantinha em seus quadros um dos principais assessores do GEAP - Grupo Executivo de Ação Política, órgão centralizador da campanha de Amin, o jornalista Luiz Henrique Tancredo. Comelli pertencia a Fundação Nereu Ramos, enquanto o jornalista Luiz Henrique Tancredo (nomeado Procurador da Fazenda pelo governador Jorge Konder Bornhausen), além de ser editor do jornal, escrevia a coluna diária "Informe Geral", de bastante popularidade na época.

Os outros dois jornais com claros vínculos partidários com o PDS eram os jornais A Notícia (AN), com sede em Joinville, e o Jornal de Santa Catarina (JSC), de Blumenau.

O jornal AN era propriedade de alguns donos de grandes grupos privados catarinenses, destacando-se entre eles, Hans Dieter Schmidt (PDS, Joinville), grupo Tupy, e João Hansen Júnior, grupo Hansen.¹⁸ Era dirigido pelo empresário Moacir Thomazi (PDS, Joinville), que viria a ser o secretário da Educação no governo Amin. O jornal dedicava amplas páginas a cobertura dos comícios do PDS e divulgação da Carta dos Catarinenses.

Por último, o JSC controlado pelo empresário Mário José Gonzaga Petrelli (membro do Diretório Regional do PDS catarinense), que também era vice-presidente da Atlântica Boa Vista, considerada a maior

seguradora do Hemisfério Sul.¹⁹ Ele possuía empresas também no Paraná. Eram seus sócios no JSC, os empresários Flávio de Almeida Coelho²⁰, antigo aliado do ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, e Telvio Maestrini.

O JSC tinha em seu corpo editorial jornalistas ligados ao governo estadual, caso do editor responsável, Luiz Antônio Soares²¹, que escrevia diariamente a coluna "Ponto de Vista", utilizada quase sempre para destacar a liderança de Esperidião Amin na política catarinense (voltaremos a falar sobre isso quando tratarmos da análise do conteúdo dos editoriais).

A que se destacar ainda em relação ao JSC a fusão ocorrida em julho de 1980 com o Jornal da Semana, este último dirigido pelo jornalista Paulo da Costa Ramos. O jornalista passara a partir de então a exercer a função de editor-chefe do JSC, quando em fevereiro de 82 fora convidado pelo governador Jorge Bornhausen para assumir a Secretaria da Comunicação Social (Secom), cargo que voltaria a exercer mais tarde no governo Amin.²² Paulo da Costa Ramos foi responsável pela maior presença do governo estadual e da candidatura de Amin na mídia, especialmente através da propaganda paga, veiculada nos principais meios de comunicação de Santa Catarina e do país²³, constituindo-se em importante peça-chave na campanha eleitoral pedessista.

3. O "Controle" de uma Categoria: O Caso do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina

O que pretendemos enfatizar neste ponto, é a relação que se estabelece entre a elite dominante e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina (SJPSC) no período objeto de nosso es-

tudo, que acabou concorrendo também para a "vitória" de Amin. Traçou-se, na verdade, de uma relação de dupla face: marcada, de um lado, pelo controle exercido pelas elites sobre o sindicato, e ao mesmo tempo, por uma relação de trocas de favores que envolvera com grande vigor o governo estadual.

Assim, veremos que a maioria dos líderes sindicais neste momento irá estar ao lado da candidatura de Amin, sendo que estes primeiros eram, contudo, intelectuais orgânicos das elites, e/ou eram funcionários do governo Bornhausen/Córdova. E ocupavam ao mesmo tempo postos-chaves nos principais veículos de informação, o que facilitaria, sem dúvida, a penetração da candidatura oficial na mídia.

Isto pode ser constatado especialmente no período que vai de 1978 a 1984²⁴, e cujo reflexo imediato era uma imprensa altamente favorável aos interesses das elites. Portanto, não era mera coincidência estas mesmas lideranças ocuparem ao mesmo tempo posição de destaque na mídia e na sua entidade de classe. A grande maioria estava claramente envolvida na campanha eleitoral de Amin, tendo vários líderes a defendido explicitamente.

Por isso, é fundamental proceder-se a análise dos nomes que integravam as diferentes gestões do sindicato no período objeto de nosso estudo, com ênfase para a diretoria que comandava o sindicato em 82 e a relação de seus membros com o governo estadual. Então, podemos verificar que os principais diretores do sindicato pertenciam aos maiores veículos de comunicação de Santa Catarina, sendo que na sua grande maioria eram igualmente funcionários do governo catarinense. Alguns deles, eram funcionários de confiança do candidato oficial do PDS na Secretaria dos Transportes, tornando-se mais tarde seus principais assessores no governo, como podemos constatar no quadro 4, que aparece mais adiante.

Outro detalhe importante refere-se ao fato de que os mesmos jornalistas irão durante anos, durante várias gestões sucessivas, sucederem-se na diretoria do sindicato. Ou seja, somente mudarão de cargo na diretoria, mas serão sempre os mesmos a comandarem a entidade. Este revezamento, também ocorria entre os membros da diretoria do sindicato dos jornalistas e dos radialistas catarinenses, pois vários diretores do primeiro eram igualmente dirigentes desta última categoria profissional.

Aliás, há várias gestões consecutivas que o sindicato dos Radialistas é dirigido pelo mesmo profissional de comunicação: trata-se de Hugo Silveira Lopes, que era no período objeto em estudo presidente do MTC, Movimento Trabalhista Catarinense (organismo do PDS), e candidato a deputado estadual derrotado em 82 (como pode comprovado através do quadro 6 a seguir).

QUADRO 4

Integrantes da diretoria do sindicato de jornalistas nas gestões de 1975/87 e veículos de comunicação a que pertencem e respectivo vínculo com o governo do estado.

GESTÃO	JORNALISTA	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	VÍNCULO COM GOVERNO DE SC
1975-78	1. Moacir Pereira	RBS-TV	Procurador da Fazenda nomeado em 82*
	3. Osmar Ayres Teixeira	Gerente AN/Florianópolis	Assessor de Imprensa do Governo Bornhausen**
	4. Antônio Kowalski Sobrinho	OE	Funcionário da SECOM no governo Bornhausen/Amin**
	5. Roberto Alves	Rádio e TV Cultura(RCETV)	Assessor de Imprensa PMF-82/85***
	6. José Nazareno Coelho	Rádio Guarujá/Florianópolis	Procurador da Fazenda nomeado no governo Bornhausen/Córdova
	6a. Itaeli Pereira da Silva	Jornal A Gazeta/Florianópolis	Assessor de Imprensa PMF em 82
1978-81	1. José Nazareno Coelho	Guarujá	Procurador da Fazenda
	3. José Carlos Soares****	---	Assessor Especial da STO 79/82 e Funcionário da Secom no Governo Amin
	4. José Valério de Medeiros	RBS-TV	Assessor de Imprensa no Governo Bornhausen/Amin
	5. Vânio Cesar Bossle	RBS-TV	Assessor de Imprensa PMF em 82 e

	6. Roberto Alves	RCE-TV	Funcionário do Gaplan no Governo Amin
	6. Luiz Osnilo Martinelli****	---	Assessor de Imprensa da PMF
	6a. Darci Costa	Rádio TV Cultura (RCE-TV)	Assessor do Governo período Bornhausen/Amin
	7. Cyro Barreto	TV Cultura (RCE-TV)	---
			Procurador da Assembléia Legislativa
1981-84	1. José Valério Medeiros	RBS-TV	Assessor de Imprensa do Governo
	2. José Carlos Soares	---	STO/Secom
	2a. Vânio César Bossle	RBS-TV	Prefeitura/Florianópolis/Gaplan
	2a. Roberto Alves	RCE-TV	Prefeitura/Florianópolis
	3. Antônio K. Sobrinho	OE	Secom
	5. José Bonifácio Telles	RBS-TV	Assessor de Imprensa do Governo Bornhausen/Amin
	5. Luiz O. Martinelli	---	Assessor de Imprensa do Governo
	5. Aderbal Machado	RCE-TV	---
	6. Osmar Ayres Teixeira	AN	Assessor de Imprensa do Governo
	6a. Itaeli P. da Silva	A Gazeta	Assessor Prefeitura Florianópolis
	7. José Nazareno Coelho	Guarujá	Procurador da Fazenda
	7. Cyro Barreto	RCE-TV	Procurador da Assembléia Legislativa
	7a. João José da Silva Jr.	Correio do Povo	Assessor Imprensa do Governo
1984-87	1. Cyro Barreto	RCE-TV	Procurador da Assembléia Legislativa
	2. Mauro Bento Pires	OE	Assessor de Imprensa do Governo
	6. Antônio K. Sobrinho	OE	Secom
	6. José Bonifácio Telles	RBS-TV	Assessor de Imprensa - Sec. de Educação
	6a. Roberto Alves	RCE-TV	Assessor de Imprensa da Prefeitura de Florianópolis
	7. José Nazareno Coelho	Guarujá	Procurador da Fazenda
	7. Vânio César Bossle	RBS-TV	Assessor de Imprensa da Prefeitura de Florianópolis/Gaplan

Obs.: 1 = presidente; 2 = vice-presidente; 2a = 2º vice-presidente ao 4º vice-presidente quando tiver; 3 = secretário; 4 = tesoureiro (cargo extinto a partir da gestão 81/84); 5 = suplente de diretoria (que corresponde aos membros integrantes da diretoria ou comissão executiva, que diz respeito aos cargos de 1 a 4); 6 = fiscal (efetivo) e 6a (suplente); 7 = delegado junto à FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e 7a = delegado suplente.

As siglas STO = Secretaria dos Transportes e Obras;

Secom = Secretaria de Comunicação Social do Governo de SC.

PMF = Prefeitura Municipal de Florianópolis.

* Vide cap. III, que fala sobre as nomeações, trazendo os atos oficiais publicados no Diário Oficial do Estado;

** Vários membros da diretoria exercem o cargo desde o início do Governo Bornhausen, permanecendo no cargo no Governo Amin;

*** Ao que tudo indica ainda é vinculado a Prefeitura;

**** Com passagem nos veículos da imprensa nacional e catarinense.

FONTE: Sindicato dos Jornalistas de SC e Delegacia Regional do Trabalho e banco de dados organizado pelo autor.

QUADRO 5

Presidentes do sindicato dos jornalistas que ocuparam simultaneamente cargos na diretoria do sindicato dos radialistas.

JORNALISTAS	1975/78	1978/81	1981/84
Osmar Agres Teixeira	X	X	X
José Nazareno Coelho	X	X	
Moacir Pereira			X

FONTES: Sindicato dos Radialistas e DRT/SC e banco de dados do autor.

QUADRO 6

Presidentes do sindicato dos jornalistas e dos radialistas de SC

NOMES	1975/78	1978/81	1981/84	1984/87	1987/90
1. Moacir Pereira	X				
2. Hugo Silveira Lopes	XX	XX	XX	XX	XX
3. José Nazareno Coelho		X			
4. José Valério de Me- deiros			X		
5. Cyro Barreto				X	

Obs.: X = Presidente do Sindicato dos Jornalistas;
 XX = Presidente do Sindicato dos Radialistas de SC;
 O jornalista Antônio Kowaski Sobrinho foi presidente do Sindicato dos Jornalistas no período de 1972/75.

FONTES: Sindicato dos Jornalistas e DRT/SC e banco de dados do autor.

3.1. O SJPSC e os Militares

Antes de concluirmos este ponto, é importante ressaltar que o sindicato dos jornalistas catarinenses mantinha também um relacionamento bastante amistoso com os governos militares.²⁵ Ao que tudo indica, pelo menos até o ano eleitoral de 82, esta relação se manteria harmônica através da troca de "gentilezas", homenagens e jantares (lembre-se que vários membros da diretoria do sindicato pertenciam aos quadros da ESG). Isto é o que resulta da análise de série de documentos e ofícios enviados pelas corporações militares ao sindicato, bem como de vários documentos e relatórios da diretoria da entidade classista.

Também desta análise, é possível detectar-se longa trajetória de verdadeira política de boa vizinhança entre os dois órgãos. Assim, não seria por acaso que a entidade irá emprestar total apoio a várias iniciativas militares em Santa Catarina, a exemplo da participação dos jornalistas catarinenses na "Marcha", também realizada no Estado, em 1964.²⁶ Além do engajamento do sindicato na chamada "Operação Aciso" - Ação Cívico-Social, desenvolvida pelas Forças Armadas em todo o país durante os sucessivos governos militares (vide a este respeito relatório de diretoria, que aparece em Anexo 2).

Não fora por acaso, que o sindicato dos jornalistas catarinenses colaborara com o próprio SNI, fornecendo informações de caráter particular e profissional acerca de jornalistas que militavam na imprensa.²⁷ O que demonstrava na prática uma relação não conflituosa entre a entidade e o regime autoritário. Ao contrário, tal gesto por parte da entidade significava em última análise que parte dos jornalistas catarinenses não-somente aprovavam tal "colaboração", como também legitimavam as políticas públicas levados a efeito pelos mes-

mos detentores do poder, que, como sabemos, levava ao limite as ações no campo repressivo.

Além do mais, o sindicato mantinha relação estreita com as Forças Armadas, pois, como já ressaltamos em outras passagens de nosso estudo, vários de seus diretores haviam participado de cursos regulares da ESG. O que pode ter representado o estreitamento de vínculos do sindicato com as Forças Armadas e vice-versa.

3.2. A Relação "Cordial" de Amin com a Imprensa: Uma Via de Mão-Dupla

Além desta forte identificação com autoritarismo, podemos destacar, por último, que havia relacionamento fácil entre o governo estadual e a diretoria do sindicato, que acabava reproduzindo na prática uma relação de subordinação. É possível falar-se, sem exageros, numa espécie de relacionamento cotidiano que mais parecia a rotina de repartição pública, tamanho a dependência do sindicato ao governo estadual: o que tornava o primeiro quase uma extensão do segundo. Ou seja, o governo estadual terá plena ação na vida da entidade, exercendo poderoso controle sobre seus diretores, muitos deles, dependentes das benesses estatais e empregos públicos. Este "diálogo" com órgãos públicos assumia, às vezes, via de "mão-dupla", pois estes também faziam solicitações ao sindicato.

Este relacionamento alcança grande vigor durante o governo de Colombo Salles (1971-1975), que costumeiramente consultava o sindicato para debater decisões administrativas, a exemplo da criação de assessoria de imprensa nas secretarias estaduais, conforme pode ser constatado pelo documento que aparece em Anexo 3). Não era à-toa que

a diretoria do sindicato se encarregava de levar mensagem do então governador para ser lida nos encontros nacionais da categoria, e cujo seu conteúdo era impresso no Diário Oficial do Estado (vide documento em Anexo 4).

O sucessor de Colombo Salles, o então governador Antônio Carlos Konder Reis igualmente manteve o mesmo comportamento "cordial" com o sindicato dos jornalistas, tanto que a entidade recebia auxílio financeiro diretamente do BESC.²⁸ Esta tradição em termos de governo/sindicato vai ser aprofundada ainda mais durante os dois governos posteriores, de Bornhausen/Córdova²⁹ e Amin. Além de garantir várias formas de auxílio financeiro à entidade, o governo Bornhausen/Córdova pagava o aluguel da sede do sindicato, destinando anualmente recursos financeiros à entidade para este fim, prática que seria mantida pelo governo Amin (conforme poderemos conferir em documento que aparece em Anexo 5).

Em relação ao governador Esperidião Amin, como fica demonstrado através do estudo, podemos afirmar que o mesmo continuaria mantendo comunicação fluida com a diretoria sindical, a ponto de envolver-se ao deixar-se envolver nos negócios internos da entidade.³⁰ Desta forma, o relacionamento do governo estadual com a direção do sindicato dos jornalistas reproduz aquilo que caracterizamos como rotina de repartição pública: "dialoga-se" através de requerimentos e ofícios, quando ordens são expedidas e pedidos atendidos.

Aliás, as várias gestões que foram sucedendo-se no poder, não impuseram limites a este relacionamento, tanto isto é verdade que solicitava-se de tudo: desde a liberação de ponto do funcionário ao principal "patrão", o governador (conforme também documentos em anexo 6), até liberação de passagens aéreas, cujo furor só fora barrado

quando o movimento oposicionista dos jornalistas assumiu o sindicato.³¹

Deste modo, podemos concluir que toda essa "assistência" era retribuída através de jantares e homenagens na sede do sindicato com amplo destaque na imprensa, bem como as autoridades governamentais e personalidades políticas eram presenteados com o diploma de "amigo da imprensa". Sobre as homenagens recebidas pelo então candidato Esperidião Amin (vide documento em anexo 7).

4. A "Construção" da Imagem Positiva do Candidato do PDS

A seguir, procedemos a análise das páginas editoriais³² dos três maiores jornais catarinenses existentes no período já referidos antes, ou seja, DE, AN e JSC, o que confirma o apoio emprestado pela mídia impressa à candidatura oficial. Através desta análise, podemos perceber outra maneira sutil de apoio da mídia ao PDS, o que só reforça a participação de parte importante das elites na campanha eleitoral governista, bem como a "construção" de perfil negativo do candidato oposicionista com claros reflexos no plano político-eleitoral.

Pelo estudo, foi possível entender qual o tratamento dado pelos editoriais aos dois candidatos com maiores chances de vitória, no caso, Amin e Jaison. E de que forma procuraram, sobretudo, desenvolver uma campanha feroz contra o candidato do PMDB, na tentativa de desmoralizá-lo perante a opinião pública, bem como os temas³³ mais utilizados para conseguir este intento.

Normalmente, procurava-se colocar o editorial numa posição estratégica dentro do jornal para que pudesse atrair a atenção do lei-

tor.³⁴ Como era o caso do editorial dos jornais OE e AN que apareciam na seção "opinião", ao lado de artigos assinados e colunas de relativa popularidade na ocasião, e também junto a charge³⁵ do dia.

O editorial de OE, por exemplo, era publicado em 82 na página quatro, ao alto, em posição central. Ao seu lado direito, aparecia a "Coluna do Castello" e do lado oposto, era publicada a coluna "Informe Geral", de autoria do jornalista Luiz Henrique Tancredo, que além de ser editor-chefe do jornal, era um dos principais assessores de campanha de Amin. Da mesma forma que o editorial de OE, redigido em três colunas, o editorial de AN era publicado logo na página dois, ao alto, no lado esquerdo. Abaixo, seguiam-se dois artigos assinados, enquanto que no lado direito aparecia a coluna "Apontamentos", que era seguida da charge do dia.

Ao contrário dos outros dois jornais, o JSC não possuía editorial, então, diante desta dificuldade optamos em analisar a coluna denominada "Ponto de Vista", de autoria do editor-chefe do jornal, Luiz Antônio Soares, justamente por ele ser um dos principais diretores da empresa.³⁶ A coluna era publicada no caderno dois do jornal, cuja página era dedicada a cobertura do noticiário das principais cidades do Vale do Itajaí e Alto Vale, a exemplo de Blumenau, Brusque, Itajaí e Rio do Sul, etc. Para efeito de análise, somente consideramos o comentário principal pelo qual o jornalista abria sua coluna, que era seguido, às vezes, de pequenas notas sobre temas variados (que foram excluídos da análise; o mesmo acontecendo em relação a coluna quando somente trazia seqüência de notas, também sobre temas variados, sem constar qualquer comentário introdutório sobre os principais assuntos momentâneos).

4.1. O Reforço de uma Sigla

Segue, então, a apresentação dos resultados da pesquisa feita a partir da análise dos editoriais dos três principais jornais catarinenses, destacando-se primeiramente a metodologia adotada, para após apresentarmos as conclusões a que chegamos.

Nossa análise, compreendeu o estudo de total de 825 editoriais, referente aos três jornais, abrangendo o período que vai de janeiro a novembro, portanto, procurando-se cobrir praticamente todo o ano eleitoral de 1982. Com isso, foi possível analisar a posição dos jornais catarinenses não somente na fase da chamada "arrancada" da campanha eleitoral dos dois partidos em disputa, como também a fase "quente" da eleição, fase esta que propiciou material rico para análise em função da posição assumida pelos jornais.

O estudo, procurou seguir, portanto, dois critérios básicos, ou seja, para o período compreendido entre janeiro e agosto, analisou-se o conteúdo das mensagens levando-se em conta seu aspecto mais geral: qual a posição favorável ou desfavorável a este ou aquele candidato e/ou partido. (As noções "favorável" e "desfavorável" são aqui utilizadas no sentido de nos informar quando o jornal se posiciona de forma negativa ou positiva em relação ao nosso objeto de estudo; ora falam "mal" de Jaison e exaltam a figura de Amin, ora atacam o PMDB, condenando-o por não ter programa de governo e elogiam a "Carta dos Catarinenses", etc. cujos exemplos poderemos observar com mais clareza através de quadro que mostraremos mais adiante). Para os meses restantes, portanto, setembro a novembro, além do cuidado observado na primeira fase já referido antes, incluímos na análise alguns aspectos específicos (que vamos retomar no item 4.2).

Quanto a primeira etapa do estudo, um dado que logo salta aos olhos: refere-se a ênfase atribuída a sigla partidária, no caso o PDS (conforme podemos confirmar observando quais as principais orientações temáticas mais frequentes nos editoriais, segundo resumo do quadro 7). O que pode representar forte tendência dos editoriais em amenizar a repulsa do eleitorado ao partido do governo. Há regularidade gritante quanto a este aspecto no caso de OE e jornal AN, ocorrendo referência favorável ao PDS em todos os meses do ano (de acordo com o que revelam as tabelas 16, 17 e 18). Esta ênfase se inverte no caso do JSC (embora o candidato do PDS, Esperidião Amin, seja o mais citado favoravelmente). Nos dois primeiros jornais citados, a proporção entre a sigla e o candidato chega a mais ou menos 3 por 1. (Interessante observar que no caso de OE, o PMDB seja citado todos os meses, só que de maneira desfavorável, como se pode comprovar pela Tabela 16).

QUADRO 7

Distribuição das principais orientações temáticas* mais frequentes nos editoriais dos jornais em 82.

TEMAS DOS EDITORIAIS	PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES TEMÁTICAS
1. Imagem positiva de Amin	<ul style="list-style-type: none"> . tem "experiência governamental" . "Dão" garante recuperação de ponte . "capacidade de inteligência" de Amin . mensagem de Amin é de "otimismo e confiança" . Amin "inspira confiança"
2. Chances de vitória de Amin	<ul style="list-style-type: none"> . "liderança nas pesquisas eleitorais" . vitória "tranquila do PDS" em SC
3. Programa de governo de Amin	<ul style="list-style-type: none"> . elogio a Carta dos Catarinenses . "defesa do pequeno"
4. Imagem positiva do PDS	<ul style="list-style-type: none"> . elogio a personalidades do PDS catarinense . citação positiva do partido de Amin . "PDS disciplinado" . importância das prévias feitas pelo PDS/RS . "tecnocratas do governo" adotam medidas anti-povo . "medidas anti-populares" são contra Figueiredo, o PDS e o povo . "PDS é o único capaz de garantir a transição democrática"

5. Campanha positiva do PDS
- . "campanha eleitoral sem retaliações e ataque pessoal"
 - . "campanha eleitoral de alto nível"
 - . PDS trabalha com "dedicação e esforço" na campanha eleitoral
 - . PDS é o partido mais "aguerrido", que "respeita o eleitor" e "quer seu voto para construir o futuro da Nação"
 - . campanha normal, condizente com "a tradição cívica do povo catarinense"
6. Imagem favorável a Bornhausen
- . elogio a pesquisa eleitoral de Veja/Gallup
 - . "capacidade administrativa de Jorge Bornhausen"
 - . Jorge Bornhausen atende "reivindicações" do funcionalismo
 - . "bom para SC" o lançamento da candidatura de Jorge Bornhausen
 - . "popularidade" de Jorge Bornhausen
7. Imagem positiva de Figueiredo
- . "Figueiredo, o pai da abertura"
 - . críticas a ministros de Estado
 - . Figueiredo "isento" das falhas de seus ministros
 - . "Figueiredo garante a realização das eleições"
 - . "Fiador da Democracia"
 - . A existência de ditaduras na América Latina
 - . Elogio a participação de Figueiredo nos comícios do PDS
 - . defesa do golpe de 64
 - . "Democracia no Brasil por causa do 'João'"
8. Imagem negativa de Jaison
- . "o radicalismo" de Jaison
 - . "discurso radical" de Jaison "prejudica o PMDB"
 - . eleitor "não escolhe" candidatos radicais
 - . "omissão" de Jaison na campanha
 - . "baixo nível" da campanha eleitoral
 - . "promessas" de Jaison
 - . "Jaison não tem experiência administrativa"
 - . Jaison tem "discurso pessimista", "sombrio" e "negativista"
 - . "despreparo e pobreza de idéias de Jaison"
 - . Jaison não tem "equilíbrio emocional"
 - . "falta de democracia no mundo socialista"
9. Imagem negativa do PMDB
- . "oportunismo" do PMDB com a incorporação com o PP
 - . "incorporação não contribui com o avanço democrático"
 - . "divergências" dentro do PMDB com a incorporação
 - . PMDB não vota empréstimo para SC no Senado
 - . "divisão" no PMDB com a escolha de Jaison na pré-convenção
 - . "PMDB não apresenta soluções para o país"
 - . "PMDB despreparado para o poder"
 - . programa do PMDB é um conjunto de "slogans"
 - . "oposição é golpista"
 - . "radicais encastelados no PMDB"
 - . "o radicalismo" não passa na "triagem" do eleitor
 - . "liberais do PMDB não conseguem conviver com os radicais do partido"
 - . "o partido, pelo seu verbalismo descompromissado, é obstáculo à evolução democrática"
10. O triunfo do capitalismo
- . "deformação do bloco comunista"
 - . "SC, Estado de prosperidade"
 - . "desempenho positivo" da economia catarinense
 - . "liberalismo econômico como pressuposto básico do Estado de Direito Democrático"

*Obs.: Estas são algumas das orientações temáticas que estão embutidas nos editoriais, ao longo da campanha eleitoral, reproduzidas pelos três jornais.

TABELA 16

SC: Imprensa e eleições para governador em 1982.

Posição do Jornal "O Estado" (Editorial).

	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV**		TOTAL	
	F*	D*	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D
PDS	7		2		11		13		9		11	1	10	1	14		7		9		4		98	2
AMIN	4		1		2		2		4		3				3		1		5		5		29	-
TOTAL	11		3		13		15		13		14	1	10	1	17		8		14		9 ^(a)		127	2
PMDB	1	4	6		6		5		2		3		2		2		3		9	1	4		2	46
JAISON	1				1		3				1				2		1				1		1	9
TOTAL	2	4	6		7		8		2		4		2		4		4		9	1 ^(a)	5 ^(a)		3	55
Nº EDITORIAL	11		9		16		16		11		15		13		15		12		18		14		150 ^(b)	

Obs.: "F" = posição favorável; "D" = posição desfavorável.

(a) Refere-se as citações favoráveis ou não após a data de 15 de novembro, cujo a descrição é a seguinte: PDS/Amin tiveram o total de 9 referências no mês de novembro e deste total, obtiveram 4 referências após o dia 15, sendo 3 favoráveis ao candidato e uma a sigla; enquanto isso, o PMDB/Jaison obtiveram 6 referências em novembro, sendo duas após o dia 15 (1 "F" e outra "D" ao partido);

(b) Refere-se ao nº total de editoriais que tomaram posição em relação ao nosso objeto de estudo (total de editorial analisados 276; 54% deste total tomaram posição).

FONTE: Organizado pelo autor a partir do Editorial do Jornal "O Estado"

TABELA 17

SC: Imprensa e eleições para governador em 1982.

Posição do Jornal "A Notícia" (Editorial).

	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV*		TOTAL	
	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D
PDS	3		1	4	3	1	1		4		1	1			8		3		3		6	1	34	6
AMTN	2		1		1										2		1		1		3		11	-
TOTAL	5		2	4	4	1	1		4		1	1			10		4		4		9(a)	1(a)	45	6
PMDB		1	1		1	1		2								1					3		5	5
JAISON				1		1		1								1					1		-	5
TOTAL		1	1	1	1	1	2	3							2						3(a)	1(a)	5	10
Nº EDITORIAL	3		5		6		3		4		1	1			8		6		6		13		56(b)	

Obs.: (a) O PDS/Amin obtiveram 10 referências no mês de novembro: quatro depois do dia 15, registrando-se duas referências favoráveis ao candidato e duas ao partido (sendo uma favorável e outra desfavorável); já o PMDB/Jaison obtiveram o total de quatro referências, todas após o dia 15; três 'F' ao partido e uma 'D' a Jaison;

(b) Nº de editoriais examinados: 273 (tomaram posição 56, ou 20,5%).

FONTE: Organizado pelo autor/Editorial "A Notícia".

TABELA 18

SC: Imprensa e eleições para governador em 1982.

Posição do "Jornal de Santa Catarina" (Editorial).

	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV*		TOTAL			
	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D
PDS	7		2	1	1				3			1	1		2				2		1	2	19		4	
AMIN	5		3				1		2		2		1		4		1		2		2		23		-	
TOTAL	12		5	1	1		1		5		2	1	2		6		1		4		3(a)	2(a)	42		4	
PMDB		2	3	1	1				2		3	1							2	1	1	1	4		3	19
JAISON		2					1		4		1	1	1						1	1	4		1		2	15
TOTAL		4	3	1	1		1		6		4	2	1						3	2	5	1(a)	5(a)	5		34
Nº EDITORIAL	8		5		2		2		6		4		3		5		5		7		10				57(b)	

Obs.: (a) O PDS/Amin obtiveram cinco referências no mês de novembro, registrando-se quatro referências após o dia 15: duas "F" ao candidato, e mais duas referências ao partido (sendo uma "F" e outra "D"); enquanto que o PMDB/Jaison registraram o total de seis referências, destas, três foram obtidas após dia 15 (atribuídas ao partido, sendo uma "F" e duas "D");

(b) Nº de editoriais examinados: 276, tomaram posição 57 (21%).

FONTE: Organizado pelo autor/Editorial "Jornal de Santa Catarina".

Outro dado importante quanto a este primeiro levantamento, ao comparar-se os três jornais, é que o candidato Amin não obteve nenhuma referência "desfavorável". Ou seja, obteve somente comentários elogiosos ao longo de toda a campanha eleitoral (conforme as tabelas 16, 17 e 18), bem como podemos notar pelo tratamento dispensado pelos editoriais, segundo o resumo que reproduzimos no apêndice 1.

Ele é citado de forma positiva com regularidade pelos jornais DE³⁷ e JSC. Enquanto que o jornal AN deu ênfase nos primeiros três meses do ano, retornando a citá-lo a partir do mês de agosto. Ao contrário de Amin, o candidato do PMDB, Jaison Barreto, é omitido dos editoriais, mesmo assim quando se referem ao seu nome, isto é, feito de maneira depreciativa, assumindo na maioria das vezes a característica de duros ataques³⁸ conforme podemos observar no resumo das principais orientações temáticas).

Diante do exposto, é possível resumir a estratégia adotada pelos três jornais nos onze meses da campanha eleitoral: falar "bem" de Amin e do PDS, com ênfase na sigla partidária, o que pode significar reforço ao partido do governo perante o eleitorado, tendo em vista o enorme desgaste no período; e falar "mal" do PMDB, omitindo-se a todo o custo o nome de Jaison, para que não apareça publicamente, mas quando seu nome é lembrado, a estratégia é desmoralizá-lo ante os olhos dos leitores.

Em conclusão ao exposto até aqui, podemos apresentar síntese dos números de referências favoráveis e desfavoráveis dado aos dois partidos e/ou candidatos somados. Assim, teremos os seguintes quadros:

TABELA 19

SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. Posição dos jornais "OE", "AN" e "JSC". Tabela síntese (Editoriais)

JORNAL OE			JORNAL AN			JORNAL JSC					
F	D	TOTAL	F	D	TOTAL	F	D	TOTAL			
PDS/AMIN	127	2	129	PDS/AMIN	45	6	51	PDS/AMIN	42	4	46
PMDB/JAISON	3	55	58	PMDB/JAISON	5	10	15	PMDB/JAISON	5	34	39
TOTAL	130	57	187	TOTAL	50	16	66	TOTAL	47	38	85

FONTE: Organizado pelo autor/editoriais OE, AN e JSC.

Deste modo, tomando-se como exemplo o jornal OE, levando-se em conta o número total de referências dados ao primeiro (situação) quanto ao segundo (oposição), percebe-se claramente que o partido governista obtém 98,5% de referências favoráveis, contra apenas 1,5% de referências desfavoráveis. No caso do PMDB, esta tendência se inverte drasticamente (94,8% de referências negativas, contra apenas 5,2% de aprovação). Assim, vamos notar que em relação aos demais jornais, a exemplo de OE, esta tendência vai se manter mais ou menos semelhante, ou seja, embora apresentem variação pequena, ela se manterá constante (o que tem a ver principalmente com o número de editoriais que tomam posição, que é muito mais acentuado no caso do jornal OE). Em relação ao jornal AN obtemos os seguintes percentuais: 88% favorável ao partido do governo, contra apenas 12% desfavorável, sendo que a oposição alcança o patamar de 33% favorável, contra 67% de saldo negativo. Já os números pertinentes ao JSC, se

encontram assim distribuídos: PDS/Amin, 91% de indicação favorável, contra 9% negativos; ao passo que PMDB/Jaison alcança a cifra de 13% favorável, contra 87% desfavorável.

4.2. Uma Via 'Indireta' de Apoio

Na segunda etapa da pesquisa, além dos candidatos e partidos, procurou-se saber também a opinião dos jornais através de seus editoriais acerca dos programas de governo, campanha eleitoral e outros temas vinculados as eleições. Esta etapa, refere-se aos três últimos meses da campanha (setembro a novembro) e que coincide com o "calor" das eleições. Analisamos o total de 221 editoriais.³⁹

Deste modo, a partir de cinco temas selecionados para a análise (vide resumo dos temas bem como o conteúdo tratado pelos editoriais dos três jornais catarinenses, no quadro que aparece no Apêndice I), procurou-se saber quais dentre eles foram os mais enfatizados, seguindo-se a seguinte divisão: (I) Programa de governo; (II) Imagem do candidato; (III) Imagem do partido; (IV) Temas correlatos; e, por último (V) Campanha eleitoral.

Importante explicar que no tema (I) foi muito enfatizado ao longo dos diferentes meses, a questão da falta de programa do PMDB, ou seja, mesmo lançando sua plataforma de governo, Jaison não recebia espaço nos editoriais. Muito pelo contrário (como podemos conferir no resumo sobre o conteúdo dos editoriais). Já nos temas (II) e (III), praticamente adotou-se a mesma estratégia: trabalhou-se bastante tanto a imagem negativa de Jaison, este tido como "radical" e "despreparado" para o exercício do poder como também a imagem negativa do PMDB. Outra característica importante no que tange ao tema

(III), refere-se aos nomes de outras personalidades que não aos dois candidatos ao governo, geralmente associados a estes últimos ora de forma positiva ora de forma negativa (o ex-governador Jorge Bornhausen era salgado constantemente como administrador "competente", o mesmo acontecia em relação ao presidente Figueiredo, que era lembrado pelos editoriais como o "pai da democracia", o "fiador da abertura"). Contudo, a observação mais importante fica por conta do tema (IV), que na falta de melhor qualificação acabou ficando com essa denominação. Refere-se a temas que, embora não pareçam a primeira vista ter vinculação mais estreita com as candidaturas, siglas partidárias, etc., mantém íntima relação com tudo isso. Através do seguinte exemplo, talvez, o que queremos dizer fique mais claro: editorial que trata da "falta de democracia no mundo socialista" pode aparentemente não ter nada a ver com a campanha eleitoral, mas certamente terá alguma relação com as eleições se pensarmos que Jaison era forte defensor do socialismo. E, finalmente, o tema (V) refere-se aos acontecimentos que envolveram todo o período eleitoral (ou seja, discussão de candidaturas, legislação, incorporação PP/PMDB, fraude eleitoral, pesquisas eleitorais, etc.).

Deste modo, através desta segunda etapa da pesquisa, é possível observar-se, por exemplo, que o tema (III) recebeu a maior ênfase dos editoriais (confirmando o primeiro levantamento), seguindo pela ordem o tema (II) e (IV), o (V) e, por último, o tema (I), conforme podemos confirmar pelas tabelas 20, 21 e 22. Em se tratando do partido do Governo, procurou-se reforçar mais a imagem do partido (III), seguido da imagem do candidato (II) (vide tabelas 20, 21 e 22).

TABELA 20

SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. Jornal "O Estado" -
Posição sobre temas selecionados.

	GOVERNO						OPOSIÇÃO																		
	I		II		III		IV		V		TOTAL		I		II		III		IV		V		TOTAL		
	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	
SET	2		1		7		1		5		16		-		2		1		3		6		-		12
OUT	2		5		7		2		4		20		-		4				7		8		4		23
NOV	1		5		4		2		1		13		-		3		1		4		7		2		17
TOTAL	5		11		18		5		10		49		-		9		2		14		21		6		52

FONTE: Organizado pelo autor/Editorial - OE.

TABELA 21

SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. Jornal "A Notícia" -
Posição sobre temas selecionados.

	GOVERNO						OPOSIÇÃO																		
	I		II		III		IV		V		TOTAL		I		II		III		IV		V		TOTAL		
	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	
SET			1		3		1		1		6		-								2		-		2
OUT			1		3		1				5		-								1		-		1
NOV			3		6		1		3		2		14		1				3		3		3		4
TOTAL			5		12		5		3		25		1		1				3		6		3		7

FONTE: Organizado pelo autor/Editorial - AN.

TABELA 22

SC: Imprensa e eleições para governador em 1982. "Jornal de Santa Catarina" - Posição sobre temas selecionados.

	GOVERNO									OPOSIÇÃO																
	I		II		III		IV		V		TOTAL		I		II		III		IV		V		TOTAL			
	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D		
SET			1				1	1	1		3	1			1		2								-	3
OUT			2		2				1		5	-		1	4	1	1				1				3	5
NOV			2		1	2				1	3	3			1	1	4		1					1	6	
TOTAL			5		3	2	1	1	2	1	11	4			1	6	2	7	1	1				4	14	

FONTE: Organizado pelo autor/Editorial - JSC.

Em relação ao partido de Oposição, podemos perceber que, a exemplo da primeira etapa de análise, o número de citações desfavoráveis é nitidamente grande (73 referências, contra apenas oito favoráveis). O mais importante refere-se ao fato de que procurou-se atacar mais o partido de Oposição pela via indireta, ou seja, através dos temas correlatos (IV), seguido do tema (III) e (II)⁴⁰.

Assim, em resumo a este ponto, é possível constatar-se que os jornais adotaram a estratégia de falar positivamente do partido do Governo, ao mesmo tempo, ou seja, quase na mesma proporção em que atacavam o partido de Oposição. (Excluindo quase por completo a referência ao candidato Jaison Barreto). Do mesmo modo, sendo que nes-

te aspecto reside novamente a maneira hábil com que isso era feito, atacava-se Jaison/PMDB por via transversa, indireta, por isso deram destaque mais ao ponto (IV), mas nem por isso menos eficaz e contundente.

Diante do exposto, podemos apresentar o total de referências obtidos por ambos os partidos, sintetizados pelo Governo e Oposição, como segue:

TABELA 23

Total de referências favoráveis e desfavoráveis ao partido do Governo e da Oposição.

JORNAL		I		II		III		IV		V		TOTAL	
		F	D	F	D	F	D	F	D	F	D	F	D
O ESTADO:	GOVERNO	5	-	11	-	18	-	5	-	10	-	49	-
	OPOSIÇÃO	-	9	-	2	1	14	-	21	-	6	1	52
A NOTÍCIA	GOVERNO	-	-	5	-	12	1	5	-	3	-	25	1
	OPOSIÇÃO	-	1	-	-	3	-	-	6	-	-	3	7
DE SANTA CATARINA	GOVERNO	-	-	5	-	3	2	1	1	2	1	11	4
	OPOSIÇÃO	-	-	1	6	2	7	-	1	1	-	4	14

A exemplo do que fizemos anteriormente, tomando-se como base o jornal OE, se calcularmos o número de referências tanto em relação a um como a outro partido, veremos que a Situação obtém 100 por cento

de referências favoráveis, contra 98% de referências negativas por parte do partido da Oposição (que obtém somente 2% de aprovação). Esta mesma proporção tenderá a ser mantida no que tange aos dois outros jornais (AN e JSC), apenas variando ligeiramente em função do número de editoriais dos respectivos jornais que tomam posição em termos de nosso objeto de estudo.

De outro lado, fica claro que o partido do Governo recebeu quase que somente referência positiva, nos últimos três meses, nos três jornais. Apenas quatro referências desfavoráveis (uma em AN e quatro no JSC), sendo que os editoriais de OE não registraram nenhuma referência desfavorável ao partido do Governo, ou seja, recebeu cem por cento de aprovação.

No cômputo geral, comparando-se os três jornais, nesta etapa, o jornal OE procurou desferir ataque a Oposição a partir dos diferentes temas: a predominância recaiu no tema (IV) e (III) apenas limitando-se a elogiar o PMDB uma única vez (vide Tabela 20). Enquanto isso, em relação aos dois outros jornais, podemos observar que o jornal AN, fez referência a Jaison/PMDB somente no mês de novembro (tendo a Oposição recebido elogio somente após o dia 15, conforme Tabela 21. Já o JSC manteve relativa uniformidade nos três meses, muito embora o número de referências desfavoráveis no que tange a Oposição tenha sido maior (confira na Tabela 22).

Em conclusão a este ponto, é possível afirmar que em OE, há uma referência uniforme quanto aos cinco temas de referência (vide Tabela 20). Enquanto que os jornais AN e JSC praticamente deixaram de lado qualquer referência ao programa de governo do PDS/Amin, atendo-se mais a imagem do candidato e do partido, e em menor grau a questão dos temas correlatos e a campanha eleitoral (mas mesmo assim, os dois jornais deram mais ênfase, primeiro, a imagem ao partido, e,

segundo, a imagem do candidato).

5. Conclusão

Desse modo, podemos notar a partir deste capítulo a existência de estreita vinculação dos principais veículos de comunicações catarinenses com o partido do governo, principalmente devido ao fato de que os principais donos dos grupos privados do setor também pertencerem aos quadros do PDS. O mesmo acontecendo em relação aos principais profissionais da mídia impressa e eletrônica, que ocupavam postos-chaves nestes mesmos veículos, sendo que muitos deles eram, na verdade, intelectuais orgânicos das elites, e exerciam forte controle sobre a categoria dos profissionais da comunicação. O que concorreu, sem dúvidas, para a maior penetração da candidatura oficial junto ao eleitorado.

E, por outro lado, foi possível entender-se de que forma este apoio atingira alto impacto, ao analisar-se, por exemplo, junto a mídia impressa o conteúdo dos editoriais dos jornais. O que serviu para mostrar de maneira contundente como os jornais foram utilizados para construir uma imagem favorável ao candidato e ao partido oficial em 82.

Notas

¹Cf. Especialmente a nota nº 6, que aparece ao pé da p.17-18, da obra de Daniel HERZ, "A história secreta da Rede Globo", Porto Alegre, Tchê, 1987.

²Daí sua aplicação ao nosso método de análise, uma vez que segundo HERZ, "devemos analisar a comunicação de massa sob uma perspectiva histórico-concreta. Não basta a definição abstrata de seus elementos mais simples". Por outro lado, "devemos descobrir de que forma influi o modo de produção capitalista na comunicação de massa". E, finalmente, "devemos estudar as relações especiais dos atores da comunicação entre si, como relações mediadas por sua posição na práxis social, assim como a determinação dessas relações pelas condições sociais", *ibidem*.

³Cf. MELO, José Marques de. Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro, São Paulo, USP (Tese de Livre Docência), 1983, p.88.

⁴Cf. MELO, *op.cit.*, p.95.

⁵Cf. MELO, *op.cit.*, p.96.

⁶Cf. HERZ, *op.cit.*, p.86. O autor descreve perfeito quadro sobre a situação da formação da radiodifusão no Brasil, tendo como base o período do regime militar até o advento da chamada "Nova República".

⁷Cf. Minuta do relatório final do grupo de trabalho para estudos da instalação de uma estação de rádio para a UFSC (versão preliminar), Florianópolis, 1979, p.4.

⁸Cf. HERZ, *op.cit.*, p.70.

⁹Cf. HERZ, *ibidem*. "Estudos recentes revelaram que nos anos de 1980 e 1981 (ano pré-eleitoral), o governo do general Figueiredo distribuiu mais de uma dezena de estações de rádios para membros dos diretórios municipais do PDS em Santa Catarina".

¹⁰Cf. HERZ, *ibidem*.

¹¹A partir da década de 70, os grandes empresários catarinenses avançam no sentido de arrebataram aos grupos políticos tradicionais o controle da comunicação em Santa Catarina. No que tange a mídia eletrônica esta ação é avassaladora, constituindo-se a formação de verdadeiros monopólios, através da obtenção de concessão de canais de rádio e televisão, bem como através da incorporação de outras empresas do setor já estabelecidas. Para se ter uma idéia da estruturação dos meios de comunicação também no período, vide os trabalhos acadêmicos de Lúcia Helena E.V. da Silva, "A história do rádio catarinense na voz de seus atores". Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo, UFSC, 1982 e de Carlos Alberto de Souza, "Análise dos noticiários de rádios AMs de Florianópolis", Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo, UFSC, 1984, e também a tese de mestrado de Yan Carreirão, "Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)", UFSC, 1988.

¹²Cf. Revista "Brasil Sul", editada pela RBS, em dezembro de 1988, encarte especial. A Rede Brasil Sul de Comunicações congrega atualmente dois jornais totalmente informatizados, além de 15 emissoras de televisão e 18 estações de rádios, espalhadas pelos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Sobre o controle acionário do grupo pela família Sirotsky, vide Atlas Financeiro, Rio de Janeiro, abril de 1988, p.528-529. De acordo com o depoimento do ex-governador Henrique Córdova ao autor, a RBS promovia intensa atividade conjunta com o governo do Estado, a exemplo da programação alusiva a semana da criança, ocasião em que fora lançado projeto-de-lei que viria a beneficiar aos excepcionais. Entrevista de Henrique Córdova, em 22/09/1990.

Além disso, O grupo RBS mantinha estreito vínculo com o regime militar, de acordo com o que afirmam Pedrinho Guareschi e Roberto Ramos, na obra intitulada "A máquina capitalista", Petrópolis, Vozes, 1988 (especialmente p.71-72; p.82-85).

¹³Cf. Jornal da Semana, respectivamente as edições de 5 a 12 de maio de 1979, e de 22 a 29 de março de 1980. Ambas trazem um pouco do desenvolvimento da televisão em Santa Catarina.

¹⁴Sobre a vinculação Ariel Botaro Filho ao governo do Estado, vide notas que aparecem respectivamente nas colunas de Beto Stodiek, jornal OE, de 25/08/89, e na de Cláudio Silva, também na mesma edição.

¹⁵Cf. Jornal da Semana, ibidem. E também jornal OE, de 11/02/1981, p.13. De acordo com dados de 88 do próprio grupo, a família Freitas possui atualmente só no ramo das comunicações 3 emissoras de televisão (mais uma em implantação), e 14 emissoras de rádios (entre AM e FM).

¹⁶Cf. Jornal da Semana, ibidem. Em 89, o grupo Perdigão detinha duas emissoras de televisão e mais 9 emissoras de rádio (sendo 4 FMs e 5 AMs). Importante lembrar, contudo, que a emissora de televisão pioneira do grupo começou a operar em caráter experimental já em agosto de 1982, funcionando ao mesmo tempo com moderna produtora de vídeo comercial. Além de contar com sucursais em Curitiba e Porto Alegre.

¹⁷Cf. OE, de 14/maio/1989, alusivo aos 74 anos do jornal. Atualmente o jornal OE é controlada pela holding do grupo Hoepcke, Cia Farebo, vide trabalho sobre planejamento empresarial e recursos humanos, de Jacqueline Keller. Florianópolis, 1988, p.07/09 e p.25. Em 82, Aderbal Ramos da Silva era também dono da rádio Guaraujá, vide Jacqueline KELLER, "Proposta para planejamento do sistema operacional do setor de remuneração indireta da gerência de recursos humanos do Grupo Hoepcke", Florianópolis (Trabalho de Conclusão do Curso de Administração), UFSC, nov. 1988.

¹⁸Cf. Apolinário Ternes, História do jornal A Notícia (1923-1983), s/ed. jan. 1983, p.204-5. A obra fornece perfeito quadro sobre a vinculação do jornal ao regime autoritário, vide p.193-94 e p.195-97.

¹⁹Cf. Jornal da Semana, de 5 a 12 de maio de 1979, p.6. Bastante ligado a ministros durante o regime militar, Petrelli chegou a

ser o principal empresário do ramo das comunicações em SC por um certo período.

²⁰Ele foi diretor do DICESC, Companhia de Divulgação e Comunicação do Estado de Santa Catarina, durante o governo Konder Reis. Além de ter sido acusado de irregularidades a frente do órgão, o que motivou a instalação de uma CPI pela Assembléia Legislativa catarinense.

²¹Luiz Antônio Soares era colaborador do DICESC.

²²Cf. Quem-SC, out. 1982, nº 22, p.04.

²³A exemplo do programa institucional, denominado "Identidade Catarinense".

²⁴O primeiro movimento autêntico de oposição ao sindicato dos jornalistas surge no início da década de 80, com a formação do MOS - Movimento de Oposição Sindical -, que reuniu uma ampla frente de profissionais, que englobava também estudantes e professores egressos do curso de jornalismo da UFSC, além de jornalistas combativos que militavam há muito tempo na imprensa catarinense. Mas, somente em 1987 o MOS assume o poder, pondo fim a 32 anos de peleguismo no seio da categoria. Sobre a luta do MOS e do novo sindicato, vide Jornal dos Jornalistas, informativo da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), nº 23, jul./ago. 1989, p.20.

²⁵Cf. Ofício nº 14 - S 5/70, de 2/março/1970, do comandante da 16ª Circunscrição do Serviço Militar, sediada em Florianópolis, tenente-coronel Washington Flores, ao presidente do Sindicato dos Jornalistas, comunicando sua transferência para o Colégio Militar de Belo Horizonte e a passagem de posto ao major Doraldo Miward; Ofício nº 258/70, de 12 de fevereiro de 1970, do então secretário da Agricultura de Santa Catarina, Luiz Gabriel, comunicando ao presidente do sindicato, jornalista Alirio Bossle, a sua exoneração do cargo para efetuar curso na Escola Superior de Guerra.

²⁶Cf. Jornal DE, de 17 de março de 1964.

²⁷Ao todo, são dois documentos de caráter confidencial, assinados pelo chefe do SNI da capital catarinense, general Álvaro Veiga Lima, endereçados ao presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, jornalista Alirio Bossle. O primeiro, refere-se ao Ofício de nº 663/68, relativo a data de 13 de agosto de 1968; o segundo, Ofício nº 143/71, de 20 de fevereiro de 1971. Em ambos constatamos a inscrição "providenciado", que comprova as informações fornecidas pelo sindicato dos Jornalistas à agência local do SNI.

²⁸Tal pedido, acabava envolvendo praticamente todos os setores importantes do BESC, pois havia a necessidade de série de despachos para atender-se a solicitação, que no dizer dos próprios diretores do banco objetivava "o bom relacionamento com a classe". Vide Ofício nº 051/78, endereçado pelo presidente do Sindicato, José Nazareno Coelho, ao presidente do BESC, Elmar Rudolfo Heinech, solicitando o auxílio financeiro de Cr\$ 5 mil, datado de 18/out./1978; através do Ofício 78/01073, de 24/out./78, o presidente do BESC manifesta posição a favor do pleito, solicitando a aprovação do presidente da CODESC, Eduardo Santos Lins, a cuja holding o BESC estava vinculado;

pelo Ofício datado de 31/out./78, o presidente da CODESC aprova o pedido; o Ofício 78/01104, de 07/nov./78, assinado pelo subsecretário Erwin Ernesto Wojciklewicz, comunica o presidente do Sindicato sobre a liberação do dinheiro, sendo que a ordem de pagamento seria expedida em 10/nov./1978, conforme Ofício de nº 0210/78.

²⁹Ofício do secretário do Trabalho e Integração Política, Fernando Bastos, de 24 de janeiro de 1980, informando ao sindicato a liberação de auxílio financeiro, de acordo com legislação específica sobre a matéria. Através também de lei datada de 79, o Estado era responsável pela liberação de auxílio financeiro a sindicatos e federações. Contudo, é preciso observar que, apesar disto, a pasta dirigida por Fernando Bastos serviu durante o governo Bornhausen para a cooptação de lideranças sindicais e também como forma de apoio a sua própria candidatura à Câmara Federal, tendo sido inclusive derrotado em 82.

³⁰Cf. Telegrama datado de 23 de agosto de 1985, enviado pelo então governador Esperidião Amin ao Presidente José Sarney, solicitando a readmissão do diretor do sindicato, João José da Silva Júnior, no cargo que ocupava na EBN, Empresa Brasileira de Notícias, escritório de Florianópolis, alegando "motivos políticos". Em seu principal trecho, diz o telegrama a certa altura: "(...) O Sr. João José da Silva Júnior, que é líder sindical, foi demitido por razões políticas, Senhor Presidente! E por razões políticas que não se coadunam com os princípios que Vossa Excelência tem proclamado!". Interessante observar neste episódio, não é somente o fato de o governador Amin interceder em favor do referido diretor sindical, em função da campanha movida pela própria categoria, que enviara na ocasião inclusive ofício ao próprio ministro da Justiça, Fernando Lyra. Mas pelo fato de Silva Júnior ter sido gerente da sucursal do jornal Correio do Povo, da empresa Caldas Júnior (RS), ser correspondente dos principais jornais do país, além de amigo pessoal de Amin. O que levou o governador Amin a esquecer por algum momento o relacionamento nada amistoso que mantinha até então com o Presidente Sarney, admitindo inclusive a possibilidade de o funcionário ser colocado à disposição do Governo do Estado de SC sem qualquer ônus para a EBN.

³¹Acerca da extrapolação do sindicato em suas "reivindicações", tanto as empresas privadas como as autoridades públicas, citam-se vários exemplos, em períodos distintos na vida da entidade e também na fase objeto de nosso estudo, como segue: Ofício nº 019/85, do coordenador de seguridade social do IPESC, Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, Diogo Nei Ribeiro, ao presidente do sindicato, Ciro Barreto, informando sobre convênio com o órgão, Ofício nº 189/70, de 27 de maio de 1970, da diretoria da TV Coligadas de Santa Catarina, hoje integrada ao grupo RBS, comunicando ao sindicato a doação de um televisor; Ofício nº 316, de 5 de maio de 1970, do prefeito municipal de Florianópolis, Ary Oliveira, ao sindicato dos jornalistas solicitando ao presidente Alírio Bossle a indicação de profissional para integrar seu "staff" na assessoria de Relações Públicas; Ofício nº 13/81, do presidente do sindicato José Valério Me-deiros solicitando ao diretor da empresa Catarinense de Refrigera-ntes, Alair Tissot, a doação de bebida; Ofício de 29 de julho de 1970, do presidente do sindicato Alírio Bossle ao titular do Insti-tuto Brasileiro do Café em Santa Catarina, Wilson Filomeno, solici-tando a doação de café; Ofício nº 027/85, do presidente do sindicato, Ciro Barreto, ao secretário do Desenvolvimento Social, Antônio

Felipe de Souza Amorim Neves, solicitando a nomeação do jornalista Valério Medeiros para o cargo de assessor de imprensa em função da morte de seu titular; Ofício nº 083/78, de 15 de dezembro de 1978, do secretário do sindicato, José Carlos Soares, solicitando a compra de bicicleta em nome do jornalista José Valério Medeiros, pago pelo sindicato em prazos facilitados, endereçado ao gerente da loja Hermes Macedo; telegrama do presidente do sindicato, José Valério Medeiros, ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, solicitando a nomeação do advogado do sindicato dos jornalistas, Waldir Pedro Del Pra Netto, para o cargo de Delegado Regional do Trabalho (jamais atendido); etc.

³²Cf. José Marques de MELO, "Os gêneros opinativos no jornalismo brasileiro", São Paulo, USP (Tese de Livre Docência), 1983, p.118-25, sobre a definição de editorial. Em nosso estudo levamos em conta também o que ensinam os pesquisadores Cláudio DURÁN e Patrício URZÚA, no excelente artigo intitulado "Sobre o papel ideológico de 'El Mercurio' na sociedade chilena", publicado pela revista Comunicação e Sociedade, nº 5, março de 1981, p.65-89. Eles introduzem a noção de ciclo "Interpretativo/Informativo", fazendo justamente uma ponte entre o corpo informativo do jornal e a parte interpretativa (opinativa). Em resumo ao que destacam os autores, lembramos que o que o jornal chama de informação (sua seção de notícias) é exatamente aquilo que é permitido passar através de um determinado filtro (ideológico) como pertencendo a "acontecimentos quotidianos". Deste modo, "há uma intenção ideológica não apenas na página editorial", mas por conseguinte, "na visão de mundo transmitida pelo jornal no seu corpo informativo". De acordo com este raciocínio, é a função interpretativa (ou opinativa) que condiciona a informativa, e não vice-versa: a função da parte informativa do jornal é criar e desenvolver um clima ou cenário ideológico.

Ainda sobre a questão do processo de seleção da mensagem (filtros), lembramos o que enfatiza MELO, ao afirmar que não há dúvidas sobre o controle que a instituição jornalística exerce sobre o que vai ser publicado (p.91). Mas o mesmo autor fornece várias passagens em seu estudo sobre a possibilidade de "quebra" deste mesmo controle, vide (p.92-3). Ou seja, há "brechas" que podem ser trabalhadas não só pelos próprios profissionais, como também pelas próprias fontes, vide (p.93-101), pois isso tem a ver inclusive com a própria sobrevivência da empresa, que acaba tendo que fazer certas "concessões" até por razões mercadológicas. Mas é preciso ter presente, que no geral, quando se trata de certos momentos em que ocorre o acirramento das opiniões, como no caso das disputas eleitorais, o controle exercido sobre o que vai ser publicado, por exemplo, é muito maior, como mesmo reforça o autor ao se referir aos títulos da primeira página dos jornais, que acaba fornecendo argumento para a visão mais geral da imprensa (vide p.105).

³³Utilizamos a técnica da análise de conteúdo, de acordo com a contribuição de diversos autores, a exemplo de R. Jarry RICHARDSON, Miriam Limoeiro CARDOSO, DURÁN e ÚRZUA e outros. E percebemos logo de saída certa dificuldade em encontrar textos específicos sobre a análise de conteúdo de editoriais, principalmente se levarmos em conta a sua especificidade, capaz de demonstrar um modelo mais próximo de nosso objeto de estudo. Por isso compartilhamos, de certo modo, com a crítica feita por Cardoso, sobre as limitações deste método de análise.

Deste modo, procuramos, dentro do possível, na literatura específica sobre a questão, os pontos convergentes para embasar nosso trabalho. Encontramos em Durán e Úrzua muitas contribuições importantes, algumas delas que adaptamos ao nosso estudo, ressaltando que Cardoso também trabalha de maneira quase análoga a estes dois autores. Registramos ainda a divulgação preliminar de análise feitas por um grupo de pesquisadores do Distrito Federal, sobre a primeira página dos jornais brasileiros por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte.

Como conceito operacional de análise, definimos: 1) Orientação temática - que corresponde ao conteúdo manifesto das comunicações, ou seja, o que aparece expresso (escrito) nos editoriais. (Não nos preocupamos em medir a frequência do número de vezes em que aparecem cada uma delas, como o fazem Durán e Úrzua, pois estavam interessados em recompor o discurso ideológico do jornal estudado por eles. Nós analisamos o editorial como um todo, somente com o intuito de saber a sua posição em relação ao nosso objeto de estudo); 2) Temas - referem-se à função que as orientações temáticas desempenham na criação de um clima ideológico específico. É a parte de "conteúdo latente" do editorial, ou seja, que aparece no editorial subentendido, disfarçado, dissimulado. Em outras palavras, que permanece escondido. É a parte do conteúdo não manifesto.

Assim, para determinar a repetição de temas, as orientações temáticas correspondentes são acrescentadas juntas. Só para exemplificar, a repetição de um tema tal como a "imagem positiva de Amin" (a imagem favorável ao candidato do PDS), leva em conta orientações temática do tipo "capacidade de inteligência", mensagem de "otimismo", candidato que inspira "confiança", é determinado pelo número de ocorrências dessas orientações temáticas que aparecem nos editoriais.

O que significa dizer em poucas palavras: o tema se materializa através das orientações temáticas presentes nos editoriais. (Não confundir com os temas definidos por nós na segunda etapa de análise). O método de aferimento foi a repetição.

³⁴Cf. MELO, op.cit., p.124-25, que afirma que o editorial sofre do mesmo "mal" da imprensa como um todo, ou seja, seu acentuado elitismo. Mas nem por isso, deixa de ter influência sobre determinado público leitor, principalmente aquele mais politizado. (Pesquisas feitas para detectar sua possível extinção têm revelado justamente o contrário).

³⁵Cf. MELO, op.cit., p.182. A charge, segundo o autor, é a "crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. Reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista. Tanto pode se apresentar somente através de imagens quanto combinando imagem e texto (título, diálogo)".

Nos jornais catarinenses, aparecem normalmente junto ao editorial, e também os chargistas "gozam" de certa independência em relação a linha editorial do jornal, embora haja muita censura as peças caricatas, quando estas fogem a determinação do dono da empresa.

³⁶Interessante observar que a coluna de Luiz Antônio Soares começaria a circular somente a partir de janeiro de 1982, algum tempo antes de o jornalista assumir o cargo de editor-chefe do JSC, cujo titular, Paulo da Costa Ramos, assumira na ocasião a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) do governo Bornhausen/Córdova. Sobre a definição de coluna, cf. MELO, op.cit., p.157-58.

³⁷No caso de OE, Amin só não é citado no mês de julho. Por algum motivo o jornal teve que repetir alguns editoriais neste mês, dando bastante ênfase a Figueiredo, que inclusive visitaria SC no mês seguinte, conforme demonstramos na Tabela 16.

³⁸Apesar de ter recebido três citações positivas (uma do jornal OE e duas do JSC), não recebeu nenhuma referência por parte de AN, perfazendo o total de 29 citações desfavoráveis. Inclusive algumas citações positivas sobre Jaison feitas pelo JSC, ocorreram após 15 de novembro.

³⁹Ou seja, como já havíamos levantado os dados pertinentes ao(s) candidato(s) e ao(s) partido(s), apenas tivemos que rever novamente mais este total de editorial, 221, no que dizia respeito aos outros temas definidos para a análise, o tema de nºs III a IV.

⁴⁰Como podemos confirmar, no resumo sobre as principais orientações temáticas mais frequentes nos editoriais, relativos a primeira parte do estudo.

CAPÍTULO VI

MECANISMOS DE PERSUASÃO E MANIPULAÇÃO DO ELEITOR

1. Introdução

Neste capítulo, em que praticamente damos prosseguimento ao estudo iniciado no capítulo anterior, analisamos a questão complexa relativo as chamadas pesquisas eleitorais, principalmente no aspecto pertinente a divulgação através da mídia. Deste modo, procuramos inserir a análise das sondagens eleitorais dentro do contexto de mais uma estratégia utilizada pelas elites, via meios de comunicação, em favor de seu candidato, que exercera forte influência sobre o eleitorado catarinense.

Isto é o que podemos constatar, levando-se em conta que tratou-se de uma eleição bastante disputada, cujos resultados em favor do PDS acusara uma margem de diferença de votos apertada. Tal fato, denunciara os erros apresentados pelos resultados das pesquisas elei-

torais em 82: enquanto as sondagens indicavam a vitória do PDS por uma margem de diferença de 18%, o resultado final do TRE apontava a vitória de Amin sobre Jaison por uma diferença inferior a um por cento dos votos.

E, por outro lado, ressaltamos ao final do capítulo, a forma como os meios de comunicação divulgaram os resultados oficiais do pleito, também momento crucial das eleições, que deu margens a muitas interrogações quanto a lisura deste trabalho. Principalmente, no caso da mídia eletrônica, mais propriamente as emissoras de televisão, cujo comportamento nas apurações fora bastante questionado.

2. Notas Teóricas: Sobre a Problemática das Sondagens

Em sua obra "Crítica metodológica, investigação social e enquete operária", Michel J.M. THIOULENT estabelece a correta distinção entre pesquisa sociológica e pesquisa de opinião pública e pesquisa eleitoral. Segundo o autor: "A pesquisa sociológica pode ser concebida das mais diversas maneiras, mas sempre é construída em função de um modelo teórico explicitamente formulado. Seus objetivos são científicos, isto quer dizer, definidos em função da relevância que têm dentro das problemáticas ou das tradições teóricas da sociologia. O que não é o caso das pesquisas de opinião. Uma pesquisa sobre a imagem de marca de um sabonete ou sobre as chances de um deputado a ser eleito não são pesquisas sociológicas no sentido acima definido. Pois, embora utilizem instrumentos contendo pressupostos teóricos, a vulgar pesquisa de opinião, mesmo quando racionalmente conduzida, não tem nenhum objetivo e modelo teórico. As investigações não apresentam nenhuma relevância de ordem científica e crítica. Trata-

se de pesquisa utilitária não assimilável a uma prática científica, mas sim a uma prática administrativa eventualmente racional".¹ Ainda no mesmo parágrafo o autor vai esclarecer a possível confusão que se possa estabelecer, intencional ou não, havida entre cientificidade e racionalidade.

Para THIOULENT, pesquisa eleitoral pode ser definida da seguinte forma: "(...) como uma pesquisa de opinião pública especialmente elaborada para, anteriormente a uma eleição, registrar as preferências do eleitorado e simular o resultado do escrutínio. Não há diferença substantiva, apenas uma especificação em função da natureza particular do fenômeno estudado. O principal problema técnico, que dá lugar a muitas controvérsias, consiste na determinação da amostra que tem de ser estratificada em função dos componentes sociais e regionais do país. A pesquisa eleitoral, ainda que podendo ser fonte de dados para a pesquisa sociológica, não se confunde com ela, pois não trabalha com um objeto teórico".²

A seguir, o autor coloca a principal tese que permeia toda a discussão em torno das sondagens de opinião, e que constitui-se na maior contribuição para o debate atual em torno do assunto. De acordo com THIOULENT, a enquete eleitoral: "(...) contém uma 'teoria' do social segundo a qual a sociedade é composta de indivíduos formalmente iguais, entre os quais cada um possui a mesma capacidade de intervenção no resultado global, capacidade esta que consiste em ter direito a uma opinião no resultado da pesquisa ou a ter direito a um voto no resultado das eleições. Esta 'teoria' do social, implicitamente assumida na pesquisa eleitoral, é amplamente criticada por P. Bordieu como ilusão de democracia e como incompatível com uma adequada teorização sociológica do mecanismo político", ressalta THIOULENT.³ Ou seja, "a representação do mundo social veiculada pela son-

dagem e sua divulgação é a de uma democracia perfeita onde todos os cidadãos são iguais, bem informados, e onde não existem 'votos de cabresto', votos 'comprados' ou qualquer outra forma de pressão sobre os eleitores".

Por isso, é preciso levar-se em conta não só a problemática da pretensa neutralidade das técnicas de investigação empírica, questionários e entrevistas, como também o contexto social no qual são utilizadas. Ou seja, a "validade" aparente de uma sondagem é "muito relativa" e "estritamente relacionada ao contexto ideológico e político da sociedade", de acordo com THIOULENT⁴, que acrescenta que "em diversos países europeus, o uso e abuso das sondagens de opinião na área política deu lugar a importantes debates e a propostas de regulamentação" (Vamos falar sobre este último aspecto mais adiante).

O problema da "real influência da publicação das sondagens", de acordo com THIOULENT, "não pode ser abordado fora da conjuntura e das tradições políticas próprias a cada país".⁵ Ou seja, se levarmos em conta as tradições políticas e as peculiaridades brasileiras - monopólios dos veículos de comunicação, enorme desigualdade social, grande contingente de analfabetos e elevado grau de semi-analfabetismo do eleitorado -, temos que concordar que as sondagens acabam servindo como poderoso instrumento nas mãos das elites.⁶

Segundo THIOULENT, "a influência da mercadoria 'sondagem de opinião', ainda que não isolável de outras influências, tem um papel decisivo". Ele enfatiza que "tal mercadoria é muito cara e, em função disto sua divulgação e sua utilização são dependentes de grupos de interesses econômicos-políticos que dominam a imprensa".⁷ Reforça a tese, afirmando que

em virtude das limitações metodológicas inerentes ao procedimento empirista, e em função das condições de divulgação geralmente submetidas à lei do mais forte, existem muita predisposição para uma utilização das sondagens que seja favorável aos homens da situação. Na maioria dos casos a predisposição se torna efetiva.⁸

Desse modo, aceitamos a premissa de que as pesquisas eleitorais podem representar forte mecanismo de manipulação do eleitorado. (Contudo, não podemos desconhecer que elas também fazem parte do jogo político, ou seja, da correlação de forças que se estabelece durante os embates eleitorais). E some-se a isto, o fato de não existir até hoje no Brasil qualquer tipo de legislação que atenda satisfatoriamente os interesses de amplo espectro partidário. Principalmente quanto a questão-chave da sua divulgação através da mídia.

O professor Venício A. de Lima defende a adoção de mecanismos legais, capazes de garantir a lisura das pesquisas, tanto no que diz respeito a sua execução, bem como a sua divulgação. Além disso, propõe a formulação de um código de ética no que tange a divulgação das pesquisas. Ele lembra a existência de uma espécie de corregedoria para os institutos de sondagens eleitorais em outros países, chamando a atenção para o fato de que se uma empresa de pesquisa presta serviço a um partido jamais deveria trabalhar simultaneamente para a mídia. Afirma que "a coisa chega a tal ponto (no Brasil) que uma empresa faz, ao mesmo tempo e com o mesmo entrevistador, uma pesquisa geral sobre os candidatos e uma pesquisa para um dos candidatos". Lembra o caso da eleição presidencial, dizendo, por exemplo, que o Ibope não poderia ter trabalhado para o Globo e para Collor ao mesmo tempo. "Há claro conflito de interesses nessa história".⁹

Quem pode garantir que o mesmo não ocorrera em 82, pois o Gallup realizara sondagens para PDS catarinense e ao mesmo tempo para a revista Veja (como veremos mais adiante em nosso estudo).

A primeira tentativa, visando estabelecer um código de ética no que diz respeito a critérios aceitáveis na divulgação das sondagens eleitorais, só seria tomada durante a disputa presidencial, em 89, pela Corregedoria Geral de Justiça Eleitoral, órgão do TSE. Contudo, tal iniciativa, sofrera duro ataque por parte da mídia.¹⁰

3. O Contraste entre os Resultados das Pesquisas e os Números do TRE

Assim, as pesquisas (que sempre apresentaram resultados favoráveis à candidatura oficial)¹¹, além de atuar como forte elemento indutor do eleitorado, ajudaram a criar clima favorável à vitória pe-dessista mesmo antes da abertura das urnas.¹² O que estamos querendo enfatizar é que, ao contrário do que indicou o resultado oficial do TRE, a veiculação das enquetes eleitorais pela mídia pode ter representado uma clara manipulação do eleitorado (uma vez que o próprio PDS mantinha desconfiança em relação aos números das sondagens, como veremos a seguir).

TABELA 24

Resultados das pesquisas eleitorais para governador em SC nas eleições de 82, realizadas por Veja-Gallup.

		PESQUISA/PORCENTAGEM								
PARTIDO	CANDIDATOS	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª
	BASE*	593	603	635		674	550	688	789	1015
	MÊS/DIA**	8/6/81	28/10/81	6/1/82	12/5/82	25/8/82	15/9/82	29/9/82	13/10/82	27/10/82
PDS	ANIM	25	25	21	40	45	46	42	48	50
	KONDER REIS			24						
	CÁRDIVA	5	5							
	V. FONTANA		7							
PMDB	JAISON	16	15	17	37	35	30	29	30	32
	EVELÁSIO	8	5	8						
	J. LINHARES	2	3							
	PEDRO IVO	14	12	8						
PDT	DOUTEL	1								
	LÍGIA				3	1	2	1	1	1
PTB	OSMAR CUNHA					1	1	1	0	0
PT	MESCOLOTTO				1	1	2	1	2	2
	NENHUM	13	13	11						
	INDECISOS	16	15	11			19	27	19	15

Obs.: *Refere-se ao nº de entrevistas realizadas; a revista Veja não divulgou a base de cálculo no que diz respeito a quarta rodada.

**Relativo a data da publicação da revista, ou seja, refere-se a edição de Veja, que trouxe os números das pesquisas feitas pelo Instituto Gallup.

FONTE: Pesquisa do autor.

De acordo com Veja, a margem de erro da pesquisa, "na maioria dos casos, é de 3,5% para mais ou para menos, mas varia conforme o tamanho das amostras e os percentuais". Diz ainda a revista que "nos casos extremos, pode ser de até 4,5% em Santa Catarina, com base em 560 entrevistas, ou de apenas 1,7% em São Paulo, com base de 1.400 entrevistas".¹³

Lembre-se que somente a partir da quinta rodada é que houve a preocupação em se contemplar a vinculação de votos, primeiro estendendo-se a vinculação para o Senado e somente depois para prefeitos.

TABELA 25

Resultados das pesquisas eleitorais para Senador em SC nas eleições de 82, realizadas por Veja-Gallup.

PARTIDO	CANDIDATOS	PESQUISA/PORCENTAGEM								
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª
						25/8	15/9	29/9	13/10	27/10
PDS	J. BORNHAUSEN					44	43	38	47	46
PMDB	PEDRO IVO					27	26	26	28	30
PDT	ACÁCIO BERNARDES					1	2	1	1	1
PTB	JOÃO KASNOKY					1	1	1	0	0
PT	WALMIR MARTINS					1	2	1	2	2

FONTE: Pesquisa do autor.

TABELA 26

Resultado das últimas pesquisas eleitorais para o Governo do Estado de Santa Catarina.

CARGO/PARTIDO	NOME DO CANDIDATO	RESULTADO OFICIAL TRE - SC	VEJA-GALLUP	REDE GLOBO/ O GLOBO/ ISTO É/ IBOPE
GOVERNO: PDS	ESPERIDIÃO AMIN	45,75%	50%	40,3%
PMDB	JAISON T. BARRETO	45,06%	32%	35,4%
SENADO: PDS	J.K. BORNHAUSEN	44,56%	46%	38,5%
PMDB	PEDRO IVO CAMPOS	44,48%	30%	33,5%

FONTES: Pesquisa do autor.

A diferença pró-Amin foi de apenas 0,69%, segundo o resultado oficial do pleito, enquanto o Gallup estimava a vitória do PDS por larga margem de 18% dos votos, e o Ibope indicava a vitória de Amin sobre Jaison por uma diferença de 4,9% dos votos. Como se pode observar pelos números do Ibope, ocorre quase uma proximidade com a margem de erro normalmente admitida pelos institutos de sondagens (que gira em torno de 3 a 5%), mas, neste caso, muito superior ao resultado final das eleições. O mesmo se verifica para o Senado, com a diferença pró-Jorge sobre Pedro Ivo por apenas 0,08% (TRE), enquanto que os números das pesquisas acusavam diferenças de 16% (Veja/Gallup) e 5,0% (Ibope).

No que tange ao nosso objeto de estudo, veremos que o que afirmamos anteriormente ganha substância, pois o próprio PDS comprava pesquisas do Gallup e divulgava seus resultados com o intuito de incentivar os eleitores a votarem no seu candidato. De acordo com o ex-governador Henrique Córdova, quando havia "conveniência" em divulgar os resultados das sondagens o partido assim procedia. Segundo ele,

nós [o partido] chamamos o Sr. Matheus [Carlos Eduardo Meirelles Matheus, dono do Gallup] e o partido contratou com ele as pesquisas. (...) Foram feitas muitas pesquisas. Acompanhá-vamos constantemente o andamento da campanha através das pesquisas. Quando havia conveniência em divulgar uma pesquisa nós divulgávamos. E quando não havia conveniência nós não divulgávamos.¹⁴

Segundo nosso entrevistado, além de servir como forte indutor do eleitorado, as pesquisas serviram em 82 para orientar o partido durante a campanha. De outra parte, lembra a forte influência que as sondagens exerceram sobretudo nos militantes do partido. Assim, afirma que

as pesquisas são poderosos indutores, porque, na verdade, ninguém quer colocar seu voto fora como diz o povo. Ele quer aproveitar o voto, votando no vencedor. Quando as pesquisas estão demonstrando que fulano está disparado na frente do outro, porque ele vai votar no que está lá embaixo. A não ser em certos casos de masoquismo. Em 82 isto influenciou, não há como negar.

E nós esperávamos que efetivamente influísse, tanto é que nós [partido] comprávamos as pesquisas.¹⁵

Acerca da orientação dada pelas enquetes, lembrou que

através das pesquisas, nós sabíamos que devíamos intensificar a campanha em Lages, ... em Blumenau ... em Joinville. Nós sabíamos que o Esperidião [Amin] iria modificar o resultado da eleição anterior aqui em Florianópolis, e ... sabíamos que estávamos bem no inte

rior. A pesquisa teve um poder de orientação muito grande.¹⁶

Quanto aos reflexos positivos que as sondagens exerciam sobre os cabos eleitorais do PDS, o ex-governador Henrique Córdova afirma que

isso se percebia claramente, porque quando chegava no interior a primeira coisa que me perguntavam, as lideranças locais, é quais [sic] são os resultados das pesquisas. (...) Quando a gente dizia que era ótima, quer dizer, o cabo eleitoral, o chefe político local, ele se reanimava e trabalhava, continuava trabalhando, e trabalhando com mais entusiasmo.

Então, a pesquisa tem uma série de indutores. Os indutores da pesquisa... se ramificam nos vários campos da atividade partidária. E influi também diretamente no eleitor.¹⁷

No entanto, apesar de ressaltar a importância das pesquisas para as pretensões do partido em 82, o próprio ex-governador vai confirmar a existência de erro nos levantamentos do Gallup. Principalmente, no que diz respeito as últimas pesquisas divulgadas pelo instituto em Santa Catarina, dando ampla margem de votos em favor do candidato oficial. Tal confirmação, fica evidenciada pelo fato de o próprio PDS ter recebido do Gallup - trata-se de pesquisa interna ao partido e que não fora divulgada na ocasião - sondagem que reafirmava a vitória de Amin sobre Jaison por uma diferença de 15% dos votos. Segundo ele, o próprio partido desconfiou dos números, pois sabia-se de antemão que as pesquisas continham grande margem de erro devido a composição do eleitorado catarinense.

De acordo com o próprio ex-governador,

sobretudo dada a heterogeneidade da população de Santa Catarina: não é um Estado ainda hoje totalmente integrado ... Nós sabíamos que as pesquisas tinham uma grande margem de erro. Tanto é que a última pesquisa que nós recebemos dava uma vitória para o Esperidião

[Amin] de 15 pontos. Dias depois se realiza a eleição e dá menos de meio por cento.¹⁸

Em conclusão ao seu raciocínio, o ex-governador Henrique Córdova chega a admitir a hipótese de malogro do PDS em 82. Segundo ele, se as sondagens eleitorais tivessem se aproximado dos dados reais do pleito e apresentado qualquer resultado negativo para o PDS, não tem dúvidas em afirmar que o resultado das eleições poderia ser diferente. Tal argumento, ganha força tendo em vista tratar-se de uma eleição bastante difícil para o PDS. Não é à-toa que tende a falar em perda de credibilidade do Instituto Gallup, tendo a eleição de 82 contribuído para isso.

Segundo Córdova, o Instituto Gallup praticamente desapareceu das pesquisas eleitorais,

Por quê? Perdeu a credibilidade! Quer dizer, em duas ou três eleições o que é que ficou constatado: é que os números do Gallup não eram tão confiáveis... [82] contribuiu. Agora, ... imagina se ele [Gallup] se aproxima do resultado real. O resultado da eleição, estou absolutamente certo que seria diferente. Por essas razões que ... falei. Você chega num lugar, no interior, se reúne com as lideranças políticas e eles perguntam: e como é que estão as pesquisas. Para eles é uma espécie quase de adivinhação os resultados das pesquisas. (...) A pesquisa está a nosso favor, quer dizer, o ânimo é outro. Ou você podia dizer: está mais ou menos parecido, temos que trabalhar mais. Agora, se tivesse ocorrido a hipótese de ter um resultado negativo, eu não tenho dúvidas nenhuma de que as coisas começariam a reverter.¹⁹

Contudo, gostaríamos de ressaltar, finalmente, que tornou-se prática comum na história política recente de Santa Catarina, a compra de sondagens pelos diferentes partidos, sobretudo àqueles que dispõe geralmente de maiores recursos financeiros. Por outro lado, em 82, se pôde perceber vários anúncios pagos, publicados nos jornais catarinenses, trazendo os resultados das enquetes de Veja/Gal-

lup, fatos estes que só vem a corroborar acerca da veracidade das declarações do ex-governador ao autor.

4. O Protesto do PMDB

Contudo, apesar das colocações do ex-governador pedessista, o resultado desta estratégia das elites através da divulgação periódica das sondagens eleitorais via mídia, também pode ter sido de fundamental importância para a vitória de Amin.

Embora afirme que tais sondagens apresentavam o que denomina de "erros grosseiros" (vamos discutir esta questão ao final deste capítulo), o candidato derrotado do PMDB, senador Jaison Barreto, acredita que elas exerceram papel decisivo sobre os eleitores em 82. E conclui, dizendo que o PMDB não teve forças suficientes para denunciar mais esta manipulação verificada durante as eleições.

Segundo Jaison,

foi vital! A última pesquisa divulgada antes da eleição dava percentuais de 19% [sic] de vantagem ao candidato oficial, 15 dias antes da eleição, equivalia a 400 mil votos. Há uma faixa do eleitorado muito sujeita a este tipo de influência. Pensavam que os fatos estivessem consumados, pela colocação dos resultados de dois institutos de pesquisas com credibilidade. A pesquisa foi mortal na eleição.

E completa, dizendo que elas exerciam poderoso impacto sobre o próprio partido, provocando certa insegurança. Ou seja,

havia era o desestímulo, porque todos sentíamos o Impacto semanal. (...) As pesquisas violentavam porque as dúvidas afloravam com as manifestações da grande imprensa. Havia um dado da maior importância, usado para convencimento: eles repetiam fatos verdadeiros no Paraná, São Paulo, Rio, Minas, onde as coisas não podiam

sofrer manipulações de pesquisa. Isso reforçava a aparente veracidade do fato em Santa Catarina.

E, conclui, afirmando que o partido, embora tivesse tentado esboçar uma reação contrária a manipulação das sondagens eleitorais, não alcançara qualquer resultado positivo neste sentido. Salienta que

não tínhamos o instrumental. Procuramos os responsáveis pelas pesquisas, alertando sobre a manipulação flagrante e evidente. Nenhuma providência foi tomada. Não tínhamos instrumentos para rebater ou competir.²⁰

A análise dos resultados das sondagens que eram publicados pelos jornais catarinenses, a partir dos levantamentos periódicos de Veja/Gallup, parece apontar na direção do fenômeno a que se refere Jaison.

Ou seja, de um lado, os jornais reproduziam de forma cabal os números de Veja/Gallup, sem emitir qualquer crítica mais contundente quanto a sua veracidade. Tais resultados, eram considerados como dado inconteste. E, por isso, ganhavam grandes manchetes nas capas dos três principais jornais (OE, AN e JSC), que traziam inclusive em suas Páginas internas o próprio lay-out da revista estampado com as fotos de Amin e Bornhausen.²¹ Por outro lado, se reserva pequenos espaços no noticiário para o repúdio das Oposições em relação aos números das enquetes.

Aliás, nem mesmo a obtenção de dois resultados "favoráveis" nas sondagens, minimizaram as críticas de Jaison. Como podemos observar na Tabela 24, Jaison praticamente encostara em Amin na terceira, embora perdesse para Konder Reis, e na quarta rodadas. Mas de acordo com os jornais catarinenses, podemos constatar que mesmo diante da caracterização do empate "técnico" em duas rodadas. Jaison não se

cansaria em denunciar o que qualificara na ocasião como "manipulação".²² Era acompanhado em suas críticas pelos companheiros de partido, a exemplo do então presidente estadual do PMDB, Dejandir Dalpasqualle, ao afirmar que

não passam de levantamentos encomendados, manipulados ... (...) Sabidamente não foram auscultados expressivos segmentos de opinião pública, em distintas localidades do Estado catarinense.²³

Ele conclui, afirmando que "tais pesquisas perseguem objetivos bem definidos e até inconfessáveis, visando predispor o eleitorado", ou seja, "como a pretender que essa tendência momentânea fosse definitiva, sacramentada, o que não é verdade, absolutamente".²⁴

5. A Indução do Eleitorado e a Presença de Distorções nas Enquetes

Aquilo que os institutos qualificam como mera "fotografia" de momento, ao se referirem aos números das sondagens, acabam, na verdade, assumindo o status de fato consumado. Pois os jornais catarinenses ao publicarem repetidas vezes tais números favoráveis ao mesmo candidato, sem procederem a quaisquer cuidados maiores, não deixam de transmitir este sentimento para o leitor. Isto é particularmente verdade em se tratando das eleições de 82.

Só para exemplificarmos o que estamos querendo ressaltar, lembramos a declaração feita por Veja, a exatamente dois meses antes das eleições. Ao publicar os números da sexta rodada, a revista declara que "Amin estabelece um 'fosso' separando-o do senador Jaison".²⁵ Ao se verificar como este dado é trabalhado pelos jornais locais, fica claro que acabam não somente servindo a este propósito,

como adquirindo caráter propagandístico evidente. Não foi à-toa que o JSC declarara em chamada de capa que "pesquisa amplia vantagem de Amin" e afirmaria em manchete nas Páginas internas que "pesquisa Veja-Gallup confere nova vantagem a Jorge e Amin".²⁶ Enquanto isso, o jornal OE destacara através de chamada de capa que "pesquisa de Gallup dá 46% de votos a E. Amin" e reitera em manchete interna que "Amin cresce mais e continua liderando a pesquisa", além de mostrar os números com direito a fotos de Amin, sem procurar saber a opinião a respeito por parte da Oposição.²⁷

O mesmo se pode afirmar em relação as duas últimas rodadas de Veja-Gallup, que indicaram vantagem idêntica para Amin, de 18% sobre Jaison. A revista publicara, na oitava rodada, que com "esforço de campanha" e da maratona da "Chama da Vitória", Jaison consegue estabelecer no patamar de 30% das preferências. Contudo, afirma que Amin "salta" para 48% e que para o Senado, "a campanha mostra um PDS mais estruturado".²⁸ Apesar de não destacar estes números na capa, o JSC refere-se em manchete interna que "preferência dos catarinenses por Esperidião salta para 48%", enfatizando também a vantagem de Jorge para o Senado.²⁹ Enquanto isso, o jornal AN limita-se a informar a vantagem de Amin, mas sem dar qualquer chance para a Oposição emitir sua opinião.³⁰ Já o jornal OE é bastante contundente em sua manchete de capa, destacando que "Amin dispara na frente: 48 contra 30% dados a Jaison".³¹

Na última rodada, Veja afirma categoricamente que "eleitorado" de Santa Catarina "insiste" em manter Jaison "bem atrás" de Amin.³² Tal fato, leva o JSC a destacar em chamada de capa que "Amin continua na frente na pesquisa 'Veja-Gallup' com 50% da preferência", destacando internamente que não há dúvidas acerca da liderança do candidato oficial.³³ Já o jornal AN destaca que "PDS catarinense

continua "líder nas pesquisas" em sua manchete de capa, e repete internamente quase o mesmo teor da capa em matéria que dispensa amplo espaço para a Carta dos Catarinenses.³⁴ E, por último, o jornal OE diz em manchete de capa que o Gallup "aumenta vantagem" para o PDS e limita-se a colher a impressão de Amin sobre os números da sondagem, sem qualquer repercussão junto aos partidos de Oposição.³⁵

Afora o tratamento dispensado pela mídia catarinense, verificamos a existência de algumas omissões graves quanto a divulgação de certos dados da sondagem de Gallup pela Veja. (Estamos nos referindo basicamente a disputa para o governo de Santa Catarina). De outro lado, notamos também a ocorrência de distorções quanto ao método de aferimento das preferências dos eleitores catarinenses (importante lembrar, que algumas delas foram inclusive admitidas pelo próprio Instituto). Contudo, tais "erros" e omissões, acabaram assumindo em 82 nítido caráter de manipulação (segundo vão destacar alguns estudiosos do assunto, como mostraremos ao final deste capítulo).

Assim, podemos incluir na primeira categoria, por exemplo, o fato de Veja somente publicar os resultados das enquetes que levaram em conta a técnica da pergunta estimulada por cartão.³⁶ Outro dado que causa estranheza, é também o fato de a revista excluir, sem qualquer explicação a publicação do número de indecisos, verificado na quarta e quinta rodadas³⁷, voltando a publicá-lo somente a partir da sexta rodada em diante.³⁸

Mas o que realmente chamara bastante atenção por ocasião da publicação das sondagens, diz respeito ao aparecimento "súbito" do nome do ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, na terceira rodada³⁹, e logo assumindo a liderança para em seguida desaparecer. Aliás, diga-se de passagem, que seria somente esta a única rodada em que Amin obteria seu resultado negativo, apesar de ainda apresentar

ligeira vantagem sobre o seu principal adversário, Jaison Barreto.⁴⁰ Como admitir-se Konder Reis na liderança, se ele sequer fizera parte das sondagens anteriores, tendo, portanto, ficado fora do levantamento prévio feito por Veja⁴¹, relativo aos nomes dos candidatos a candidato de cada partido (tendo em visto que ainda não haviam sido escolhidos oficialmente através das convenções partidárias regionais). Mas como seria possível ignorar o nome de alguém, que inclusive já estava em campanha pelo Estado no decorrer do ano de 1981. E cujo o lançamento da candidatura, segundo informação da própria Veja (edição de janeiro de 82), teria ocorrido na cidade de Rio do Sul, Alto Vale do Itajaí, em 10 de setembro de 1981, quando a sondagem que o apontara favorito havia sido também publicada só na edição de janeiro de 82.

Por último, e talvez o aspecto mais grave, refere-se ao fato de Veja-Gallup não ter levado em conta nas primeiras sondagens a questão da vinculação dos votos. Tal distorção seria admitida por Veja-Gallup na quinta rodada⁴², mas o erro somente fora sanado a partir da sétima rodada⁴³, estendendo-se a vinculação dos votos até prefeito. Ou seja, pouco mais de um mês e meio antes das eleições. Já na terceira rodada, cuja a publicação dos resultados ocorrera em janeiro de 82 (portanto, dois meses após a aprovação da vinculação de votos pelo Congresso) tal problema já deveria ter sido sanado, e não foi o que ocorreu. Assim, a contar desta data em diante, prosseguiu-se no mesmo erro durante aproximadamente nove meses.

Por último, destacamos o estudo pioneiro realizado pelos professores ALVAREZ e CISLAGHI, que tentam mostrar outros aspectos do erro cometido pela sondagem de Veja-Gallup em 82.⁴⁴ De acordo com estes estudiosos, a raiz do erro está na forma como os resultados são publicados. Ou seja, referem-se ao tipo de metodologia adotada

no levantamento dos dados, numa alusão a diferença existente entre pesquisa estimulada e espontânea.

O que significa dizer em outras palavras que "uma diferença aparentemente sutil na pergunta pode chegar a resultados drasticamente diferentes".⁴⁵ Em seu estudo, apresentam exemplo bastante ilustrativo a esse respeito.⁴⁶

Desse modo, além da indução ao erro de interpretação a que o público é levado, outros tipos de erros podem ocorrer, pois com o intuito de "arrancar" alguma resposta do entrevistado, é mostrada uma nominata dos candidatos e o entrevistado é estimulado a fazer uma opção, "fato que talvez não tivesse colocado para ele naquele momento". Segundo os autores, esta pressão pode provocar uma série de reações não naturais no entrevistado, diminuindo a confiabilidade da sua resposta (sentimento de desconforto ao sentir violado seu direito ao sigilo; receio de sofrer represálias por simpatizar por determinado candidato; constrangimento por desconhecer os candidatos; declinação de um nome em função da evidência circunstancial na mídia, etc.).⁴⁷ Pelo exposto torna-se claro o valor das pesquisas de opinião que se restringem a tabular apenas perguntas não estimuladas. Segundo os autores, a realização de uma série de pesquisas utilizando apenas esta última técnica permite "monitorar" com segurança a trajetória de cada candidato no decorrer da campanha eleitoral.

Assim, ressaltam quanto aos dois métodos referidos anteriormente, que "a quase totalidade da população, ao tomar contato com estes resultados não percebe a diferença entre eles". E os resultados, veiculados pela mídia, "passam a ser elementos condicionadores da opinião pública, tornando verdade o que inicialmente foi um erro de interpretação provocado intencionalmente ou não".

Ao proceder a uma análise de resultados de várias sondagens eleitorais em períodos distintos e em vários Estados brasileiros, ALVAREZ e CISLAGH procuram demonstrar até que ponto este tipo de "discrepância" entre previsões e resultados finais desqualificam o trabalho de pesquisa. Segundo os mesmos autores, é possível estabelecer o resultado final da eleição com uma margem de erro inerente às pesquisas, "normalmente situada numa faixa de 3 a 5%, sendo inaceitável admitir um erro acima de 10%"⁴⁸, como procuramos demonstrar nas Tabelas 24, 25 e 26. Em 82, a margem de erro admitida pelo Instituto Gallup situava-se na faixa de 3 a 4,5% (este último, somente em casos extremos), mas, no entretanto, fora bastante superior, ultrapassando folgadoamente o mínimo aceitável. Assim, concluem os mesmos estudiosos, que tal "fracasso" das empresas eleitorais constituiu-se em "grosseira distorção de indicadores de intenção de voto"⁴⁹, que "modificou os destinos destes políticos e de seus partidos", enquanto "o instituto de pesquisas permaneceu incólume".⁵⁰

6. O Trabalho da Mídia Eletrônica no Processo de Apuração

Por último, outro aspecto vinculado ao possível trabalho de "manipulação" por parte dos meios de comunicação nas eleições, refere-se ao processo de apuração, sobretudo no que se refere a ação da mídia eletrônica, em particular da ação levado a cabo pela RBS-TV. Utilizando-se de seu poderoso aparato e da sua liderança na audiência, a RBS montara verdadeiro "show" durante a divulgação dos resultados das eleições, comandado pelo principal comentarista político e Procurador do Tribunal de Contas, Moacir Pereira. Desse modo, a atuação da RBS, segundo membros do comitê eleitoral de Jaison, cuja

crítica também era compartilhada por profissionais de imprensa, e estudiosos da comunicação⁵¹ (crítica essa também compartilhada pelo autor), acabaria reproduzindo na prática a mesma orientação dada pela TV Globo durante a apuração das eleições no Rio de Janeiro, e que culminaria com o famoso escândalo do Proconsult. Ou seja, as emissoras da família Sirotsky em Santa Catarina agiram subrepticamente no trabalho de criação de clima favorável a "vitória" de Amin, servindo, quem sabe, para a prática de atos de fraude durante a apuração (como tentaremos explicar a seguir).

De acordo com denúncias do comitê eleitoral de Jaison, sintetizado em documento (já referido anteriormente no cap. II), a manobra adotada pela RBS durante a divulgação dos boletins do TRE, consistia basicamente em somente divulgar com maior ênfase as urnas favoráveis ao PDS. De acordo com o mesmo documento, havia uma espécie de "aceleração" na divulgação das apurações das urnas pró-PDS, e uma espécie de "retardamento" na divulgação das urnas pró-PMDB. Só para exemplificar, podemos lembrar que de um total de 500 urnas divulgadas, mais da metade eram favoráveis ao candidato oficial do governo.

Com isso, ainda segundo a denúncia do PMDB, assegurava-se na mídia a veiculação de um sentimento de derrota entre os quadros e eleitores do PMDB. "Tudo indica que o resultado pretendido de um mau desempenho oposicionista é o afrouxamento da fiscalização da apuração e a criação de um certo tipo de 'voto Camaleão' (já falamos a respeito no Cap. II)".⁵² Entendiam os peemedebistas, e com razão, que o afrouxamento da fiscalização propiciava tendência natural "a antecipação falsa da derrota". E que isto tendia a ocorrer naqueles municípios aonde por algum motivo o trabalho de fiscalização era mais débil.

E, por último, cabe destacar o papel desempenhado pelo jornalista Moacir Pereira, um dos principais intelectuais orgânicos das elites no período, na "armação" televisiva de preparo da opinião pública em favor da "vitória" pedessista. Dono de forte comunicação junto aos telespectadores, tanto através de seus comentários diários, como no comando da "central de apurações" paralela montada pela RBS em 82, Pereira teria reconhecido anos mais tarde durante encontro com o ex-senador Jaison Barreto seu trabalho de influência junto ao eleitorado, ao manipular dados durante a campanha e também na divulgação dos resultados das urnas.⁵³

Assim, em conclusão a esta parte, podemos afirmar que a participação da RBS, neste trabalho aludido anteriormente, é de importância capital para a análise. Detentora de várias emissoras geradoras de programação nos grandes centros do Estado, a exemplo de Florianópolis, Blumenau e Joinville, além de repetidoras espalhadas pelos 199 municípios catarinenses, a RBS exerceria na prática papel importante neste trabalho de convencimento do eleitorado. Se não bastasse isto, o "esquema" posto em prática pela elite dominante, ainda receberia indiretamente o apoio da corrente moderada do PMDB, que não só endossaram a lisura do processo de apuração em Santa Catarina, como também admitiriam a derrota de Jaison Barreto, tal como já vimos. Atitude de certo modo precipitada, tendo em vista que muitos dias se passariam até que o TRE proclamasse oficialmente os eleitos, devido aos inúmeros pedidos de impugnação de urnas e recursos solicitados pelo próprio PMDB.

Por isso, a mídia, em especial a mídia eletrônica, esta última liderada pelo complexo da Rede Brasil Sul de Comunicações devido a sua liderança de audiência em Santa Catarina, jogaram papel fundamental no pleito de 82.

7. Conclusão

A título de conclusão, podemos constatar, de acordo com o estudo de vários autores que analisamos neste capítulo, toda a complexidade que envolve as sondagens eleitorais, tanto no que diz respeito a realização quanto a divulgação através da mídia. Podemos perceber que esta questão é ainda mais relevante pelo fato de não existir no Brasil mecanismo legal de controle, capaz de conduzir de forma satisfatória a problemática. O que tem contribuído para a ocorrência de série de transformos, principalmente nos períodos das disputas eleitorais, a exemplo do que ocorreu em 1982. (Observe-se ainda que vários aspectos inerentes ao problema, verificados naquele pleito, tem se tornado rotineiro nas disputas eleitorais recentes).

Por último, questionamos o trabalho de divulgação dos resultados oficiais do TRE catarinense pelo grupo gaúcho RBS, que forneceu indícios para se pensar a existência de possível estratégia visando favorecer ao candidato oficial. Tal suspeita, ganhou ainda mais peso em razão dos acontecimentos que tiveram lugar no Rio de Janeiro, com a tentativa de fraudar os resultados das urnas, uma vez que os episódios que ocorreram em Santa Catarina durante a fase de apuração dos resultados (e sua divulgação pela televisão), guarda bastante semelhança com o que se verificou no Estado carioca. Ou seja, a maneira como foram divulgados os números oficiais do TRE pela RBS, gerou enorme protesto por parte dos partidos e candidatos de Oposição e também por uma fatia significativa do eleitorado, questionando, assim, o resultado do pleito.

Notas

¹Cf. THIOLENT, op.cit., p.38.

²Cf. THIOLENT, op.cit., p.39.

³Cf. THIOLENT, ibidem.

⁴Cf. THIOLENT, op.cit., p.66.

⁵Cf. THIOLENT, OP.CIT., P.72.

⁶A tese é defendida pelo professor de comunicação da UnB, Venício A. de Lima, em entrevista sobre o tema, vide revista Isto é/Senhor, 2 de agosto de 1989, nº 1.037, p.12.

⁷Cf. THIOLENT, ibidem.

⁸Cf. THIOLENT, ibidem.

⁹Cf. VENÍCIO A. DE LIMA, Entrevista a Isto é/Senhor, ibidem.

¹⁰Especialmente do jornal Folha de São Paulo, dono do Instituto DataFolha. A este respeito, vide editorial da "Folha", intitulado "ataque à imprensa", edição de 6 de dezembro de 89, "Opinião", p.A-2.

Com isso, a "Folha" procurou minimizar o impacto da reunião realizada pelo Corregedor-Geral eleitoral, Romildo Bueno de Souza, com todos os representantes de institutos de pesquisas e principais veículos de comunicação do país. Acusou o ministro Romildo de fazer "patrulhamento" e de "tutela à imprensa", além de lançar-lhe duros ataques pessoais. E lançou mão do princípio liberal de "liberdade de imprensa", que encontra contestação no professor Venício A. de Lima, vide entrevista à Isto é/Senhor, ibidem. Lembre-se, por outro lado, que a Lei 7.773, de 8 de junho de 1989, fixou normas para garantir a lisura na realização das sondagens e sua divulgação via mídia, além de proibir a divulgação nos dias que antecedem o pleito, vide Ofício do ministro Bueno de Souza à Folha, publicado na edição do mesmo jornal em 7 de dezembro de 89, Caderno das Diretas, p.B.6. Quanto a questão da proibição, como se sabe, isto acabou não ocorrendo em 89, pois já havia o precedente do ano eleitoral anterior, quando com base no princípio constitucional do fim da censura, a própria "Folha" liderara movimento juntamente com a TV Bandeirantes e a rádio Jovem Pan, conseguindo a liberação das sondagens. A este respeito, vide também matéria da "Folha" sobre a liberação das pesquisas, intitulada "Abert pede garantia contra censura às pesquisas", Caderno das Diretas/89, p.B.4.

Mesmo assim, o ministro Romildo Bueno de Souza em seu Ofício à "Folha", sustentara, concordando em parte com as teses levantadas sobre o assunto por Thiollent, que a atual Constituição "repudia intransigentemente o abuso do poder econômico, admitindo que ele possa influir para cercear ou promover mudanças sociais e políticas, em prejuízo intolerável da livre manifestação das tendências do eleitorado. Estes também são dogmas, constitucionais, com os quais o da liberdade de informação e de opinião há de conviver". Assim, afirmara que "várias reclamações de partidos políticos têm sido trazidas à Corregedoria Geral a propósito de certas pesquisas eleitorais, bem

como da forma de sua utilização pela imprensa, rádio e televisão, alegando-se falta do devido cumprimento do artigo 26 da lei 7.773/89", vide Ofício, "Folha", 7 de dezembro de 89, Cadernos das Diretas/89, ibidem. No mesmo Ofício, após ouvidos os organismos de comunicação, a título de recomendação, "saliou-se a necessidade de se fazer distinção entre opinião ou editorial e notícia sobre resultados de pesquisas; reconhece-se a necessidade de ampla consulta aos relatórios desses levantamentos, tudo em apreço ao dever de respeito à verdade", vide Ofício à Folha, ibidem. Sustentara, finalmente, o ministro do TSE que "a liberdade de informação deve se submeter à liberdade de voto". Ou seja, "a Constituição também garante, e a meu ver de forma principal, a incolumidade da liberdade do voto", e fora taxativo acerca das distorções quanto a veiculação das pesquisas: "muitas vezes se extraem dados das (pesquisas) que podem distorcer seus resultados. Algumas manchetes, em vez de refletir os dados reais, aparecem como ponta-de-lança de editoriais", vide "Folha", Caderno das Diretas/89, p.8-4.

¹¹Analizamos o total de nove rodadas de pesquisas feitas por Gallup-Veja, e que compreendem o período de julho de 1981 a outubro de 1982. A legislação eleitoral proibia a divulgação de sondagens eleitorais 15 dias antes das eleições. Sobre a vantagem de Amin nas pesquisas, vide Tabela 24.

¹²Tentava-se passar o clima favorável a vitória pedessista na base do "já ganhou", tão característico nestas horas (como já analisamos em outra passagem do texto. Com isso, lançava-se certo pessimismo nas hostes oposicionistas, o que poderia significar certo "afrouxamento" na fiscalização das apurações, podendo ser aberto o caminho para a fraude.

¹³Cf. Veja, edição de 25 de agosto de 82, p.20.

¹⁴Entrevista do ex-governador Henrique Córdova ao autor, em 22 de setembro de 1990.

¹⁵Entrevista do ex-governador Henrique Córdova, idem.

¹⁶Entrevista do ex-governador Henrique Córdova, idem.

¹⁷Entrevista do ex-governador Henrique Córdova, idem.

¹⁸Entrevista do ex-governador Henrique Córdova, idem.

¹⁹Entrevista do ex-governador Henrique Córdova, idem.

²⁰Cf. Jaison Barreto, Senado DF: 1983, Separata à entrevista publicada na edição de 27/28 de março de 1983, do JSC, p.14-15.

²¹Invariavelmente, os jornais catarinenses se antecipavam a própria revista na divulgação dos números de Gallup. Ou, na pior das hipóteses, os números das sondagens de Gallupo eram publicados nos jornais catarinenses no mesmo dia em que a revista Veja saía às ruas. Essa norma fora seguida rigorosamente durante as nove rodadas, como se pode observar através do acompanhamento da imprensa catarinense no período. O que demonstra a enorme importância jornalística dispensada aos resultados das sondagens.

²²Cf. Opinião de Jaison Barreto a este respeito publicada no JSC, de 5/1/82, p.2. E também jornal OE, de 5/1/82, p.3 e AN de 11/5/82, esta última feita por membros do partido.

²³Cf. JSC, de 14 set. 82, p.2.

²⁴Cf. JSC, ibidem.

²⁵Cf. Veja, edição de 15 set. 82, p.22.

²⁶Cf. JSC, 14 set. 82, p.2.

²⁷Cf. OE, 15 set. 82, p.3.

²⁸Cf. Veja, edição de 13 out. 82, p.32.

²⁹Cf. JSC, 12 out. 82, p.2.

³⁰Cf. AN, 12 out. 82, p.3.

³¹Cf. OE, 12 out. 82. Na mesma edição, o jornal reproduz os números de Veja-Gallup, vide, p.3; além de colher declaração de membros da Oposição, a exemplo do coordenador geral do comitê eleitoral de Jaison, Murilo Canto, que afirma que "a pesquisa do Gallup tem sido usada como matéria paga em todos os jornais de circulação em Santa Catarina", ibidem. A esse respeito, vide respectivamente edições de OE, de 17 out. 82 e OE, de 28 out. 82, que reproduz as pesquisas de Veja-Gallup através de matéria paga.

³²Cf. Veja, edição de 27 out. 82, p.29.

³³Cf. JSC, 26 out. 82, p.2. O coordenador de campanha do PMDB, Murilo Canto, volta a lançar dúvidas acerca dos métodos das pesquisas eleitorais, alegando que "o método de aferição contém vícios". E lembra o medo das pessoas em responder questionários quando lhes pedem nome e endereço, e reitera que o partido (PMDB) possui dados que o apontam como vitorioso nas urnas, vide igualmente p.2.

³⁴Cf. AN, 26 out. 82, p.3. O jornal não repercute os números de Veja junto à Oposição.

³⁵Cf. OE, 26 out. 82, p.3.

³⁶Cf. Veja, edição de 8 jul. 1981, p.21. Os nomes dos candidatos foram colocados em círculo, técnica concebida para evitar o eventual favorecimento dos que são apresentados na cabeça da lista. De acordo com esta técnica, não se pergunta em quem o entrevistado pretende votar (como é norma na técnica da pesquisa espontânea), mas qual dos nomes apresentados a ele tem a sua preferência. A pergunta, nestes casos, é a seguinte: "Se a eleição para Governador de Estado fosse hoje, e fossem estes os candidatos, em qual deles votaria", ibidem.

³⁷Cf. Veja, edições de 12/05/82, p.58 e de 25/08/82, p.31.

³⁸Cf. Veja, edição de 15 set. 82, p.29.

³⁹Cf. Veja, edição de 06 jan. 82, p.41. Segundo Veja, a indicação de Konder Reis provocara "mudança espetacular" no quadro esculpido pelas duas primeiras rodadas. Sustentava ainda que Konder Reis virara o ano como o nome mais cotado nas urnas de novembro de 82, sobretudo "por ter-se revelado capaz de conseguir eleitores em todas as dobras do leque político catarinense", *ibidem*. Acrescenta ainda mais: "os números da pesquisa revelam que Konder Reis - primo e antecessor de Bornhausen - tirou votos de Amin, herdou o eleitorado de dois nomes do PDS excluídos da lista por falta de chances - Vitor Fontana e Henrique Córdova - arrancou fatias do PMDB e do PP, e mostrou que parte do eleitorado que permanecia indeciso ou indiferente aos candidatos disponíveis estava apenas à espera do lançamento de seu nome", *ibidem*. Tais argumentam de Veja, contrastam com o que afirmou o ex-governador Henrique Córdova em seu depoimento ao autor (vide Cap. III). O que pode representar clara manipulação dos eleitores por parte da revista, tamanho as distorções dos dados da realidade que tais afirmações ensejam.

⁴⁰Cf. Veja, *ibidem*.

⁴¹Cf. Veja, edição de 8 de julho de 1981, p.14.

⁴²Cf. Veja, edição de 25 de agosto de 1982, p.20. De acordo com Veja-Gallup, "uma pesquisa eleitoral que verifique a intenção de voto para um só desses candidatos, mesmo que ao mais importante deles (o Governador), daria uma idéia muito superficial do provável resultado da eleição. Assim, em sua quinta rodada, a pesquisa eleitoral Veja-Gallup inclui pela primeira vez a vinculação de votos entre governador, vice-governador e senador, e, ao manifestarem sua preferência, os entrevistados foram informados da necessidade de observar essa exigência legal. Nas próximas rodadas a pesquisa estenderá a vinculação até o prefeito", *ibidem*.

⁴³Cf. Veja, edição de 29 set. 82, p.22. A revista esclarece que desta vez o Gallup apresentou em 70% das 462 cidades pesquisadas uma pergunta aberta - pergunta aberta é a que não menciona o nome dos candidatos - estendendo a vinculação até o prefeito. Informa também que "o desvio-padrão da amostra é de 3,5%. A margem de erro é maior para os dados sobre as capitais", *ibidem*.

⁴⁴Cf. Artigo dos professores do departamento de Ciências Estatísticas e da Computação da UFSC, Frederico Agenor ALVAREZ e Renato CISLAGHI, intitulado "Pesquisas: sutilezas ou má fé o que não foi dito nas pesquisas", Florianópolis, jornal da Associação dos Professores da UFSC, out. 89, p.7.

⁴⁵Entendemos ser esta apenas parte do problema, como vimos até aqui em nosso estudo. Porém, nem por isso, menos fundamental. Como se trata de assunto novo na discussão acadêmica da sociologia eleitoral, acreditamos como bastante válida a contribuição dos dois estudiosos acima referidos, mesmo porque só reforçam vários argumentos de outros estudiosos sobre o assunto.

⁴⁶Cf. ALVAREZ e CISLAGHI, *ibidem*. Trata-se dos resultados parciais de pesquisa realizada pelo Ibope durante a campanha eleitoral para o governo do Rio de Janeiro em 86: Pergunta 1: O senhor já escolheu em que candidato vai votar nas eleições de 15 de novembro? Se sim, em quem?

Moreira Franco	6%
Darcy Ribeiro	2%
Nelson Carneiro	2%
Fernando Gabeira	1%
Outros	2%
Indecisos	87%

Pergunta 2: Se fossem estes os candidatos a Governador, em qual o senhor votaria?

Moreira Franco	46%
Darcy Ribeiro	12%
Aarão Steinbruch	10%
Fernando Gabeira	7%
Agnaldo Timóteo	6%
Outros e Indecisos	18%

O que pretendem enfatizar, é que há nítida diferença entre os dois métodos, pois a apresentação "isolada dos resultados, tabulados da pergunta (1) dão ao eleitor o retrato fiel da intenção de voto da população naquele momento". Ou seja, "grande parte dos eleitores não tinha definido seu voto e os percentuais de cada candidato eram modestos". Enquanto na pergunta (2), os percentuais de cada candidato eram muito mais expressivos, "dando a impressão de que a eleição já estava definida, pois com o querestava de votos indefinidos a situação não poderia ser alterada".

⁴⁷Cf. ALVAREZ e CISLAGHI, *ibidem*. A esse respeito, THIOLENT acrescenta que: "(...) L. Sfez e A. Cauquelin consideram que, na base da desinformação vigente, a pesquisa por questionário não é apenas uma técnica de registro ou de coleta de opiniões: ela desempenha uma função ativa na própria formação da opinião. O objeto da sondagem consiste em 'formular o informulado, tornar explícito o implícito, corporificar a opinião informal'. Trata-se de formulação ou de explicitação pré-determinada pelas categorias, pelos pressupostos, enfim, pela problemática do questionário e daqueles que o encomendaram. Os resultados de tais pesquisas são utilizadas como informação nos mecanismos do poder para fins de legitimação de sua política", "Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária", p.69. O mesmo concorda o professor da UnB, Venício A. de Lima, vide entrevista à Revista Isto é/Senhor, *op.cit.*, p.12.

⁴⁸Cf. ALVAREZ e CISLAGHI, *ibidem*.

⁴⁹Cf. ALVAREZ e CISTAGHI, *ibidem*. O mesmo argumento é reforçado por Jaison Barreto em seu depoimento ao JSC, vide Separata à entrevista publicada pelo JSC, *op.cit.*, p.14. (Lembre-se que o ex-governador Henrique Córdova reforçou sua desconfiança quanto aos números de Veja/Gallup, principalmente devido a grande margem de diferença pró-Amin na última pesquisa fornecida ao partido, conforme depoimento ao autor.

⁵⁰Cf. ALVAREZ e CISLAGHI, *ibidem*.

⁵¹Entrevista do professor Daniel Herz ao autor.

⁵²Cf. Documento do PMDB, *idem*.

⁵³A declaração de Moacir Pereira é confirmada por um dos participantes do encontro, ocorrido na residência de Jaison, em Balneário Camboriú. Tal encontro, tinha por objetivo traçar diagnóstico sobre

a realidade política catarinense e brasileira, para o qual Pereira fora convidado na condição de analista político. O teor dos debates (a exceção da declaração privada deste último), aparece publicado no jornal alternativo "Bernunça", de dezembro de 1987, p.7-9, que relaciona os nomes de todos os participantes.

Além de Moacir e Jaison, os debates foram presenciados pelo jornalista Eloy Peixoto (autor da matéria para o Jornal "Bernunça"); o ex-líder estudantil Adolfo Dias, fotógrafo Cláudio Mantovani; o vereador do PDT de Balneário Camboriú, Leonel Pavan; médico psiquiatra radicado em Florianópolis, Bráulio Freitas; ex-presidente do PDT e então presidente do mesmo partido, respectivamente, os médicos Sérgio Lorenzatto e José Esposito.

CONCLUSÃO

A análise implicou numa série de constatações com base no levantamento empírico apresentado ao longo da exposição, tornando possível proceder-se a série de observações, ainda que de forma resumida.

A eleição direta para Governador de 1982 possibilitou a oportunidade para se entender mais de perto a ação política de setores expressivos das elites contra as Oposições em Santa Catarina. Assim, em razão dos interesses em jogo e das forças em conflito, podemos enfatizar a existência de uma série de evidências acerca de um "mínimo" de ação "coordenada" e "planejada" no seio daqueles segmentos que se colocaram ao lado da candidatura situacionista.

Tal fato, nos inclina a pensar na constituição de elites orgânicas, tendo como pano de fundo os aspectos conjunturais e políticos desta eleição em particular. Pois, vamos notar que vários indicadores irão apontar nessa direção, como exemplo, podemos citar a integração de membros das elites com a candidatura oficial e a ADESG-SC, o mesmo ocorrendo em relação a Fundação Nereu Ramos (que assessorava

o PDS), mídia, grupos empresariais, Sindicato dos Jornalistas (e profissionais da área), etc.

Ou seja, tudo isso leva a crer que se formou em 1982 uma verdadeira teia de articulação, que foi posta em prática em favor do PDS. O que torna possível entender-se através destes indicadores acima apontados, como pertinentes para se pensar em termos de elite orgânica. Uma vez que não foi, certamente, somente o comportamento "radical" do candidato oposicionista o fator responsável pela "união" das elites. Mas, sobretudo, a ação "minimamente" coordenada desta mesma elite, que conseguiu com êxito estabelecer na prática elo de ligação entre suas diferentes camadas, superando possíveis contradições internas, e canalizando todas as energias em favor da campanha eleitoral da situação, a fim de derrotar o "inimigo comum".

Desse modo, vimos que a ação política (nos seus aspectos táticos e estratégicos) das camadas dominantes catarinenses em 82, foi desenvolvida no sentido de impedir a todo custo a vitória do candidato oposicionista. Assim, foram utilizados para se alcançar tal objetivo, todos os meios e organismos de que possuíam ou que estavam a seu inteiro dispor: aqui previsivelmente expressados pelo Partido, mídia, Fundação Nereu Ramos, aparato do Estado (também nacional), grupos empresariais, etc.

Assim, podemos entender, por exemplo, de que forma a mídia se comportou nas eleições, cujo monopólio pertencia no período (como ainda hoje acontece) aos grandes grupos empresariais articulados (e/ou vinculados) ao partido governista. A exemplo igualmente de seus principais profissionais (muito deles legítimos intelectuais orgânicos das elites).

Utilizando como indicador os editoriais dos três principais jornais em 82, foi possível entender como se a mídia impressa traba-

lhou a "imagem" positiva do candidato do PDS, ao mesmo tempo tendia na tentativa de "desestabilizar" a candidatura de oposição junto ao eleitorado.

Por outro lado, tentou-se desmistificar o poder "divino" das sondagens eleitorais, no que tange a divulgação pelos meios de comunicação, questionando-se os resultados apresentados nesta eleição, bem como adentrando em alguns aspectos de método de pesquisa com base na literatura existente. Mas sem a pretensão de querer esgotar assunto tão complexo (e ainda ao que parece pouco explorado na literatura). Contudo, as enquetes forneceram várias pistas para se pensar em mais uma estratégia das elites no trabalho de "convencimento" do eleitor, criando direta ou indiretamente clima favorável a vitória pedessista, bem como "abrindo" espaço para ações de fraude conforme seria denunciado pelas oposições. (A mesma ação pode inclusive ter se repetido no momento das apurações dos resultados, segundo evidências e denúncias contra a mídia eletrônica).

Subjacente a isto, procurou-se também destacar que em momentos de forte polarização (a exemplo das eleições de 82), a ação das elites pode ter redundado na "quebra" das regras do jogo para fazer valer seu intento. Por isso, deu-se ênfase aos inúmeros casos de fraude ocorridos durante o processo eleitoral, que pode ter revelado outra faceta desta ação dos setores dominantes. Some-se ao fato que muitos episódios verificados em Santa Catarina, apresentaram bastante similitude com os de outros centros do país, colocando a mostra: de um lado, a "fragilidade" da Justiça Eleitoral em coibir tais abusos; de outro, revelando uma justiça no "mínimo" despreparado e mesmo "omissa" em alguns casos. Ressaltou-se quanto a este aspecto que o PMDB não soube agir de maneira política eficaz para "barrar" o que denominavam de "esquema" montado contra a candidatura oposicionista.

Revelando, por seu turno, o "imobilismo" partidário de suas principais lideranças, que pode ter sido motivado pela divisão histórica existente no interior do partido, com prejuízo irremediável para Jaison Barreto.

Pois, dentro deste contexto, procurou-se ressaltar pela pesquisa que tivemos em 82 eleição disputadíssima (ao contrário do que era divulgado pela mídia e sondagens eleitorais), colocando-se naquele momento a possibilidade real de "ruptura" no sistema de dominação política catarinense. Principalmente, devido a falta de espaço de manobra política e de legitimidade da elite encastelada no poder (e seus aliados) vinculados ao autoritarismo. Pois tivemos a candidatura de oposição totalmente desvinculadas destes setores, enquanto que a candidatura oficial significava a manutenção do poder nas mãos das elites (seus blocos mais tradicionais e modernizantes), mediante nova forma populista de ação, que no essencial reproduzia as mesmas correntes no poder.

Não seria por acaso que a candidatura do senador Jaison Barreto tendeu a "unificar" os diferentes segmentos dominantes contra o seu partido, em que pese todas as "armadilhas" inventadas pelo governo militar para derrotar as oposições. (Não esquecendo-se o trabalho desencadeado pelas elites durante o processo da disputa eleitoral).

Por esse motivo, FLEISCHER¹ chama atenção de que "os riscos para o governo foram muito altos", com o que concordamos. Segundo o autor, "se o PDS tivesse perdido duas das três eleições mais disputadas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul ou Mato Grosso, por exemplo, com a perda de uns 18 votos no Colégio/Eleitoral, a sua maioria neste evaporaria". Pois o "medo" das elites era muito grande, se considerarmos também que Jaison Barreto era visto como o mais "radical" dos candidatos oposicionistas naquele pleito, de acordo com o

posicionamento de várias lideranças do PMDB a nível nacional.

Em caso de vitória, ele poderia polarizar as atenções na questão do debate nacional em torno da escolha do novo Presidente da República², se pensarmos, naturalmente, na nova correlação de forças que poderia impingir ao seu partido - tanto no Plano regional quanto nacional, e na liderança que poderia assumir em caso de vitória ao governo do Estado.

E, por último, destacou-se através do estudo a ênfase no envolvimento político dos empresários catarinenses, que vem em reforço a tese sobre a existência de elite orgânica atuante em Santa Catarina. Ressaltou-se o seu trabalho contra o candidato oposicionista, através de forte campanha ideológica e em diversas frentes.

Esse trabalho contou com a ajuda de profissionais das mais diferentes áreas, agindo em conjunto com o setor privado (e suas instâncias) e com o aparato do Estado no plano regional (e através do Palácio do Planalto via presidência da República). O que nos faz pensar em termos da existência de espécie de "vanguarda" dos interesses das elites dominantes (e suas diferentes frações de classe) em Santa Catarina. Ou seja, composta basicamente de lideranças de organização de classe, intelectuais orgânicos políticos, diretores de empresas, empresários comerciais e industriais: verdadeira elite das classes dominantes, perseguindo a meta de preservar seus interesses.

Esse último aspecto, nos leva a considerar a questão da participação do empresariado no processo político catarinense mais recente com outros olhos. Do ponto de vista acadêmico, devemos "romper" com a idéia de uma classe empresarial alheia aos "negócios da política". E, portanto, sem consciência de seus próprios interesses. E, ao mesmo tempo, entender o poder dominante estadual como dominado

por apenas as chamadas camadas "oligárquicas".³

Ou seja, é preciso privilegiar em nossos estudos, espaço para o entendimento da participação deste importante ator social no cenário político catarinense, uma vez que muitos estudos ainda continuam vinculando a questão do poder político no Estado ao simples jogo de uma ou mais famílias tradicionais e seus "filhos" mais diletos. E com isso, deixamos "escapar" toda a complexa rede de articulação criada a partir das transformações ocorridas na sociedade em nossa história recente, com a criação de aparatos e agências no seio do próprio Estado (inclusive local), "penetrado" por grupos de pressão e lobbies de agentes e grupos empresariais.

Notas

¹Cf. FLEISCHER, David, "As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral 'Versus' Sistema Partidário", In: ____ (org.). Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982, p.82.

²Importante salientar que Jaison manteve posição equidistante em relação a era denominada de "Nova República", tanto que foi o único, senão um dos únicos senadores peemedebistas em todo o Brasil, a não votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Ou seja, sequer compareceu para a votação, ele que era apontado por muitos partidários do PMDB no plano nacional, como provável futuro ministro da Saúde de Tancredo.

³Logicamente, não desconhecemos que perduram práticas antigas de dominação em muitas esferas da vida política catarinense, convivendo como novas formas e outros fatores sociais de dominação.

BIBLIOGRAFIA

- ABAÍDE, Jalusa Prestes. Partidos políticos no Brasil: 1979-1988. Florianópolis: UFSC, 1990 /Dissertação de Mestrado/
- ABREU, Alcides. O caminho do homem: proposta para uma proposta para Santa Catarina. Florianópolis: Coordenadoria de Estudos Urbanísticos, 4 volumes.
- ALMEIDA, Rufino Porfírio. A empresa comercial e industrial Germano Stein S.A. (1883-1983). São Paulo: USP, 1984. /Tese de Doutorado/
- ALVAREZ, Frederico A. e CISLAGHI, "Pesquisas: sutilezas ou má fé/ o que não foi dito nas pesquisas". In: _____. Jornal da Associação dos Professores da UFSC, Florianópolis, out. 1989.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 128p.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado. Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- AMIN, Esperidião. A administração da crise. Florianópolis: _____, A vez do pequeno: uma experiência de governo. Florianópolis: Casa Civil, 1985.

- • Resposta à carta dos catarinenses: governo Esperidião Amin - 4 anos. Florianópolis: Gaplan, 1987. /Relatório de governo/
- e FONTANA, Victor. Carta dos Catarinenses. Florianópolis: 1982. 19p.
- ANDER-EGG, Ezequiel. Introducción a las técnicas de investigación social. 3.ed. Buenos Aires: Editorial Humanitas, 1972.
- ANDERLE, Jacó. Depoimento sobre as eleições de 1982. Florianópolis: 4 jan. 1990. (informação verbal).
- ANDRADE, Leo Rosa de. A estrutura coronelista de dominação: análise de um caso. Florianópolis: UFSC, 1984. /Dissertação de Mestrado/
- ATLAS Financeiro do Brasil. Rio de Janeiro: Interinvest, 1981.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70/Persona, 1988.
- BARRETO, Jaison. O significado do pensar. Brasília, 1981. 151p.
- • Fazendo a hora. Brasília, 1980. 142p.
- • As armas ou os barões... um basta ao arbítrio. Brasília, 1978.
- • As eleições presidenciais e a transição para o socialismo. Florianópolis, palestra proferida aos alunos da UFSC, 25 out. 1989.
- • Transformações sociais - a saída para a crise. Brasília, 1979, p.5-53.
- • Diretrizes de um governo popular e democrático para Santa Catarina. Blumenau: ADESG/Ciclo de Debates, 6/8/82.
- • Empresa privada com recursos públicos. In: _____. O significado do pensar. Brasília, 1981, p.13-34.
- • "Recebi a derrota como um homem maduro, calçado e cheio de cicatrizes". Brasília: 1983. 27p.

- BENAKOUCHE, Rabah. Grupos industriais da região sul do Brasil. Núcleo de Política Científica e Tecnológica, Florianópolis, UFSC, 1983. Relatório de Pesquisa.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia - uma defesa das regras do jogo. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Trad. de João Ferreira, Carmem C. Varriale e outros. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- BOSCHI, Renato Raul. Elites industriais e democracia. Rio: Graal, 1979.
- BOSSLE, Ondina Pereira. História da industrialização catarinense (das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. Ed. Comemorativa, CNI/FIESC, 1988.
- BRASIL SUL. RBS, v.1, dez. 1988.
- BRUM, Eron. Política, o palco da simulação/Estudo dos fatores que influenciam a opinião pública em um procedso eleitoral. Santos: Editores A Tribuna, 1988.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. Gramsci e o Estado - por uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CADERNO INTERCOM. Rádio e Cultura no Brasil. São Paulo: Cortez/Intercom, n.8, dez. 1985.
- CAILLAUX, Ana Maria Lustosa e DINIZ, Eli. Agregação e representação de interesses do empresariado industrial: sindicatos e associações de classes. Rio: Iuperj, 1979.
- CALENDÁRIO Eleitoral das Eleições de 15 de novembro de 1982. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982. 27p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

- O papel dos empresários no processo de transição: o caso brasileiro. In DADOS, Rio, vol.26, n.1, 1983.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento - Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARNEIRO, Dirceu. Pronunciamento na Câmara dos Deputados, Brasília, 1983.
- CARTILHA Política da Igreja e participação na sociedade. Tubarão: Diocese de Tubarão, 1982. 44p.
- CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros - Discurso e práxis dos seus programas. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979). Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-79). Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.
- CONSTATAÇÕES, tendências e ações dos instrumentos de política agrícola. Acompanhamento conjuntural da agricultura catarinense. Florianópolis, v.3, n.9, set. 1981.
- CÓRDOVA, Henrique Helion Velho de. Depoimento sobre processo eleitoral de 82. Florianópolis: 22 set. 1990. (Informação verbal)
- ~~CORRÊA~~, Carlos Humberto. Os governantes de Santa Catarina (1739-1982) - Notas Biográficas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.
- COUTINHO, C. Nelson. Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- CUNHA, Idaulo José. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- DALPASQUALLE, Dejandir. Depoimento sobre o PMDB nas eleições de 82. Florianópolis: 16 jan. 1990. (Informação verbal)

- DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1987. 118p.
- DIAS, Adolfo Luiz. Depoimento sobre eleições de 1982. Florianópolis: 26 out. 1989. (Informação verbal)
- DIAS, José de Souza (org.). Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe, 1989.
- DINIZ, Eli. Voto e máquina política - patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- "Empresariado e transição política no Brasil: problemas e perspectivas". In: _____ e FLESICHER, David (org.). Da Distorção à abertura: as eleições de 1982.
- Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945. Rio: Paz e Terra, 1978.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado/ação política, poder e golpe de classe. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- A internacional capitalista - estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- O jogo da direita na Nova República. Petrópolis: Vozes, 1989.
- DÚRAN, Cláudio e URZÚA, Patrício. Sobre o papel ideológico de el Mercurio na sociedade chilena. In: _____. Comunicação e sociedade. São Paulo: Cortez e IMS, n.5, 1981.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1983. 184p.
- ESCOLA SUPERIOR de Guerra. Fundamentos Teóricos. Rio de Janeiro, 1983. 332p.
- Manual Básico. Rio de Janeiro, 1986. 363p.

- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. 2.ed. Rio: Zahar, 1976.
- FIORI, Neide Almeida. Técnicas de pesquisa em sociologia. Florianópolis: Curso de Mestrado em Sociologia Política/UFSC, 1984. Mimeo.
- FLEISCHER, David. As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário. In: _____. Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília, UnB, 1988. _____ (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília: Editora da UnB, 1988. 252p.
- FONTANA, Remy. Governo Amin - um voto de desconfiança ("A opção pelos pequenos" como meio de realizar a política dos grandes) - um estudo sobre a nova direita em SC. Florianópolis, 1983. Mimeo. _____ . Depoimento sobre a campanha eleitoral de 82. Florianópolis: 8 mar. 1990. (Informação verbal)
- FUNDAÇÃO NEREU Ramos para Pesquisas e Estudos Políticos. Partido Democrático Social. Proposta de programa. Florianópolis, 1982. _____ . Partido Democrático Social. Proposta de programa. Santa Catarina, s.d.
- GOMES, M. Soledad E. de Arruda. Coletivismo no bairro: uma análise sobre o fenômeno da participação. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.
- GOOD, J. Willian e HATT, Paul K. Métodos em pesquisa social. 7.ed. São Paulo: Nacional, 1979. 477p.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- GRANDO, Sérgio. Depoimento sobre o PMDB nas eleições de 82. Florianópolis: 20 out. 1989. (Informação verbal)

- GROSS, Denise Barbosa. Burguesia industrial gaúcha e o estado nacional (1964-1978). Porto Alegre: FEE, 1987.
- OUARESCHI, Pedrinho e RAMOS, Roberto. A máquina capitalista. Como funciona e se reproduz, por que paga baixos salários, papel do intelectual na luta pelas mudanças, um exemplo: RBS. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GUIMARÃES, Antonio Monteiro (org.). Dicionário do pensamento marxista. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, (Editor Tom Bottomore): Zahar, 1988.
- HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Editora da FURB, 1987.
- HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HIRANO, Sedi (org.). Pesquisa social - projeto e planejamento. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- JORNAL RABISCO. Jornal dos funcionários do grupo RBS. Vide edição do AID, mar. 1986.
- KELLER, Jacqueline. Proposta para planejamento do sistema operacional do setor de remuneração indireta da gerência de recursos humanos do Grupo Hoep'cke. Florianópolis: UFSC, nov. 1988. /Trabalho de Conclusão de Curso da Administração/
- LAFER, Celso. O sistema política brasileiro hoje: tendências e perspectivas, 1983.
- X LAMOUNIER, Bolivar e MUSZYNSKI, Judith. São Paulo, 1982: a vitória do (P)MDB, 1983.

- LAMDOUNIER, Bolivar e MOURA, Alkimar. Política econômica e abertura política no Brasil - 1973- 1983, 1984.
- LAMDOUNIER, Bolivar e FIGUEIREDO, Marcus. A crise e a transição para a Democracia no Brasil (2 estudos), 1984.
- LAMDOUNIER, Bolivar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira, 1984.
- Authoritarian Brazil revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira - 1974/1982, São Paulo: IDESP, nº 11, 1985.
- e MENEGUELLO, Rachel. Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro, São Paulo: IDESP, nº 14, 1986.
- LASSWEL, Harold Dwight. A linguagem da política. 2.ed. Brasília: Editora da UnB, 1982.
- LEITE FILHO, Francisco das Chagas. Brizola tinha razão. São Paulo: Celta, 1987.
- LENZI, C.A.S. Poder político e mudança social. Florianópolis: UFSC, 1977. /Dissertação de Mestrado/
- LISBOA, Teresa Kleba. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra do oeste catarinense - um novo movimento social. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, 1984.
- MANUAL do PMDB. O PMDB e a fiscalização. Brasília, Diretório Nacional do PMDB, v.24, 1982. 53p.
- MARTINS, Luciano. Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MATTOS, Sérgio. "O Controle Econômico". In: MELO, J. Margues de (org.). Comunicação e transição democrática. Porto Alegre: Mercado Aberto/Intercom, 1985.

- MATTOS, Fernando Marcondes de. D. homem catarinense no processo de desenvolvimento de Santa Catarina. Florianópolis/Lages, Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento 10/11 de out. de 1978.
- MELO, José Marques de. Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. São Paulo: USP, 1983. 242p. /Tese de Livre Docência/
- MICELI, Sérgio. D. papel político dos meios de comunicação de massa no Brasil. São Paulo: USP/IDESP, 1989.
- MINELLA, Ary Cesar. Banqueiros organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ANPOCS, 1989.
- MOTTA, Roberto. Avaliação da "derrota" do PMDB na região da Grande Florianópolis. Florianópolis, 1982.
- NOSELLA, Maria de Lourdes C.D. As belas mentiras - a ideologia subjacente aos textos didáticos. 10.ed. São Paulo: Moraes, 1981.
- NOVAES, Carlos Eduardo. A ficção da pesquisa. Diário Catarinense, Florianópolis, 22 out. 1989. Revista da TV, p.2.
- OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- O'DONNELL, Guillermo. Contrapontos: autoritarismo e democratização. São Paulo: Vértice, 1986.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.
- PAULILO, Maria Ignez S., CASTELLS, Alícia N.G. "Programa de alimentação popular: a visão dos usuários." (Parte do relatório final da pesquisa Avaliação econômica e social dos programas de alimentação popular na região da Grande Florianópolis, Florianópolis, UFSC/FINEP 1987, p.1-67.

- PAULILO, Maria Ignez S. À integração no Sul do estado de Santa Catarina: recorte do objeto. Florianópolis: Caderno de Ciências Sociais/UFSC, v.7, n.2, 55p. 1987.
- PEREIRA, Raimundo et al. Eleições no Brasil pós-64. São Paulo: Global, 1984.
- PIAZZA, Walter (org.). Dicionário política catarinense. Florianópolis: Ed. da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.
- PIAZZA, Walter F. O poder legislativo catarinense - das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Florianópolis: Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984.
- POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- QUEIROZ, Maurício Vinhaz de. Os grupos multibilionários, in Revista do Instituto de Ciências Sociais, v.II, n.1, UFRJ, 1965.
- RAMOS, Murilo C. "O papel dos meios de comunicação de massa na abertura política brasileira: da sístole à diástole, os limites da democracia". In: MELO, J. Marques de (org.). Comunicação e transição democrática. Porto Alegre: Mercado Aberto/intercom, 1985.
- RELATÓRIO FINAL do grupo de trabalho para estudos da instalação de uma estação de rádio para a UFSC (versão preliminar), Florianópolis, 1979.
- RICHARDSON, R. Jarry (org.) e col. Pesquisa social: métodos e técnicas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- ROSA, Albertina da. Distorções na aplicação do sistema representativo proporcional em Santa Catarina. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, 1984.

- SANTA CATARINA. Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Manual de Elementos Teóricos, 1978.
- SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Números de Santa Catarina. Florianópolis, 1988.
- Tribunal Regional Eleitoral. Números sobre as eleições de 82, números de eleitores, candidatos eleitos ao governo e Congresso Nacional. Florianópolis: 1982.
- Associação Diplomático Superior de Guerra. Intenções de plano de governo. Jorge Bornhausen, out. 1978.
-, Balanço e perspectivas. Gazeta Mercantil, São Paulo, 15/01/1991.
- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. IX Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, Esperidião Amin, out. 1983.
- ADESG. Caderno Especial Comemorativo aos 30 anos, Florianópolis, dez. 1981.
- ADESG. Diretrizes e Bases Gerais, Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, Florianópolis, 1974.
- ADESG. Diretrizes e Bases Gerais, Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, Florianópolis e Lages, 1978.
- ADESG. O Estado de Santa Catarina: necessidades básicas, antagonismo e política de consecução, Florianópolis, Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento, 1970.
- ADESG. Manual Básico, 1977/1978.
- ADESG. Atualização do Levantamento Conjuntural de Santa Catarina: expressão política, Florianópolis, 1985.

- ADESG. A pequena e média empresa catarinense: vulnerabilidades e possibilidades, Florianópolis, VI Ciclos de Estudos da ADESG-SC, 1978.
- Secretaria Extraordinária de Comunicação Social, Assessoria Especial para Assuntos de Divulgação, Relatório elaborado pela Assessoria de Análise e Pesquisa, 1º trimestre de 1983, 01/04/1983.
- Coordenadorias Regionais, Esquema de implantação, documento preliminar, Governo do Estado/Secretaria de Desenvolvimento Social, out. 1983.
- SANT'ANNA, Flávia. Aplicabilidade da análise de conteúdo à pesquisa educacional. In: _____. Educação e realidade. Porto Alegre, v.4, n.1, p.88-99, jan./jun. 1979.
- SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro: Zahar/Ed. da UnB, 1982.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos populares em Santa Catarina: notas para um mapeamento, 1987 (mimeo.)
- SCHERER-WARDEN, ILSE. Novos movimentos sociais, a construção de democracia e o papel dos mediadores. In: _____. Aspectos da cultura política brasileira. Florianópolis, Boletim de Ciências Sociais/UFSC, v.46, jul./set. 1987.
- e REIS, Maria José. O movimento dos atingidos pelas barragens do uruguai: unidade e diversidade (versão preliminar), 1988.
- SCHIOCHET, Valmor. Esta terra é minha terra - movimento dos desapropriados de Papanduva. Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 14. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

- SILVA, Elizabeth F. O MDB/PMDB em Lages: análise de um partido de oposição no governo (1972-1982). Florianópolis: Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Catarina, 1985.
- SOARES, Gláucio A. Dillon. Sociedade e política no Brasil (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo: Difel, 1973.
- A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos. In: FLEISCHER, David (org.). Da distensão à abertura: as eleições de 1982. Brasília: UnB, 1988.
- SONNTAG, Reinz Rodolf. "hacia una teoria política del capitalismo periférico". In: _____ e VALECILLOS, H. El Estado en el capitalismo contemporáneo, p.134-83.
- SOUZA, Carlos Alberto de. Análise dos noticiários de rádios AMs de Florianópolis. Florianópolis: Trabalho de Conclusão de Curso do Jornalismo na UFSC, 1984. 49p.
- SOUZA, M. do Carmo C. de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). 2.ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1983. 178p.
- SRDUR, Robert Henry. A política dos anos 70 no Brasil: A lição de Florianópolis. São Paulo: Econômica, 1982.
- STEPAN, Alfred. Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STIEL, Ourides Sebastião. Contribuição ao aprimoramento da estrutura de incentivos fiscais. Florianópolis: UFSC, 1975. /Dissertação de Mestrado/
- TAVARES, José Nilo. "Estado e Meios de Comunicação no Brasil". In: MELO, J. Marques de (org.). Comunicação e transição democrática. Porto Alegre: Mercado Aberto/Intercom, 1985.

- TERNES, Apolinário. 25 anos história da WEG. Jaraguá do Sul, (s. ed.), set. 1986.
- A estratégia da confiança. Joinville (s.ed.), 1988.
- THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica investigação social e enquete operária. 5.ed. São Paulo: Polis, 1987.
- Pesquisas eleitorais em debate na imprensa. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.
- VERÍSSIMO, Francisco. Depoimento sobre as eleições de 82. Florianópolis: 18 out. 1989. (Informação verbal)
- VIEIRA, C.A. Adi. A técnica e a ação política dos editoriais do jornal Folha de São Paulo. São Paulo: USP, 1987. /Trabalho semestral/
- VIEIRA DA SILVA, Lúcia H.E. A história do rádio catarinense na voz de seus atores. Florianópolis: Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo na UFSC, 1982. 72p.
- VIEIRA FILHO, Ady. As raízes da industrialização - grupos empresariais catarinenses: origem e evolução. Florianópolis: Editora do Autor, 1986.
- VIOLA, Eduardo J. As eleições de 1985 e a dinâmica dos sistemas partidários de Santa Catarina. In: Cadernos de Ciências Sociais. UFSC, v.6, nº 1, 1986.
- WERNER, Bernardo Wolfgang. A empresa nacional, a estrangeira e o Estado. Ciclo de Conferência da ADESG-SC sobre como reduzir o nível de estatização da economia brasileira.
- Transformação e tendências do setor secundário na economia nacional e os seus reflexos em Santa Catarina, Florianópolis, Ciclo de Estudos da ADESG-SC, out. 1974.

..... * Comportamento da economia industrial no mundo, no Brasil e em Santa Catarina, Blumenau, Ciclo de Estudos da ADESG-SC, abr. 1982.

Periódicos:

JORNAL "O ESTADO"

JORNAL "JORNAL DE SANTA CATARINA"

JORNAL "A NOTÍCIA"

JORNAL "DIÁRIO CATARINENSE"

JORNAL "GAZETA MERCANTIL"

JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO"

JORNAL "JORNAL DA SEMANA"

JORNAL "A PONTE"

JORNAL "MUDANÇA" (DE CAMPANHA DE JAISON)

JORNAL "DEMOCRACIA SOCIAL" (DO PDS - DIRETÓRIO REGIONAL)

Jornais alternativos:

Pasquim

Afinal

Bernunça

Lutas da Maioria

Revistas:

Veja

Isto é

Isto é/Senhor

Visão

Exame

Afinal

Playboy

Quem-Sc.

- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, vol. 41, nº 9, set. de 1987.
- GAZETA MERCANTIL, Balanço Anual, São Paulo, nº 11, set. de 1987.

APÊNDICE 1

RESUMO DOS TEMAS TRATADOS PELOS EDITORIAIS
DOS JORNAIS CATARINENSES NAS ELEIÇÕES DE 82*

TEMAS	CONTEÚDO DOS EDITORIAIS	JORNAL	DATA
1. PROGRAMA DE GOVERNO	O editorial intitulado "Vazio de Propostas", diz que o "PDS é o partido melhor preparado para enfrentar a atual campanha política, com indiscutível vantagem na preferência popular em SC". Enquanto que o PMDB é apontada pela "vaguesa das críticas generalizadas, esqueceu-se de esboçar uma plataforma ou, pelo menos, de alinhavar com o mínimo de coerência uma meia dúzia de idéias que pudesse orientar o eleitor ... (...) O que tem a oferecer as Oposições? Apenas o negativismo. Oposição de mãos vazias não é bom augúrio. A oposição que não é capaz de definir propostas claras de de governo, não pode pedir um crédito em branco para pagar quando assumir o poder."	OE	08/10
	O editorial "Vontade Estadual", comenta de forma positiva a "Carta dos Catarinenses", ao mesmo tempo em que cobra a falta de programa do PMDB, cujo compromisso no "decorrer da atual campanha deu-se apenas com a retórica oca do negativismo e da agressão".	OE	27/10
	Já o editorial "Compromisso Democrático" afirma que "afora os Srs. Esperidião Amin e Victor Fontana, nenhum dos outros candidatos veio a público com um compromisso concreto e verdadeiro de governo, muito menos com um que tivesse sido criado através da participação popular". Ao contrário, acusa os candidatos oposicionistas, referindo-se basicamente ao PMDB, de se limitarem a "promessas" vagas, sem qualquer vinculação a "programas e compromissos", afirmando que eles "querem apenas um voto no escuro, para utilizarem o poder como melhor entenderem. Por aí já se sabe, pela experiência, que a democracia, não irá longe com eles".	OE	05/11
2. IMAGEM DO CANDIDATO	O editorial "Escassez de Líderes" afirma que "não é preciso maior esforço mental para, uma rápida análise nacional, constatar que as novas lideranças políticas não sairão desta fornada /sic/ de novembro... (...) Com exceção que não chegam a 5 em todo o país entre estas poderse-ia arrolar o nome do candidato do partido do governo em Santa Catarina, Esperidião Amin".	AN	03/10
	Enquanto o editorial denominado "A Luz das Diferenças", faz clara defesa da candidatura de Amin, ao afirmar que "pelo que se viu no decorrer da campanha - sem paixões partidárias e sem facciosismo político - e pelo que se conhece de cada candidato, resulta claro que o Sr. Esperidião Amin é, dentre todos, o que reúne as melhores condições para vir governar o Estado e merecer dos eleitores a confiança do voto".	OE	14/11
	O mesmo editorial, apesar de omitir o nome do candidato da Oposição faz clara referência a Jaison Barreto. Diz que a "campanha chegou ao fim com a eleição definida em favor do respeito, da educação, do bem-estar e da prosperidade, num clima de paz e de Ordem, como promete ser o Estado de Santa Catarina com a investidura do Sr. Esperidião Amin no governo. Os catarinenses optaram pela segurança, contra a insegurança, a incerteza e o ódio. Não condiz com o espírito, a educação e a formação do povo deste Estado uma opção pela exacerbação ra-	OE	14/11

dical, a agitação, a intranquilidade".

O candidato Esperidião Amin transmite uma palavra de "esperança na vida e no futuro", enquanto que Jaison, de acordo com o mesmo editorial é destacado pela sua imagem negativa, dono de "um discurso sombrio e negativista, que 'deprime' o eleitor, conduzindo-o aos braços do PDS, partido situacionista".

OE 12/09

Durante comício na Capital, Jaison desferiu forte discurso contra os meios de Comunicação de SC, devido a cobertura que era feita contra sua candidatura. Editorial afirma a esse respeito que "derramou o senador Jaison Barreto, inflamado como sempre... - todos os verbos com que constrói seu conhecido discurso, para acusar a imprensa catarinense de tudo, menos de boa, de honesta, de correta... (...) Sua excelência perdeu-se e, por consequência, extraviado em seu julgamento, foi bem mais injusto conosco do que nós temos sido tolerantes com os seus juízos de valor... (...) Entre as mudanças sido que anuncia - a nossa forma de agir e pensar... como se fosse deferido à Sua Excelência ou às pessoas do governo a que provavelmente se refere, o direito de mutilar o nosso comportamento manipulado com profissionais que se respeitam da, mesma forma como se manipula, às vezes, com eleitores des-preparados".

JSC 05/10

Outro editorial no mesmo tom, embora omite mais uma vez o nome de Jaison, procura minimizar o impacto do comício do PMDB, referindo-se tão somente ao discurso de Jaison. Denominado "Ranço Autoritário", diz que a "concentração" teve "no espetáculo musical a sua melhor parte". Destaca que "os pronunciamentos" foram "uma triste e lamentável demonstração de despreparo, pobreza de idéias e vazio de propostas". Segundo o editorial, "a falta absoluta do que dizer" a quase "totalidade dos oradores se preocupou em desferir petardos em todas as direções" e também contra os veículos de comunicação de SC".

OE 06/10

Críticas e denúncias feitas pelo candidato oposicionista eram vistas pelos editoriais como agressões pessoais. Assim, Jaison era acusado de "baixar o nível da campanha". Apenas o candidato ao Senado do PMDB, Pedro Ivo Campos estava isento desta acusação. Ele visto pelo editorial chamado "Sombria Ameaça", como "homem honrado", a quem cabia a tarefa de impedir que "correligionários despreparados imprimam à campanha os baixos recursos que começam a se esboçar como tema de propaganda".

OE 23/09

Mesmo assim, o jornal partia em defesa dos candidatos da situação, afirmando mais uma vez que "O Estado condena e repudia qualquer ato de agressão moral, parta de onde partir, contra qualquer candidato e qualquer Partido no curso da atual campanha eleitoral. E, com os instrumentos de que dispõe, está decidido a ir até o fundo para evitar que tal aconteça. Mas se, ainda assim, persistir a afronta, saberá dar consequência prática à sua condenação e à sua repulsa".

OE 23/09

O editorial "Rumos da Campanha" chega a se referir aquilo que qualifica de "baixo nível" da campanha eleitoral imposto pelo PMDB, ao manifestar a "preocupação" dos pedessistas com os rumos da campanha. E afirma que "políticos com indiscutível responsabilidade de liderança dentro do PDS catarinense... a começar pelo candidato... ao governo do Estado, Deputado Esperidião Amin, têm manifestado apreensão para com os rumos que tomou a campanha". Ante a "demonstração de exacerbação radical dadas a cada passo por políticos oposicionistas".

OE 22/10

	Assim, os jornais foram ao longo da campanha eleitoral "construindo" de maneira vigorosa uma imagem bastante negativa de Jaison. "Mais agressivo que moderado, o senador Jaison Barreto pecará se, perdendo o controle, estimular o seu ímpeto e der corda à sua irritação". Completa, dizendo que "a base de ataque pessoal ninguém vence eleição". (Dessa forma o jornal respondia as queixas de Jaison de que teria sido vítima de ataques pessoais, que acaba na verdade sendo usado contra o próprio).	JSC	23/09
3. IMAGEM DO PARTIDO	A exemplo dos ataques desferidos contra Jaison, os editoriais procuraram atacar o PMDB usando praticamente a mesma tática. O editorial "Falta de Coragem", diz que "a radicalização" tomou conta do PMDB, que passa a tomar conta da "vontade partidária", e que é "incompatível com a formação social e política do povo catarinense, não aceita teses e propostas radicais, como também não cai no engodo de assinalar o oportunismo esquerdizante que mascara as bandeiras de campanha do PMDB". Por isso afirma que o partido "não passa pelo teste das urnas, como apontam as pesquisas".	OE	16/10
	O editorial "Força da Evidência", afirma que o PMDB tornou-se "refém dos radicais", apresentando por isso flagrante divisão interna, assim, começa "a mostrar... a natureza profunda de sua antinomia: liberais e radicais só conseguem conviver longe de eleições". O resultado será a "derrota eleitoral".	OE	19/10
	O editorial "Fé Democrática", diz que o PMDB não trouxe um mínimo de colaboração à abertura", pois "seus propósitos, seria de todo inconveniente um regime de liberdades com o qual jamais saberiam conviver, porque o que lhes interessa antes de tudo é a crise como fermento de inquietação social...". "O PMDB, em todo o curso da campanha em Santa Catarina, não trouxe ao debate um conjunto de idéias válidas e aproveitáveis. Trouxe uma série de slogans...".	OE	07/11
	Já o editorial "Opção Democrática" ressalta o cumprimento da tarefa do presidente Figueiredo em realizar as eleições, contra o "negativismo" da oposição, representada pelo PMDB, partido que não faz campanha, preocupa-se em disputar somente por "conveniências pessoais". Destaca ainda que o PMDB limitou-se a "bradar impropérios e a assacar ódios contra a cidadela governamental e os candidatos do PDS. Por que isto? é, sem dúvida, o prenúncio da derrota". Afirma que "desde o início do ano o PDS saiu aguerridamente a campo para dialogar com a sociedade catarinense... o PMDB deixou o tempo passar e foi murchando como um balão furado e com um erro fatal de concepção na hora de subir".	OE	13/11
4. TEMAS CORRELATO	Como primeiro exemplo podemos citar o editorial que fala da falência do socialismo, defendido claramente por Jaison. O editorial enfatiza que "o mundo caminha inexoravelmente para um único caminho: o capitalismo". Fala do equívoco da defesa do socialismo, apontando como exemplo a deformação do bloco comunista.	AN	02/09
	Editorial na mesma linha ataca o regime polonês.	OE	02/09
	Outro afirma que as vésperas da eleição que "a vocação brasileira para o sistema capitalista e democrático reencontra-se com a nação, amanhã... (...) Da reforma partidária à anistia, da liberdade de imprensa à campanha livre, o Brasil ingressa no rol das nações que, nestes tem-	AN	14/11

pos de violência e terrorismo, optou, mais uma vez - decididamente - pela democracia, pelo pluralismo partidário, enfim, pelo mais sensato dos sistemas políticos já inventados pelo homem".

	Fala do desempenho positivo da economia catarinense no contexto da economia nacional.	AN	22/09
	Outro editorial apresenta o Estado catarinense sem qualquer desnível social e econômico, bem ao gosto do discurso oficial da época. Diz o jornal que "Santa Catarina não possui nenhuma grande região problematizada, isto é, com bolsões de pobreza ou de desenvolvimento menos positivo. A boa distribuição de terras, os pólos de industrialização igualmente bem distribuídos, as cidades de médio porte e nenhuma aglomeração urbana de maior expressão, ou apresentando índices de crescimento desordenados, fazem de Santa Catarina um dos Estados brasileiros de melhor desempenho, onde, aliás, não só as empresas apresentam satisfatória situação financeira - em relação ao quadro crítico que atravessa a economia brasileira - mas também a população possui renda 'per capita' das mais elevadas do país".	AN	02/11
	Outro exalta as vantagens concedidas ao funcionalismo pelo governo estadual.	OE	24/10
	Projeto do governador Henrique Córdova em favor dos excepcionais.	AN	12/10
	Fala do programa de economia popular do governo estadual, a exemplo do "bem sucedido" programa denominado "Olha o Peixe".	AN	21/10
5. CAMPANHA ELEITORAI	O editorial "Desintegração Inevitável", comenta a derrota "inevitável" do PMDB dia 15, segundo apontam as pesquisas o favoritismo do governo. Diz ainda que deverá ocorrer a "implosão" do PMDB logo após o pleito, por ser um partido cheio de "contradições" e "incompatibilidades", verdadeiro "balaio de gatos" com cada qual querendo somente com as eleições "salvar o próprio pêlo".	OE	03/10
	Exemplo típico sobre o favoritismo dado a Amin pelas pesquisas eleitorais e ao seu partido. O mesmo editorial elogia as qualidades de Amin, bem como exalta a campanha eleitoral desenvolvida "de forma vitoriosa pelo PDS".	OE	14/10
	O editorial "Fim de Campanha", fala da vitória de Amin em SC, conforme indicam as enquetes eleitorais, o que deixa "nosso Estado" em situação privilegiada, ao vincular a vitória do PDS ao recebimento de simpatia no plano das verbas junto ao governo federal. Exalta a possibilidade de vitória do PDS em Joinville, com as candidaturas Bender/Luiz Gomes. E enfatiza, reforçando a tese anterior sobre as verbas federais, que "é este argumento, aliás, que vem sendo repetido insistentemente nos comícios do PDS nas últimas semanas, que sensibilizou ainda mais o eleitorado, melhorando as perspectivas de vitória do PDS também em Joinville".	AN	12/11
	Outro editorial considera as pesquisas dado incontestável, e se refere assim no que se tange a vantagem de Amin sobre Jaison: "pouca coisa mudou em relação a última amostragem. Por isso que, dispense-me de maiores comentários. Até porque esse negócio está-se tornando monótono, chato e, aí sim, absolutamente dispensável".	JSC	28/09
	Neste exemplo, Luiz Antônio Soares assume o discurso oficial em favor	JSC	12/10

do Instituto Gallup e Veja. Afirma ele: "(...) é ridículo, também, querer atribuir aos números divulgados pela revista 'Veja' a qualidade de serem resultante de algum diabólico acordo feito entre a parte beneficiada e os promotores da pesquisa... (...) Tanto o Gallup como a revista têm suas marcas definitivamente consagradas e por mais que se acuse o PDS de investir financeiramente em sua campanha eleitoral parece que o pedessismo catarinense seria, nesse caso, modesto demais para, hipoteticamente, pagar o preço de tal empreitada... (...) Se a diferença aumentou é porque o discurso do PMDB deixa a desejar. E, aí sim, é que aparentemente o senador Jaison Barreto pode tirar vantagem das pesquisas, cuidando em repensar sua mensagem.

O tom agressivo - que lhe tem valido uma que outra vitória para o Legislativo - parece não ser o melhor estilo para a orquestração de quem pretende galgar os patamares do poder executivo".

O editorial "Expressão Democrática" procura exaltar o comício realizado pelo PDS no município de Lages, afirmando que fora uma "concentração de extraordinário sentido cívico" e que contou com a participação popular "em níveis como em raríssimas oportunidades se assistiu em Santa Catarina no curso de muitos anos". Mas o mais interessante a ressaltar deste editorial a parece a seguir, ao se referir a Lei Falcão: "O comparecimento popular à praça pública é o sinal mais estimulante de que o sentimento democrático palpita vivo como nunca no povo catarinense". E "graças à Lei Falcão que os comícios populares acabam por ser restabelecidos, revigorando a mais legítima e autêntica expressão de campanha eleitoral".

DE 05/09

Enquanto que o editorial intitulado "Campanha Vazia", fala da "dedicação" e do "esforço" do PDS durante a campanha, ao contrário do PMDB, cuja "preguiça demonstrada na campanha, está sendo largamente percebida e comentada pelo eleitorado". Diz que o PDS dedica-se a campanha com destemor" em busca da confiança do eleitorado. Possui um programa e as pesquisas apontam sua vitória. Já o PMDB é visto como partido sem programa, "desinteressado" para a conquista do voto do eleitor, cujos candidatos são marcados pela contundência do verbalismo acusatório, preocupados mais com seus interesses pessoais do que com as reivindicações do eleitorado catarinense.

DE 14/09

*Obs.: O resumo não pretende ser uma amostra exaustiva; muitos destes exemplos aqui lembrados, irão se repetir nos outros meses da campanha (ou seja, no período compreendido entre janeiro a agosto).

A N E X O S

74-1

ANEXO 1

ELEITORAL D.E.S.C.

19 NOV 1982 00192

PROTÓCOLO

ROBERTO MARTINS FILHO
JUIZ

Doc. 1

A. como requer.
[Handwritten signatures]

O PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIALISTAS, do município de Ilhota, não se conformado, "deba vênio", com a respeitável decisão dessa Douta Junta, quer da mesma recorrer para o Egrégio Tribunal Eleitoral, tudo na conformidade da impugnação tempestivamente apresentada por ocasião da apuração da urna instalada na 25ª Seção dessa Zona e referente a eleição de 15 de novembro corrente, no município de Ilhota.

Protesta fundamentar o alegado no prazo legal de 48 horas.

Gaspar SC, 15 de novembro de 1982

[Handwritten signature]
Delegado do P.D.S.

CERTIDÃO

Certifico que nesta data, pelas 12 hs. deu entrada em cartório a petição.
Dou fé.

Gaspar, 15 de Novembro de 1982

[Handwritten signature]
[Handwritten text]

N

Ao EXCELENTÍSSIMO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RAZÕES DE RECURSO

O Partido Democrático Social - PDS, Diretório Municipal de Ilhota, por seu delegado devidamente credenciado, tempestivamente recorreu da decisão da colenda Junta Eleitoral, que indeferiu o pedido de impugnação à 25ª seção, localizada na E. Municipal Ilhotinha no município de Ilhota, fundada no fato de não se haverem tomado em separado votos impugnados pelo fiscal do Partido.

A respeitável decisão da Junta merece ser reformada, pois a impugnação dos votos de eleitores inscritos irregularmente foi ignorada pela mesa receptora, que não os tomou em separado conforme determina o art. 25 da Resolução TSE 11.456/82.

Essa omissão retirou da Junta a oportunidade de se manifestar sobre a validade desses votos, vicinado de forma irremediável o resultado da mencionada seção, que teve influência marcante no pleito.

Ainda, a Junta deliberadamente deixou de consignar o recurso no Boletim Eleitoral, na tentativa de frustrar o sucesso do recurso. Entretanto, essa omissão está suprida pelo documento anexo que supre e comprova a tempestividade do inconformismo.

Isto Posto, deve ser acolhido o presente recurso para determinar a nulidade da 2ª seção e consequentemente dos votos nela contidos, pelo fato de se ter permitido o voto de eleitores, cuja inscrição foi obtida mediante processo fraudulento.

JUSTIÇA . .

Ilhota, em 17 de novembro de 1982

Delegado do PDS

Delegado do PDS

EXMO. SR. DR. JUIZ ELEITORAL DA COMARCA DE BOM RETIRO. S.CATARINA

TRE/90

07

207 1410 001955

PROTOCOLO

Doc. 2

*P. & R.
Valtem.
B.R. 18/11/82
José Miguel
Ferreira, Christoval*

Os signatários da presente, todos inte-
ressados no resultado das Eleições do dia 15 p.p., uns na qualidade
de candidatos, outros, como membros do Diretório Municipal do PDS 02,
vem, com o acatamento e respeito devido ao elevado cargo exercido por
V.Exa, expor e finalmente requerer o que abaixo segue, embasados nos
preceitos do Código Eleitoral vigente:

1. - Componentes das Mesas receptoras das
localidades de SANTA CLARA e PARAÍZO DA SERRA, quando da apuração dos
votos, CONSTATARAM que suas assinaturas estariam com defeitos crassos,
além de lhes parecer estarem falsificadas;

2. - Por desconhecimento da Lei Eleito-
ral, acharam que não poderiam Impugnar naquele momento, uma vez que a
Fiscalização não estava à seus cargo e, mesmo porque, suas funções es-
tariam esgotadas desde quando houve o encerramento da votação;

3. - Para que não fossem julgados como
omissos, procuraram os membros do Diretório do PDS 02, informando-os -
do ocorrido, para que providenciassem as medidas cabíveis;

4. - Além desse fato bastante estranho,
especificamente, o mesário que prestou seus serviços na urna de Sta. Cla-
ra, EXTRANHOU sobremaneira, sua assinatura aposta no papel que lacrou a
fenda da urna daquela Seção Eleitoral, parecendo-lhe ESTAR FALSIFICADA;

5. - Outro fato também bastante EXTRA-
NHO, foi a constatação, nas paredes do Forum local, junto a uma abertu-
ra no teto, de RASTROS DE PÉS, calçados com botas com solas de borrachas
transparecendo que, ALGUÉM, SORRATEIRAMENTE, TENHA ADEENTRADO NAQUELA -
FENDA DO TETO E, POSSIVELMENTE, TROCADO AS URNAS ALI DEPOSITADAS;

6. -Dentre os fatos ocorridos durante o
pleito de 15 de novembro, o que mais CAUSOU ESPANTO GERAL, foi a CONSTA-
TAÇÃO DE CÉDULAS OFICIAIS EM MÃOS DO PDS.01, NO DIA E NA NOITE QUE ANTE-
DEU O PLEITO, AS QUAIS FORAM USADAS NO DIA DO PLEITO, EM TROCA DAS QUE
FORAM FORNECIDAS PELOS MESÁRIOS, JÁ ASSINADAS E NÃO DEPOSITADAS NA URNA;

07. - Muito embora a atitude agora tomada possa transparecer, que o seja, em função de não termos alcançado a vitória final, integralmente, queremos fazer notar que, caso assim não procedesse mos, poderíamos estar pecando pela omissão, porém OS FATOS EXTRANHOS SÃO TÃO NUMEROSOS, QUE , ACREDITANDO NO VOSSO ELEVADO ESPÍRITO DE JUSTO JÚLGA - DOR, ISENTO DE PAIXÕES POLÍTICAS, o fazemos, com o intuito de sermos agra ciados com a J U S T I Ç A !

Em assim sendo, se
R E Q U E R

1. se digne V.Exa., determinar a Perícia nas assinaturas apostas no papêl que lacrou a fenda da urna de Sta. Clara;
2. Periciar, também, as assinaturas constan- tes nas Cédulas de votação da Urna do Paraizo da Serra, uma vez que as as situras ali apostas, parecem estar FALSIFICADAS, também;
3. Em se constatando tais falsificações, que na opinião dos signatários foram grosseiras e facilmente identificadas, se ja considarda NULA A ELEIÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO e,
4. finalmente, determinar seja periciado, tam bem o forro do Forum local e quais, na identificação, foram os calçados - que ficaram estampados na parede que dá acesso à entrada existente naque- le forro, se de botas, de calçados comum, ou tenís; além de informar aos signatários, O POR QUE DA EXISTÊNCIA DE CÉDULAS OFICIAS EM GRANDE NÚMERO, NAS MÃOS DE ELEMENTOS PERTENCENTES AO PDS 01, NO DIA QUE ANTECEDEU AO PLE ITO DE 15 DE NOVEMBRO DE 1982.

Isto é o que requerem, por ser de inteira
J U S T I Ç A .

Bom Retiro, 17 de novembro de 1982.-

Odemar Philippi
OLDEMAR PHILIPPI - Candidato a Prefeito PDS

Jaime Machado
JAIME MACHADO - TÓCO - Cand. a Vice-Pref. PDS

Neri Garcia
NERI GARCIA - Membro do Diretório PDS

Hercílio P. Bunn
HERCÍLIO P. BUNN - Membro do Diretório PDS

Jair Tadeu Cordova
JAIR TADEU CORDOVA - Vereador Eleito e Membro do Diretório do PDS.

J. Machado
M. Diretorio

11

0

NE RE A D O Z

C E R T I D A O

COMPROVAÇÃO

CERTIFICO E DOU'FE, que autuei e registrei o presente,
o fazendo as fls. 06V a 7 do Livro 01, sob nº 39, nes-
ta data.

Araceli de Brito

Bom Retiro, em 18 de novembro de 1982.

15
escrivã eleitoral

CONCLUSÃO

SERVIÇO ELEITORAL

Faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz Eleitoral,
nesta data.

Bom Retiro, em 18 de novembro de 1982.

[Signature]
escrivã eleitoral.

*Vista aos componentes da
Junta eleitoral.
B.R. 18/nov/82
[Signature]
Juiz Eleitoral.*

TRF/SO
PI. 11

10

18

P. 11
do Egrégio Tribunal
Eleitoral, para a sua
atuação, nomear
para o cargo de Juiz
Substituto de Juiz
B.P. em 15/11/82

JOSE DA SILVA MOURIRA
Juiz Subst.º em Exercício

Em tempo: Juiz.º em Ex.º - após votação.
José Mourira
Juiz Eleitoral

OLDEMAR PHILIPPI, JAINE MACHADO, NERI :
GARCIA, Herculio? PEDRO BURN, JAIR TADEU -
CORDOVA, ONELIO SEBASTIAN, já qualificados -
nos autos do processo de impugnação do -
pleito eleitoral no município de Bom Reti-
ro, vêm, mui respeitosa, a presença -
de V. Excia., pelo procurador infra-firma-
do, inconformados, "esta vinda", com a de-
cisão prolatada, interpor o presente recur-
so, ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral,
requerendo, se digne V. Excia., após proces-
sá-lo regularmente, remeter à Instância Su-
perior com as razões que seguem abaixo:

I - OS FATOS

1 Lamentavelmente, Egrégio Tribunal, o muni-
cípio de Bom Retiro, ao se ferir os pleitos eleitorais, não prima
pela lisura de comportamento de seus líderes políticos em tais épo-
cas.?

Tanto é verdade, que nos dois pleitos elei-
torais municipais anteriores, houve instauração de processo crime
eleitoral em face denúncias de corrupção eleitoral.

2 Não fugindo à regra, temos, agora, não de-
núncia de corrupção eleitoral, mas, a arguição de fatos mais graves,
tais como, violação de urnas, falsificação de assinaturas de mem-
bros do mesas receptoras de votos.?

A denúncia de tais fatos, está consubstan-
ciada na impugnação oferecida em data de 18.11.82, perante o Exmo.
Sr. Dr. Juiz da 4ª Zona Eleitoral.

Em tal impugnação, são apontados fatos, -
"esta vinda", de mais séria e grave responsabilidade, que comprome-
tem, de forma inarredável, a lisura e seriedade do pleito eleitoral
do último 15 de novembro naquele município.

Os fatos apontados na impugnação, se com-
provados, sem dúvida alguma, levariam à nulidade do pleito eleito-

...do pleito eleitoral.

E, a impugnação teve por objetivo, tamente, a comprovação de tais fatos.

No entanto, a respeitável decisão, indeferiu de plano a impugnação, sob o fundamento de que apresentada intempestivamente e dirigida a autoridade incompetente.

Inconformados com tal decisão, é que os recorrentes interpõe o presente recurso.

II - AS IRREGULARIDADES

1 - Bem de ver, Egrégio Tribunal, que na impugnação é afirmado, apenas e tão somente, haver fundadas suspeitas da ocorrência dos fatos ali narrados, daí porque, se requereu, expressamente, uma série de provas a fim de se apurar a veracidade e procedência das alegações.

2 - É de se admitir, que a impugnação não oferece elementos fácticos razoáveis de dúvida, isto é, não são oferecidos quaisquer indícios ou circunstâncias que dessem uma certa dose de credibilidade às alegações ali feitas, incutindo, assim, uma certa dúvida no espírito do julgador sobre a lisura do pleito.

No entanto, os recorrentes não o fizeram dada a premência do tempo, razão pela qual, passam, agora, a apontar uma série de fatos irregulares e anormais ocorridos durante o pleito eleitoral, os quais, sem dúvida alguma, "data vênia", dão um suporte razoável de credibilidade às alegações dos recorrentes, colocando em dúvida a lisura e seriedade do pleito.

3 - Assim, Egrégio Tribunal, o primeiro facto é que o Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral, em cumprimento ao que dispõe o art.133 do Código Eleitoral, na quinta-feira anterior à data do pleito, fêz a entrega aos presidentes das mesas receptoras o material da votação, inclusive as cédulas oficiais.

Ocorre, porém, que além da quantidade de cédulas correspondente ao número de eleitores de cada seção, o Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral, fêz a entrega de uma quantidade excedente de cédulas oficiais correspondente a quinze por cento (15%) do número de eleitores de cada seção.

Sem dúvida que a finalidade de tal excesso, era para suprir o eventual extravio de alguma cédula, ou a inutilização em virtude do errôneo preenchimento por parte dos eleitores.

A verdade, porém, Egrégio Tribunal, é que tais cédulas oficiais circularam com abundância antes do pleito em mãos dos partidários do PDS 01, dando margem à operação denominada "voto formiga", consistente no preenchimento antecipado das cédulas oficiais e distribuídas aos eleitores.

12 Mo TRE/SO
13
11

Tal fato, frise-se, não constitui alegação, pois pode facilmente ser comprovado, primeiro, pela conferência da quantidade de cédulas entregues aos presidentes das mesas receptoras e a quantidade de cédulas devolvidas pelas mesas receptoras, fato, aliás, que passou despercebido pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral.

Em segundo, tal fato poderá ser facilmente comprovado pelo exame das cédulas de votação das seções 7ª e 15ª (seções localizadas no Paraíso da Serra) e 5ª seção (localizada em Santa Clara).

Tal exame, mostrará, Egrégio Tribunal, que quantidade expressiva de cédulas foram preenchidas por uma mesma pessoa, comprovando-se, assim, a fraude eleitoral.

E, Egrégio Tribunal, se se quiser ter a comprovação definitiva de tal fato, bastará se examinar as cédulas de votação da urna da seção, localizada na Serra do Tanque, região das mais pobres e atrasadas do município de Dom Retiro e, onde, por incrível que pareça, não houve um único voto em branco ou anulado.

Tal fato, não foi alegado anteriormente, porque os recorrentes só vieram tomar conhecimento no dia seguinte à apuração, quando, inclusive, ficaram sabendo que o Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral, fizera a entrega de uma quantidade excedente de cédulas oficiais.

4 - Outro fato, Egrégio Tribunal, que gera fundada suspeita da possibilidade de fraude eleitoral, é que, o Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral não acompanhou o recebimento das urnas pela Junta Eleitoral, pois, aproximadamente às 17,00hs do dia da eleição, se dirigiu ao município de Alfredo Wagner onde procedeu à apuração dos votos daquele município.

O mais grave, porém, caracterizando, inclusive, expressa violação ao art.155, § 2º do Código Eleitoral, é que as urnas ficaram em local diverso do determinado para a apuração e, completa e totalmente longe do vista dos interessados.

É que, Egrégio Tribunal, recolheu, ou melhor, a escrivã eleitoral, provavelmente por ordem do Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral, recolheu as urnas numa dependência do Fórum local, impedindo que qualquer interessado as vigiassem.

Impediu-se, também, que qualquer interessado tivesse acesso às dependências do Fórum e os policiais encarregados da vigilância e guarda das urnas, permaneceram na parte externa do prédio do Fórum.

Enfim, as urnas permaneceram todo tempo longe das vistas dos interessados e, por incrível que pareça, não foi tomada qualquer providência no sentido de assegurar a inviolabilidade das urnas.

Simplemente, as urnas foram deposita-

13
M. 11
11
11

Simplemente, Egrégio Tribunal, nas foram depositadas, pela escritã eleitoral, numa das dependências do Forum local, sem tomar a elementar cautela de lacrar tal dependência, na presença dos interessados, ou, quando menos, na presença dos delegados dos partidos interessados.

E isso tudo, frise-se, sem a presença do Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral, que se encontrava no município de Alfredo Wagner, apurando os votos das eleições daquele município.

Os recorrentes, ainda tentaram permanecer nas dependências do Forum, a fim de vigiarem as urnas, mas foram impedidos e obrigados a se retirar do local pelos serventuários da Justiça Eleitoral, os quais, alegavam se tratar de ordem do Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral.

Surge, então, Egrégio Tribunal, uma indagação.

Tal fato, isto é, a colocação das urnas numa das dependências do Forum, sem que os interessados tivessem a oportunidade de vigiar as urnas e, ainda, a circunstância dos policiais encarregados da guarda e vigilância das urnas, terem permanecido na parte externa do prédio e, também, a circunstância de se impedir o acesso de qualquer pessoa às dependências do Forum, poderia propiciar ou permitir a violação das urnas?

Essa possibilidade, como veremos, Egrégio Tribunal, encontra forte amparo em indícios e circunstâncias que passamos a mencionar.

O primeiro detalhe, Egrégio Tribunal, encontra forte amparo em indícios, digo é que, durante toda a noite do dia 15 de novembro e madrugada do dia 16 faltou luz na cidade de Bom Retiro, facilitando, sem dúvida alguma, uma eventual ação criminosa.

O segundo detalhe, é que as urnas utilizadas nas eleições são de modelo antigo, possuindo duas aberturas, sendo, uma na parte superior e outra na parte lateral, através de "feche eclair", sem cadeado, apenas com arame e lacre de chumbo, material, aliás, existente em profusão no cartório eleitoral, juntamente com a imprescindível alicate.

Cédulas, para se promover uma eventual substituição, como dissemos, haviam em quantidade considerável, face a distribuição do excedente de 15%, além de estarem à disposição, as cédulas relativas aos eleitores não votantes, as quais se encontravam no Forum.

Não bastasse isso, se poderia perfeitamente aproveitar os votos em branco e, então, quicá, a justificativa para que a seção 18ª, localizada na Serra do Taque não apresentar qualquer voto em branco ou nulo.

Acesso às urnas? Não havia dificuldade, pois, além de não estarem sendo vigiadas, qualquer pessoa.....

14 M. TRE/80
15

...qualquer pessoa, sorratamente, poderia entrar nas dependências do Forum, quer, por exemplo, através do forro - e daí, as marcas nas paredes de que fala a impugnação e, ainda hoje visíveis - quer, pela possibilidade de alguém ter se ocultado na parte interna do prédio, aguardando, digo aguardando a evacuação do mesmo para, então, com tranquilidade "fazer o serviço".

Daí porque, existem pessoas que juram ter visto luz de lanterna nas dependências do Forum já em alta - madrugada.

Tais hipóteses, Egrégio Tribunal, seriam fruto da imaginação fértil dos recorrentes ou por demais - fantasiosa?

Embora não se possa afirmar categoricamente que tal fato, efetivamente ocorreu, "data vênia", dúvida - não há, que as circunstâncias e indícios apontados geram forte - dúvida no espírito de qualquer pessoa isenta.

A combinação de todos esses fatos, aliada ao acontecimento do município ou comarca de Corbélia no Estado do Paraná nesta última eleição e, ainda, os antecedentes históricos do município de Dom Retiro, onde, em todas as eleições, não - só corre solto comentário de fraude, como, ainda, sempre terminam nas barras do Tribunal, formam um conjunto ponderável de dúvidas e suspeitas sobre a lisura do pleito.

Não é sem razão, Egrégio Tribunal, que eleitores das 7ª e 15ª seções eleitorais, localizadas no Paraíso da Serra, estupefatos com o resultado da votação do candidato a vereador e ora recorrente, Onelio Seemann, protamente se dispuseram a integrar a presente lide, conforme provam as inclusas relações de assinaturas, pois que, a votação nas seções eleitorais antes mencionadas daquele candidato, não espelha e nem representa a efetiva votação de seus eleitores, os quais, se dispõe, se necessário a declarar seu voto judicialmente.

5 - Dir-se-á, talvez, que se houve violação das urnas, tal fato deveria ser suscitado no momento de sua abertura.

Ocorre, porém, que naquela oportunidade, aparentemente não apresentavam qualquer sinal visível de violação, razão pela qual não sofreram qualquer impugnação.

Ademais, nem se está afirmando que tais urnas foram violados, pois o que se pretende, neste processo é a constatação da existência ou não de fraude eleitoral, quer através de uma eventual violação de urnas, quer através do preenchimento antecipado das cédulas oficiais, por pessoa que não o eleitor.

Nem se diga, também, "data vênia", que já, agora, mesmo tivesse havido tais fraudes, seria impossível se apurar, pois, se efetivamente houve, com o exame das cédulas das urnas das seções eleitorais anteriormente especificadas, a fraude...

15 M8 TRE/SC
Fls. 16
cedu

...a fraude irá transparecer, mediante a constatação de que as mesmas apresentarão a mesma grafia, numa prova incontestável, então, de que foram adrede preenchidas por uma mesma e única pessoa.

6 - De formas, Egrégio Tribunal, que a pretensão dos recorrentes, "data vênia", não se mostra absurda ou im pertinente.

O que se pretende, insistimos, é assegurar a certeza da lisura e da honestidade do resultado do pleito eleitoral no município de Dom Retiro.

Seria, assim, "data vênia", de todo conveniente, que a Justiça Eleitoral, responsável que é pela correção do processo eleitoral, para dissipar toda e qualquer dúvida, determinasse a apuração dos fatos alegados, mediante o exame das cédulas de votação das seções eleitorais 5ª, 7ª, 15ª e 18ª, bem como, o exame das assinaturas dos membros das respectivas mesas receptoras de votos, apostas nas cédulas de votação de tais seções eleitorais, o que expressamente se requer, com fundamento no art. 236, § único do Código Eleitoral.

Tal providência, eliminaria quaisquer dúvidas sobre a lisura do pleito eleitoral, objetivo e finalidade última da Justiça Eleitoral.

Na hipótese de se constatar as irregularidades apontadas, então, se requer a decretação da nulidade das eleições realizadas no município de Dom Retiro, no último dia 15 de novembro.

Ou, quando menos, se requer, então, a anulação das seções eleitorais em que se constatar as irregularidades e, face sua influência decisiva no resultado final, a renovação das eleições ou votação naquelas seções eleitorais.

7 - Finalmente, Egrégio Tribunal, tenha o presente recurso a sorte que tiver, os recorrentes desejam, a bem da verdade, deixar claro, que nenhuma dúvida paira sobre o comportamento e a conduta do Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral da 4ª Zona, que presidiu as eleições.

Os recorrentes, fazem absoluta questão, de deixar expressamente consignado o mais profundo respeito e admiração à honorabilidade e integridade moral e funcional daquele magistrado, o qual, como dissemos, é credor do respeito e admiração de todos seus jurisdicionados, dentre os quais se incluem os ora recorrentes.

Se, censura foi feita ao seu procedimento funcional, tal como não estar presente no momento da recepção das urnas; não providenciar que as urnas fossem guardadas sob a fiscalização dos interessados; não permitir que as urnas permanecessem à vista dos interessados, tais deslizes, em nada, absolutamente nada, comprometem a integridade moral e funcional daquele magistrado.

16 M³ TRE/SO
PL. 17
11

III - OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS

1 - Examinando-se os números dos boletins de apuração, relativamente a algumas doções, constata-se certas coincidências inacreditáveis.

Assim, o boletim de apuração da eleição para o governo do Estado e Senado da 8ª Seção, localizada em Canoas, apresentou o seguinte quadro ou números:

Governador - PDS 1 - 152 votos - PMDB 5 - 21 votos - B-16 - N-2
Senador - PDS 10- 152 " - PMDB 50- 21 " - B-16 - N-2

O que haveria de estranho, em tais resultados?

Observe-se, primeiramente, que os candidatos de ambos os partidos, tanto para o Senado como para o Governo, obtiveram a mesma votação.

Até aí, nada demais.

No entanto, os votos em branco tanto para Governador, como para Senador são idênticos, ou seja, 16.

Igualmente, os votos nulos, tanto para o Governo, como para o Senado são idênticos, ou seja 2.

Dir-se-á, se tratar de mera coincidência, o que em princípio é irrespondível.

A mesma coincidência, Egrégio Tribunal, ocorreu na 9ª seção localizada em Corote.

Senão vejamos.

Governador - PDS 1 - 53 votos - PMDB 5 - 6 votos - B - 10 - N- 2
Senador - PDS 10- 53 " - PMDB 5 - 6 " - B - 10 - N- 2

A coincidência, volta a aparecer na 18ª seção localizada na Serra do Tanque.

Vejamos.

Governador - PDS 1 - 67 votos - PMDB 5 - 4 votos - B - 11 - N-zero
Senador - PDS 10- 67 " - PMDB 50- 4 " - B - 11 - N-zero

Aliás, nesta seção, mais dois fatos - deveras estranhos ocorreram.

Um, já salientado em outro tópico, é que, embora se trate de uma das regiões mais atrasadas do município de Bom Retiro, não houve um único voto branco, digo nulo.

Outro, enquanto em todas as demais seções houve uma abstenção de aproximadamente 30%, nesta seção, dos 82 eleitores, compareceram 79 eleitores.

Outro, ainda, é que na eleição para Prefeito, nesta seção, não houve um único voto em branco ou nulo.

Dir-se-á, quicá, que tal fato possa parecer estranho, mas nada mais que isso.

Ocorre, porém, que tal coincidência - de números, colta a contecer na 22ª seção localizada em Tres Pontas.

Veja-se:

Governador - PDS 1 - 121 votos - PMDB 5 - 7 votos - B-20 - N-1
Senador - PDS 10- 121 " - PMDB 50- 7 " - B-20 - N-1

17 M^o TRE/SC
18
1000

A 23ª seção, localizada em Campo Novo do Sul, da mesma forma, apresenta tal coincidência, como se constata dos seguintes números:

Governador - PDS 1 - 62 votos - PMDB 5 - 3 votos - B - 2 - N -2
Senador - PDS 10- 62 " - PMDB 50- 3 " - B - 2 - N -2

A seção 2ª, localizada na sede do município, igualmente, apresenta números e resultados, ao menos curiosos, se não os considerar estranhos.

Vejam os:

Governador - PDS 1 - 227 votos - PMDB 5 - 33 votos - B- 24 - N-7
Senador - PDS 10- 227 " - PMDB 50- 33 " - B- 7 - N-24

2 - Devemos reconhecer, Egrégio Tribunal, que tais dados, por mais estranhos que possam parecer, não servem, "per se", para arrimar qualquer suspeita de fraude.

No entanto, Egrégio Tribunal, "data vênia", tais dados aliados aos demais já apontados, suscitam dúvidas razoáveis, quanto à possibilidade de ter ocorrido fraude no processo eleitoral.

Nas, seriamente, tais dados, tais indícios não passam de presunções, ilações, fantasias?

Pode-se, até, afirmar que os recorrentes não possuem nenhum elemento concreto, convincente da fraude, com o que, a toda evidência concordamos.

Pode-se, também, dizer que os recorrentes nem chegam a afirmar que houve fraude eleitoral, o que, também, é verdade.

No entanto, que os recorrentes, de outro lado, possuem indícios veementes da prática de uma eventual fraude eleitoral, isto, Egrégio Tribunal, "data vênia", é inegável.

3 - Do mesmo modo, Egrégio Tribunal, a suspeita dos recorrentes, encontra amparo forte, "data vênia", na desconformidade dos votos apurados nas 7ª e 15ª seções eleitorais localizadas no Paraíso da Serra, em favor do recorrente Onélio Secmann, e o número de seus eleitores, os quais, inclusive, como frisamos, se dispuseram a declarar seu voto e, ainda, fazê-lo, se necessário, em Juízo.

IV - A PRETENSÃO DOS RECORRENTES

1 - Basicamente, os recorrentes pretendem, que o Egrégio Tribunal, com fundamento no art.266, § único, defina a produção das provas requeridas na impugnação, a fim de se apurar a ocorrência ou não de fraude eleitoral.

18/10/58
TRE/SC
PL. 13
1958/10/18

A constatação da fraude, como dis-
pende de comprovação e, a impugnação formulada, teve, exatamen-
te tal finalidade.

Assim, Egrégio Tribunal, a fraude, se
existiu, ocorreu através da violação das urnas, cuja viabilidade
foi demonstrada anteriormente, ou, então, através do processo de-
nominado "voto formiga", isto é, o preenchimento antecipado das
cédulas de votação por pessoas diversas dos eleitores.

Se, uma ou outra ocorreu, se comprova-
rá mediante o exame das cédulas de votação das seguintes seções -
eleitorais: 7ª e 15ª, localizadas no Paraíso da Serra e 5ª, loca-
lizada em Santa Clara.

O exame de tais cédulas, irá, também,
demonstrar que várias delas não estão rubricadas pelos membros -
das mesas receptoras de votos de tais seções eleitorais, sendo, -
até, possível que as assinaturas constantes de algumas cédulas de
votação, não correspondam às assinaturas dos mesários.

Esta, Egrégio Tribunal, seria a única
forma de se comprovar a ocorrência de fraude eleitoral nas elei-
ções do município de Bom Retiro, e que, expressamente se requer,
se digne o Colento Tribunal deferir, dissipando-se, assim, toda e
qualquer dúvida, assegurando-se, assim, a lisura do pleito eleito-
ral.

Se requer, também, Egrégio Tribunal, -
se digne diligenciar junto ao Exmo. Sr. Juiz Eleitoral da 4ª Zona
as seguintes informações: a) se o Juiz Eleitoral recebeu as urnas
de votação do município de Bom Retiro; b) se o Juiz Eleitoral se
encontrava na sede da comarca na noite do dia 15 de novembro e ma-
drugada do dia 16; c) se o Juiz Eleitoral, efetivamente, apurou -
as urnas de votação das eleições do município de Alfredo Wagner,
na sede daquele município; d) se as urnas de votação das eleições
do município de Bom Retiro, efetivamente, desde o momento de sua
recepção pelo cartório eleitoral, até o momento de sua abertura,
permaneceram inacessíveis e longe das vistas dos interessados;
e) se o policiamento encarregado da vigilância e guardas das urnas
permaneceram na parte externa do prédio onde se encontravam guar-
dadas as urnas.

O esclarecimento de tais fatos, através
do Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral da 4ª Zona, quer nos parecer, "da
ta vônia", seria de todo conveniente para orientação dessa Colen-
da Corte.

A partir da constatação de tais fatos,
se poderia, "data vônia", avaliar com maior precisão e certeza as
suspeitas dos recorrentes, inclusive, solicitando-se, do Exmo. Sr.
Juiz Eleitoral da 4ª Zona, se o material da votação foi entregue
na 5ª feira anterior às eleições, sendo que, confirmasse se houve
ou não a entrega de um excedente de 15% de cédulas de votação.

VI - A ADMISSIBILIDADE DA PRETENSÃO

19
ARE/80
11. 95
D. 11

1 - A respeitável decisão do Exmo. Sr.

Juiz Eleitoral da 4ª Zona, indeferiu a pretensão dos recorrentes alegado, primeiro, que seria intempestiva e, segundo, que dirigida à autoridade com, digo autoridade incompetente, eis que, segundo seu entendimento, deveria ser dirigida ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

2 - A intempestividade, segundo se depreende da respeitável decisão, decorre da circunstância de que, os recorrentes não teriam impugnado qualquer ato ou fato, praticado ou ocorrido durante a apuração.

Ora, se não houve impugnação na forma do art.169, é o que se depreende, "data vênia", da respeitável decisão, incabível a pretensão após o encerramento das apurações.

Do mesmo modo, face o esgotamento da jurisdição do Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitor da 4ª Zona, em decorrência do encerramento da apuração, qualquer impugnação ou recurso, deveria ser dirigido à Instância Superior.

3 - Ocorre, porém, que "in casu", se trata de motivo superveniente, ocorrendo, então, "data vênia", as hipóteses previstas no art.223 e seus §§.

Igualmente, como a nulidade arguida depende de comprovação, pois que, decorreria da existência de fraude eleitoral, e o motivo ou os motivos alegados são supervenientes, isto é, vieram ao conhecimento dos recorrentes, após a apuração, incide as regras dos arts.266, § único e 270 e seus §§ to dos do Código Eleitoral.

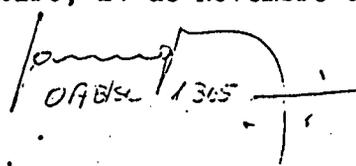
Dai, "data vênia", a admissibilidade da impugnação formulada pelos recorrentes.

4 - Desta forma, se requer, se digne o Egrégio Tribunal, conhecer do presente recurso e lhe dar provimento, a fim de que, o Exmo. Sr. Juiz Relator defira as provas requeridas, na forma do art.270 "caput" do Código Eleitoral.

N.T.

P.D.

Bom Retiro, 24 de Novembro de 1.982


OAB/RJ 1365

"RELATÓRIO DA DIRETORIA
Exercício de 1.970

"Prezados companheiros:

Atendendo o que determinam as disposições legais e estatutárias, queremos, nesta oportunidade, apresentar à Colenda Assembléia, o RELATÓRIO DA DIRETORIA, relativo ao exercício de 1.970, reunindo as principais atividades deste Sindicato...(...)Eis, afinal, o RELATÓRIO:

"V - CAMPANHAS

Sempre que solicitados ou por decisão própria, estivemos presentes a diversas campanhas meritórias, dentre elas a ACISO e as promovidas pela Universidade Federal de Santa Catarina e Secretaria de Educação e Cultura do Estado...

"VI -CONFRATERNIZAÇÃO

Incentivados pela "CASA DO JORNALISTA", promovemos a confraternização da classe com autoridades e convidados, destacando-se os festejos comemorativos do dia da Imprensa Catarinense, transcorrido dia 28 de julho. Nessa oportunidade, prestamos homenagens à diversas autoridades. Vale assinalar ainda, a solenidade que realizamos no mês de Março, ao transcurso de mais um aniversário da Revolução, quando reunimos as autoridades militares desta Capital, em sessão solene de confraternização.

"X - CONCLUSÃO

Temos feito todo o esforço possível para dar à classe o que ela de nós espera...E temos contado com o apoio geral, o que muito nos desvanece e estimula. Vale ressaltar, mais uma vez, a compreensão das autoridades, sempre prontas a nos prestigiar e proporcionar ao jornalista catarinense o patriótico desempenho de sua atividade.

Florianópolis, 30 de Setembro de 1.971".

Obs.:O relatório é assinado pelo presidente interino, jornalista Ciro Marques Nunes.

A GAZETA

Florianópolis, Quarta-Feira, 18 de Outubro de 1972

ANO XXXIX

NUMERO 9.926

Cargos para jornalistas no serviço público estadual

Atendendo convite do Governador Colombo Salles, as Diretorias da Casa do Jornalista e dos Sindicatos dos Jornalistas e Radialistas de Santa Catarina, compareceram no Palácio dos Despachos. Na demorada audiência com os elementos mais representativos da imprensa catarinense, o Che-

fe do Executivo anunciou novas medidas em benefício da categoria profissional, a exemplo dos Governadores Laudo Natel, de São Paulo e Euclides Triches, do Rio Grande do Sul. Entre outras, a autorização para, de comum acordo, ser estudada proposta tendo em vista a aquisição da sede própria e a elaboração de ante-projeto de lei, criando cargos de jornalistas, de nível de assessoria no Serviço Público Estadual.

de prestigiar os dirigentes classistas, autorizou-os, ainda, a manterem contato imediato com o Secretário da Administração. O encontro com o professor Paulo Blasi ocorreu em seguida, no Palácio das Diretorias, tendo aquela autoridade salientado os propósitos do sr. Colombo Salles de favorecer aos profissionais da comunicação, pelos serviços que vêm prestando a toda Santa Catarina e fixado as primeiras diretrizes a serem estabelecidas neste sentido.

Numa firme disposição

LOC. 24

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE SANTA CATARINA

Reconhecido pela Carta Sindical de 18-5-1955 do M. T. P. S.

Rua Vidal Ramos, 50 — Caixa Postal n.º 227 — Telefone: 23-20

Florianópolis

Santa Catarina

JORNAL DE SANTA CATARINA - Sábado, 28 de Julho de 1973 - Página 12 -

S O C I E D A D E — Carlos Müller

Governador inaugurando

sede nova dos jornalistas

O Governador Colombo Machado Salles, às 10h de hoje vai inaugurar na Ilha Capital, a nova sede da Casa do Jornalista de Santa Catarina, na Rua Deodoro. Depois haverá a entronização do Crucifixo pelo Mons. Valentin Loch, o lançamento do concurso Santos Dumont, entrega da medalha de Honra ao Mérito ao jornalista Martinho Callado Jr., entrega de diplomas "Amigos da Imprensa", assinatura da mensagem governamental à Assembleia Legislativa, propondo a criação de Assessorias de Imprensa na Secretaria de Estado, a homenagem dos jornalistas ao governador e um coquetel oferecido pela Assembleia. As 12h30min um almoço com o Governador Colombo Machado Salles e às 16h. a homenagem póstuma ao fundador da Casa, jornalista Alirio Bossle, no Cemitério de Santo Amaro da Imperatriz, encerrando o programa com uma missa lembrança de graças na Catedral.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE SANTA CATARINA

Reconhecido pela Carta Sindical de 18-5-1955 do M. T. P. S.

Rua Vidal Ramos, 50 — Caixa Postal n.º 227 — Telefone: 23-20

Florianópolis

Santa Catarina

JORNAL " A TRIBUNA " - BLUMENAU, 23-25 DE JULHO DE 1973

A TRIBUNA

Governador e Jornalistas No Dia da Imprensa

Dia 28 do corrente, nas comemorações do Dia da Imprensa, o Governador Colombo Machado Salles oferecerá um almoço aos homens da imprensa, catarinense ocasião em que manterá um diálogo informal com os jornalistas do Estado.

Também, como parte das comemorações, será inaugurada a nova sede da Casa do Jornalista, em Florianópolis.

A solenidade será presidida pelo Chefe do Executivo Estadual e contará com a presença de altas autoridades e representantes de entidades de classe da Capital e do interior.

O almoço que o Governador Colombo Salles oferecerá aos homens da imprensa catarinense, será realizado no canteiro de obras de construção da nova ponte Ilha-Continente, localizado no Bairro Coqueiros.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAL DE SANTA CATARINA

Reconhecido pela Carta Sindical de 18-5-1955 do M. T. P. S.

Rua Deodoro, 22 - Edif. Dahil 4º andar — Caixa Postal nº. 227 — Telefone: 23-20

Florianópolis

Santa Catarina

1974

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - 20 DE JUNHO DE 1974

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XL

Florianópolis, 20 de junho de 1974

CONGRESSO DOS JORNALISTAS EM RE
PROFISSIONAIS DE SC E MENSAGEM DE

Antes de empreenderem viagem com destino a Recife, onde participarão no decorrer desta semana do "15º Encontro Nacional de Jornalistas Profissionais do Brasil" — os jornalistas Antônio Kowalski, Sobrinho (O Estado), Moacir Perelra (Correio do Povo), Osmar Teixeira (A Notícia e Rádio Guarujá), Hugo Silveira Lopes (Rádio Diário da Manhã), José Carlos Soares e Itaeli Pereira da Silva, tendo à frente José Nazareno Coelho, Coordenador Estadual de Relações Públicas do

Governo do Estado, foram recebidos pelo Governador Colombo Salles, no Palácio do Governo. Na oportunidade, os profissionais agradeceram ao Chefe do Executivo catarinense a oportunidade de apresentarem ao Chefe do Executivo catarinense a mensagem do Conselho Nacional de Administração estadual, para que Santa Catarina apresente naquele conclave.

O Sr. Colombo Salles, por sua vez, agradeceu a mensagem do Conselho Nacional de Administração estadual, e, em nome do Governador, fez o discurso de abertura do encontro, dizendo: "estou certo — não se com consciência alerta nos setores do jornalismo, que tem instante da união em torno das aplicações ao soergimento nacional, a solicitação da Pátria, agora conduzida pelo Presidente Ernesto Geisel".

A delegação catarinense viajará para o Brasil, devendo, parte de seus integrantes, permanecer em Florianópolis, enquanto o restante aproveitará outras capitais brasileiras.

É a seguinte na íntegra a mensagem do Governador do Estado de Santa Catarina, lida na oportunidade em que, na bela cidade de Recife, se reúne o 15º Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais do Brasil. A mensagem do Governador do Estado de Santa Catarina, lida na oportunidade em que, na bela cidade de Recife, se reúne o 15º Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais do Brasil.

O profissional de imprensa tem, por obrigação, a tarefa de informar e esclarecer a opinião pública, e, portanto, o crescimento intelectual não é apenas um espectador da História, mas um participante ativo dos acontecimentos que se encadela na e se desenvolve no espírito de soberania e de orgulho na expressão da cultura do povo.

Saudando assim os jornalistas que, com suas afirmações de propósitos e para as demais, orgulho-me eu de trazer-lhes, neste momento, em nome dos Catarinenses, o teste de honra de imprensa vêm mantendo as mais elevadas tradições da imprensa brasileira, e cumpre para dignificar a própria imprensa que estão contribuindo para o desenvolvimento do Brasil.

Deste conclave, estou certo, não se com consciência alerta nos setores do jornalismo, que tem instante de união em torno das aplicações ao soergimento nacional, a solicitação da Pátria, agora conduzida pelo Presidente Ernesto Geisel.

Transmitindo as saudações da delegação catarinense aos participantes do 15º Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais do Brasil, e deixando-lhes os mais sinceros votos de sucesso em sua obra.

Palácio do Governo, em Florianópolis,
Engenheiro Colombo M.
Estado de Santa Catarina

JORNALISMO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 20 de junho de 1974

NÚMERO 10.013

GRESSO DOS JORNALISTAS EM RECIFE TERÁ MISSONAIS DE SC E MENSAGEM DE COLOMBO



...reenderem viagem com destino a Recife, onde parti-
...r desta semana do "15º Encontro Nacional de Jor-
...ais do Brasil" — os jornalistas Antônio Kowalsk.
...do), Moacir Pereira (Correio do Povo), Osmar Tei-
...e Rádio Guarujá), Hugo Silveira Lopes (Rádio Diário
...Carlos Soares e Itael Pereira da Silva, tendo à frente
...elho, Coordenador Estadual de Relações Públicas do

Governo do Estado, foram recebidos na manhã de 3ª feira pelo Go-
vernador Colombo Salles, no Palácio da Agronômica.

Na oportunidade, os profissionais da imprensa da Capital, agra-
deceram ao Chefe do Executivo catarinense o apoio recebido da ad-
ministração estadual, para que Santa Catarina pudesse se fazer re-
presentar naquele conclave.

O Sr. Colombo Salles, por sua vez, procedeu a entrega de uma
mensagem do Governo Catarinense, para ser lida durante a sessão
solene de abertura do encontro, dizendo em certo trecho que "deste
conclave — estou certo — não se conclui apenas que existe coesão e
consciência alerta nos setores do jornalismo brasileiro, mas também
que, tem instante de união em torno das diretrizes que estão sendo
aplicadas ao soergulmento nacional, a imprensa está presente às so-
licitações da Pátria, agora conduzida com alto discernimento patrió-
tico pelo Presidente Ernesto Geisel".

A delegação catarinense viajará esta tarde, em voo da Trans-
brasil, devendo parte de seus integrantes regressar no final da se-
mana, enquanto o restante aproveitará para prolongar o passeio a
outras capitais brasileiras.

E a seguinte na íntegra a mensagem do Governador Colombo
Salles que os jornalistas catarinenses levaram para Recife:

"Na oportunidade em que, na bela Capital do Estado de Pernam-
buco, se reúnem o 15º Congresso Nacional de Jornalistas, quero, como
Governador do Estado de Santa Catarina, testemunhar, por este meio,
quanto me apraz verificar a auspiciosa evidência de comunhão da
nobre classe, tão diretamente ligada ao progresso material e espiritual
do Brasil.

O profissional de imprensa tem, para além da simples função co-
tidiana de informar e esclarecer a opinião pública, a de orientá-la no
sentido construtivo do crescimento integral do País. Nesse empenho
não é apenas um espectador da História, mas um participante do
acontecimentos que se encadeiam na evolução da nacionalidade, pre-
servando-lhe o espírito de soberania e consolidando-lhe as forças mo-
rais na expressão da cultura do povo.

Saudando assim os jornalistas que aqui se congregam para as
afirmações de propósitos e para as demonstrações da unidade da clas-
se, orgulho-me eu de trazer-lhes, neste pronunciamento congratula-
tório, em nome dos Catarinenses, o testemunho de que, no meu Estado,
os homens de imprensa vêm mantendo, com inabafável probidade, as
mais elevadas tradições da imprensa brasileira, realizando o que lhes
cumpre para dignificar a própria integração nas fileiras profissionais
que estão contribuindo para o desenvolvimento geral do País.

Desto conclave, estou certo, não se conclui apenas que existe coe-
são e consciência alerta nos setores do jornalismo brasileiro, mas
também que, em instante de união em torno das diretrizes que estão
sendo aplicadas ao soergulmento nacional, a imprensa está presente
às solicitações da Pátria, agora conduzida com alto discernimento pa-
triótico pelo Presidente Ernesto Geisel.

Transmitindo as saudações da gente de Santa Catarina aos ilus-
tres participantes do 15º Congresso Nacional do Jornalismo, apraz-me
deixar-lhes os mais sinceros votos de pleno êxito nos trabalhos que
ora se instalam".

Palácio do Governo, em Florianópolis, Junho de 1974.

Engenheiro Colombo Machado Salles, Governador do
Estado de Santa Catarina.

07

R E C I B O

CZ\$360.000,00



Recebemos da CASA DOS JORNALISTAS DE SANTA CATARINA a quantia supra de TREZENTOS E SESENTA MIL CRUZADOS, referente a anualidade de 1987 do aluguel do quarto andar, nº41 do Edifício da Rua Deodoro nº22 em Florianópolis.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 1987.

José Pereira CPF nº 002261731-68

Endereço: Br 101 Km202

Barreiros São José-SC.

05 / 03 / 87

Valter Fernandes

SINDICATO 'DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE SANTA CATARINA

RECONHECIDO PELA CARTA SINDICAL DE 18-5-1955 DO M.T.P.S.

Rua Deodoro, 22 - Edif. Dahil 4º. andar - Caixa Postal n.º 227 - Telefone: 22-2320 - Florianópolis - Santa Catarina

Of. n.º 77/84

Florianópolis, 11 de setembro de 1984.

Excelentíssimo Senhor

Dr. Esperidião Amin Helou FilhoDD. Governador do Estado de SC

Palácio Barriga-Verde

NESTA

Senhor Governador

Em reunião da Diretoria deste órgão de classe, ficou deli-
berado que será formada uma delegação para participar do Vigé-
simo Congresso Nacional de Jornalistas a se realizar na cidade
de Salvador (BA), no período de 16 a 20 do corrente mes.

Na oportunidade, foi aprovado o nome do colega José Car-
los Soares, Vice-Presidente desta entidade, e, que também pres-
ta serviços a Vossa Excelência, para integrar a nossa represen-
tação.

Lastreados nesta decisão é que encarecemos a liberação do
ponto e as demais providências necessárias à participação do
referido profissional naquele evento, onde serão debatidas, en-
tre outras, importantes teses de interesse da nossa categoria.

Confiantes no atendimento de nossa solicitação e do jamais
negado apoio que nos tem dispensado, antecipadamente agradece-
mos e renovamos protestos de alta estima e consideração.

Respeitosamente

José Valério Medeiros

Presidente

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE SANTA CATARINA

RECONHECIDO PELA CARTA SINDICAL DE 18-5-1955 DO M.T.P.S.

Rua Deodoro, 22 - Edif. Dahil 4º. andar - Caixa Postal nº. 227 - Telefone: 22-2320 - Florianópolis - Santa Catarina

Of. nº 79/84

Florianópolis, 12 de setembro de 1984.

Excelentíssimo Senhor

Dr. Esperidião Amin Helou Filho

DD. Governador do Estado de Santa Catarina

NESTA

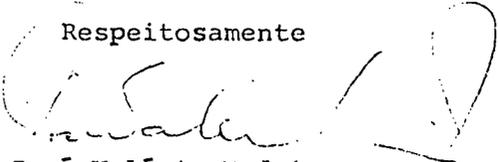
Senhor Governador

Na qualidade de Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina, tomamos a liberdade de solicitar a Vossa Excelência, a destinação de uma passagem aérea ida e volta a Salvador, Bahia, à nossa Entidade, em virtude do XX Congresso Nacional de Jornalistas a se realizar naquela cidade no período de 16 a 20 do corrente mes.

A referida passagem será utilizada por um dos diretores escolhidos pela Diretoria para integrar a delegação catarinense que estará debatendo e avaliando, entre outros temas, as campanhas salariais dos sindicatos de todas as unidades da Federação.

No aguardo das providências cabíveis, permitidas pela legislação em vigor, antecipadamente agradecemos, e, desde já nos colocamos ao seu inteiro dispor.

Respeitosamente



José Valério Medeiros

Presidente

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE SANTA CATARINA

RECONHECIDO PELA CARTA SINDICAL DE 18-5-1955 DO M.T.P.S.

Rua Deodoro, 22 - Edif. Dahil 4º andar - Caixa Postal nº. 227 - Telefone: 22-2320 - Florianópolis - Santa Catarina
Of.03/81

Florianópolis, 2 de setembro de 1981.

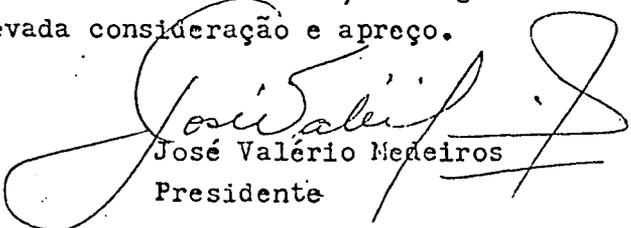
Excelentíssimo Senhor
Dr. Esperidião Amin Helou Filho
DD. Secretário dos Transportes e Obras
Nesta.

Senhor Secretário,

Vimos à presença de Vossa Excelência para comunicar-lhe que, de 8 a 11 de setembro corrente, realizar-se-á em Fortaleza, a Décima Terceira Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais, sob o patrocínio da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará. O conclave interessa sobretudo a esta entidade e aos seus associados, face os assuntos a serem discutidos e votados, bem como, maior entrelaçamento entre os profissionais de imprensa de todo o País.

Para esta Conferência, a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina indicou os delegados-representantes, figurando entre eles, o jornalista José Carlos Soares, Assessor desta Secretaria, para o qual solicitamos apoiar, possibilitando-lhes uma passagem ida e volta a Fortaleza.

Certos do atendimento, com agradecimentos, reiteramos protestos de elevada consideração e apreço.


José Valério Medeiros
Presidente

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE SANTA CATARINA

RECONHECIDO PELA CARTA SINDICAL DE 18-9-1955 DO M. T. P. S.

Rua Deodoro, 22 - Edif. Bahil 4º andar — Caixa Postal nº. 227 — Telefone: 22-2320

Florianópolis

Santa Catarina

1. - Iniciamos a sessão especial convocada para outorgar o diploma de "Amigo da Imprensa" aos senhores:

Dep. Esperidião Amin Helou Filho
Secretário dos Transportes e Obras
 Dr. Ernani Palma Ribeiro
 Juiz de Direito
 Dr. Ivan Creste Bonato
 Secretário da Fazenda
 Sr. Darci Lopes

Pioneiro da Televisão em Florianópolis, conforme decisão unanime da diretoria em reunião realizada em 23 de fevereiro de 1979. Especialmente convidado honra-nos com sua presença, alem das illustas autoridades, convidados e Amigos da Imprensa, o Jornalista Marco Antonio Kraemer, Secretário de Imprensa da Presidencia da Republica.

2. - A Casa do Jornalista de Santa Catarina é integrada pelos seguintes profissionais de imprensa, eleitos dia 04 de junho e empossados dia 18 de junho de 1979.

Presidente: José Nazareno Coelho
 Vice-Presidente: Vânio César Bossle
 2º Vice-Presidente: João José da Silva Júnior
 Secretário: João Carlos Bittencourt
 2º Secretário: Mauro Bento Pires
 Tesoureiro: Acy Cabral Teive
 2º Tesoureiro: Osmar Aires Teixeira
 Orador: Cyro Barreto.

Conselho Superior:

Adão Miranda, Antonio Kowalski Sobrinho, Moacir Pereira, Hugo Silveira Lopes, Alfredo Alberto Munhos, Mariza Andrade Ramos, Nilson Firmino Cardoso, Sérgio Lopes e Jandir Côrte Real.

3. - Procederemos agora a leitura da ata dos Amigos da Imprensa ata reforente Jornalista Marce Antonio Kraemer.